

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CIRO BARRETO MOREIRA

O GIRO DO COMÉRCIO SERÁ SEMPRE O MESMO: produção e
circulação de valores de troca na Capitania de Pernambuco (1780-1807)

Recife
2019

CIRO BARRETO MOREIRA

O GIRO DO COMÉRCIO SERÁ SEMPRE O MESMO: produção e circulação de valores de troca na Capitania de Pernambuco (1780-1807)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História

Orientador: Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M838g Moreira, Ciro Barreto.
O giro do comércio será sempre o mesmo : produção e circulação de valores de troca na Capitania de Pernambuco / Ciro Barreto Moreira. – 2019.
256 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.
Inclui referências e apêndices.

1. Brasil – História – Capitanias hereditárias. 2. Pernambuco - História.
3. Historiografia. 4. Economia. 5. Comércio. I. Souza, George Félix Cabral
de (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-103)

CIRO BARRETO MOREIRA

O GIRO DO COMÉRCIO SERÁ SEMPRE O MESMO: produção e circulação de valores de troca na Capitania de Pernambuco (1780-1807)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 28/02/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza (orientador)

Prof^a. Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat (examinadora interna)

Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes (examinador externo)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à CAPES pelo financiamento desta pesquisa. Sem ele, o trabalho que aqui se encontra não seria possível. Faço parte de uma geração beneficiada por tais programas fundamentais para a ciência brasileira; mas que na crise econômica e na fome voraz da classe dominante brasileira demonstra que não há interesse conciliável entre a vontade da classe trabalhadora e os anseios animalescos dos grandes rentistas.

Gostaria também de agradecer a um número de pessoas que participaram de minha trajetória acadêmica durante e antes do mestrado, professores, funcionários e amigos que de uma maneira ou de outra fizeram-se presentes: ao meu orientador, Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza, que apesar de nossas discordâncias intelectuais, aceitou orientar este trabalho. À Prof^a. Dr^a. Bartira Ferraz, à Prof^a. Dr^a. Christine Dabat, ao Prof. Dr. Carlos Miranda, à Prof^a. Dr^a. Ana Maria Barros, ao Prof. Dr. Alcindo José e ao Prof. Dr. Rômulo Xavier. Também agradeço à banca que aceitou o convite para avaliar este trabalho, notadamente, ao Prof. Dr. Gustavo Acioli, devido as suas críticas construtivas. Aos funcionários do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História Levi Rodrigues, Rogéria Feitosa, José Carlos, Sandra Regina e Zefinha.

A minha família pelo apoio, e minha mãe pelo incentivo, que sempre ouviu minhas reclamações e algúrias sobre este trabalho. Aos meus colegas de classe e amigos Matheus Levy, Saymmon Santos, Leonardo José e Sandriano Silva. Por fim, mas não menos importante, a minha companheira e amiga Joyce Helena, que viu este trabalho desde o primeiro dia, participando dele em todo momento; o apoio, compreensão e paciência dela durante a redação foram fundamentais para a sua conclusão.

RESUMO

Poucos são os estudos econômicos sobre a capitania de Pernambuco. Poucos são também os estudos sobre as origens teóricas e sociais da historiografia brasileira. Esta dissertação foi elaborada com o intuito de preencher parte desta lacuna, trabalhando o desenvolvimento recente da historiografia brasileira sob a perspectiva de classe no contexto da *pax americana*, e também analisando a economia da capitania de Pernambuco de acordo com os princípios do materialismo histórico, estudando o período de 1780-1807, em busca de explicações para determinar com que fim se produziam as mercadorias, as contradições deste processo, e quais os limites da economia colonial neste período.

Palavras-chave: Economia Colonial. Pernambuco. Historiografia. Classe.

ABSTRACT

Few are the economic studies about the Captaincy of Pernambuco. Few are also the studies concerning the theoretical and social origins of Brazilian historiography. This thesis was written with the intent to fill this gap, understanding the recent development in Brazilian historiography under a class perspective in the *pax Americana* context, and also analyzing the Captaincy of Pernambuco's economy in accordance with the principles of historical materialism, studying the 1780-1807 period in search of explanations to determine to what end were commodities produced, the contradictions of this process, and what were the constraints of colonial economy in this period.

Keywords: Colonial Economy. Pernambuco. Historiography. Class.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Mapa de exportações do Brasil em 2016.....	29
Gráfico 2 –	Exportações brasileiras em 2016.....	30
Gráfico 3 –	Importações do Brasil em 2016.....	32
Gráfico 4 –	Importações brasileiras de 1995 a 2016.....	33
Gráfico 5 –	Pirâmide Demográfica da capitania de Pernambuco em 1789 (Versão Original).....	84
Gráfico 6 –	Pirâmide Demográfica da capitania de Pernambuco (Versão calculada).....	87
Gráfico 7 –	Pirâmide Demográfica do Brasil em 1960.....	88
Gráfico 8 –	Pirâmide demográfica do Brasil em 2010.....	89
Gráfico 9 –	1-PHA: Navegação.....	94
Gráfico 10 –	2-PHA: Navegação.....	94
Gráfico 11 –	Preço do Algodão em Recife em 1788.....	95
Gráfico 12 –	Preço do Algodão em 1787.....	95
Gráfico 13 –	Preços do algodão em 1787-1788 e suas respectivas médias.....	96
Gráfico 14 –	3-PHA: Navegação.....	97
Gráfico 15 –	4-PHA: Navegação.....	97
Gráfico 16 –	Maiores cargas de açúcar em cada ano do primeiro período hepta-anual.....	98
Gráfico 17 –	Total de Açúcar Exportado no 1-PHA.....	99
Gráfico 18 –	Total de Açúcar Exportado no 2-PHA.....	99
Gráfico 19 –	Total de Açúcar Exportado no 3-PHA.....	100
Gráfico 20 –	Total de Açúcar Exportado no 4-PHA.....	100
Gráfico 21 –	Discriminação dos Açúcares Exportados no 1-PHA.....	102
Gráfico 22 –	Discriminação dos açúcares finos no 2-PHA.....	103
Gráfico 23 –	Discriminação dos açúcares baixos no 2-PHA.....	104
Gráfico 24 –	Discriminação dos açúcares finos no 3-PHA.....	104
Gráfico 25 –	Análise quantitativa do açúcar branco fino nos três primeiros períodos hepta-anuais e suas médias.....	105
Gráfico 26 –	Discriminação dos açúcares baixos no 3-PHA.....	106
Gráfico 27 –	Oscilações do açúcar redondo e açúcar branco baixo nos três primeiros períodos hepta-anuais.....	107
Gráfico 28 –	Somas totais de açúcar redondo e açúcar branco baixo	

por período hepta-anual.....	107
Gráfico 29 – Discriminação dos açúcares finos no 4-PHA.....	108
Gráfico 30 – Discriminação dos açúcares baixos no 4-PHA.....	109
Gráfico 31 – Discriminação dos couros no 1-PHA.....	112
Gráfico 32 – Discriminação dos couros no 2-PHA.....	113
Gráfico 33 – Discriminação dos couros no 3-PHA.....	114
Gráfico 34 – Discriminação dos couros no 4-PHA.....	114
Gráfico 35 – Arrobas de algodão exportados no 1-PHA.....	119
Gráfico 36 – Arrobas de algodão exportados no 2-PHA.....	119
Gráfico 37 – Arrobas de algodão exportado no 3-PHA.....	120
Gráfico 38 – Arrobas de algodão exportado no 4-PHA.....	120
Gráfico 39 – Exportações totais de açúcar e algodão no período de 1780-1807.....	12
Gráfico 40 – Exportações totais de açúcar, algodão e couros no período 1780-1807.....	132
Gráfico 41 – Preço do açúcar branco fino, redondo, baixo e mascavo em 1790-1791.....	135
Gráfico 42 – Preço do melaço em 1790 nos navios que saíram de Pernambuco.....	136
Gráfico 43 – Preço do Melaço em 1791 nos navios que saíram de Pernambuco.....	137
Gráfico 44 – Preço do melaço em 1800-1801 calculado em função do barril.....	138
Gráfico 45 – Preço do melaço em 1800-1801 calculado em função do almúde.....	138
Gráfico 46 – Preço do algodão em 1789 nos navios que saíram de Pernambuco.....	140
Gráfico 47 – Preço dos açúcares finos nos anos 1805-1807 nos navios que saíram de Pernambuco.....	142
Gráfico 48 – Preço dos açúcares baixos nos anos 1805-1807 nos navios que saíram de Pernambuco.....	145
Gráfico 49 – Preço médio da goma entre 1780-1807.....	154
Gráfico 50 – Exportações de goma entre 1780-1807 em arrobas.....	156
Gráfico 51 – Produção de valores de açúcares no 1-PHA.....	159

Gráfico 52 – Produção de valores de açúcares no 2-PHA.....	160
Gráfico 53 – Produção de valores de açúcares no 3-PHA.....	161
Gráfico 54 – Produção de valores de açúcares no 4-PHA.....	162
Gráfico 55 – Produção de valores de açúcares entre 1780-1807.....	162
Gráfico 56 – Número de barris de melaço exportados entre 1780-1807.....	170
Gráfico 57 – Volume documentado, volume calculado, volume mínimo e volume máximo de almúdes de melaço exportados, 1780-1807.....	171
Gráfico 58 – Produção de valores do couro entre 1780-1807.....	174
Gráfico 59 – Valores Brutos e Líquidos entre 1780-1807.....	179
Gráfico 60 – Composição percentual do valor exportado de açúcar, melaço, couros e algodão, 1780-1807.....	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Quantidades e preços dos gêneros levados pelo bergantim “Bizarra”.....	47
Quadro 2 –	produção de açúcar no século XVIII.....	52
Quadro 3 –	Preço do açúcar branco na Bahia (1710-1765).....	58
Quadro 4 –	Lista de navios que vieram à Pernambuco em 1779 com cargas que pertenciam à Companhia Geral de Comércio.....	78
Quadro 5 –	Lista de navios que saíram de Pernambuco à Lisboa entre os meses de abril e setembro de 1787 em ordem cronológica de seu registro de entrada e saída.....	79
Quadro 6 –	Comparação das cargas do navio Águia do Douro pelos registros de Pernambuco e pela visita do ouro em Lisboa em 1784.....	81
Quadro 7 –	Comparação das cargas do navio Jesus, Maria, José, Boa União pelos registros de Recife e pela visita do ouro em Lisboa em 1787.....	81
Quadro 8 –	Comparação das cargas do navio Santa Tereza, Santo Antônio e Almas pelos registros de Recife e pela visita do ouro em Lisboa em 1795.....	82
Quadro 9 –	Inventário da carga do navio Margaret que naufragou na costa da capitania do Rio Grande do Norte.....	83
Quadro 10 –	Carga do navio São Caetano.....	84
Quadro 11 –	População Urbana e Rural de Pernambuco (Urbano = 10 mil ou mais).....	90
Quadro 12 –	Remessa de Couros para a Cidade de Lisboa e Porto pela frota de Pernambuco no ano de 1759.....	112
Quadro 13 –	Comparativo entre as quantidades de couros levantadas no estudo de Tiago Silva Medeiros e o presente.....	116
Quadro 14 –	Número de navios aportados na capitania de Pernambuco anualmente e as respectivas quantidades exportadas de açúcar, algodão e suas médias....	129
Quadro 15 –	Preços do Melaço em 1800 e 1801 nos navios que saíram de Pernambuco.....	139
Quadro 16 –	Preços e fretes no navio Santo Antônio Tejo.....	144
Quadro 17 –	Preço médio da goma entre 1780-1807.....	154
Quadro 18 –	Exportações de goma entre 1780-1807 em arrobas.....	156
Quadro 19 –	Produção de valores de açúcares no 1-PHA.....	164

Quadro 20 – Produção de valores de açúcares no 2-PHA.....	164
Quadro 21 – Produção de valores de açúcares no 3-PHA.....	164
Quadro 22 – Produção de valores de açúcares no 4-PHA.....	165
Quadro 23 – Valores percentuais de cada açúcar em relação ao total exportado por ano, 1780-1807.....	165
Quadro 24 – Valores percentuais de cada açúcar em relação ao bruto exportado, 1780-1807.....	166
Quadro 25 – Número de barris de melaço exportados entre 1780-1807.....	170
Quadro 26 – Volume documentado, volume calculado, volume mínimo e volume máximo de almúdes de melaço exportados, 1780-1807.....	171
Quadro 27 – Valores percentuais de cada couro em relação ao bruto exportado, 1780-1807.....	174
Quadro 28 – Valores brutos de couros exportados, 1780-1807.....	175
Quadro 29 – Valores Brutos e Líquidos entre 1780-1807.....	180
Quadro 30 – Percentual do Valor Líquido em relação ao Valor Bruto, 1780-1807.....	180
Quadro 31 – Valor Percentual dos açúcares, melaços, couros e algodão em relação ao Valor Líquido.....	182
Quadro 32 – Valores totais exportados dos açúcares, couros e algodão, 1780-1807.....	184
Quadro 33 – Valores percentuais de cada mercadoria entre 1780-1807.....	184
Quadro 34 – Valores importados para a capitania de Pernambuco, 1801-1806.....	188
Quadro 35 – Valor percentual das Fazendas Secas em relação ao total importado, 1801-1806.....	190
Quadro 36 – Balanço das Finanças de exportação e importação da capitania de Pernambuco, 1801-1807.....	190
Quadro 37 – Exportações comparadas de Melaço Mapas de Carga e Mapa de exportação, 1801-1807.....	191
Quadro 38 – Balanço das finanças de exportação e importação da capitania de Pernambuco, valor dos mapas de exportação corrigido, 1801- 1806.....	191
Quadro 39 – Balanço das finanças de exportação e importação da capitania de Pernambuco, valor bruto, 1801-1806.....	192

LISTA DE SIGLAS

1-PHA	Primeiro Período Hepta-Anual
2-PHA	Segundo Período Hepta-Anual
3-PHA	Terceiro Período Hepta-Anual
4-PHA	Quarto Período Hepta-Anual
AB	Açúcar [Branco] Baixo
ABF	Açúcar Branco Fino
ABI	Açúcar Branco Inferno
AM	Açúcar Mascavo
AR	Açúcar Redondo
ARB	Açúcar Redondo Baixo
ARF	Açúcar Redondo Fino
CeC	Couros em Cabelo
VB	Valor Bruto
VC	Valor Calculado
VD	Valor Documentado
VL	Valor Líquido
VMI	Valor Mínimo
VMA	Valor Máximo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	QUANDO O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO ENCONTRAM A HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA: O PROBLEMA DO CETICISMO TEÓRICO-HISTÓRICO.....	18
3	“O GIRO DO COMÉRCIO SERÁ SEMPRE O MESMO”: CIRCULAÇÃO E PRODUÇÃO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1780-1807.....	73
3.1	O AÇÚCAR NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVIII.....	83
3.2	O COURO NO OCASO DO SÉCULO XVIII.....	110
3.3	ANÁLISE DO ALGODÃO NO PERÍODO 1780-1807.....	118
3.4	ANÁLISE DAS OSCILAÇÕES ECONÔMICAS DO PERÍODO DE 1780-1807 E A CONGRUÊNCIA COM OS MODELOS INTERPRETATIVOS..	121
4	PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS VALORES NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO.....	148
4.1	PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GOMA: CASO DE VALOR DE TROCA E VALOR DE USO.....	151
4.2	A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS VALORES DE TROCA: PROBLEMAS DA ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA.....	158
4.2.1	Produção dos <i>valores</i> dos açúcares e couros.....	158
4.2.2	Valores líquidos, valores brutos e composição dos valores.....	177
4.3	A ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA E A LUTA DE CLASSES.....	193
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
	FONTES.....	213
	REFERÊNCIAS.....	226
	ANEXO A - Lista de documentos que compõem o 1-PHA.....	236
	ANEXO B - Lista de documentos que compõem o 2-PHA.....	237
	ANEXO C - Lista de documentos que compõem o 3-PHA.....	241
	ANEXO D - Lista de documentos que compõem o 4-PHA.....	244
	ANEXO E - Censo Demográfico da capitania de Pernambuco em 1789.....	249
	ANEXO F - Anexo F – Preço dos açúcares entre 1805-1807.....	253

1 INTRODUÇÃO

Após 1991, foi decretada a morte da ideologia na política. Sob Ronald Reagan e Bill Clinton prosperaram Francis Fukuyama e o *radical centrism*. A vitória do revisionismo burguês soviético, surgido com Nikita Khrushchev, materializado no ocaso do século XX com Mikhail Gorbachov e Boris Yeltsin parecia corroborar isso ainda mais, e o *fim da história* havia chegado. O que não se fala é que o *fim da história* chegou aos historiadores.

Com toda sua retórica pomposa, a historiografia esbraveja jargões vazios – a história é fruto de seu tempo, o historiador pertence a sua época, entre tantas outras frases axiomáticas similares do labor historiográfico. É irônico que os pronunciadores destas frases não consigam perceber que falam de si mesmos, e não das vozes de duzentos. O maior paradoxo da historiografia é que ela tornou-se a maior reprodutora dos valores do *fim da história* sem sequer perceber-se disto.

Em um livro de 1997, o historiador norte-americano Michael Parenti escreveu uma de suas obras mais famosas – *“Blackshirts and reds: rational fascism and the overthrow of communism”*. Nele, faz um balanço das experiências socialistas do século XX, notadamente a soviética, e apresenta uma consideração que mesmo a anglofilia acadêmica brasileira ignorou – *the Class Denial of Class*, que denominou ser representada pelos *ABC Theorists – Anything But Class Theorists* (PARENTI, 1997).

The C-word is also taboo when applied to the millions who do the work of society for what are usually niggardly wages, the “working class”, a term that is dismissed as Marxist jargon. And it is verboten to refer to the “exploiting and exploited classes”, for then one is talking about the very essence of the capitalist system, the accumulation of corporate wealth at the expense of labor [...] Class reality is obscured by an ideology whose tenets might be summarized [...] as follows: [...] There are no real class divisions in this society. Save for some rich and poor, almost all of us are middle class [...] Our social institutions and culture are autonomous entities in a pluralistic society, largely free of the influence of wealth and class power [...] Many who pretend to be on the Left are so rabidly anti-Marxist as to seize upon any conceivable notion except class power to explain what is happening in the world. They are the Anything-But-Class (ABC) Theorists who, while not allied with conservatives on most political issues, do their part in stunting class consciousness (PARENTI, 1997, p.142-146).

É surpreendentemente que um livro de 20 anos, escrito no centro do capitalismo e imperialismo mundial possua maior clareza sobre o mundo vigente que a intelectualidade da

periferia do capitalismo, particularmente do Brasil, onde testemunha diariamente as contradições do modo de produção levadas ao extremo – a altíssima criminalidade, enorme desigualdade de renda, economia pobre, inchaço urbano, entre outros inúmeros males sociais que existem porque todo o continente latino-americano possui a mesma formação social.

Como tal contradição é possível? Isto é um dos maiores esforços intelectuais da atualidade, que pode não possuir começo claro, nem ser deliberado, mas desenvolveu-se a medida que também se desenvolveu uma retórica anti-marxista, anti-racionalista, anti-objetiva da história; o passado tornou-se um ídolo que é possível vislumbrar, mas nunca tocar. Mergulhados na ética da *pax americana*, a historiografia embebeda-se nos mitos de democracia e de cidadania, oriundos de uma sociedade burguesa que existe para garantir a predominância desta classe em detrimento de qualquer outra.

Pois quando bate as portas a maior crise do capitalismo mundial desde 1929, e o fascismo retorna a toda força no centro e periferia do modo de produção para garantir as taxas de lucro que caem vertiginosamente, as ciências humanas aburguesadas pelo *fim da história* ficam pasmas – de onde saíram estas aberrações e como isto foi possível? Não tivessem elas engolido a filosofia pequena-burguesa propagada pela Central Intelligence Agency durante a década de 1980, não faria estas perguntas.

A luta de classes não é apenas algo que se processa materialmente em como o produto social é distribuído; é também uma luta ideológica dos representantes do pensamento burguês. Este trabalho é uma direta afronta a direção do vento – por 30 anos, a historiografia brasileira adentrou um *ethos* pequeno-burguês de distorção da realidade, ela própria delirando em seus estudos enquanto o mundo segue seu caminho até encontrá-la, e ela própria perdida, sem saber o que fazer exceto repetir jargões vazios retirados da década de 1980. A historiografia do século XXI é a historiografia do *fim da história*, maior representante da *pax americana*.

Muitos são os campos que esta ideologia adentrou, mas o nosso aqui é apenas um, e já é demasiado ambicioso. Neste trabalho, analisaremos em três capítulos a historiografia, sua origem e suas contradições; a produção e exportação de bens coloniais; e a produção e circulação de valores e as contradições imanentes da economia colonial. É um projeto, um projeto que vai contra uma historiografia nacional aburguesada, hegemônica como reprodutora do *status quo*, acrítica e atônita.

O período final do Brasil colonial é permeado por interpretações diversas – de um lado, Caio Prado Jr. o reivindica como aquele em que as problemáticas econômicas do Brasil estavam postas para o próximo século e meio; de outro lado, vemos historiadores como João

Fragoso estudarem a acumulação de capitais endógenos, algo que supostamente estava ausente em interpretações anteriores.

Se o marxista paulista dissertou sobre o Brasil *lato sensu*, e se João Fragoso exclusivamente sobre o Rio de Janeiro, nada temos sobre uma análise econômica da capitania no período que se estende de 1780-1807, exceto o estudo de Glacyra Lazzari sobre 1817 que remete as origens do movimento até as transformações e contingências econômicas da capitania na virada do século XIX. Desta forma, apesar da larga disponibilidade documental, a economia pernambucana do ocaso da colônia é largamente desconhecida, situada entre as posições do marxismo e da historiografia atual, não há um estudo que corrobore quaisquer destas duas interpretações.

Portanto, nosso estudo surge em parte para suprir esta lacuna, mas deixando muito claro de onde nos situamos: estabelecemos em trabalho anterior (MOREIRA, 2017) o processo de criação de *espantalhos* com as teses marxistas, de modo que não vemos estas críticas atuais como legítimas. Além disso, nosso estudo é crítico da própria forma que a historiografia é conduzida: se o marxismo era criticado devido à sua conexão com o presente, a historiografia colonial pode ser acusada exatamente do contrário – de isolar-se para o próprio período, de modo que ele esteja isolado do presente.

Sendo assim, nosso estudo é dividido em três capítulos: no primeiro, destacamos um ceticismo teórico atual para com toda forma teórica – que em larga medida pode ser entendido apenas como um ceticismo cínico ao marxismo – do diagnóstico deste ceticismo, ressaltamos a contradição imanente entre quais são os axiomas da historiografia atual, e porque a produção historiográfica contemporânea entra em choque com eles. Tal contradição há de ser resolvida, ou será inevitavelmente superada. Desta forma, atrelamos a economia do Brasil contemporâneo à economia do Brasil colonial, algo que permaneceu separado arbitrariamente por razões políticas da produção do conhecimento científico. Como último esforço, de forma ensaística apresentamos dois conceitos centrais do marxismo – *valor e luta de classes* como aqueles que são capazes de explicar a economia colonial, mas, antes que sejam sujeitos à crítica onipresente entre historiadores do anacronismo, demonstramos que tais conceitos são históricos em si, o que desmente as possibilidades de visão deles para o período como uma visão anacrônica.

No segundo capítulo, mantemos a teoria isolada propositalmente durante quase a sua integridade, exceto na última seção. Nosso intuito é meramente expôr a economia da capitania de Pernambuco no período 1780-1807 e, após tal exibição determinar a polêmica central ressaltada por João Fragoso e Antônio Carlos Jucá de Sampaio – que a economia colonial não

era regida por preços, mas por relações sociais, nem se constituía uma forma de mercado perfeito – como se existisse um, salvo na mente dos liberais do século XIX, sendo esta reflexão digna das defuntas *robinsonadas* – uma vez tal polêmica descrita a chocamos com a nossa evidência documental e determinamos exatamente o contrário – a produção colonial era uma produção de *valores de troca*, portanto, subentende-se uma produção para preços. Mais que isto, a produção segue seu próprio ritmo completamente à parte das relações sociais, algo ressaltado quando mostramos a capacidade do materialismo histórico de explicar a nossa realidade econômica. Em suma, demonstramos neste capítulo a incapacidade do modelo atual de explanar a economia colonial em sua integridade.

No terceiro capítulo, partimos da nossa premissa-conclusão que a produção colonial era uma produção de *valores de troca*. Desta forma, analisamos a produção dos *valores de uso* neste contexto, seus conflitos com os *valores de troca*. Partiremos para compreender a produção e circulação destes valores, e descreveremos o que denominamos em nossas considerações finais “*a primarização da pauta primária*”. Analisaremos a exportação e importação da capitania, explorando o que tivemos a liberdade de chamar “*problema do déficit*”, que nos possibilita obter respostas sobre a acumulação endógena de capital, algo constantemente buscado atualmente na historiografia contemporânea. Por fim, explanaremos as contradições iminentes da produção colonial neste período, e compreenderemos suas limitações.

2 QUANDO O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO ENCONTRAM A HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA: O PROBLEMA DO CÉTICISMO TEÓRICO-HISTÓRICO

A História, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança. Existe portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias. É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “*ideologia dominante*”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época (RÉMOND, 2003, p.13).

Em carta ao pai, já em 1837, escrevia: “*a partir do idealismo [...] fui levado a procurar a Ideia na própria realidade*” (GORENDER, 2013, p.16).

E se as mais familiares objeções ao trabalho de Marx estiverem erradas? Ou se, pelo menos, não totalmente erradas, majoritariamente sim? [...] Nem mesmo os críticos mais implacáveis de Marx negariam que ele transformou nosso entendimento da história humana. O pensador anti-socialista Ludwig von Mises descreveu o socialismo como “o ‘mais poderoso movimento reformista que a história já conheceu, a primeira corrente ideológica não limitada a uma parte da humanidade, mas apoiada por pessoas de todas as raças, nações, religiões e civilizações’”. Ainda assim, existe uma noção curiosa sobre Marx e suas teorias podem ser seguramente enterradas – e isto no despertar de uma das mais poderosas crises do capitalismo em sua história¹ (EAGLETON, 2011, p.(IX-X)

No dia 14 de abril de 2018, o Governador do Banco da Inglaterra, Mark Carney, fez um pronunciamento: “*Marx e Engels podem novamente tornarem-se relevantes [...] Se você substitui plataformas petrolíferas por engenhos têxteis, machine learning por motores a vapor, Twitter pelo telegráfo, você tem exatamente a mesma dinâmica que existiam 150 anos atrás – quando Karl Marx estava rascunhando o Manifesto Comunista*”²³. A automação

¹ What if all the most familiar objections to Marx’s work are mistaken? Or at least, not totally wrongheaded, mostly so? [...] Not even Marx’s most implacable critics would deny that he transformed our understanding of human history. The antisocialist thinker Ludwig von Mises described socialism as “the most powerful reform movement that history has ever known, the first ideological trend not limited to a section of mankind but supported by people of all races, nations, religions and civilizations”. Yet there is a curious notion abroad that Marx and his theories can now be safely buried – and this in the wake of one of the most devastating crises of capitalism on historical record (EAGLETON, 2011, p.IX-X).

² “Marx and Engels may again become relevant [...] If you substitute platforms for textile mills, machine learning for steam engines, Twitter for the telegraph, you have exactly the same dynamics as existed 150 years ago – when Karl Marx was scribbling the Communist Manifesto”

³ DRURY, Colin. Mark Carney warns robots taking jobs could lead to rise of Marxism. In: <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/mark-carney-marxism-automation-bank-of-england-governor-job-losses-capitalism-a8304706.html>

levará milhões ao desemprego, estagnação salarial e o crescimento do comunismo em uma única geração. Quando as palavras de abertura do *Manifesto Comunista* dizem “*Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo*” (MARX, 2009, p.21) isto é novamente reiterado pelos grandes capitalistas do século XXI, como se estivessem a contemplar um morto-vivo que não recusa-se a perserguir-lhes. E nestes anos de ascensão mundial do fascismo, do reordenamento da divisão social do trabalho e enfraquecimento do imperialismo, não podemos evitar de concordar com Terry Eagleton: *Marx was right*.

Este capítulo possui uma problemática maior a solucionar que os demais deste trabalho. Isto se dá porque é simultaneamente um capítulo teórico, histórico e historiográfico, sendo concomitantemente uma abertura metodológica, assim como conjuntural ao que os demais capítulos trabalharão. Entretanto, dizer isso não é o suficiente – trata-se de algo audacioso fazer uma redação que seja estas três coisas, mas ela não surge por mera opção nossa, mas sim por uma nova necessidade que se existe contemporaneamente ao se trabalhar a Teoria e História. Em suma, o que tentamos dizer é – não é mais plausível fazer um trecho teórico para que permaneça isolado do resto do trabalho.

Isto se percebe *a priori* no título deste capítulo - “*O problema do ceticismo teórico-histórico*”. Trabalhar teoria não é apenas uma opção para facilitar a compreensão da história, nem para torná-la inteligível, é algo além disso; existe atualmente um ceticismo entre historiadores de se remeter demasiadamente aos teóricos, o que é um paradoxo, pois “*sem combinar a História com a teoria, é provável que não consigamos entender nem o passado nem o presente*” (BURKE, 2012, p.38).

Onde encontra-se esse ceticismo teórico? E, mais que isso, de onde ele saiu? É plausível perguntar-se. Uma constatação existe no que Luiz Felipe de Alencastro alegou ser a história hipernarrativa existente no Brasil (ALENCASTRO, 2008 p.36), modalidade esta que ascende gradativamente à um processo de retração do pensamento teórico. Somos da opinião que o excesso do zelo à narração é apenas um reavivamento do positivismo historiográfico, eternamente moribundo, eternamente ressurgindo. Entretanto, há algumas citações que podem ser proveitosas para essa compreensão:

É a partir do conhecimento dos fatos tal qual ocorreram e se desdobraram no passado que grande parte dos historiadores analisa a história enquanto um processo que adquire coerência a partir do futuro, ou seja, analisa-se a história de trás para frente. O grande problema desse tipo de análise metodológica é que se define um modelo ideal do fenômeno e constrói-se a análise histórica a partir dos fatos

posteriores, os quais passam a conferir inteligibilidade ao que aconteceu anteriormente, e o que parece não se encaixar perfeitamente nesse modelo sequencial de acontecimentos [...] é visto como exceção, como desvio da regra (FURTADO, 2014, p.63).

Outra citação é oriunda deste trecho:

A ênfase [...] em eventos e personalidades não representa uma rejeição de abstrações como o “Estado” e as “classes sociais”, tampouco uma negação das estruturas econômicas, demográficas, sociais e mentais que moldam os eventos históricos, ao contrário; é um alerta para que mais atenção seja dada à dimensão humana da história, uma vez que são pessoas, e não forças incorpóreas, que, em última instância, fazem a história (SCHWARTZ, 2008, p.31).

Outra proveitosa é retirada de:

Conhecer esse período [o colonial] requer o domínio e a utilização de termos e categorias tais quais elas eram empregadas e conforme o significado que lhes era atribuído. Em outras palavras, os conceitos que o historiador lança mão para reconstruir o tempo vívido só podem ser formulados e só fazem sentido historicamente (FURTADO, 2008, p.60).

Entretanto, é também legítimo a indagação de que onde reside o ceticismo teórico nestas citações, se tudo que foi dito concerne, ainda que sob múltiplas formas, especificamente ao anacronismo? Isto não possui uma resposta tão direta; a noção de anacronismo surgiu decorrentemente da transposição de aspectos da realidade contemporânea do historiador do passado, particularmente da saturação do paradigma marxista entre historiadores no Brasil; por anacronismo, os marxistas entendem isto por “*idealização*” (SODRÉ, 1987, p.39-40), portanto, na visão dos materialistas históricos, anacronismo é uma história idealizada, enquanto a história enquanto tal é a história material, isto é, das relações que se compõem no tempo e espaço (SODRÉ, 1990, p.3). Esta noção de anacronismo pela historiografia atual tenta se contrapor contra uma visão deformada do que constitui o problema da verdade histórica, associando ela com dogmatismo teórico, sendo esta uma visão de origem de intelectuais pós-modernos (EAGLETON, 2003, p.103). A crítica central à teoria é que a ela deixa de ser material, isto é, adequado para entender períodos históricos. Para o caso do Brasil é fortuito substituir ‘*teoria*’ por ‘*marxismo*’, visto a indissociabilidade de ambos na historiografia nacional

Portanto, o ceticismo com a teoria decorre de uma interpretação pós-moderna, que por sua vez é oriunda de uma saturação do marxismo dentro da Europa (EAGLETON, 2003, p.23-

34), ainda que este ceticismo venha de áreas do estudo histórico que sequer tenham o paradigma pós-moderno como *topos* filosófico e/ou metodológico. Entre historiadores, os únicos que efetivamente discutem teoria em profundidade são os marxistas⁴ (BURKE, 2012, p.15-16), daí então se subentende que a crítica à teoria – personificada entre historiadores pelo conceito de anacronismo – é uma crítica de origem estritamente anti-marxista. Teoria remete a noção de “*verdade histórica*”, entretanto, a interpretação de historiadores para com o conceito de “*verdade*” é substancialmente falaciosa – verdade torna-se sinônimo de eterno, imutável e homogêneo; a crítica a esta noção é de que qualquer objeto só é apreendido pelas múltiplas facetas que é observado em épocas e espaços distintos⁵ (REIS, 2006, p.175).

O problema subsequente pode ser uma surpresa – em momento algum existe dentro da literatura marxiana esta noção de verdade presente nas entrelinhas da análise dita teórica, e que tanto é taxada de anacronista. Em verdade, o que se existe dentro do pensamento de Karl Marx é um conceito de “*lei histórica*” circunscrito *apenas* ao período correspondente à sua vigência, e esta lei é tanto uma noção do funcionamento da política, das leis e das relações de produção e circulação (MARX, 1867/2013, p.113); em seu cerne, esta definição não é demasiada diferente daquilo que foi elencado acima sobre o estudo da história por Júnia Ferreira Furtado. O que leva ao sucinto corolário de que isto se trata de uma falsa concepção – para não dizer uma falácia sobre o que é genuinamente uma interpretação histórica marxista.

Neste trabalho, adianta-se primordialmente – é um trabalho de História Econômica, e este capítulo é dedicado a apresentar tanto uma perspectiva conjuntural do que era a economia do Estado do Brasil no período abordado, junto com as possibilidades de compreensão teórica desta mesma realidade, frente ao que se dispõe já realizado pela historiografia e pensadores do passado. A necessidade da teoria se dá por duas razões que serão explicadas em determinado momento – *i*) o método da história quantitativa observa demasiadamente objetivamente a realidade, mas a realidade está circunscrita ao que os dados permitem ser inferidos; isto

⁴ A separação atual dos historiadores com a teoria tem sua prova também mais uma vez no pós-modernismo. A teoria é um processo de auto-consciência, que surge em momentos de necessidade, em que se faz a crítica de se mesmo frente ao seu lugar no tempo presente; a pós-modernidade em sua ausência teórica é conivente com a própria realidade e suas mazelas porque relega esse papel de reflexão. (EAGLETON, 2003, p.27). Toda história é política, entretanto, negar o historiador a si mesmo qual a função social que sua teoria – ou ausência dela – cumpre socialmente é uma contradição.

⁵ A historiografia contemporânea é extremamente prepotente ao supor em suas conclusões formidáveis a proposição de sínteses conciliadoras e universais tais como a acima, entretanto, tendo a História desvencilhado de toda uma tradição de pensamento ocidental, muitas das suas problemáticas já encontram-se solucionadas para o pasmo alheio em quase dois séculos. Esta multiplicidade interpretativa, que recorre inexoravelmente ao universal, já estava estabelecida por Friedrich Hegel em seu conceito de *verdade absoluta* – que surpreendentemente a muitos leitores, não possui uma verdade absoluta. Isto será explicado noutros trechos deste trabalho quando isto se tornar mais incisivo.

resulta em um problema fenomenológico de interpretação histórica que foi levantado em trabalho anterior; *ii*) a segunda razão é consequência da primeira; sendo um estudo sem teoria um estudo predominantemente fenomenológico⁶, não é possível fazer um pulo de abstração que permita extrapolar as conclusões ao período histórico do trabalho *per se*, resultando em uma história de historiadores e do passado; o que tentar-se-à realizar é o que David Harvey denomina sucessivas abstrações além da forma sócio-histórica de objetos e relações (HARVEY, 2013). Entretanto, irredutivelmente a interpretação deste capítulo estará sujeita ao crivo do leitor. Na existência do próprio ceticismo alheio ao que se pretende redigir aqui, a sua legitimação para ser redigido então desta forma pode ser sumariamente reduzida a uma mera opção hermenêutica de nossa parte, opção esta que é sempre considerada essencial pelos críticos do materialismo, visto que todo trabalho é inerentemente subjetivo⁷ (REIS, 2006, p.175).

Foi alegado que caso Karl Marx escrevesse contemporaneamente sua *magnum opus* – *Das Kapital* – teria que dedicar demasiado trecho da obra para garantir a legitimação da Teoria do Valor-Trabalho (HARVEY, 2013). Mais que isto, com o golpe de Yeltsin e da facção direitista do Partido Comunista da União Soviética que pôs fim ao primeiro Estado socialista do mundo, críticos do marxismo supõem o fracasso total do projeto político (EAGLETON, 2003), mas não é esse o caso: existem cinco Estados socialistas presentes⁸ que reivindicam o marxismo-leninismo como seu guia e, mais que isso, revoluções nas Filipinas, Índia, Turquia e outros países que também reiteram a contemporaneidade do marxismo como um pensamento para tornar a realidade inteligível e passível de transformações radicais; em última instância, a crise do socialismo real pós-1991 diz pouco sobre uma crise do marxismo, visto que Karl Marx era um teórico do capitalismo, não do socialismo (PARENTI, 1997);

⁶ É e não é fenomenológico. É fenomenológico, pois na história quantitativa se observa majoritariamente os dados disponíveis, entretanto, nega outro princípio da fenomenologia clássica ao alegar que não é possível conhecer a realidade objetivamente. Isto resulta em análises proposicionais erradas como a de Carlos Jucá de Sampaio que pretendo falar depois.

⁷ É também de interesse do autor fazer retorno a uma categoria marxiana – “*ideologia*”, isto é, aquilo que materialmente existe para obscurecer trechos do que são as contradições inerentes a algo (BOTTOMORE, 1991, p.249). Por ideologia neste caso está presente a contradição constantemente enunciada entre historiadores de que toda história é invariavelmente subjetivista e/ou presentista, entretanto, toda sua exposição assume um valor fenomenológico, isto é, objetivo. Em termos marxistas, a contradição está sintetizada em: *por que é necessária reiterar a subjetividade do trabalho histórico, se estamos em época de obras hipernarrativas?*

⁸ Estes são: República Popular da China; República Popular Democrática da Coreia; República de Cuba; República Socialista do Vietnã e República Popular Democrática de Laos. De certo, mesmo dentro do marxismo-leninismo existem discussões sobre se estes Estados permanecem socialistas ou não. Aqui reivindicamos todos enquanto socialistas pela seguinte razão – sendo o Estado derivado dos conflitos de classe, não é plausível afirmar que a classe capitalista comanda algum dos Estados acima, ainda que exista devido a políticas revisionistas.

levando isto em consideração, despenderemos trecho demasiado do trabalho legitimando o uso da teoria, para que não se incorra na famigerada crítica do idealismo e anacronismo histórico. Este é o objetivo central deste capítulo.

O período abordado por esta dissertação estende-se de 1780 até 1807. As datas podem aparentar serem arbitrárias, mas a sua razão de serem encontram-se em duas fontes – a primeira é nacional, em que 1780 marca o fim da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, enquanto 1808 é a chegada da família real ao Estado do Brasil. A segunda é internacional, pois durante o período de 1789-1848 nos encontramos naquilo que Eric Hobsbawm denominou “*Era das Revoluções*”, com transformações políticas e econômicas mundiais levadas a cabo pela França e Inglaterra (HOBSBAWM, 2010) Possui-se então dois acontecimentos: um de ordem nacional e outro de ordem internacional para balizar a temporalidade econômica deste trabalho; ainda assim, isto não significa que no decorrer destas páginas estaremos restrito a tais datas como muros intransponíveis, mas sim que é nelas que condensam-se o grosso da análise a qual nos debruçaremos. A segunda razão de ser deste período encontra-se nas considerações de Caio Prado Jr. sobre a mesma época:

Os problemas brasileiros de hoje [data da 1ª edição em 1942], os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás. E é da solução de muitos deles para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente. Um dos aspectos mais chocantes do Brasil, e que alarma qualquer observador de nossas, é esta atonia econômica, e portanto ‘vital’, em que mergulha a maior parte do território econômico do país (PRADO JR, 1976, p.12).

Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de gêneros primários demandados nos mercados internacionais (PRADO JR, 1978, p.15).

O que Caio Prado Jr. tenta-nos dizer consiste que na época de redação de sua obra, pouco havia mudado na estrutura econômica brasileira, e que os problemas econômicos do período colonial ressurgem em meados do século XX como uma mazela, isto é, uma tendência estrutural da própria produção no Brasil. O período em questão que ele remete-se coincide com o deste trabalho e a baliza acontecimental enunciada acima. Entretanto, até o momento nada foi dito de sua segunda citação, nem porque ela está presente neste trabalho.

Apesar de alguns nomes da historiografia nacional, tais como Júnia Ferreira Furtado, evitarem assumir que toda história é inevitavelmente uma história presentista, portanto, explodindo todo o campo temporal que o historiador trabalha (FURTADO, 2008, p.60), não

se faz coerente de nossa parte então ignorar a máxima de Marc Bloch, tida como premissa central da historiografia, e a elegemos aqui como o axioma irredutível do historiador:

Nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como das outras. O provérbio árabe disse antes de nós: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais” (BLOCH, 2001, p.60).

Estamos então diante de uma contradição – a história é realmente inevitavelmente presentista, ou então a história se traveste de objetiva no seu olhar para o passado, mas sem sacrificar o seu ídolo da subjetividade, que é invariavelmente pessoal e presente a algo, mas que neste ponto frente a essa contradição perdeu qualquer sentido de existência que poderia ter, sendo relegado a uma mera frase de efeito. O fenômeno histórico é nossa historiografia, em seu próprio tempo, com suas próprias contradições; mas isto não nos diz o seguinte - *o que é nosso tempo histórico?* É o tempo da *pax americana*, do neocolonialismo, do *radical centrism* e do fim da história (LOSURDO, 2004), a historiografia moderna não está a parte da hegemonia do imperialismo americano como instituição econômica e dos seus valores de democracia; em verdade, todos os estudos atuais são reflexos de uma redemocratização burguesa circunscrita à este cenário descrito acima. Dito isto, retornemos então a segunda citação de Caio Prado Jr. e sua razão de encontrar-se neste trabalho.

O que Caio Prado Jr. reitera é uma origem. Não uma origem acontecimental, mas uma origem estrutural e processual; para que a palavra ‘*origem*’ não se faça mais presente, é preferível ao paladar do historiador pós-Escola dos Annales o conceito de “*estrutura*”, uma estrutura é aquilo que pouco se desgasta com o tempo, é produzida e reproduzida simultaneamente durante sua vigência, como já foi explanado por Fernand Braudel (BRAUDEL, 2011, p.95) Por que não devemos usar a palavra ‘*origem*’? Novamente, Marc Bloch nos promove a resposta:

[Origem] significa simplesmente começo? Isso seria quase claro. Com a ressalva, entretanto, de que, para a maioria das realidades históricas, a própria noção desse ponto inicial permanece singularmente fugaz. Caso de definição, provavelmente. De uma definição que esquece-se muito facilmente de fornecer. Será que, ao contrário, por origens entende-se causas? Então não haveria mais outras dificuldades a não ser aquelas que, constantemente e sem dúvida mais ainda nas ciências do homem, são por natureza inerentes às investigações causais. Mas entre os dois sentidos frequentemente se constitui uma contaminação tão temível que não é em geral muito claramente sentida. Para o vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade; aí mora o perigo (BLOCH, 2001, p.57).

Chegamos então ao ponto que desejamos. Dentre as críticas vigentes ao marxismo, uma delas concerne em como os materialistas históricos atribuíram os problemas do Brasil contemporâneo ao passado colonial, vendo tal passado como uma origem, seja sob a égide de falaciosas interpretações atuais a respeito do “*Pacto colonial*” e do “*Sistema Colonial*”, seja de outras como a suposta existência de um pecado original na colonização. A citação pradiana possui relevância porque sendo este estudo feito em um período de desaceleração econômica, os problemas cíclicos da economia brasileira ressurgem, e resta então indagar por que.

Atualmente, o Brasil vivencia uma das maiores desindustrializações do mundo⁹. Concomitante a isso, estamos testemunhando uma reprimarização da pauta exportadora (SILVA, 2017), e não somos capazes de produzir superávits sem esta, ou sem um fomento exacerbado ao crédito como feito durante os dois Governo Lula. Este contexto não é isolado, visto que o mundo encontra-se em uma recessão mundial causada pelo *crash* financeiro de 2008, que é por sua vez mais uma crise estrutural do capital. O que reitera, ao menos em princípio, mais uma vez a argumentação de uma série de intérpretes do Brasil: que o país não é capaz de ter crescimento econômico auto-propulsionado, diferente dos países economicamente desenvolvidos.

Entretanto, nosso objeto não é o Brasil, mas sim uma parcela do Nordeste brasileiro. Atualmente o que se compreende pelo Estado de Pernambuco, mas na época denominado Capitania de Pernambuco. Há de se reconhecer que existe um problema de congruência argumentativa entre a economia brasileira e sua análise regional, e que não é um processo mecânico de enquadramento. Mas as unidades federativas estão em última instância com suas atividades econômicas interligadas com a nacional; e neste processo, problemas locais são indissociáveis destes.

Concomitante com isto, uma série de observações feitas no decorrer do século XX sobre Pernambuco ainda se fazem pertinentes, resguardadas as devidas proporções de mudança.

Qualquer pessoa que queira saber o que é uma região subdesenvolvida poderia começar pelo Recife, a capital do empobrecido Nordeste brasileiro – aquela vasta área de cerca de 20 milhões de habitantes [texto original datado de 1963] que deu ao país os seus mais famosos bandidos e revoltas camponesas, e ainda lhe fornece um fluxo de migrantes subnutridos [...] Assim como na maioria das outras cidades da

⁹ Entrevista de Ha Joon Chang, economista sul-coreano, com Regiane Oliveira. In: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/economia/1515177346_780498.html?%3Fid_externo_rsoc=FB_BR_CM. Acessado em 04/02/2018.

América do Sul, não há indústria suficiente para absorver esses fluxos de imigrantes (HOBSBAWM, 2017, p.45).

Há alguns trechos que merecem certa ênfase previamente a prosseguirmos neste texto. A primeira consideração concerne a menção de Eric Hobsbawm a uma “*região subdesenvolvida*”. Dentre as críticas que se prostram ao marxismo, e em larga medida, para toda manifestação do Pensamento Econômico quanto em intersecção com a História, reside uma de que o Brasil era *subdesenvolvido*; mas por *subdesenvolvido* entende-se erroneamente pela historiografia contemporânea que este conceito seria causado pelo fato do Brasil ser uma colônia de exploração; e que devido a ela, o país seria subdesenvolvido e atrasado, isto é, procurava um diagnóstico para as mazelas do país (JUNQUEIRA, 2007, p.173), um *passado utilizável* para os projetos políticos do século XX (MATTOS, 2014, p.71). Em última instância, isto apenas demonstraria como o Brasil compreendia-se – retrógrado e arcaico (JUNQUEIRA, 2007, p.182-184).

Por estas citações acima, demonstra-se um desconhecimento da visão consolidada sobre o que é o conceito de desenvolvimento econômico, mas que culminam na seguinte crítica – que o intuito dos estudos sobre período colonial não eram estudos que visavam a compreensão de tal período (JUNQUEIRA, 2007, p.173). Tomamos aqui a liberdade de realizar duas réplicas – a primeira é que o subdesenvolvimento econômico diz respeito aos níveis de produtividade nos setores que compõem a economia, isto é, se a agricultura é predominantemente intensiva ou extensiva, se os processos de produção envolvem muitos bens de capital (AMIN, 1976, p.171-173); no cerne, está a relação entre importação e exportação, isto é, se neste processo de troca ocorre uma especialização econômica na produção de uma ou de poucas mercadorias específicas, e que no caso do subdesenvolvimento, esta mercadoria é comumente uma matéria-prima ou um produto primário (FRANK, 1980, p.33). Contrário, ao que se acredita, o tema de *desenvolvimento econômico* não é um debate recente, mas tem suas origens datadas no século XVI, sob a premissa coletiva de que “*as economias atrasadas não podem se desenvolver se deixarem as coisas inteiramente por conta do mercado*” (CHANG, 2015, p.126-127). É graças ao pensamento desenvolvimentista e sua aplicação na realidade econômica que é possível então compreender a ascensão econômica de países como a Grã-Bretanha no século XVIII, Estados Unidos e Alemanha no século XIX, e China na segunda metade do século XX e no decorrer do XXI (CHANG, 2015, p.127).

A segunda réplica diz respeito a contradição que foi mencionada nas páginas anteriores – de que a historiografia mantém como uma de suas premissas axiomáticas que

toda história é oriunda do historiador, que por sua vez é oriundo de seu presente; entretanto, não nos cabe aqui indagar do ponto de vista do marxismo do século XX e seus debates no período, mas sim ser mais presentistas ainda: *por que a crítica atual ao marxismo, sendo inevitavelmente uma crítica presentista, denuncia os problemas do pensamento materialista histórico em seus envolvimento com a política da época, mas não é essa mesma historiografia capaz de prostrar-se ao espelho e repetir a mesma pergunta sobre o presente que lhe envolve?* Nisso, chegamos a duas possíveis soluções – a primeira de que a historiografia atual não se considera presentista, na medida que realiza análises estritamente históricas e passadas, ou quando realiza abordagens contemporâneas são todas circunscritas ao *status quo* na medida que espelham o Brasil pós-1988, no que destacamos anteriormente ser a era da *pax americana*. No primeiro caso, a abordagem estrita ao passado fere tudo aquilo que se consideram axiomas fundamentais da reflexão histórica contemporânea, podendo esta historiografia ser atirada no poço do positivismo; no segundo caso, encontramos uma historiografia presentista atrelada ao presente, entretanto, convergindo com a outra nas razões de suas críticas ao marxismo – são estritamente presentistas por serem originárias da redemocratização e retração do pensamento marxista no mundo e, também que por razões *estritamente políticas, estritamente de classe*, rejeitam este mesmo marxismo. Disto, voltemos então à epígrafe de René Rémond no início deste capítulo, em que percebemos a contradição que permeia a historiografia contemporânea.

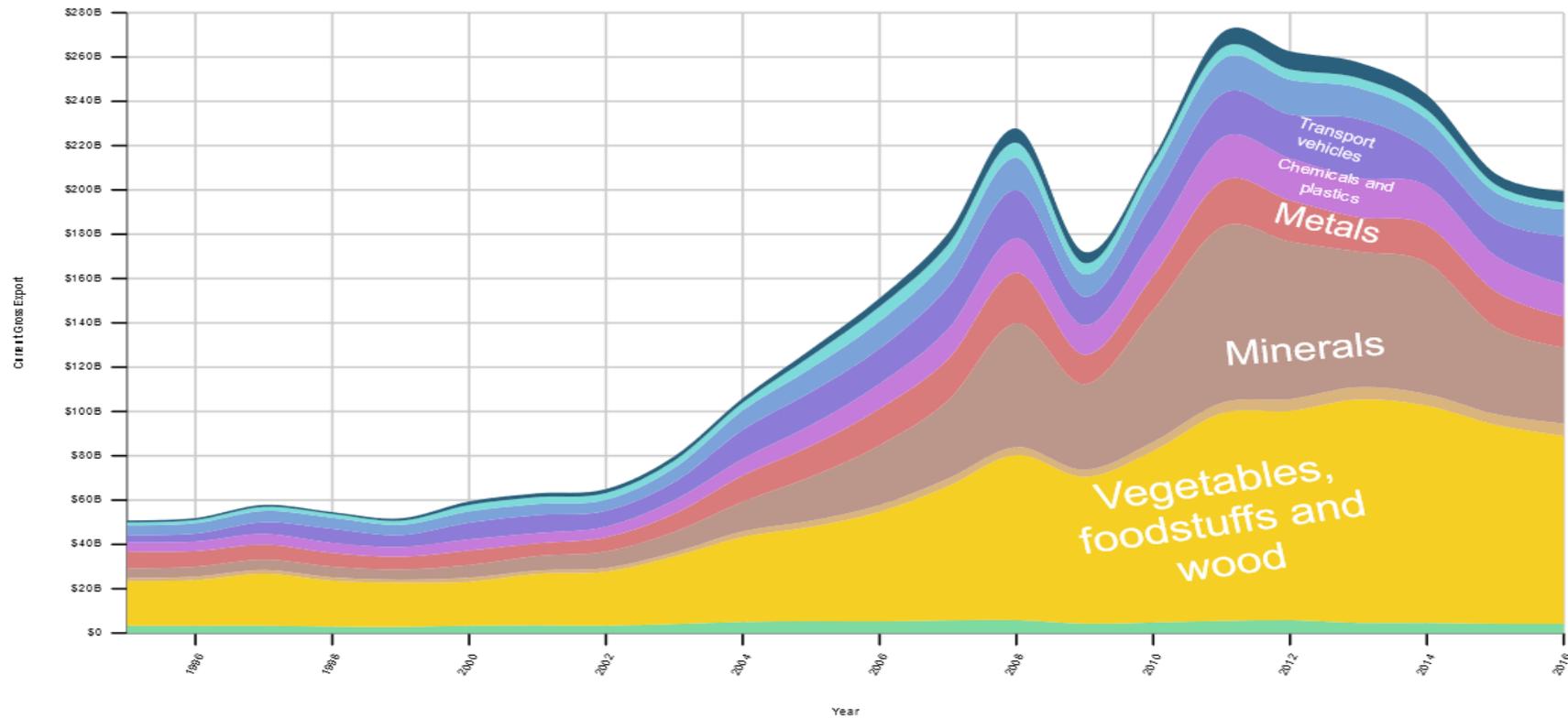
Mais que isto – atribuir ao pensamento marxista que todos seus estudos recaem sob a acusação de “*passado utilizável*” atua como uma ruptura radical, mas extremamente prepotente do pensamento contemporâneo. Ao assumir que o único intuito destes autores era seu programa político, nega-se então a possibilidade de que o marxismo possa realmente contribuir intelectualmente; além disso, funciona como uma completa negação de todo o pensamento ocidental do racionalismo do século XVI até a primeira metade do século XX – sendo o marxismo a intersecção da Economia Política Clássica, fundada por cónegos como Adam Smith, William Petty, David Ricardo, entre outros; e do idealismo alemão em seu apogeu manifestado em Friedrich Hegel e Immanuel Kant (FERNANDES, 2011, p.21-22). A historiografia atual rasga completamente com tais heranças – mas para nos remetermos a um jargão mais marxista: a historiografia contemporânea rompe com o passado em direção ao futuro, a historiografia faz uma revolução. A problemática subsequente é que futuro essa historiografia contraditória subserviente almeja.

As palavras de Fiodor Dostoievski possuem profunda ressonância – “*Mas o ser humano é tão apaixonado pelo sistema e pela conclusão abstrata, que é capaz de fazer-se de*

cego e surdo somente para justificar sua lógica” (DOSTOIEVSKI, 2008, p.19). O problema da reprimarização da pauta exportadora brasileira é visível:

No gráfico 2 é possível compreender melhor a exportação brasileira:

Gráfico 2: Exportações brasileiras em 2016¹¹.

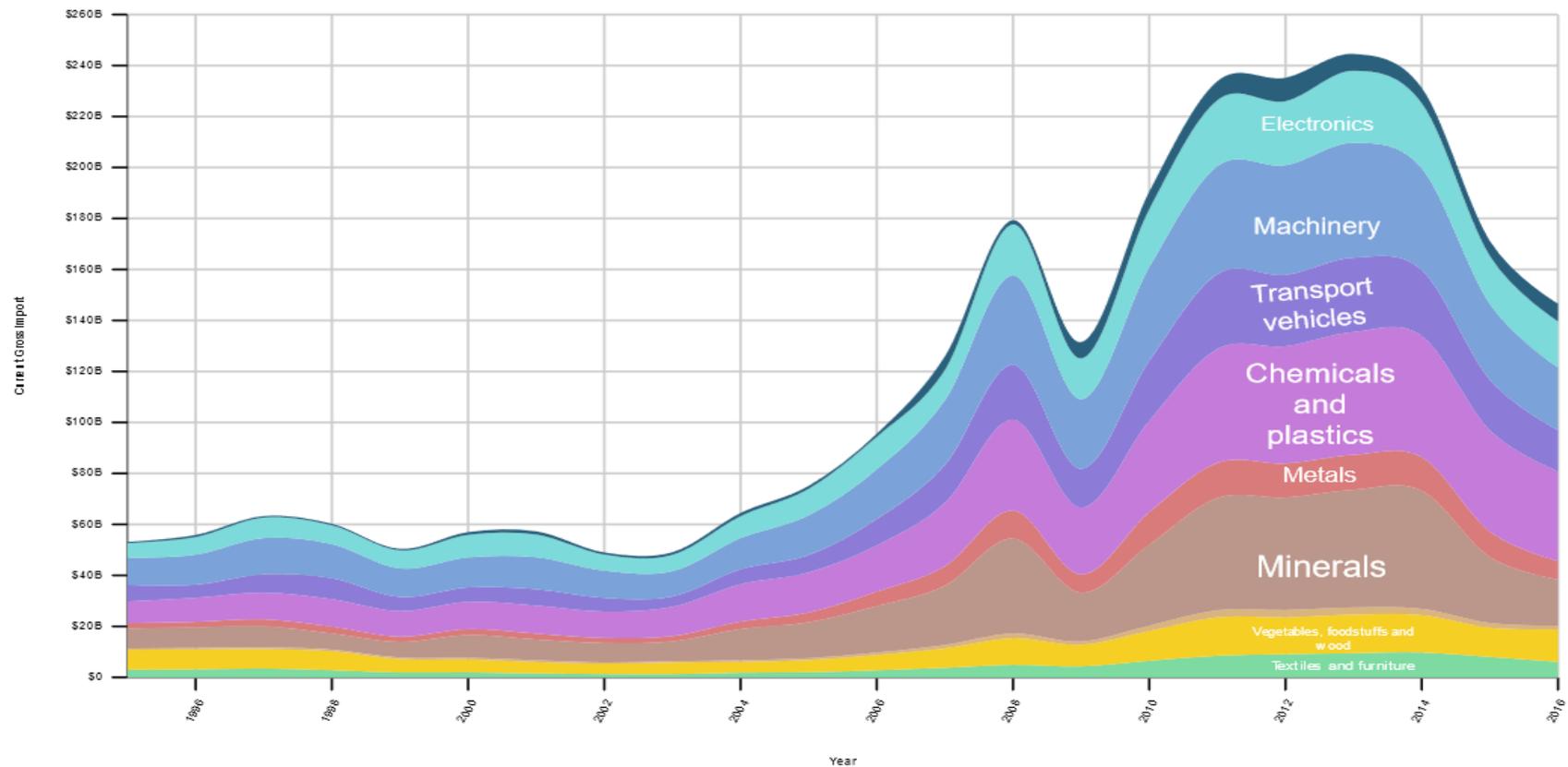


¹¹ **What did Brazil export between 1995 and 2016?**. The Center for International Development at Harvard University. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack/?country=32&partner=undefined&product=undefined&productClass=HS&startYear=undefined&target=Product&year=2016>. Acessado em 09/02/2018

Em 2016, o Brasil exportou mercadorias avaliadas em um total de 200 bilhões de dólares. Destes, 142 oriundos do setor primário da economia. Percentualmente, 71% dos valores exportados são categorizados como produtos primários. Concomitante com isso, as observações da pauta importadora do Brasil também são pertinentes:

O gráfico 4 possibilita compreender a figura acima em melhores proporções:

Gráfico 4: importações brasileiras de 1995 a 2016¹³



¹³ **What did Brazil import between 1995 and 2016?**. The Center for International Development at Harvard University. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack/?country=32&partner=undefined&product=undefined&productClass=HS&startYear=undefined&target=Product&tradeDirection=import&year=2016>. Acessado em 09/02/2018.

Em 2016, o Brasil importou um total avaliado em 147 bilhões de dólares. Destes, 107 em produtos manufaturados; ou seja, 72% do valor total. Confrontando-se então estes dados com a tese de Caio Prado Jr. sobre o Sistema Colonial brasileiro, ou com a dialética da dependência de Ruy Mauro Marini, ou com o desenvolvimento do subdesenvolvimento: que a economia nacional produz predominantemente produtos primários destinados à exportação, sendo fadada, em contrapartida, a importar produtos manufaturados; resultando numa situação incapaz de promover o crescimento econômico auto-propulsionado. É necessário que retoricamente o leitor contemple-se com estes dados, e que deste momento em diante assumiremos a seguinte conclusão-premissa: *não há veracidade em manter argumentos sobre “passado utilizável”, ou sobre o fornecimento de diagnósticos, quando empiricamente somos presentemente confirmados que no cerne, as teses marxistas e dependentistas não estão obsoletas*. Podemos então retornar a nossa terceira e última epígrafe na abertura deste capítulo.

Recaptulando: nosso intuito era até o momento demonstrar contradições da historiografia atual, a incongruência e insustentabilidade argumentativa de algumas de suas críticas ao marxismo, especialmente para o tempo presente, para então podermos chegar ao ponto objetivado – que o marxismo também esteja legitimado para se remeter aos estudos do passado colonial.

E como toda história é inevitavelmente política, há que se distinguir entre as distintas correntes do marxismo: apesar de todos pertencerem ao mesmo paradigma, não há sentido referir-se aos marxistas com críticas homogêneas, visto que incorreremos em uma fálacia de divisão¹⁴. Para nosso estudo, é necessário distinguir apenas entre três das diversas correntes: o marxismo-leninismo¹⁵, marxismo ocidental e teoria da dependência.

Que é o marxismo-leninismo? Mais importante que isto para o nosso trabalho, por que iremos nos referir a esta corrente do pensamento marxista? Pela seguinte razão – o desenvolvimento do marxismo brasileiro é diretamente atrelado à história da III Internacional Comunista – pelo debate sobre a revolução democrática, sobre a questão colonial e semifeudal, o pensamento marxista brasileiro – quer como crítico ou adepto das teses do

¹⁴ Falácia da divisão: o todo possui seus atributos, e assume-se que as partes que o compõem possuem os mesmos atributos dispostos de maneira homogênea (WALTON, 2012, p.31).

¹⁵ Esta multiplicidade é reconhecida até por críticos do marxismo. José Carlos Reis, em sua obra “*Identidades do Brasil*” alega que Nelson Werneck Sodré se identificava mais com o pensamento da III Internacional Comunista, o Comintern, enquanto Caio Prado Jr. é mais identificável com as teses da IV Internacional.

Comintern – não pode ser compreendido sem que primeiro se faça essa breve menção. O desenvolvimento da Teoria da Dependência tanto decorre do debate desenvolvimentista, como das interpretações erradas sobre a estrutura de classes no Brasil; o revisionismo do marxismo brasileiro – dentre os autores integrantes desse pensamento incluímos Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso – também é fruto desses debates; e o marxismo ocidental é o desenvolvimento de uma corrente do marxismo heterodoxo, as vezes beirando o idealismo, não assumindo as teses do materialismo histórico. Sendo assim, podemos então voltar a questão: que é o marxismo-leninismo?

O marxismo-leninismo surge postumamente a Vladimir Lenin como uma elaboração teórica, um salto qualitativo dentro do marxismo, materializado em duas obras: *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, datado de 1924, e *História do Partido Comunista da União Soviética*, datado de 1939, ambos de autoria de Joseph Stalin. Em ambas obras é descrito como o modelo leninista de interpretação da realidade e ação política constituíam um desenvolvimento quanto ao marxismo vigente na época: ortodoxo ou revisionista¹⁶. Que se constitui em síntese o marxismo-leninismo?

Então, o que é o Leninismo?

Alguns dizem que o Leninismo é a aplicação do Marxismo às condições que são peculiares da Rússia. Essa definição contém uma parte da verdade, mas de maneira alguma toda a verdade. Lenin, sem dúvidas, aplicou o Marxismo para as condições russas, e as aplicou com maestria. Mas se o Leninismo fosse apenas uma aplicação do Marxismo que são peculiares à Rússia seria puramente uma questão nacional e apenas nacional, puramente uma questão russa e somente um fenômeno russo. Sabemos, entretanto, que o Leninismo não é meramente um fenômeno russo, mas um fenômeno internacional enraizado na totalidade do desenvolvimento internacional. Esta é a razão porque eu penso que essa definição sofre de unilateralidade. Outros dizem que Leninismo é a ressurgência dos elementos revolucionários do Marxismo dos anos 40 do século XIX, distinto do Marxismo dos anos subsequentes, quando se tornou moderado, não revolucionário. Se nós desconsiderarmos essa divisão fútil e vulgar dos ensinamentos de Marx em duas partes, revolucionária e moderada, nós devemos admitir que até essa completa e insatisfatória definição contém uma parte da verdade. Esta parte da verdade é que Lenin realmente restaurou o conteúdo revolucionário do Marxismo, que havia sido suprimido pelos oportunistas da Segunda Internacional.

¹⁶ O revisionismo nesta época se materializava particularmente ao redor da II Internacional e de intelectuais como Karl Kautsky ou Georgi Plekhanov. Após a eclosão da I Guerra Mundial, Kautsky caiu em desgraça com suas teses sobre imperialismo, e o fracasso do menchevismo em promover uma revolução que favorecesse as classes trabalhadoras – proletários e camponeses – deram espaço para o fortalecimento do bolchevismo e do leninismo.

Ainda assim, isso é uma parte da verdade. A verdade total sobre o Leninismo é que o Leninismo não apenas restaurou o Marxismo, mas também deu um passo a frente, desenvolvendo o Marxismo além sob as novas condições do capitalismo e da luta de classes do proletariado.

O que, então, em última instância, é o Leninismo?

Leninismo é o Marxismo da era do imperialismo e da revolução proletária. Para ser mais exato, Leninismo é a teoria e as táticas da revolução proletária em geral, a teoria e as táticas da ditadura do proletariado em particular. Marx e Engels perseguiram suas atividades no período pré-revolucionário, quando o imperialismo ainda não existia, no período da preparação dos proletários para a revolução, no período que a revolução proletária não era ainda uma inevitabilidade. Mas Lenin, discípulo de Marx e Engels, fez suas atividades no período de desenvolvimento do imperialismo, no período do desdobramento da revolução proletária, quando a revolução proletária já havia triunfado em um país, esmagado a democracia burguesa e inaugurado a era da democracia proletária, a era dos Sovietes.

Isto é o porque o Leninismo é o desenvolvimento do Marxismo.

(STALIN, 1924/1953).

Esta descrição feita por Stalin em sua obra *Sobre os Fundamentos do Leninismo* é uma descrição sumariamente política, mas não esclarece os termos teóricos do marxismo-leninismo, isso é feito em sua obra *História do Partido Comunista da União Soviética (Bolcheviques)*:

Materialismo dialético é o olhar sobre o mundo do partido Marxista-Leninista. É chamado materialismo dialético porque sua abordagem para os fenômenos da natureza, seu método de estudo e apreensão, é *dialético* [grifo original], enquanto sua interpretação do fenômeno da natureza, sua concepção desses fenômenos, sua teoria, é *materialista* [grifo original]. Materialismo histórico é a extensão dos princípios do materialismo dialético para o estudo da vida social, uma aplicação dos princípios do materialismo dialético para o fenômeno da vida em sociedade, para o estudo da sociedade e sua história (STALIN, 1939).

Em síntese, estas são as considerações a serem feitas ao Marxismo-Leninismo. Entretanto, é legítimo indagar-se – o que o Marxismo-Leninismo tem a diretamente contribuir para nosso trabalho, se nosso objeto não coincide temporal e espacialmente com aqueles Vladimir Lenin e Joseph Stalin? Primeiramente, devemos sempre reinserir ao leitor que toda história é presente – e para historiadores como Eric Hobsbawm, o Leninismo possui as melhores ferramentas para interpretação da realidade latino-americana no século XX (HOBSBAWM, 2017), e no nosso entendimento, também para o século XXI, por razões tais como as que foram elucidadas acima na relevância das teses marxistas.

Além disso, o Marxismo-Leninismo traz a tona dois conceitos pivotais: *materialismo dialético* e *materialismo histórico*, mas que no momento não é necessária uma dissertação prolongada sobre ambos, isto virá à tona quando no segundo capítulo chegarmos à um impasse interpretativo que será necessário o auxílio do materialismo histórico para fazer sentido, caso contrário, a história colonial permanece caótica. Além disso, tanto o marxismo ocidental e a Teoria da Dependência desenvolvem-se com críticas ao que foi o pensamento oficial da União Soviética e da III Internacional, portanto, não seria um exagero de nossa parte dizer que o Comintern e o Marxismo-Leninismo são dois axiomas do marxismo brasileiro, quiçá mundial – não haveria prolifidade de discussão não fosse o impacto político da Revolução Russa, nem o mesmo desenvolvimento intelectual do mundo sem seu posicionamento oficial.

Disto, podemos então nos dirigir ao *marxismo ocidental*, e qual a sua relevância para nós. Relevância essa que não se trata tanto de assumirmos suas proposições, mas sim um posicionamento crítico – não queremos aqui nos filiar a essa corrente do marxismo, nem vemos razão de defendê-la. A razão para nos referirmos ao marxismo ocidental é devido à sua presença entre não marxistas, como Michel Foucault ou Jean Paul Sartre e, devido a isto, não é um desenvolvimento materialista do próprio marxismo, mas um desenvolvimento pequeno-burguês restrito à Europa como veremos a seguir. O termo “*marxismo ocidental*” surgiu como uma crítica soviética ao desenvolvimento de um marxismo idealista – particularmente de raízes hegelianas (KELLNER, 2005, p.155); podendo este desenvolvimento ser delimitado entre o período de 1924 até 1968 – da eleição de Joseph Stalin como secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, e pelo Maio de 1968 (ANDERSON, 1989, p.42).

Neste período, o desenvolvimento do marxismo europeu – particularmente na Alemanha, França e Itália – esteve sob o impasse do fracasso de outras revoluções nos respectivos países. Desta forma, toda teoria esteve dissociada da práxis política, o que gerou uma dissonância entre o marxismo oficial sustentado pela União Soviética e aqueles dos demais países europeus. A característica central do *marxismo ocidental* é o derrotismo político: “*The hidden hallmark of Western Marxism as a whole is thus that it is a product of defeat*” (ANDERSON, 1989, p.42).

Outra dissonância do *marxismo ocidental* para com as gerações marxistas precessoras era a penetração acadêmica do primeiro – nenhum intelectual marxista da geração pré-Primeira Guerra Mundial pertenceu à universidade, pelo contrário, a ação política do Centro e Leste Europeu era incompatível com a vida acadêmica; portanto, ter a geração

subsequente tido penetração nos círculos acadêmicos encutiu uma nova forma de se pensar o marxismo – estritamente filosoficamente, dissociado da práxis política que o vinha caracterizando até então (ANDERSON, 1989, p.49), era evidentemente uma corrente pequeno-burguesa do marxismo europeu. Isto deu origem a heterodoxia marxista, mas que gradativamente também suscitou a morte do marxismo dentro de próprios intelectuais que se consideravam marxistas:

Os marxistas ocidentais, portanto, colocaram ênfase muito maior na importância daquilo que Marx denominava superestrutura – cultura, instituições, linguagem – do processo político, de tal modo que às vezes a reflexão sobre a base econômica desaparecia de todo. Incapazes de mudar o mundo, concentraram-se em interpretá-lo por meio do que ficou conhecido como “estudos culturais”, que estabeleceram sua própria hegemonia em vários campi universitários nas décadas finais do século XX e produziram uma transformação nos estudos de disciplinas como história, geografia, sociologia, antropologia e literatura [...]. À medida que deram uma “guinada lingüística” – expandiram-se em estruturalismo, pós-estruturalismo, desconstrutivismo e, depois, pós-modernismo –, os estudos culturais com freqüência pareciam uma forma de se esquivar completamente da política, mesmo que muitos de seus adeptos continuem a se denominar marxistas. A lógica de sua burlesca insistência de que não há certezas ou realidades levou ao relativismo sem compromisso ou valor, capaz de celebrar, sem qualquer pudor, tanto a cultura pop norte-americana quanto a superstição medieval. Apesar do desdém pelas grandes narrativas históricas e leis gerais da natureza, muitos estudiosos pareciam aceitar o sucesso duradouro do capitalismo como um inevitável fato da vida. Aqueles que ainda nutriam impulsos subversivos buscaram refúgio em espaços marginais onde o domínio dos vitoriosos não estava bem assegurado: daí o entusiasmo pelo exótico e incorpóreo, desde as teorias conspiratórias dos óvnis aos fetiches sadomasoquistas. Um fascínio pelos prazeres do consumo (telenovelas, shoppings, o kitsch do mercado massificado) revelava o tradicional foco marxista sobre as condições da produção material. A consequência foi, nas palavras do crítico marxista Terry Eagleton, “uma imensa inflação lingüística, como se algo que na esfera política agora parecesse inconcebível ainda fosse bastante viável nas áreas do discurso, dos signos ou da textualidade. A liberdade do texto ou da linguagem viria compensar a falta de liberdade do sistema como um todo” (WHEEN, 2007, p.45-46).

Outras críticas que também podem ser feitas ao marxismo ocidental são:

[...] o colapso do movimento Marxista-Leninista produziu um vazio teórico. Para dentro deste vazio correram o pós-modernismo, pós-marxismo, pós-colonialismo, e uma confusa constelação de teorias acadêmicas chiques que

tentaram fazer sentido da opressão fora da expropriação de classe em uma maneira que era eclética, especulativa, quase-materialista, ou apenas idealista. Se a tradição revolucionária que falava de um entendimento científico da sociedade e da história havia chegado ao seu fim, ou então o argumento implícito levantado por estas novas radicais teorias alegavam. Se a tradição revolucionária que falava de um entendimento científico da sociedade e da história havia chegado ao seu fim, ou o argumento implícito levantado por estas novas teorias radicais argumentava, então explicações que não estavam manchadas com categorias ‘totalizantes’ do materialismo histórico eram necessárias. E essas novas explicações, que alegavam serem mais radicais que o marxismo, julgado como uma forma limitada e historicamente anacrônica, iriam substituir as categorias concretas de classe, modo de produção, partido revolucionário, sujeito histórico com conceitos especulativos como interseccionalidade, estruturas opressoras, autonomia e solidariedade, e o sujeito descentralizado¹⁷ (MOUFAWAD-PAUL, 2016, p.139)

Em verdade, talvez seja mais apropriado para se referir ao pós-modernismo, e também ao marxismo ocidental, uma das correntes que permitiu seu desenvolvimento, como um “*pós-marxismo*”. Tendo o pós-modernismo se desenvolvido não enquanto uma superação da modernidade, mas sim adotando filosoficamente o que mais havia de reacionário nela, é melhor então substituir tal denominação por “*pós-marxista*”, pois, visto que sem a penetração primordial que houve do marxismo ocidental nas universidades, sequer haveria então o que ficou conhecido como *pós-modernismo* (MOUFAWAD-PAUL, 2018).

São pelas razões acima que não fazemos uma defesa do marxismo tal como a de Eric Hobsbawm em sua tríade de conferências: “*O que os historiadores devem a Karl Marx?*”, “*Marx e a história*” e “*Todo povo tem história*”. Nelas, o que o historiador britânico almejou fazer foi provar a relevância do materialismo histórico para interpretar os fenômenos culturais, endereçando-se aos debates de sua época, sem levar em consideração que tanto o pós-modernismo como o marxismo ocidental já se caracterizavam como rupturas ao materialismo histórico como tal (HOBSBAWM, 2013, p.200-250). Este é um trabalho de

¹⁷ [...] the collapse of the Marxist-Leninist movement produced a theoretical void. Into this void rushed postmodernism, post-Marxism, post-colonialism, and a confused constellation of chic academic theory that attempted to make sense of oppressions outside of class exploitation in a manner that was eclectic, speculative, quasi-materialist, or just baldly idealist. If the revolutionary tradition that spoke of a scientific assessment of society and history had reached its end, or so the implicit argument raised by these new radical theories claimed, then explanations that were not tainted with the “totalizing” categories of historical materialism were required. And these new explanations, which claimed to be more radical than a Marxism judged as limited and historically anachronistic, would substitute the concrete categories of *class, mode of production, revolutionary party, historical subject* with speculative concepts such as *intersectionality, oppressive structures, autonomy and solidarity*, and the *decentered subject* (MOUFAWAD-PAUL, 2016, p.139).

história econômica, e estamos aqui a assumir os critérios objetivos que o materialismo histórico nos legou, e que possui seu desenvolvimento no Brasil refinado pela Teoria da Dependência.

A Teoria da Dependência tem como raiz o conceito de *desenvolvimento desigual* – em síntese, tal conceito permite a compreensão do desenvolvimento de formas de produção propriamente capitalistas, mas simultaneamente coexistindo temporal e espacialmente com outras formas de produção não-capitalistas, tais como – agricultura de subsistência e nomadismo (LÖWY, 1995, p.76).

Existe uma polêmica sobre as origens do conceito; sem sombra de dúvida, o conceito foi criado por Lenin, mas o marxismo brasileiro preferiu associar-se à definição de Trotsky. De toda forma, nos filiamos aqui à definição leninista, não trotskista, encontrada em “*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*”, em que:

O papel progressivo histórico do capitalismo pode ser resumido em duas breves proposições: incremento das forças produtivas do trabalho social, e a socialização deste trabalho. Mas estes dois fatos se manifestam em processos extremamente diversos em diferentes áreas da economia nacional. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é para ser observado plenamente na época da indústria mecânica em larga escala. Até que o estágio mais alto do capitalismo fosse alcançado, ainda existia produção artesanal e de técnicas primitivas, que se desenvolveram espontaneamente e excessivamente devagar. A época pós-reforma difere radicalmente neste respeito de épocas anteriores na história russa. A Rússia do arado de madeira e o mangual, do moinho de água e do tear manual, começou rapidamente a ser transformada na Rússia do arado de ferro e a máquina debulhadora, do moinho a vapor e do tear elétrico. Uma igualmente profunda transformação da técnica é vista em todo ramo da economia nacional onde a produção capitalista predomina. Este processo de transformação deve, pela própria natureza do capitalista, ocorrer por meio do que é desigual e desproporcional: períodos de prosperidade alternam-se com períodos de crise, o desenvolvimento de uma indústria leva ao declínio de outra, há progresso em um aspecto da agricultura em uma área e em outro aspecto em outra área, o crescimento do comércio e da indústria supera o crescimento da agricultura, etc.¹⁸ (LENIN, 1899)

¹⁸ The progressive historical role of capitalism may be summed up in two brief propositions: increase in the productive forces of social labour, and the socialisation of that labour. But both these facts manifest themselves in extremely diverse processes in different branches of the national economy. The development of the productive forces of social labour is to be observed in full relief only in the epoch of large-scale machine industry. Until that highest stage of capitalism was reached, there still remained hand production and primitive technique, which developed quite spontaneously and exceedingly slowly. The post-Reform epoch differs radically in this respect from previous epochs in Russian history. The Russia of the wooden plough and the flail, of the water-mill and the hand-loom, began rapidly to be transformed into the Russia of the iron plough and the threshing machine, of the steam-mill and the power-loom. An equally thorough transformation of technique is seen in every branch of the national economy where capitalist production predominates. This process of transformation must, by the very nature of capitalism, take place in the midst of much that is uneven and disproportionate: periods of prosperity alternate with periods of crisis, the development of one industry leads to the decline of another, there is progress

Em síntese, o que Lenin tenta dizer é: “*Desenvolvimento econômico e político desigual é uma lei absoluta do capitalismo*” (LENIN, 1915). Entretanto, o desenvolvimento deste conceito que depois foi alçado como uma “*lei histórica*” dentro do marxismo não está atrelado exclusivamente a compreender o desenvolvimento do passado; dentro do marxismo-leninismo, este conceito é inexoravelmente o ponto de partida para a construção de uma revolução socialista. “*Por isso, a vitória do socialismo é possível primeiramente em muitos ou até apenas um país capitalista*” (LENIN, 1915). O conceito ganha sua notoriedade na obra “*Imperialismo: fase superior do capitalismo*”:

O desigual e espasmódico desenvolvimento de empresas individuais, individuais ramos da indústria e individuais países é inevitável sob o sistema capitalista. A Inglaterra tornou-se um país capitalista antes que qualquer outro, e no meio do século XIX, tendo adotado o livre comércio, alegou ser a “oficina do mundo”, o fornecedor de produtos manufaturados para todos os países, que em troca deveriam mantê-la com o fornecimento de matérias-primas. [...] É dito que se o capitalismo pudesse desenvolver a agricultura, que hoje está severamente atrás da indústria, se pudesse levantar o padrão de vida das massas, que apesar dos maravilhosos avanços técnicos, continuam esfomeados e assolados pela pobreza, não poderia haver uma questão sobre o excedente de capital. Este ‘argumento’ é comumente levantado pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. Mas se o capitalismo fizesse essas coisas, ele não seria capitalismo; pois tanto o desenvolvimento desigual e a fome das massas são fundamentais e condições inevitáveis e constituem premissas deste modo de produção. Enquanto o capitalismo permanecer o que ele é, o excedente de capital será utilizado não para o propósito de melhorar o padrão de vida das massas de um país, pois isto significaria uma queda nos lucros dos capitalistas, mas para o propósito de aumentar os lucros ao exportar capital para os países atrasados. Nestes países atrasados lucros são geralmente altos, pois o capital é escasso, o preço da terra é relativamente baixo, salários são baixos, matérias primas são baratas. A exportação de capital é possível devido a um número de países atrasados já terem sido envolvidos no mundo capitalista; ferrovias foram ou estão sendo construídas, condições elementares para o desenvolvimento industrial foram criadas, etc. A necessidade de exportar capital surge do fato que em alguns poucos países o capitalismo saturou-se e (devido ao estágio atrasado da agricultura e pobreza das massas) o capital não pode achar um campo lucrativo para investimento¹⁹ (LENIN, 1916)

in one aspect of agriculture in one area and in another aspect in another area, the growth of trade and industry outstrips the growth of agriculture, etc (LENIN, 1899).

¹⁹ The uneven and spasmodic development of individual enterprises, individual branches of industry and individual countries is inevitable under the capitalist system. England became a capitalist country before any

Apreende-se dessas citações o que Lenin entende por *desenvolvimento desigual*: o desenvolvimento histórico de indivíduos, empresas e até nações sob as condições de desigualdade inerentemente presentes no curso da produção material da existência humana. A fase do imperialismo seria mais um exemplo de *desenvolvimento desigual*, pois a saturação da taxa de lucro nos centros do capitalismo forçaria a busca de meios de produção mais baratos, bem como a ampliação do exército industrial de reserva. O *imperialismo* é uma fase do *capitalismo*, portanto, só pode existir nele, em circunstâncias específicas do modo de produção.

Entretanto, isto não nos permite entender ainda qual a relação deste conceito para com o surgimento da Teoria da Dependência. A problemática que se segue é: o conceito leninista é diretamente voltado para a construção política do comunismo, mas no Brasil, concomitante a este debate que existia no PCB, também havia o debate de como compreender a formação histórica brasileira, o que acabou suscitando uma miríade de conceitos: semi-feudalidade, semi-colonialismo, Sistema Colonial, Modo de Produção Escravista Colonial, entre inúmeros outros. A construção política inevitavelmente teria de passar pela correta compreensão do passado e presente, e nisto então se apresenta a diferença da Teoria da Dependência – a maior filiação do conceito de *desenvolvimento desigual* como descrito por Leon Trotsky.

As leis da história nada tem em comum com esquematismo pedante. Desigualdade, a lei mais geral do processo histórico, revela-se mais acentuada e complexa no destino dos países atrasados. Sob o chicote da necessidade externa a cultura atrasada deles é compelida a fazer saltos. Da

other, and by the middle of the nineteenth century, having adopted free trade, claimed to be the “workshop of the world”, the supplier of manufactured goods to all countries, which in exchange were to keep her provided with raw materials. [...] It goes without saying that if capitalism could develop agriculture, which today is everywhere lagging terribly behind industry, if it could raise the living standards of the masses, who in spite of the amazing technical progress are everywhere still half-starved and poverty-stricken, there could be no question of a surplus of capital. This “argument” is very often advanced by the petty-bourgeois critics of capitalism. But if capitalism did these things it would not be capitalism; for both uneven development and a semi-starvation level of existence of the masses are fundamental and inevitable conditions and constitute premises of this mode of production. As long as capitalism remains what it is, surplus capital will be utilised not for the purpose of raising the standard of living of the masses in a given country, for this would mean a decline in profits for the capitalists, but for the purpose of increasing profits by exporting capital abroad to the backward countries. In these backward countries profits are usually high, for capital is scarce, the price of land is relatively low, wages are low, raw materials are cheap. The export of capital is made possible by a number of backward countries having already been drawn into world capitalist intercourse; main railways have either been or are being built in those countries, elementary conditions for industrial development have been created, etc. The need to export capital arises from the fact that in a few countries capitalism has become “overripe” and (owing to the backward state of agriculture and the poverty of the masses) capital cannot find a field for “profitable” investment (LENIN, 1916).

lei universal da desigualdade deriva outra lei que, devido a ausência de melhor nome, nós podemos chamar lei do *desenvolvimento combinado*, - em que nós queremos dizer a reunião de diferentes estágios da jornada, uma combinação dos passos separados, um amálgama do arcaico com formas mais contemporâneas. Sem esta lei é impossível de entender a história da Rússia, e com certeza de qualquer país de segunda, terceira ou décima classe cultural²⁰ (TROTSKY, 1930).

Aqui, vemos uma ruptura de Trotsky para com Lenin: *desenvolvimento desigual* seria uma lei universal do desenvolvimento histórico, enquanto que o *desenvolvimento combinado* seria um corolário da primeira. Um conceito que permitiria a inteligibilidade da história da Rússia e demais países. A melhor formulação do conceito de Trotsky encontra-se em sua obra “*A Revolução Permanente*”:

Além e acima das contradições internas do capitalismo, a Revolução de Outubro herdou da velha Rússia as contradições, não menos profundas, entre capitalismo como um todo e as formas pré-capitalistas de produção. Estas contradições possuíam, como ainda possuem, um caráter material, isto é, elas estão presentes nas relações materiais entre cidade e o país, elas se apresentam nas proporções e desproporções entre os vários ramos da indústria e da economia nacional como um todo, etc. Algumas das raízes dessas contradições residem diretamente nas condições geográficas e demográficas do país, isto é, elas são nutridas pela abundância ou escassez de um ou outro recurso natural, a distribuição criada historicamente das massas da população, entre outras [...] Eu faço nenhuma distinção entre as revoluções burguesas e socialistas, entre o Oriente e o Ocidente [...] Distinguir entre a revolução burguesa e proletária é ABC político. Mas após o ABC vem as sílabas, isto é, a combinação de letras. A história realizou a combinação das mais importantes letras do alfabeto burguês com as primeiras letras do alfabeto socialista²¹ (TROTSKY, 1931).

²⁰ The laws of history have nothing in common with a pedantic schematism. Unevenness, the most general law of the historic process, reveals itself most sharply and complexly in the destiny of the backward countries. Under the whip of external necessity their backward culture is compelled to make leaps. From the universal law of unevenness thus derives another law which, for the lack of a better name, we may call the law of *combined development* – by which we mean a drawing together of the different stages of the journey, a combining of the separate steps, an amalgam of archaic with more contemporary forms. Without this law, to be taken of course, in its whole material content, it is impossible to understand the history of Russia, and indeed of any country of the second, third or tenth cultural class (TROTSKY, 1930).

²¹ Over and above the internal contradictions of capitalism, the October Revolution inherited from old Russia the contradictions, no less profound, between capitalism as a whole and the pre-capitalist forms of production. These contradictions possessed, as they still do, a material character, that is, they are embodied in the material relations between town and country, they are lodged in the particular proportions or disproportions between the various branches of industry and in the national economy as a whole, etc. Some of the roots of these contradictions lie directly in the geographical and demographical conditions of the country, that is, they are nurtured by the abundance or scarcity of one or another natural resource, the historically-created distribution of the masses of the population, and so on [...] I make no distinction at all between the bourgeois and the socialist revolutions,

Disto, podemos então chegar a Teoria da Dependência. Onde existe a incongruência argumentativa de Lenin e Trotsky, isto é, onde os teóricos brasileiros do passado escolheram a separação entre qual corrente era mais apropriada se deu pelo que se segue: as contribuições de Lenin seguem primariamente a revolução socialista no centro do capitalismo, enquanto que Trotsky exaspera um conceito dentro do arcabouço leninista e o universaliza para o desenvolvimento dos demais países. Crítica similar é feita por Paul Singer, ao alegar que é possível compreender mais os impactos do imperialismo nas periferias do capitalismo por Rosa Luxemburgo do que por Lenin (SINGER, 2015, p.68-69). Ressaltamos aqui que esta é a visão da Teoria da Dependência, e não a nossa; preferimos a interpretação leninista do desenvolvimento desigual do que a visão de Trotsky.

Assim, entendemos a razão da filiação maior a Trotsky do que Lenin, e a ruptura que isso significa – se construir a revolução no Brasil era compreender corretamente a história nacional, as ferramentas conceituais disponibilizadas por Trotsky se demonstravam na época mais adequadas para o grupo de intelectuais da Teoria da Dependência. A Teoria da Dependência pode ser definida sinteticamente, incorporando o conceito de *desenvolvimento desigual e combinado* como uma tentativa para explicar a condição de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um país, atrelando essa condição a uma relação de expropriação dos excedentes produzidos, e acumulação central em cima destes (BOTTOMORE, 1991, p.373). As opiniões coincidentes dos autores *dependentistas* alegam que – 1) o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; 2) o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são duas faces de um mesmo processo; 3) o subdesenvolvimento não pode ser considerado como condição primária para um processo evolucionista; 4) a dependência existente nas relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento não é exclusivamente um fenômeno econômico, mas se manifesta na estrutura interna dos países periféricos social, ideológica e politicamente (BLÖSTROM; HETTNE, 1984, p.6).

Um exemplo de tudo acima é o nordeste brasileiro, que perdeu sua importância econômica, se tornando uma região pobre em meados do século XIX em diante, pois o açúcar não se tornou mais uma pauta de exportação lucrativa para Portugal, e como não possui uma

between the East and the West [...] To distinguish between the bourgeois and the proletarian revolution is political ABC. But after the ABC come syllables, that is, combinations of letters. History accomplished just such a combination of the most important letters of the bourgeois alphabet with the first letters of the socialist alphabet (TROTSKY, 1931).

dinamização interna da economia, sofreu um processo de atrofiamento (FRANK, 1969, p.148). Exemplos mais gerais são quaisquer regiões em decadência, com níveis de desigualdade absurdos, com instituições sociais opressoras, como um catolicismo ou protestantismo exacerbado, poderes locais familiares de caudilhos ou coronéis, e pouca mobilidade na organização política; isto demonstra que são regiões que no passado tiveram um modo de produção de exportação de produtos primários, e uma vez as minas exauridas ou os solos tornados inférteis, mergulham em decadência por não terem mais utilidade à reprodução do capital (FRANK, 1980, p.45).

Este processo é melhor descrito por Ruy Mauro Marini²²:

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2005).

²² Esta citação também nos serve para demonstrar o desconhecimento da historiografia contemporânea para com a Teoria da Dependência. É comum que atualmente se ressalte a independência política e econômica da colônia previamente aos últimos quartéis do século XVIII, entretanto, é levantado aqui que o destino do Brasil só se torna genuinamente submisso aquele das conjunturas internacionais na virada do século XVIII para o XIX, sendo mais uma descaracterização feita ao marxismo.

Sucintamente, a dependência se manifesta desta forma: as classes dominantes residentes no Brasil estão em desvantagem relativa para com as classes dominantes europeias na Economia Internacional; os produtos industrializados possuem mais trabalho materializado e, conseqüentemente, maior preço; os produtos primários que dão origem aos manufaturados são de baixo valor, e seu preço é submisso à demanda do setor industrial; conseqüentemente a taxa de lucro nos primeiros é substancialmente maior que nos segundos. Para manter o padrão de vida e o mínimo de reprodutibilidade do capital, a alternativa existente não é a industrialização e complexificação produtiva, mas a superexploração do trabalho pela precarização das relações de produção através da mais-valia absoluta, isto é, aumento das jornadas de trabalho como aquilo capaz de diretamente aumentar a produtividade (MARINI, 2005, p. 188-189).

Com isto, encerramos nossas considerações teóricas aparentemente isoladas do objeto de nosso trabalho. Deste momento em diante retornaremos ao período colonial, sendo mais incisivos em nossa circunscrição temporal e espacial. Iniciaremos estas novas considerações não a partir dos primeiros pontos cronológicos do século XVI, mas através de conclusões de Antonio Carlos Jucá de Sampaio. Em sua contra-argumentação à Caio Prado Júnior, o historiador sustenta que não houve primeiramente a edificação da estrutura produtiva das mercadorias de exportação para subseqüentemente ocorrer o desenvolvimento dos cultivos de mandioca e outros gêneros alimentícios, mas sim que foi o processo contrário (SAMPAIO, 2014a, p.319)²³. Não estamos aqui em busca de causalidades *primum mobile*, mas sim expor as correlações não perceptíveis entre as argumentações contemporâneas e como elas já estavam postas, mas dispersas nos estudos marxistas sobre o período colonial.

O que há de se ressaltar em Antônio Carlos Jucá de Sampaio não é sobre a veracidade ou não de sua proposição, mas que ela em si já está prevista dentro do próprio Karl Marx – a existência material depende da relação do homem para com a natureza. A produção desta

²³ O que esse debate sustenta em verdade é – existe a ilusão que Caio Prado Jr. atribuiu preponderância e previdência as atividades exportadoras do que as de subsistência. A contra-argumentação não se processa em termos de refutar o marxista em sua integridade, mas sim de apenas inverter a causalidade; sendo que a inversão dessa causalidade nada serve para explicar os problemas econômicos da realidade colonial, tais como – a oscilação do preço das mercadorias de exportação, a expansão e retração do latifúndio sob determinadas conjunturas econômicas, ou como ocorreu o aumento da pobreza urbana. Todas essas perguntas são respondidas por argumentos levantados por Caio Prado Jr. e outros marxistas: a dependência manifesta do preço como a condição *sine qua non* para a expansão e retração da produção de *commodities*, e o regime de propriedade e relações de trabalho, no que ficou conhecido como debate semifeudal na metade do século XX. Dialeticamente, a resposta não necessita saber qual é a causalidade inicial, mas sim o que se apresenta em conflito – isto é, a agricultura destinada à exportação e aquela destinada à subsistência. Isso será mais discutido ao longo do trabalho.

existência é o que ocorre primordialmente, e ela ocorre pelo conceito axiomático do “*trabalho*”. Ainda que Antônio Carlos Jucá de Sampaio não nos esteja referindo nestes termos, e que isto possa parecer inexistente em sua argumentação, o que nela se verifica – sob nossa ótica marxista – é o problema da produção sob a égide dos *valores de uso* e *valores de troca*.

A primeira forma de valor é o *valor de uso* – do que ele se consiste? “*A forma sob a qual a mercadoria é um valor de uso confunde-se com sua existência material tangível [...] O valor de uso não tem valor senão para o uso e não adquire realidade se não no processo de consumo*” (MARX, 2008/1859, p.53). Noutras palavras, o *valor de uso* de uma mercadoria é aquele em seu sentido mais estrito – o uso que pode ser feito dela. A produção do *valor de uso* estritamente como tal, isto é, sem o envolvimento do *valor de troca*, não pertence ao estudo da economia (MARX, 2008/1859, p.53). Entretanto, aqui nos adiantamos, não é possível compreender o funcionamento da economia colonial sem compreender o *valor de uso* – quando nos deparamos com o debate da problemática de se estudar questões como agricultura de subsistência devido a ausência de registros, em termos marxistas, o que estamos dizendo é que ocorreu uma produção de *valores de uso* e, como se tratou de uma *produção para uso*, é subentendido que não adentrou na esfera de circulação – noutras palavras, não há registro. Isto pode aparentar-nos redundante, mas faz parte de uma contradição fundamental do processo de produção material.

Conjuntamente ao *valor de uso*, existe o *valor de troca* – a primeira vista, o *valor de troca* é como distintos *valores de uso*, isto é, qualitativamente diferentes, se manifestam quantitativamente entre si (MARX, 2008/1859, p.55). Karl Marx faz análise constante referindo-se aos pesos e preços da Inglaterra do século XIX, mas para facilitar nossa compreensão, utilizaremos dados disponíveis a uma realidade mais próxima de nosso trabalho – em 1800, a Junta Governativa da capitania de Pernambuco encaminhou para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho um mapa de carga mercantil do bergantim Bizarra. A carga do bergantim era composta de uma variedade de açucars, algodão, couros, tabaco e madeiras. Aqui, destacaremos algumas quantidades:

Quadro 1: Quantidades e preços dos gêneros levados pelo bergantim “Bizarra”

Gênero/Preço	Arrobas	Preço em réis
Açúcar mascavado	508	500
Algodão	1622	6400

Fonte: AHU_ACL_CU_015, Cx.217, D.14682.

No quadro 1, temos o valor equivalente de que um arroba de algodão equivale aproximadamente a 12.8 arrobas de açúcar mascavado²⁴. A simples equação 12.8 arrobas de açúcar mascavo = 1 arroba de algodão nos dá a medida do *valor de troca* dessas duas mercadorias. Entretanto, estas quantidades revelam apenas o que é a superfície do *valor de troca*, isto é, a equivalência quantitativa de diferentes *valores de uso*. Os *valores de uso* do açúcar mascavado e do algodão não são os mesmos – o primeiro provavelmente destinou-se para imediato consumo, enquanto o segundo foi revendido por intermediários até uma indústria têxtil provavelmente inglesa; um já é uma mercadoria finalizada, o outro é matéria-prima para a criação de outra mercadoria; esperamos que com este exemplo apreenda-se simultaneamente o que são *valores de uso* e *valores de troca*.

Mas, essa existência superficial que foi descrita não é a essência do *valor de troca*. Toda mercadoria é produzida por um *quantum* médio de trabalho, *quantum* médio este obtido socialmente através do próprio processo de produção e circulação. O *quantum* é, irredutivelmente, tempo de trabalho gasto para a materialização daquela mercadoria. Noutras palavras, o *valor de troca* é quando os tempos distintos de produção de mercadorias distintas são *idealisticamente* iguais (MARX, 2008/1859, p.59-60). O *valor de troca* não é invariável ou estático, mas transforma-se sob diversas condições: para produtos agrícolas, as de precipitação anual podem aumentar o reduzir o trabalho necessário; para produtos minerais, a abundância ou escassez dos veios também; e por fim, o próprio desenvolvimento tecnológico é capaz de reduzir o *quantum* de trabalho necessário (MARX, 2008/1859, p.66).

Uma das críticas recorrentes ao pensamento marxista é o alegado anacronismo do mesmo para interpretar sociedades anteriores ao século XIX. Dentre essas concepções, reside aquela que os conceitos de Karl Marx são idealizações por excelência, como foi abordado no começo deste capítulo. Nisto, é legítimo um historiador cético perguntar qual a relevância de nossa discussão sobre *valor*, se ele é possivelmente anacrônico. Aqui mostraremos que o conceito é, de fato, histórico – a origem do conceito é de séculos anteriores a Marx. As duas menções mais antigas encontradas são de dois intelectuais do século XVII: o primeiro é Samuel von Pufendorf, que em sua obra “*First Book on the Duty of Man and Citizen*” descreve valor como:

Valor é dividido entre valor comum e valor *par excellence*. O primeiro é visto nas coisas, nas ações ou serviços, que entram no comércio na medida

²⁴ Neste exemplo, estamos assumindo idealmente que preço = valor, apesar de na literatura marxiana os conceitos serem distintos.

que eles trazem ao homem uso ou prazer. O segundo é visto no dinheiro, na medida que é entendido por conter virtualmente o preço de todas as coisas e serviços, e por fornecê-los um padrão comum²⁵ (PUFENDORF, 1673).

Percebe-se que em Pufendorf a existência dos conceitos de *valor de uso* – para ele, denominado *valor comum*; e *valor de troca* – chamado *valor par excellence*.

Outro escrito do mesmo século que disserta sobre *valor* vem de Nicholas “If-Christ-Had-Not-Died-For-Thee-Thou-Hadst-Been-Damned” Barbon, em seu “*A Discourse of Trade*”:

O valor de todas as coisas surge de seu uso; coisas de nenhum uso, possuem nenhum valor, como é o ditado inglês, eles são bons para nada [...] o uso das coisas são para suprir os desejos e necessidades do homem: há dois desejos gerais que a humanidade nasceu com; os desejos do corpo, e os desejos da mente; para suprir essas duas necessidades, todas as coisas sob o sol tornam-se úteis e, conseqüentemente, tem um valor [...] o preço das coisas é o valor presente, e surge pela computação das ocasiões ou usos para eles, com a quantidade para servir a ocasião; para o valor das coisas dependendo do seu uso, o excesso de oferta dessas coisas, que são mais do que o que pode ser usado, torna-se de nenhum valor; de modo que muito, em respeito a ocasião, torna as coisas barata, e a escassez, cara [...] Existem dois meios pelo que o valor das coisas é adivinhado; pelo preço do mercante, e pelo preço do artífice: o preço do mercante coloca sobre as coisas o custo principal, taxas e juros. O preço do artífice é obtido pelo custo dos materiais, com o tempo de trabalhá-los; o preço do tempo é de acordo com o valor da arte e da habilidade do artista²⁶ (BARBON, 1690).

²⁵ Value is divided into common value and value *par excellence*. The former is seen in things, and actions or services, which enter into trade, in so far as they bring men some use and pleasure. The latter is seen in money, in so far as it is understood virtually to contain the price of all things and services, and to furnish them a common standard (PUFENDORF, 1673).

²⁶ The Value of all Wares arise from their Use; Things of no Use, have no Value, as the English Phrase is, They are good for nothing [...] The Use of Things, are to supply the Wants and Necessities of Man: There are Two General Wants that Mankind is born with; the Wants of the Body, and the Wants of the Mind; To supply these two Necessities, all things under the Sun become useful, and therefore have a Value [...] The Price of Wares is the present Value; And ariseth by Computing the occasions or use for them, with the Quantity to serve that Occasion; for the Value of things depending on the use of them, the Over-pluss of Those Wares, which are more than can be used, become worth nothing; So that Plenty, in respect of the occasion, makes things cheap; and Scarcity, dear [...] There are two ways by which the value of things are a little guessed at; by the Price of the Merchant, and the Price of the Artificer: The Price that the Merchant sets upon his Wares, is by reckoning Prime Cost, Charges and Interest. The Price of the Artificer, is by reckoning the Cost of the Materials, with the time of working them; The Price of Time is according to the Value of the Art, and the Skill of the Artist. (BARBON, 1690).

Em Barbon, novamente há a presença do *valor de uso* e do *valor de troca*, entretanto, o segundo confunde-se com seu preço, uma superação estabelecida por outros economistas clássicos como Adam Smith e Karl Marx. Apesar disto, já se encontra presente a relação entre tempo de trabalho e o *valor* final das mercadorias. Entretanto, ainda podemos ir além e chegar a intelectuais mais próximos temporalmente de nosso trabalho:

A palavra valor, deve ser observado, tem dois significados diversos e, por vezes, expressa a utilidade de algum objeto particular e, por vezes, o poder de adquirir outros bens, que a posse daquele objeto proporciona. Um pode ser chamado “valor de uso”, o segundo, “valor de troca”. As coisas com maior valor de uso frequentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; e, pelo contrário, aquelas que têm o maior valor de troca, frequentemente têm pouco ou nenhum valor de uso. Nada é mais útil que a água, mas dificilmente com ela se comprará algo. Um diamante, pelo contrário, dificilmente tem utilidade, mas uma grande quantidade de coisas pode amiúde ser trocada por ele (SMITH, 2017/1776, p.49).

O preço real de tudo, o que tudo realmente custa para o homem que deseja adquirir, é o labor e o incômodo de adquiri-lo. O que tudo realmente vale para o homem que adquiriu, e que quer dispor disto ou trocar por algo, é o incômodo e o labor que pode poupar a si mesmo, e que pode impor a outrem. O que é comprado com dinheiro ou bens é esforço de nosso corpo. Esse dinheiro, ou esses bens, de fato poupam-nos esforço. Contêm o valor de uma certa quantidade de trabalho, que trocamos pelo que se supõe, no momento, que contenha o valor de mesma quantidade. O trabalho foi o primeiro preço, a moeda de troca original, que pagava todas as coisas (SMITH, 2017/1776, p.50).

Em Adam Smith, temos o intelectual mais próximo temporalmente de nosso período, apesar da distância geográfica. Através dele, vemos a transição dos economistas que o precederam para Marx, e como que tais conceitos estão plenamente adequados para o período em questão. Apesar de nossas delongas, foi de nosso intuito encerrar-se em Smith, pois de Smith podemos então retornar ao período colonial.

Contemplando retrospectivamente, a historiografia atual reconhece dois historiadores do próprio marxismo como aqueles que realizaram uma ruptura com o pensamento vigente da época – Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso – em síntese, a convergência entre eles e a perspectiva vigente é o enfoque considerado na produção da sociedade para compreender a realidade (FRAGOSO; GUEDES; KRAUSE, 2013, p.13-14). Entretanto, os posicionamentos dos dois marxistas em nada possui entre suas premissas algo de novo – é característico do marxismo que a primeira consideração passe pela compreensão da produção, originando então os conceitos tanto de *modo de produção* como *meio de produção*. O grosso das críticas atuais

a historiografia se materializam em Caio Prado Jr. e Fernando Novais – ambos enfatizavam compreender o Brasil através do circulacionismo²⁷ (PRADO JR, 2008, p.114). Entretanto, a historiografia atual confunde conceitos e extensões temporais, cometendo uma série de falácias da obra pradiana que a deixam desprovida de qualquer sentido que possuía. Mais ainda, sendo a crítica de Jacob Gorender e de Ciro Flamarion como a necessidade de se olhar a produção ao invés da circulação, em nada a historiografia atual discorre sobre isso – o debate em torno de produção ou circulação é ausente, o que existe de mais próximo disto é demonstrar empiricamente contra-argumentações a posições deturpadas de Caio Prado Jr.

Indo além disso, nem Jacob Gorender ou Ciro Flamarion Cardoso foram os primeiros a enfatizar a questão da produção local – para isso, podemos retornar a outros clássicos do marxismo brasileiro, tais como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, mas convenientemente estes não são trazidos à tona atualmente, por serem considerados de um debate ainda mais defasado que o de Caio Prado Jr. – a questão da semifeudalidade. Em suma, nosso intuito é dizer que – Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso são reconhecidos como ancestrais historiográficos dos contemporâneos por serem *revisionistas* do próprio marxismo nacional, ainda que não pertençam *vis-à-vis* a tais interpretações contemporâneas.

Que é o revisionismo? Em síntese, o revisionismo é uma transformação teórica do marxismo que é hostil ao próprio marxismo (CARVALHO, 2006, p.1), por mais contraditório que isso possa soar. As maiores manifestações do revisionismo ocorreram na política do século XIX e XX – as teses do ultraimperialismo de Karl Kautsky; a ruptura de Nikita Khrushchev com o marxismo-leninismo; as teorias de Deng Xiaoping contra o pensamento de Mao Zedong, e no Brasil manifestou-se especialmente na Declaração de Março, que tinha entre seus integrantes Jacob Gorender. Apesar de ser um desenvolvimento aparente e estritamente político, possui inúmeras complicações intelectuais como consequência. Ser um marxista hostil ao marxismo, no caso da historiografia, serve como outro ponto de legitimação para toda as críticas que foram feitas subsequentemente no Brasil, similar ao que ocorreu na França do século XX²⁸²⁹

²⁷ Para Caio Prado Jr., mais ainda, visto que em suas análises sobre a possibilidade de uma Revolução Brasileira, a compreensão dos limites impostos pelo imperialismo ao Brasil ocorriam na esfera da circulação e não da produção (PRADO JR, 2014, p.134). Não é de nosso interesse entrar neste debate, mas apenas estabelecer as diferenças adequadamente.

²⁸ POZZI, Pablo. A CIA, Braudel, Foucault e Lévi-Strauss. In: <http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/a-cia-braudel-foucault-e-levi-strauss/03072017/>. Acessado em 1/05/2018.

²⁹ ROCKHILL, Gabriel. The CIA Reads French Theory: on the intellectual labor of dismantling the cultural left. In: <http://thephilosophicalsalon.com/the-cia-reads-french-theory-on-the-intellectual-labor-of-dismantling-the-cultural-left/>. Acessado em 1/05/2018.

Mas, sendo de concordância entre todos que o enfoque deve ser dado na produção material – inclusive no criticado Caio Prado Jr em que “*a agricultura é o nervo econômico da civilização*” (PRADO JR, 1976, p.130) – retornemos então para a edificação da estrutura produtiva, levando em consideração que pretendemos nos ater a capitania de Pernambuco, sendo, portanto, nossas considerações restritas espacialmente. Sendo nosso enfoque na produção, estaremos então restritos ao seguinte: produção do açúcar, tabaco, algodão, gêneros de subsistência e pecuária; isto se dá visto a inexistência de zonas auríferas nas capitanias abordadas (SOUZA, 2012, p.31).

O açúcar projetou uma forte sombra sobre a história inicial da colônia. Grandes cidades foram fundadas como portos e centros administrativos para o comércio açucareiro. As cidades secundárias desenvolviam-se com lentidão, pois os engenhos muitas vezes usurpavam suas funções econômicas e religiosas. As colheitas de subsistência, a criação de gado, a guerra contra povos nativos e sua captura e o desmatamento da Floresta Atlântica foram em certa medida, resultado das necessidades da economia açucareira no Nordeste (SCHWARTZ, 2014b, p.371).

Entre meados do século XVI e o último quartel do século XVII, o principal produtor de açúcar no atlântico era o Brasil. Os dois principais problemas para fomentação dessa indústria eram o capital necessário, assim como a força de trabalho (SCHWARTZ, 2014b, p.338). Mas além desses dois problemas, outro fundamental para o sucesso da empreitada dependia do preço do açúcar nos mercados internacionais (SCHWARTZ, 2014b, p.343). Em verdade, três autores que não pertencem ao marxismo compartilham da mesma visão sobre a dependência dos preços – Frédéric Mauro; Charles Boxer; Stuart Schwartz, ainda que discordem entre si se a dependência do preço automaticamente significa redução da produção açucareira (SAMPAIO, 2014b, p.384).

Para Antônio Carlos Jucá de Sampaio, a situação é mais complexa que apenas apontar as oscilações de preço para apreender a dinâmica da economia local – isso pode ser demonstrado particularmente por duas fontes de dados: o preço dos engenhos e o número de engenhos na capitania (SAMPAIO, 2014b, p.385-386).

No caso da Bahia, entre 1660 e 1700, o preço de um engenho com 30 escravos passa de 20 mil cruzados – 8:000\$000 para mais de 26 mil cruzados – 10:451\$220, ou seja, um aumento de mais de 30% do preço. No Rio de Janeiro, a mesma situação se segue entre 1650 e 1700, apesar do preço subir apenas 9,5% (SAMPAIO, 2014b, p.386). Além disso, o número total de engenhos não deixa de crescer no mesmo período avaliado – na Bahia, em 1675, o

Recôncavo possuía em torno de 130 engenhos, para 146 em 1710. O Rio de Janeiro passa de 60 engenhos em 1629 para 136 em 1710. Pernambuco de 119 em 1622 para 246 na virada do século XVIII (SAMPAIO, 2014b, p.388).

A conclusão de Antonio Carlos Jucá de Sampaio é que a crise do preço não significava necessariamente uma crise da atividade açucareira (SAMPAIO, 2014b, p.386); e a possível explicação para isso seria de uma razão extraeconômica – que o engenho era uma forma de valorização social, portanto, as regras de uma sociedade mercado não se aplicariam³⁰ (SAMPAIO, 2014b, p.387).

Deste ponto, retornemos então ao marxismo em busca de interpretações – em verdade, a integridade da dinâmica da economia de mercado não é aplicável ao período em questão; mas, considerando que no período colonial há uma justaposição de todos os *modos de produção existentes*³¹ (SODRÉ, 1990, p.4), encontraremos então a aplicabilidade da Lei do Valor, isto é, a lei que é universal a produção de mercadorias (STALIN, 1972/1951). Por Lei do Valor, entenda-se a subdivisão entre *valores de uso* e *valores de troca* já abordada.

É neste momento que a produção de *valores de uso* e *valores de troca* demonstra sua relevância, e que a historiografia atual não contempla, como foi evidenciado por Antonio Carlos Jucá de Sampaio. Não se trata estritamente de uma questão do *valor*, mas do nível em que existe a dissociação do trabalhador para com os *meios de produção* da sociedade colonial. Em verdade, essa é uma das contradições fundamentais da sociedade colonial – a alternância cíclica da predominância de *valores de uso* em circunstâncias de retração econômica em contraposição a expansão da produção de *valores de troca* em períodos de expansão.

Voltemos ao processo de produção e circulação do açúcar – funcionando entre 270 a 300 dias por ano, o Brasil possuía uma *vantagem comparativa*³² em relação as colônias

³⁰ Estas formas de argumentação sobre o período colonial, isto é, as que recorrem para o *ethos* do período para torna-lo inteligível são comumente utilizadas como uma contraposição a uma razão econômica supostamente marxista, assumindo que – *i*) o marxismo seja economicista; *ii*) que o marxismo tenha desconsiderado a cultura do período.

³¹ Estamos cientes aqui da polêmica que esta afirmação pode causar. Em verdade, não vemos razão para não concordar com ela – no Brasil, coexistiam no mesmo espaço povos com desenvolvimento econômico de comunidade primitiva, isto é, as populações indígenas – por desenvolvimento econômico, entenda-se o avanço da divisão social do trabalho e, por consequência, a existência de classes – produção voltada exclusivamente para o seu *valor de uso*, como as situadas dentro dos próprios engenhos para seu sustento; produção de mercadorias para seu *valor de troca*, como o açúcar, tabaco e algodão.

³² Vantagem comparativa é um conceito elaborado por David Ricardo no século XIX para explicar a possibilidade da mútua prosperidade econômica pela seguinte ordem internacional – cada país produziria aquilo que possui melhores condições de produtividade. No caso brasileiro, a disposição tecnológica e geográfica possibilitaria a maior produtividade dos gêneros primários (CHANG, 2015, p.370-374). Isto não é meramente uma disputa ideológica de Ricardo para garantir o monopólio industrial britânico do período, mas que é

produtoras caribenhas. A cana era plantada e colhida manualmente pelos escravos em um outro período de 120 a 180 dias durante a safra. O engenho para moer a cana era movido por moinhos d'água ou tração animal; apesar do custo do primeiro ser mais caro que o segundo, o resultado em produtividade compensava (SCHWARTZ, 2014b, p.353-355). Essa diferença de produtividade era considerável: enquanto que um engenho trapiche, isto é, movido a tração animal, produzia entre 25 a 37 arrobas, totalizando no máximo meia tonelada; um engenho real com moinho d'água podia produzir entre 50-75 arrobas, totalizando até uma tonelada diária (SCHWARTZ, 2014b, p.355).

O sumo da cana era processado em várias caldeiras feitas de ferro ou cobre. Em um manual de 1663, elas eram consideradas as peças mais importantes de todo engenho, necessitando constantemente de reparos. Conjuntamente, o combustível necessário para manter o funcionamento das caldeiras podia chegar até 20% dos custos totais da operação do engenho (SCHWARTZ, 2014b, p.355).

As melhores descrições da divisão de funções para o fabrico do açúcar vem de Antonil:

Servem ao senhor do engenho em vários ofícios, além de escravos de enxada, e foice, que tem nas fazendas, e na moenda, e fora os mulatos, e mulatas, negros e negras de casa, ou ocupados em outras partes; barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. tem mais cada senhor destes necessariamente um mestre de açúcar, um banqueiro, e um contrabanqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho: e para o espiritual, um sacerdote seu capelão (ANTONIL, 1711, p.2).

Entretanto, todos estes ofícios devem necessariamente ser feito por uma mão de obra e, novamente, Antonil nos permite obter algumas respostas:

Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. e do modo com que se há com eles, depende de tê-los bons ou maus para o serviço. por isso é necessário comprar cada ano algumas peças, e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas (ANTONIL, 1711, p.22-23).

verificável: todo país, em determinado momento histórico possui melhores condições de produtividade na produção de certa mercadoria que outros, entretanto, o estímulo de produzir estritamente em função dessa *vantagem comparativa* leva ao atrofiamiento dos demais setores produtivos que não seguem a mesma lógica.

Conjuntamente com os escravos, outra mão de obra imprescindível para o funcionamento do engenho é o Lavrador:

Dos senhores dependem os lavradores, que tem partidos arrendados em terras do mesmo engenho, como os cidadãos dos fidalgos (ANTONIL, 1711, p.1) [...] Para ter lavradores obrigados ao engenho, é necessário passar-lhes arrendamento das terras em que hão de plantar (ANTONIL, 1711, p.7).

Nossa insistência que se dá com a mão de obra de um engenho não é infundada – apesar de estarmos a princípio focando exclusivamente neste tipo de atividade produtora, será a mesma mão de obra que também cultiva os gêneros de subsistência, tabaco ou algodão noutros períodos e espaços. No processo de produção de *valores de uso* e *valores de troca*, ambos são produzidos exclusivamente pela categoria marxista de trabalho; e contemplar o funcionamento de um engenho possibilita compreender como se manifesta a produção destes dois valores na sociedade colonial. Se partirmos de imediato de uma dissertação de toda a estrutura produtiva sem o conhecimento básico que a elencou, a compreensão está destinada a confusão:

Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; mas terminam sempre por descobrir por meio da análise certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc.. Esses elementos isolados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre nações e o mercado universal (MARX, 2008/1859, p.260) [...] O trabalho é uma categoria inteiramente simples. E também a concepção do trabalho nesse sentido geral – como trabalho em geral – é muito antiga. Entretanto, concebido economicamente sob essa simplicidade, o trabalho é uma categoria tão moderna como o são as condições que engendram essa abstração (MARX, 2008/1859, p.264).

Com isso em mente, voltemos as nossas considerações sobre a estrutura produtiva do engenho, permaneceremos nas citações diretas para garantir que não ocorram distorções do relato original:

Toda a escravaria (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta, e duzentas peças, contando as dos partidos) quer mantimentos, e farda, medicamentos, enfermaria, e Enfermeiro: e para isso são necessárias

Roças de muitas mil covas de mandioca. Querem os barcos velame, cabos, cordas e breu. Querem as fornalhas, que por sete ou oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha: e para isso há mister dois barcos velejados para se buscar nos portos, indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para comprar: ou grandes matos, com muitos carros e muitas juntas de bois para se trazer. Querem os canaviais também suas barcas, e carros com dobradas equipações de bois: querem enxadas e foices. Querem as serrarias machados e ferros. Quer a moenda de toda a casta de paus de lei de sobreceleste, e muitos quintais de aço e de ferro. Quer a carpintaria madeiras seletas e fortes para esteios, vigas, aspas e rodas: e pelo menos os instrumentos mais usuais, a saber serras, trados, verrumas, compassos, regras, escopros, enxós, goivas, machados, martelos, cantins e junteiras, pregos e plainas. Quer a fabrica do açúcar parões e caldeiras, tachas e bacias, e outros muitos instrumentos menores, todos de cobre, cujo preço passa oito mil cruzados (ANTONIL, 1711, p.2-3).

Onde revelam-se a questão das produções de *valores de uso* e *valores de troca* no relato de Antonil? Sendo o *valor de uso* a produção para o uso do bem produzido, isto é, uma produção que não chega ao processo de circulação, conseqüentemente, cai na definição de que isto não pertence ao estudo da economia, mas que para nós é fundamental – o cultivo da mandioca é uma produção de *valor de uso*; o corte de lenha na própria propriedade é uma forma de produção de *valor de uso*; e a existência das diversas funções como carpinteiro, pescador, oleiro também cumpre a mesma função, ainda que ressalvada as distinções entre cada tipo de produção: *i*) para o carpinteiro, é necessário lenha e madeiras de qualidade, que como foi descrito acima, são buscadas nos portos; mas também que são cortadas na propriedade e arredores por escravos (ANTONIL, 1711, p.60), e sempre que possível, estocadas (ANTONIL, 1711, p.58). Percebe-se aqui então que a madeira oscila sempre na contradição de produção de *valores de uso*, mas que em certos casos é necessário ser precedida por um consumo através de *valores de troca*. O caso do *ii*) pescador é exclusivamente o de produção de *valores de uso*, em que os peixes eram pegos nos rios aos arredores (ANTONIL, 1711, p.129). Por fim, o caso do *iii*) oleiro segue como “*Ter Olaria no Engenho, uns dizem, que escusa maiores gastos; porque sempre no engenho há necessidade de Formas, tijolos, e telha*” (ANTONIL, 1711, p.82), sendo esta produção também uma de *valor de uso*.

O que, dentre o descrito acima, enquadra-se como *valor de troca*? Exatamente aquilo que o engenho não é capaz de produzir em seu interior, isto é, aquilo que não é passível de ser produzido como *valor de uso*: Antonil descreve uma miríade, tais como – cordas, machados, martelos, ferros, açós; noutras palavras, mercadorias de maior trabalho materializado nelas, e

que devido ao processo de divisão social do trabalho o engenho não é capaz de assumir em sua integridade – seja pela indisponibilidade material de um veio de minério, por cerceamento administrativo, ou porque o custo da produção do açúcar já é consideravelmente alto, impossibilitando então a existência de outra produção paralela similarmente intensiva.

Voltemos então a uma narrativa estritamente cronológica da capitania de Pernambuco em sua virada para o século XVIII. Apesar da queda do preço internacional do açúcar – devido ao surgimento das colônias caribenhas produtoras de açúcar como Barbados, Jamaica e Haiti (JAMES, 2000) e a promulgação dos atos de navegação britânicos e políticas protecionistas francesas, isto não significou a queda da produção do volume total de açúcar, mas sim sua estagnação (SAMPAIO, 2014b). Concomitante a esse processo, outros dois se verificam: a expansão do cultivo do tabaco e de gêneros alimentícios.

A tese central de Antônio Carlos Jucá de Sampaio é a que se segue – a queda dos preços não significou uma queda na produção de açúcar precisamente porque a economia colonial não segue o padrão de uma economia de mercado. Entretanto, isto nos sustenta uma contradição: se não trata-se de uma economia de mercado ou, pelo menos, de uma economia que reaja as oscilações de preço, por que a expansão percentual dos engenhos se torna mais notável simultaneamente ao *boom* dos preços na primeira metade do século XVII? E além disso, por que haveria o interesse considerável de comerciantes locais, portugueses e batavos neste empreendimento? Por fim, o que levaria outras nações europeias ao mesmo tipo de empreendimento, se não fosse pela lucratividade que atraía? (JAMES, 2000)

É precisamente o fato de ser uma economia que existe em um mercado mundial que a produção de açúcar torna-se necessária manter os mesmos níveis. O que Antônio Carlos Jucá de Sampaio falha em reconhecer é – a produção não necessita adentrar em uma espiral negativa, em que cada safra é menor que a outra indefinidamente. O ponto de inflexão se dá quando a produção atinge o próprio custo, caso desconsideremos a taxa de lucro envolvida. Os dados corroboram essa interpretação:

Quadro 2: produção de açúcar no século XVIII

Períodos	Produção em caixas
1716-1720	14.000
1721-1730	18.000
1731-1735	16.000

Fonte: Morineau, 1985, p.150-151.

Quando confrontados com os preços, obtemos o seguinte:

Quadro 3: Preço do açúcar branco na Bahia (1710-1765)

Safra	Preço do açúcar branco	Safra	Preço do açúcar branco
1710	1600	1722	1350
1711	1600	1723	1550
1712	1602	1724	1550
1713	1760	1725	1692
1714	2020	1726	1692
1715	1815	1727	1692
1716	2000	1728	1663
1717	2100	1729	1575
1718	1920	1730	1475
1719	1920	1731	1530
1720	1920	1732	1240
1721	1350	1733	1280
1722	1350	1734	1280
1723	1550	1735	1265

Fonte: FERLINI, 2003, p.118-124.

O que se demonstra acima é que do início do século XVIII até seus meados, a produção flutua em torno da estagnação. O que isso nos possibilita dizer é que há sim uma reação da produção aos preços, e que essa reação ocorreu até um estágio de reacomodação da estrutura produtiva, noutras palavras, dadas as condições de demanda e preço do período, a oferta atingiu um ponto de equilíbrio. Entretanto, o raciocínio exposto por Sampaio alega que isto seria uma prova de que a produção de açúcar não está em direta correlação com seu preço. Nisto, temos de discordar do autor.

Separemos os períodos fornecidos por ambos os quadros 2 e 3: aquele da maior produção de açúcar foi a década de 1721-1730, totalizando 18.000 caixas; entretanto, contemplando-se os preços, verificamos que entre 1710 até 1720, os mesmos tinham constante ascensão – salvo o ano de 1715. Sigamos então para os dois próximos períodos: 1731-1735, em que se produziram 16.000 e caixas. Aqui, cabe de nossa parte fazer uma crítica metodológica.

Tratamos de abordar um período em que a contabilidade não se encontra completamente desenvolvida, portanto, fazer séries quantitativas tratam-se de uma exceção,

não de uma regra. Nisto se inclui uma autocrítica ao presente trabalho – não podemos fazer essa discussão com dados concernentes ao Pernambuco colonial do século XVIII porque não dispomos dos preços serializados, bem como da produção de açúcar; mas sim dados gerais e dispersos para todo o Estado do Brasil, no caso da produção da *commodity*, e dos preços em uma única capitania – a Bahia. Contudo, a estrutura produtiva do açúcar possui uma série de similaridades independente da localização em que esteja, de modo que não raramente, entre todos os historiadores, encontraremos considerações feitas sobre a capitania de Pernambuco com base em dados da capitania do Rio de Janeiro; podemos levantar duas conclusões disto – um erro metodológico crasso da historiografia, ou então um limite reconhecido das abordagens, de modo que o método há de considerar casos comparativos para poder tornar outros locais inteligíveis.

Voltemos aos dados disponibilizados. Nada sabemos sobre a produção de açúcar anterior ao ano de 1716, entretanto, sabemos que os preços seguiam uma trajetória ascendente. Na segunda década do século XVIII, temos um total de caixas produzidas avaliadas em 18.000 ao longo de 10 anos, enquanto que para a década anterior, dispomos de 14.000 caixas para quatro anos, coincidentemente, os anos de ascensão do preço. Na virada de 1720 para 1721, o preço cai de 1.920 réis para 1.350, não sendo pelos dez anos seguintes maior que 1.692. Se isto não é uma reação da produção, desconhecemos o que seja. É visível a expansão da produção durante os anos de ascensão do preço.

Qual a diferença fundamental de nossa análise até o presente momento, e as concepções vigentes? O debate da economia colonial atualmente parte de uma visão simplista das proposições marxistas, particularmente as pradianas. Podemos ver nisto que toda a obra do marxista foi reduzida a dois conceitos: *sentido da colonização* e *Pacto Colonial*. Enquanto o primeiro foi grosseiramente mal-compreendido pela ausência de familiaridade da historiografia com o linguajar dialético, o segundo é uma crassa falácia. Pouparemos comentários ao *Pacto Colonial* no momento, indo retornar a ele somente nas nossas considerações breves sobre o Estado, visto que não é nosso foco.

O *sentido da colonização* é usualmente confundido com uma teleologia. Há plausibilidade nisso, devido ao aporte conceitual marxista ser derivado do hegeliano, portanto, confusões entre etimologias e conteúdos conceituais são constantes. Entretanto, a crítica geralmente é feita com recortes bibliográficos diretos (FRAGOSO, 1998, p.57). O *sentido da colonização* não é uma teleologia; mas sim uma estrutura – no caso, uma estrutura econômica, (MOREIRA, 2017, p.95). O cerne da compreensão do conceito de *sentido* não se encontra em

Formação Histórica do Brasil, mas sim na tese de livre-docência “*História e Desenvolvimento*”: O conceito de *sentido* é derivado do de *qualidade*. Em essência, o conceito de *qualidade* não se distingue daquele de *sentido*, mas enquanto o conceito de *sentido* carrega consigo uma base estrutural da economia e da sociedade, o conceito de *qualidade* remete a uma dialética aplicada para a compreensão das transições na história a partir de dois conceitos derivados – *estático* e *novo* (PRADO JR, 1978, p.29).

Como este problema do *estático-novo* revela-se na história do Brasil? Através do original sentido das expansões ultramarinas portuguesas, em que este *sentido* das expansões portuguesas em certo momento converteu-se no *sentido da colonização per se*, isto é, o segundo tornou-se uma expansão e adaptação específica do primeiro. Tal *sentido da colonização* é caracterizado pela exploração dos recursos naturais e produtos tropicais, capitalizados em uma empresa mercantil viável, pois são derivados da própria feitoria que tinha como seu *sentido* intrínseco na comercialização sem sedimentação produtiva. No momento que a colonização passa a ocorrer por *novas* circunstâncias políticas do século XVI, ela processa-se por outro elemento novo, a *sedimentação produtiva*, mas sem perder o aspecto inicial de seu *sentido* – o fator *estático* – que era o mesmo da feitoria, isto é, comercialização de mercadorias rentáveis (PRADO JR, 1976, p.30-31). Este *sentido* foi conservado do período colonial até a contemporaneidade, de modo que também se constitui como *sentido* do presente (PRADO JR, 1976, p.31-31). Disto, apreendemos que o *sentido* não é uma teleologia, tampouco imutável, mas que sempre coexiste com fatores *novos* e *estáticos*; isto se revela novamente quando após o período aurífero, a principal forma de modificação da estrutura produtiva é oriunda do crescimento demográfico (SODRÉ, 1990, p.76-77). Em termos braudelianos, o *sentido* é uma estrutura, pois o tempo pouco lhe corrói, e é possível contemplar seu vislumbre visto sua perenidade (BRAUDEL, 2011, p.95). Chegamos a um impasse então: seria Braudel teleológico, ou então nenhum dos dois conceitos o é. Em suma, o conceito de *sentido* é oriundo de um próprio processo de sedimentação e contingências econômicas da colonização.

Quando não insistimos nessa questão constantemente reiterada da historiografia entre o que veio primeiro – o ovo ou a galinha; o engenho ou a produção de subsistência, personificada entre dois autores: Vera Ferlini e Antônio Carlos Jucá de Sampaio, é que vemos então as contradições, a *dialética*, a *interpenetração dos contrários* na sociedade colonial – a constante oscilação entre produções de *valores de uso* e *valores de troca* como o *leitmotif* da dinamização. Nada nos é dito pelo *sentido* sobre a inexistência de acumulação endógena,

tampouco sobre desenvolvimentos independentes, como certamente são reconhecidos pelo próprio Caio Prado Jr. – particularmente na pecuária e no período após a decadência das minas. Voltemos ao nosso período em questão.

Qual o cultivo majoritariamente buscado pelos homens livres? Tabaco e gêneros alimentícios (SAMPAIO, 2014a, p.322). Qual a razão dos homens livres terem sido empurrados para as zonas menos férteis? Em busca do monopólio da terra pelos senhores como uma condição *sine qua non* para aumento da produtividade com redução da divisão do produto social. Nisto aqui, verifica-se um exemplo simples de *luta de classes*.

Chegamos então ao conceito mais polêmico de toda a literatura marxista e, mais que isso, o mais contra-argumentado sob novas formas de teoria para conflitos sociais – grupos, relações familiares, posições políticas. Entretanto, cabe-nos passar aqui que o conceito de *luta de classes* abarca todos estes completamente, e os sobrepõe. Como ressaltamos anteriormente, há a visão do conceito de classe como um conceito ahistórico (SCHWARTZ, 2008, p.31), e novamente iremos provar que este não é o caso.

Antonil abre sua dissertação sobre os lavradores com o seguinte: “*Dos Senhores dependem os Lavradores, que tem partidos arrendados em terras do mesmo Engenho, como os Cidadãos dos Fidalgos*” (ANTONIL, 1711, p.1). Uma citação como esta acima poderia nos levar a um debate do ápice da Guerra Fria – o de semifeudalidade. Entretanto, este não é nosso intuito, e se fossêmos recorrer a um conceito anacrônico ao aporte conceitual atual teríamos de ocupar ainda mais trechos de nosso trabalho para explicar o que seria a “*semifeudalidade*”. Sendo isso infortuito para nosso percorrer, deixemos isto de lado. Voltemos especificamente ao que seria uma classe.

Com a revitalização da história política da década de 1980 até a atualidade, uma obra-manifesto foi organizada por René Rémond – “*Por uma história política*”. Entre os diversos autores que contribuíram em sua redação, Pierre Milza tece uma crítica ao modelo marxista de interpretar a história através da *luta de classes*, categorizando-o como um modelo determinista e rígido (MILZA, 2003, p.387). René Rémond é também insidioso em suas críticas, dizendo que “*fazendo [Karl Marx] da luta de classes, ela mesma resultante do processo econômico, o motor da história, desclassificou o político*” (RÉMOND, 2003, p.20).

Peter Burke, em contrapartida, defende que o conceito de *classe* é mais adequado para a compreensão da Grã-Bretanha (BURKE, 2012, p.98). Mais ainda, o limite do conceito é a própria revolução industrial – sendo ele insuficiente para tornar sociedades mais antigas inteligíveis (BURKE, 2012, p.230). A raiz da negação da concepção de classe no período

colonial é oriunda de interpretações com domínio conceitual questionável sobre o que é capitalismo em primeiro lugar:

[...] Estamos diante de um mercado restrito, característico de economias não-capitalistas. Na verdade, tal traço decorre da natureza das relações de produção vigentes. Se nos detivermos na economia escravista, verificaremos que, apesar de seu alto grau de mercantilização, o escravismo é portador de sérios limite à “mercantilização geral”, típica do capitalismo (FRAGOSO, 1998, p.181).

Na citação acima, João Fragoso demonstra duas problemáticas centrais – *i*) o desconhecimento da etimologia do que é capitalismo; em verdade, aparenta-se que o próprio autor tornou-se suscetível ao que Fernand Braudel disse sobre o referido modo de produção – que indagar sobre ele desvairadamente leva a confusão conceitual (BRAUDEL, 2005, p.13). E segundo *ii*) que Fragoso reiterou ele mesmo as teses de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. O que João Fragoso faz é confundir a definição de capitalismo com as contradições que impedem sua expansão como *modo de produção*.

Primeiramente, que seria capitalismo? A definição concreta é a que se segue: “A essência do capitalism é a apropriação de indivíduos do produto do trabalho social organizado pela produção de mercadorias”³³ (LENIN, 1894). Além disso, outra necessidade para a ascensão do capitalismo foi a separação do trabalhador de seus *meios de produção* – um processo que ocorreu predominantemente na Europa durante os séculos XV a XVII (MARX, 1867/2013, p.818). Conseqüentemente, ter um mercado restrito *não* implica tratar de uma economia não capitalista, em verdade, todos os critérios estão presentes, tendo em mente que isto é um processo também de oscilação, e que o próprio Fragoso ressalta a possibilidade de alternância entre uma autarquia econômica e a acumulação endógena (FRAGOSO, 1998). Apropriação do produto social por indivíduos – ressaltamos que ainda não estamos utilizando a etimologia “*classe*” – mas então, o que é produto social? Sendo o *valor de troca* a quantidade de tempo de trabalho materializado em uma mercadoria, o produto social é a quantidade total deste *valor de troca* produzido; e a divisão deste produto encontra-se como base da desigualdade de renda (SINGER, 2015, p.27) . E por fim, trabalho destinado a produção de mercadorias, e apenas para termos em mente quais as principais fontes de renda

³³ *The essence of capitalism is the appropriation by individuals of the product of social labour organized by commodity production*” (LENIN, 1894).

do Estado do Brasil em suas finanças – ouro, que é *dinheiro-mercadoria*; açúcar, tabaco, cacau, café, chá, carnes e couros, noutras palavras, mercadorias – todas produtos primários.

Segundo, em que Fragoso repete as teses de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, que por sua vez são teses consolidadas da Economia Política Clássica que é consideravelmente mais antiga do que Karl Marx? A existência de contradições entre a estrutura produtiva e a mão de obra; noutras palavras, como existe produção de mercadorias, mas simultaneamente estas não podem ser absorvidas devido a baixa monetarização, bem como a predominância do escravizado como a base do sistema social. É um processo contraditório, pois em sua insistência de afirmar uma distinção fundamental de sua interpretação, ela mesma acaba por cair novamente nos mesmos argumentos do debate do PCB ainda sob a égide da III Internacional. Mais que isso, é como se tivesse ignorado completamente os demais autores do desenvolvimento marxista nacional, em que ressaltam que no processo de formação do capitalismo, a formação do desenvolvimento econômico implicou inevitavelmente na de subdesenvolvimento noutros espaços (FRANK, 1969, p.147). E mais que isso, que a superexploração do trabalho manifestada na escravidão foi um processo que também se tornou inevitável, quando transportadas as teses de Marini para o período colonial.

O que João Fragoso faz é nada mais nada menos que ressaltar o corolário de todo o marxismo – mas desprovido da retórica marxista, aparentando, portanto, ser um desenvolvimento independente: a dialética, isto é, *interpenetração dos contrários*, ser a base do movimento social no Brasil colonial. Nos distanciamos temporariamente da questão de *classe*, mas estas considerações são centrais.

Fragoso ressalta que a predominância da mão de obra escrava constituiu um impasse para a expansão de uma economia de mercado; Manuela Pedroza demonstra que nos conflitos sobre o uso da terra entre senhores de engenho e lavradores resultou na expulsão dos segundos para zonas cada vez menos produtivas; Kalina Vanderlei demonstrou que os grossos contingentes que compuseram as fileiras das tropas da *guerra dos bárbaros* (SILVA, 2003, p.144-145) eram homens livres pobres, empurrados para o interior em um processo de não-sedimentação na zona da mata. Evaldo Cabral de Mello, em suas análises sobre 1817, afirmou que o movimento demonstrava uma clara separação entre os plantadores de algodão da mata norte e os senhores de engenho da mata sul (MELLO, 2014). O que todos estes historiadores possuem em comum entre si é – todas estas análises são análises de classe, *mas desprovidas*

da retórica que a caracteriza. Parafraseando Richard Nixon: *now we are all keynesians* – em nosso caso, *now we are all Marxists*.

Voltemos a questão inicial deste trecho – o que é uma classe? Antes de utilizarmos citações de Karl Marx, recorreremos a outros intelectuais que o precederam, no intuito de demonstrar a historicidade do conceito:

Após o homem sair de sua simplicidade primitiva, e várias formas de ganho foram introduzidas, estava prontamente entendido que o valor comum sozinho não era suficiente para a transação dos assuntos dos homens e suas ascendentes negociações. Pois naquele tempo negócios consistiam apenas no escambo, e os serviços de outros não eram para ocorrerem exceto como troca de serviço, ou pela cessão de algo. Mas após começarmos a desejar tal variedade de coisas por conveniência ou prazer, certamente não era fácil para cada homem possuir as coisas que outro desejaria em troca da sua, ou por algo de valor igual a coisa de outrem. E em estados civilizados, onde os cidadãos são marcados em classes diferentes, deve haver necessariamente muitas classes que seriam totalmente incapazes de fazer sua sobrevivência, ou fazê-la escassamente, se os caducos meios de troca simples de mercadorias e serviços ainda estivesse em voga. Daí a maioria das nações, atraídas por um modo de vida mais rico, estabeleceram a convenção de impor um valor *par excellence* sobre certa coisa, de forma que o valor comum de outras coisas seja testado por isso, e conter virtualmente o mesmo; para que este meio um poderia adquirir aquilo que está à venda, e ingressar convenientemente em qualquer forma de negociação ou contrato³⁴ (PUFENDORF, 1673).

Outra fonte vem de:

[...] nós achamos pessoas distribuídas em duas classes. A primeira é aquela dos fazendeiros que produzem para sua substância, e quem são necessariamente empregados neste tipo de negócio; a outra eu chamarei de mãos livres; porque sua ocupação é procurar subsistência da superfluidade dos fazendeiros, e pelo trabalho adaptado para os desejos da sociedade,

³⁴ But after men departed from their primitive simplicity, and various kinds of gain were introduced, it was readily understood that common value alone was not sufficient for the transaction of men's affairs and their increasing dealings. For at that time dealings consisted in barter only, and the services of others were not to be had except by an exchange of service, or by surrendering something. But after we began to desire such a variety of things for convenience or pleasure, it certainly was not easy for every man to possess the things which another would wish to exchange for his own, or which were equal in value to the other's things. And in civilized states, where the citizens are marked off into different classes, there must necessarily be several classes that would be entirely unable to make a living, or scarcely able to do so, if the old-time simple exchange of commodities and services were still in vogue. Hence most nations, attracted by a richer mode of life, have seen fit by convention to impose a value *par excellence* upon a certain thing, in order that the common values of the other things might be tested by this, and virtually contained in the same; so that by this medium one could acquire anything that is for sale, and engage conveniently in any sort of dealings and contracts (PUFENDORF, 1673).

podendo varias de acordo com estes desejos, e estes novamente de acordo com o espírito dos tempos³⁵ (STEUART, 1767).

Por fim:

As diferentes ordens de pessoas que se supôs contribuir em qualquer aspecto para o produto anual da terra e trabalho do campo, dividem-se em *três classes* [grifo nosso]. A primeira é a classe dos proprietários da terra. A segunda é a classe dos cultivadores, ou lavradores e campônios, que honram com a peculiar designação de classe produtiva. A terceira é a classe dos artífices, manufatureiros e comerciantes, a quem se esforçam por degradar pela designação de classe estéril ou improdutiva (SMITH, 2017/1776, p.448).

Disto, entendemos que o conceito de classe *não é* uma invenção do século XIX, e até onde nossa busca de fontes primárias nos permitiu, remonta pelo menos no século XVII. Em verdade, as palavras de Marx em sua carta a Weydemeyer ressoam:

E quanto a mim, nenhum crédito me é devido por descobrir a existência de classes na sociedade moderna ou a luta entre elas. Muito antes de mim historiadores burgueses haviam descrito o desenvolvimento histórico desta luta de classes, e economistas burgueses a economia das classes. O que eu fiz que foi novo foi provar que: (1) a existência de classes é apenas atrelada com uma particular fase histórico no desenvolvimento da produção; (2) que a luta de classe necessariamente leva à ditadura do proletariado (3) que esta ditadura constitui a transição para a abolição de todas as classes rumo uma sociedade sem classes³⁶ (MARX, 1852).

Portanto, qual a definição marxista de classe? Infelizmente, Karl Marx faleceu antes de redigir seu escrito definitivo sobre classes, portanto, o que restou foram discussões

³⁵ [...] we find the people distributed into two classes. The first is that of the farmers who produce the subsistence, and who are necessarily employed in this branch of business; the other I shall call free hands; because their occupation being to procure themselves subsistence out of the superfluity of the farmers, and by a labour adapted to the wants of the society, may vary according to these wants, and these again according to the spirit of the times (STEUART, 1767).

³⁶ And now as to myself, no credit is due to me for discovering the existence of classes in modern society or the struggle between them. Long before me bourgeois historians had described the historical development of this class struggle and bourgeois economists, the economic economy of the classes. What I did that was new was to prove: (1) that the *existence of classes* is only bound up with *particular historical phases in the development of production* , (2) that the class struggle necessarily leads to the *dictatorship of the proletariat* (3) that this dictatorship itself only constitutes the transition to the *abolition of all classes* and to a *classless society* (MARX, 1852).

envolvendo o conceito sem sua definição, nos restando nenhuma outra opção senão inferir sua intenção (HARNECKER, 1981, p.15):

Examino o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial. Sob os três primeiros títulos, estudo as condições econômicas de existência das *três grandes classes* [grifo nosso] nas quais se divide a sociedade burguesa moderna (MARX, 2008/1859, p.47).

Entretanto, a definição concreta é a que se segue:

Classes são grandes grupos de pessoas diferindo entre si pelo lugar quem ocupam em um sistema de produção social determinado historicamente, pela sua relação (na maioria dos casos fixa e formulada em lei) para com os meios de produção, pela sua função na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelas dimensões da distribuição da riqueza social que eles dispõem e o modo de adquiri-la. Classes são grupos de pessoas que um pode se apropriar do trabalho de outro de acordo com os diferentes locais que eles ocupam em um sistema definido de economia social³⁷ (LENIN, 1919).

Voltemos então as teses expostas anteriormente: tendo a *classe* como um conceito estritamente objetivo, é possível reavaliar todas as teses expostas.

O que a historiografia contemporânea falha em reconhecer é – a teoria da luta de classes é uma teoria de síntese do conflito social, buscando abarcar todas as suas possibilidades. (LOSURDO, 2015, p.63). Em verdade, o conceito sempre foi abrangente, e possibilita elucidacões relevantes:

Observando com atenção, a Primeira Guerra Mundial não só é expressão da luta de classes, mas o é em sentido triplo. Ela remete: a) à luta pela hegemonia entre as burguesias capitalistas das grandes potências; b) ao conflito social na metrópole, o qual a classe dominante espera neutralizar e desviar mediante a prova de força no plano internacional e mediante a conquista colonial; c) à opressão e exploração dos povos em condições coloniais e semicoloniais (LOSURDO, 2015, p.65).

³⁷ Classes are large groups of people differing from each other by the place they occupy in a historically determined system of social production, by their relation (in most cases fixed and formulated in law) to the means of production, by their role in the social organisation of labour, and, consequently, by the dimensions of the share of social wealth of which they dispose and the mode of acquiring it. Classes are groups of people one of which can appropriate the labour of another owing to the different places they occupy in a definite system of social economy (LENIN, 1919).

A concepção determinista ou rígida da *luta de classes* é oriunda diretamente de duas linhas: o pensamento não-marxista, que neste caso, também abarca o anti-marxista; e o pensamento revisionista, este oriundo do próprio marxismo e, como falamos no decorrer deste capítulo, oriundo predominantemente do marxismo ocidental, bem como de crises políticas internas nos países socialistas.

Quando diz-se a “*existência da luta de classes na sociedade colonial*”, o sentido é vago e aparentemente metafísico. Entretanto, reescrevendo a mesma frase como “*a existência da luta de [grupos de pessoas em sua relação objetiva com os meios de produção] na sociedade colonial*”, ela adquire uma mais clara elucidação. Voltemos a alguns casos mencionados acima sobre onde poderíamos localizar *luta de classes* na colônia.

Na escravidão, a fuga para o quilombo torna-se então duas questões: a negação do indivíduo ser propriedade de outrem, bem como a garantia da manutenção existencial, sem o escravo ter de dedicar seu trabalho para a produção de um bem que nenhum *valor de uso* possui para ele. O mesmo raciocínio aplica-se a escravidão indígena. Na questão do lavrador e do senhor de engenho, achamos ser o caso mais explícito que isto ocorre, mas reiteraremos de qualquer maneira – a questão do monopólio da terra, *um meio de produção*, é em essência um processo objetivo de *luta de classes* entre dois grupos com relações objetivas: o senhor de engenho é proprietário garantido pelo *Direito* vigente então, enquanto que o lavrador nada possui a fornecer exceto sua *força de trabalho*. A substituição do lavrador pelo escravo é um processo que ao invés de contradizer a as formas de expropriação do excedente, as corrobora profundamente, como podemos ver que até meados do século XX na ocupação japonesa da península coreana e da China, em que os chineses e coreanos estavam majoritariamente submissos à condição de escravos (WRIGHT, 2012, p.113), bem como ainda encontra-se presentemente em indústrias de mercadorias de menor *valor*, especialmente a têxtil. Se assumirmos definições absolutas, a escravidão é *contrária ao desenvolvimento de relações de mercado*, mas não corresponde a possibilidade de que não possa existir escravidão concomitante e utilizável com fins capitalistas (WRIGHT, 2012, p.113).

Por fim, Evaldo Cabral de Mello ressalta que as convulsões políticas de 1817 poderiam ser simplificadas da seguinte maneira:

Salvo a mata norte de Pernambuco e da Paraíba, foi nas raras áreas não açucareiras do interior em que triunfou que Dezesete assumiu contornos eminentemente rurais [...] À raiz da derrota do partido da nobreza na Guerra dos Mascates, a açucarocracia havia-se recolhido à rotina agrária. Depois,

parte dela desclassificara-se socialmente na esteira da crise setecentista do açúcar. Quando a Independência lhe veio abrir novas perspectivas, a liderança já não coube, havendo passado às camadas urbanas superiores, ironicamente descendentes dos antigos mascates e que representavam a verdadeira gente endinherada que dava as cartas no começo do século XIX (MELLO, 2014, p.54).

Além disso, Evaldo também ressalta que:

Quem se der ao trabalho de fazer a geografia dos movimentos insurrecionais de Pernambuco na primeira metade do século XIX, a começar pela Revolução de 1817, constatará que, no interior, a sua área natural de apoio é a mata norte; e que a reação baseia-se invariavelmente na mata sul (MELLO, 2001, p.23-24).

O que Evaldo Cabral de Mello nos descreve é essencialmente um processo de *luta de classes*, ou processo de luta de [grupos de pessoas em sua relação objetiva com os meios de produção]. Não apenas a açucarocracia perde seu poder devido a queda do preço do açúcar, apresentam-se também como classe – objetivamente, são proprietários de meios de produção. O erro da crítica de classe é achar que o indivíduo *necessita* identificar-se como de uma classe para que isto seja válido, entretanto, por ser objetiva como foi escrito anteriormente, nada concerne sobre a questão do reconhecimento do pertencimento a uma classe; a luta de classe opera de forma simples em toda ocasião que um proprietário entra em conflito com um trabalhador ou comerciante. Ainda assim, mesmo que tomássemos como base que o critério para a existência de uma classe seja reconhecer-se como de uma, a argumentação de Evaldo Cabral de Mello demonstrou ambos os casos – açucarocracia, por serem proprietários das plantações de açúcar; açucarocracia, por reconhecer-se como tal.

Para que possamos encerrar este capítulo, faremos algumas breves considerações finais sobre a Guerra dos Mascates, não com o intuito de prolongar a argumentação sobre luta de classes. Estamos considerando esta como dada, visto que o próprio Evaldo Cabral de Mello alega duas vezes: a primeira em *A Fronda dos Mazombos* e a segunda em *A outra Independência* – é possível alegar que durante o conflito o mesmo se baseava na contraposição entre mascates e senhores de engenho (MELLO, 2003, p.18); bem como em 1817 a açucarocracia constitui-se como o polo da reação contra as movimentações políticas. Não, nosso intuito não é ver a *luta de classes* na Guerra dos Mascates, mas buscar a relação da classe com o Estado, ou porque, em última instância, o Estado é um aparelho de opressão de uma classe para com a outra.

O que é o Estado, visto pelo marxismo-leninismo? Isto é esclarecido por Friedrich Engels e Vladimir Lenin:

É [o Estado] antes um produto da sociedade quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento, é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos inconciliáveis que não conseguem conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes, não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1884)

O Estado é o produto e a manifestação do *caráter irreconciliável* [grifo original] das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe *não podem* [grifo original] objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis [...] os ideólogos burgueses, especialmente os pequeno-burgueses – obrigados pela pressão de fatos históricos incontestáveis a reconhecer que o Estado existe apenas se existem contradições de classe e luta de classes – “corrigem” Marx de tal maneira que o Estado aparece como órgão de *conciliação* [grifo original] de classes. Segundo Marx, o Estado não poderia surgir nem se manter caso a conciliação de classes fosse possível. Para professores e publicistas pequeno-burgueses e filisteus [...] o Estado justamente concilia as classes. Segundo Marx, o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, é a criação da “ordem” que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito das classes. Na concepção dos políticos pequeno-burgueses, a ordem é justamente a conciliação das classes, não a opressão de uma classe por outra (LENIN, 1917/2017, p.29).

Dito isto, descreveremos sucintamente a Guerra dos Mascates: nas décadas que se sucederam à expulsão dos holandeses da capitania, um setor da açucarocracia buscou limitar o poder régio e da mascataria, visando proveito próprio (MELLO, 2003, p.15). Este processo tem duas raízes: a primeira concerne a uma reação da elite local após a guerra contra os holandeses, em que a açucarocracia passa a ver-se sob um novo regime – não mais natural, isto é, de subserviência a monarquia, mas político, por terem os pernambucanos “*à custa de seu sangue, vidas e fazendas*” expulsado os holandeses (MELLO, 2007, p.12) e, segundo, de atlantização do império português após a perda das possessões na Ásia (PEDREIRA, 2014a, p.420).

Nesta conjuntura política da segunda metade do século XVII, ocorreram uma série de sublevações políticas em Pernambuco envolvendo desde a deposição do governador Mendonça Furtado até à sedição contra Castro e Caldas. O que o próprio Evaldo Cabral de Mello enfatiza neste contexto é: a Câmara de Olinda adquirira após o conflito o alargamento de suas funções fiscais (MELLO, 2003, p.15), bem como a concepção própria da açucarocracia tornar-se uma *nobreza*, ao contraste dos mascates (MELLO, 2003, p. 18).

Nossa crítica à Evaldo Cabral de Mello é como o próprio cai na definição anteriormente já referida – que a classe surgiria no momento que um grupo se identifica como uma, em nosso caso, um processo que se verifica, especialmente entre os mascates (MELLO, 2003, p.18), definição esta que o diplomata também recorre à Norbert Elias. Entretanto, parca diferença existe para o marxismo se uma classe compreende-se enquanto uma – é uma definição objetiva sobre a posse da terra e dos demais meios de produção, assim como o é uma definição objetiva aqueles que prosperam as margens dessas relações, no caso, os comerciantes. Entretanto, por que ressaltamos a importância da Guerra dos Mascates? Pelas elucidaciones que ela demonstra sobre o Estado de forma *lato sensu*.

Sendo o Estado uma entidade oriunda da irreconciliabilidade entre classes, também sendo, portanto, instrumento de uma para opressão à outra, o que testemunhamos é isto: após a Restauração da monarquia lusa, uma pequena comunidade de comerciantes desenvolveu-se na capitania de Pernambuco. Com o enriquecimento material, ocorreu concomitantemente o desejo de ocupar cargos públicos e o processo de nobilitação (SOUZA, 2012, p.60). Frente aos limites impostos pela açucarocracia, ensejou-se a criação da Câmara municipal em Recife.

É de conhecimento comum para a historiografia contemporânea a relevância política e social da Câmara municipal. Desde considerações consagradas de Charles Boxer sobre a municipalidade, até como o Estado servia como meio institucional de ampliar poderes e fortunas pessoais (MELLO, 2003, p.15) Nesta concepção, a busca da mascataria pelo ingresso ao Estado, no caso, a Câmara de Olinda, já é um processo de *luta de classe* em si – a apropriação de parcelas do produto social que era proporcionado pela dinâmica da arrematação, entretanto, o Estado é um órgão de opressão, e nesta função, é usado por uma classe – a açucarocracia – para a manutenção de seus próprios interesses. Estes interesses são de classe na medida que objetivamente são da açucarocracia em sua condição de proprietária, e de o Estado colonial ter sido originado como uma extensão do Estado europeu, tendo como raízes a nobreza lusa. A disputa do controle pelo Estado é uma forma de *luta de classes*, pois,

devido a *razões culturais e econômicas*, tornavam a condição de nobreza e mascataria irreconciliáveis.

Entretanto, é também conhecido que este tipo de conflito entre proprietários e comerciantes é uma particularidade pernambucana, não podendo ser estendida para as demais capitânicas (SAMPAIO, 2014b, 403). Isto supostamente seria um contra-argumento à nossa visão, contudo, engana-se que uma classe seja uma entidade estática: a nobreza inglesa aburguesou-se, tornando-se indistinta da burguesia *per se*, enquanto a nobreza francesa conservou a distinção de classe (ENGELS, 1878/2015 p.193). O mesmo tipo de lógica ocorreu na Bahia, em que a classe dominante local era tanto proprietária como comerciante (SAMPAIO, 2014b, p.402), entretanto, o próprio Antonio Carlos Jucá de Sampaio ressalta que a mascataria tornou-se proprietária latifundiária, e não o processo contrário.

Aqui encerramos nosso capítulo. Tentamos na medida do possível sermos breves, mas não podemos sacrificar o máximo possível de elucidação conceitual em concordância com a histórica. Para que o leitor não se sinta perdido, no início do capítulo expomos uma contradição entre a história ser oriunda de seu tempo, mas a história colonial permanecer em larga medida confinada ao seu próprio tempo; isto como uma particularidade do estudo deste período, visto que as críticas teóricas concernem em larga medida ao anacronismo quando aborda-se o período. Não era de nosso desejo ser arbitrário e meramente expor uma teoria, mas sim reiterar como o marxismo é mais que capaz de contribuir para a compreensão histórica quando nos despejamos de críticas falaciosas. Indo além disso, expomos duas contradições que achamos relevantes para a compreensão do período colonial: a produção de *valores de uso* e *valores de troca*, alternando temporal e espacialmente; por sua vez, a dinâmica desta produção em sua relação com o preço internacional do açúcar ensejou períodos de *concentração de capital*; através desta concentração inferimos como objetivamente ocorria uma *luta de classes* e, mais que isso, *o que é luta de classes*, uma definição que está mais submissa a achismos de seus críticos do que rigorosidade argumentativa. Por fim, chegamos a breves comentários sobre o Estado e a sua relação com as classes. Caso o leitor não esteja convencido, contemple estas páginas como um mero exercício de hermenêutica, pois como uma das próprias máximas da historiografia, a história e o historiador são frutos de seu tempo.

Entretanto, ainda nos resta a seguinte indagação – no que essas considerações são relevantes ou podem produzir novas interpretações sobre o período abordado, isto é, 1780 até 1808? Neste período, estamos no que ficou conhecido como uma materialização do

crescimento econômico mundial sob a égide da Teoria das Vantagens Comparativas, isto é, que o crescimento econômico de todas as nações daria-se harmoniosamente sob as leis do livre câmbio, e durante o final do século XVIII até o final do século XIX, esta Teoria foi validada pelo ordenamento do comércio internacional, sendo suplantada então pela Teoria do Imperialismo (SINGER, 2015, p.198). Esperamos ver um aumento da produção local visando o *valor de troca*, com todas as contradições levantadas sobre o que esse tipo de produção enseja; também esperamos encontrar a alternância de produção dos *valores de uso* por homens livres, mas sendo estes sempre forçados a produzir *mais-trabalho*, isto é, excedentes para garantir a manutenção de necessidades básicas que a *divisão social do trabalho* lhes nega. Também a dependência do preço das *commodities* deve ser esperada, pois se nesse período sabe-se que algumas tiveram uma alta, esta se deveu aos conflitos testemunhados nas ilhas do Haiti, Barbados e Jamaica. Apesar de não ser nosso foco, também é plausível supor que nos deparemos com conflitos de classe, apesar de o período em si ser famoso por não apresentar intempéries políticas, portanto, achamos que considerações desse tipo serão esparsas. Dito isto, fechamos este primeiro capítulo desta obra.

3 “O GIRO DO COMÉRCIO SERÁ SEMPRE O MESMO”: CIRCULAÇÃO E PRODUÇÃO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1780-1807

Em relação ao maior preço do algodão, seriam ainda necessárias muito mais arrobas de açúcar para o seu equivalente, do que se manifesta que a balança ainda pende muito a favor do algodão: além do que as despesas deste gênero não tem proporção alguma com as do açúcar, e por isso sempre o lavrador interessará mais na cultura do algodão que na da cana³⁸.

Em ofício de 1798, o governador da capitania de Pernambuco, Tomás José de Melo escreveu ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho um parecer geral da situação econômica da capitania. Seu intuito era reportar como encontravam-se os cultivos presentes e a possibilidade de introduzir novos caso houvesse devida conveniência. O que acabou por ressaltar foi a alta preço do algodão, que de acordo com o mesmo “*pois supondo nos como preço comum do algodão quatro mil réis por cada arroba que nunca valeu menos*”³⁹ era o único gênero capaz de ser taxado o suficiente para render apropriadamente à Fazenda Real.

Nossa epígrafe foi retirada do mesmo ofício – nela, Tomás José de Melo descreve como o preço inevitavelmente – concomitante com o baixo custo de produção – leva ao incremento da produção de algodão em função da produção do açúcar. Tal assertativa proferida pelo governador já nos poderia levar a uma série de postulados estabelecidos dentro do marxismo – sobre a produção ser condicionada pelo preço, isto é, a representação ideal do *valor de troca*. Mas não é de nosso intuito fazer essa consideração agora, para não sobrecarregarmos a introdução deste capítulo com demasiada teoria que foi abordada no anterior. Este tema retornará em momentos mais apropriados, quando tivermos maiores riquezas de dados para complementar as palavras do governador.

O que queremos ressaltar a princípio é o título do presente trecho – “*o giro do comércio será sempre o mesmo*” é novamente retirado do mesmo ofício, mas referindo-se a prática dos comerciantes de que no preço de venda do algodão já estavam contabilizando os encargos do gênero. Nosso intuito de recortar este trecho específico é para chegarmos a esta outra citação: “*a análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares de produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização. Encontramos aí uma síntese que a resume*” (PRADO JR, 2008, p.114).

³⁸ AHU_CU_015, Cx.199, D.13658.

³⁹ AHU_CU_015, Cx.199, D.13658.

Adiantamos aqui que não concordamos integralmente com Caio Prado Jr. nesta assertiva; pôr a circulação anteriormente à produção é um ponto demasiado heterodoxo – em nosso jargão, revisionista – dentro do marxismo, mas para nosso período e espaço é uma consideração conveniente. Não temos larga disponibilidade de dados e informações sobre a produção dos gêneros *per se*, e as que existem estão dispersas entre cronistas e viajantes, como em Antonil, abordado no capítulo anterior. Em verdade, um pedaço considerável deste capítulo nos debruçaremos sobre a análise da circulação dos gêneros produzidos, especialmente através dos mapas de carga mercantil dos navios que saíam de Pernambuco à Lisboa.

Inclusive, os limites de uma abordagem circulacionista como a que foi descrita acima já se demonstram no próprio momento que somos contemplados com a carga: sabemos que o navio “*Nossa Senhora da Conceição e Almas*” transportava em 1790 20 caixas de açúcar branco fino, pesando 825 arrobas, 1700 couros em cabelo e 580 sacas de algodão pesando 2390 arrobas⁴⁰; mas estes números em si nada refletem sobre as relações de produção que os geriram – se sob o trabalho escravo ou de lavradores –, nem com qual intuito tais mercadorias foram produzidas, o máximo que podemos dizer é que foram gerados pela força trabalho. Portanto, vemos limites em uma abordagem estritamente circulacionista, mas nossos passos devem ser dados na disponibilidade de informações e, a princípio, o que verificamos é a larga predominância da esfera de circulação, não de produção, na documentação existente. Adentraremos na produção apenas na última seção deste capítulo, quando é finalmente possível contemplá-la em detalhes.

Nosso período se estende de 1780 até 1807 – do fim da Companhia Geral de Comércio até a chegada da família real ao Estado do Brasil. Coincidentemente, este período é também aquilo que podemos chamar de um renascimento agrícola da colônia (ALDEN, 1984), em que o estímulo fornecido pela Companhia para a produção de açúcar revitalizou a indústria; bem como estamos no período do ciclo de ascensão do preço do algodão, que culmina na separação entre mata norte e mata sul na capitania, como descrito por Evaldo Cabral de Mello (2014). Internacionalmente, é o período da Primeira Revolução Industrial, uma revolução predominantemente têxtil, que serve como explicação única para o *boom* algodoeiro. Além disso, é o período da eclosão da Revolução Francesa, que como uma de suas consequências tem a chegada da família real, sinalizando o fim do nosso período.

⁴⁰ AHU_CU_015, Cx. 172, D.12104.

Além disto, apesar de não tratar-se do nosso período *per se*, ele é imediatamente subsequente ao período pombalino, em que apesar dos debates sobre continuidades e rupturas da política e do ultramar luso, são mais sensíveis as rupturas (FALCON, 2015). Se queremos dissertar sobre o último quartel do século XVIII, é necessário que a capitania – política e economicamente – esteja devidamente situada, caso contrário, os dados que dispomos não serão em si claros para fornecerem explicações por eles mesmos.

Nas palavras de Antônio Carlos Jucá de Sampaio:

O estudo do devir econômico no período pombalino é, ao mesmo tempo, uma oportunidade e um desafio para o historiador econômico. Oportunidade porque significa debruçar-se sobre um período rico em transformações, que sem dúvida marcaram a evolução posterior não só do Brasil como do império lusitano como um todo. O desafio, por outro lado, está no diálogo com uma historiografia já consolidada sobre o período, que o vê como um momento de crise para o conjunto do império, mas, sobretudo, para a relação entre Brasil e Portugal: queda na produção do ouro, decadência do comércio entre Portugal e Inglaterra, diminuição da arrecadação da Coroa etc. Nesta perspectiva, as políticas pombalinas visariam fundamentalmente a responder a essa mesma crise (SAMPAIO, 2015, p.31).

Não dedicaremos trecho aqui aprofundado sobre as políticas pombalinas, nem quais as possíveis razões para terem sido feitas, e como são vistas pela historiografia – retrospectivamente, ou como é tendência atual, nos termos da própria época. Para nosso trabalho, é interessante ressaltar o seguinte: a criação das Companhias Gerais de Comércio sob regime de monopólio; tais companhias deveram sustar o desenvolvimento das grandes casas comerciais em Portugal, pois até o período, o que se verificava majoritariamente era a predominância do pequeno capital mercantil (SAMPAIO, 2015). Apesar das diversas companhias – como as do Maranhão, Grão-Pará, Alto Douro, a que nos interessa é a de Pernambuco e Paraíba. Diferentemente do caso do Maranhão, que focava em uma região periférica do ultramar luso, e da companhia do Alto Douro que visava manter o monopólio dos nobres produtores de vinho contra as maiores parcelas de agricultores individuais, a companhia de Pernambuco e Paraíba visava a reestruturação da produção açucareira bem como a diversificação produtiva, notadamente tabaco e algodão (SAMPAIO, 2015). Em tese, os monopólios garantiam uma série de vantagens no capitalismo em desenvolvimento, em que o livre comércio cada vez passava a ressaltar ainda mais as diferenças nacionais (SAMPAIO, 2015), noutras palavras, o que Antônio Carlos Jucá de Sampaio nos quer dizer é a formação de uma nova divisão social do trabalho desencadeada pelo comércio e primórdios

da industrialização a partir da segunda metade do século XVIII. O que aparenta ser um caso singelo à Pernambuco e Maranhão é um contraste destas partes do Estado do Brasil: Pombal não criou companhias no mesmo estilo para a Bahia e Rio de Janeiro; supostamente, poderíamos supor que a razão disso era a diversificação produtiva já existente, contudo, é mais interessante ressaltar o poder destas praças mercantis quando comparadas com as de Pernambuco e Maranhão (SAMPAIO, 2015).

Apesar dos contratempos políticos suscitados pela criação e vigência das companhias, em síntese, os objetivos políticos de Pombal foram atingidos, isto é, o crescimento econômico das regiões que tinham jurisdição, bem como o fortalecimento da elite mercantil de Lisboa. Tal desenvolvimento foi sensível em Pernambuco em um relatório da Companhia Geral de Comércio de 1780, que estimaram que entre 1759 até o referido ano o número de engenhos da capitania passara de 207 para 330 (MAXWELL, 1996). O que é possível de chegar em conclusão através disto é – as políticas pombalinas tratam-se de políticas econômicas visíveis, entretanto, longe de uma genuína revolução industrial portuguesa sustentada pelo ultramar, tratava-se de uma maior regulamentação do comércio do império (SAMPAIO, 2015). Fazemos aqui um adendo não mencionado, que naquilo que as reformas pombalinas tocaram no que concerne a produção, mais que rupturas no ultramar, temos a reiteração de estruturas condizentes – o tipo de produção mercantil que já vinha se ensejando há séculos, bem como a produção de novas mercadorias, mas ainda sob o mesmo intuito e, além disso, manutenção das relações sociais que mantinham essa estrutura de produção – o trabalho escravo.

Se é debatível a industrialização portuguesa, no que verificamos um processo embrionário de *desenvolvimento econômico*, possuímos no Estado do Brasil uma reificação do *desenvolvimento do subdesenvolvimento*; o modo de produção existente, seja ele *escravista colonial* como diz Jacob Gorender, ou seja ele *escravista* mas com conteúdos de todos os modos de produção contemporâneos e passados como diz Nelson Werneck Sodré, esse *modo de produção* foi historicamente ressaltado. Mas este não é o intuito deste capítulo, mas sim do próximo.

Podemos verificar isto de duas maneiras com a documentação disponível: de um lado, se assumirmos que tanto o período pombalino foi permeado de continuidades e rupturas com a política e economia vigente, o mesmo pode ser dito sobre o Estado após o marquês de Pombal. Em verdade, achamos isto de profunda redundância – afirmar que tudo possui rupturas e continuidades, como se isto fosse o desenvolvimento de uma nova perspectiva historiográfica, quando não o é – desde a dialética grega se ressalta este dilema, presente

desde o pré-socrático Heráclito de Éfeso: “*Um não pode pisar duas vezes no mesmo rio, nem pode agarrar alguma substância mortal em uma condição estável, mas se dissipa e novamente se reúne, se forma e se dissolve, se aproxima e se afasta*”⁴¹ (HERÁCLITO, 2004, p.53). Portanto, meramente afirmar que existem permanências e rupturas no processo histórico nenhuma profundidade possui se estas não permanecem assinaladas. Se durante o período pombalino houve incentivo a produção de mais gêneros mercantis, isto permanece além do próprio Pombal, como no ofício de Tomás José de Melo em 1798, sobre a possibilidade de inserir novos cultivos.

Isto também reaparece no ofício da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho em 1799: o estabelecimento por ordem real “*das caixas de crédito, circulação e desconto a favor da agricultura e comércio*”⁴². Se existem polêmicas sobre a aplicabilidade de um *sentido da colonização* para a história do Brasil, particularmente do período colonial, e sobre o Pacto Colonial, não tenhamos dúvidas que, ao menos no que concernem as intenções, ambas as concepções pradianas se manifestam neste período enquanto reminiscências pombalinas e, mais que isto, de duzentos anos de colonização e reprodução de um modelo agrícola.

Daqui dividiremos o capítulo em 4 seções: uma primeira para a análise do açúcar entre 1780-1807; uma segunda para análise dos couros, uma terceira para o algodão e a quarta e última, em que analisamos todos estes dados em conjuntos para compreender o *sentido* da economia no referido período. Deixamos estas seções separadas para fins práticos, é mais simples analisar individualmente os dados disponíveis sem interferência dos demais, para que então retornemos ao fim e analisemos as conjunturas internas do período. É um movimento de dispersão e, neste processo, reconhecemos que muitas das páginas serão estritamente descritivas ao invés de analíticas. Nossa análise retornará no momento oportuno em que tivermos ciência geral do panorama da capitania no período.

Para encerrar esta primeira parte, temos duas últimas observações: antecipamos que uma das críticas que surgirá ao nosso trabalho é de ordem metodológica – o número de navios registrados não condiz com um total *real* que tenha passado pela capitania, e as informações disponíveis não correspondem também ao total produzido nos referentes anos. Para isto,

⁴¹ Original em ingles: “One cannot step twice into the same river, nor can one grasp any mortal substance in a stable condition, but it scatters and again gathers; it forms and dissolves, and approaches and departs.”. Esta frase ficou mais famosa como: “Nenhum homem pode pisar duas vezes no mesmo rio, pois não é o mesmo rio nem ele é o mesmo homem”. A versão citada diretamente é uma tradução direta feita de Plutarco por Charles Kahn, resultando na diferença entre a versão mais popular e a mais fidedigna.

⁴² AHU_CU_015, Cx. 212, D. 14381.

contra-argumentamos o seguinte: sabemos com boa certeza o número de viagens feitas de Pernambuco à Portugal, pois concomitante com os registros feitos dos navios que saíam para o reino, temos também listas enviadas detalhando os navios de cada ano que fizeram tal trajeto, como no caso abaixo:

Quadro 4: Lista de navios que vieram à Pernambuco em 1779 com cargas que pertenciam à Companhia Geral de Comércio.

Navio	Caixa de Açúcar Branco	Caixa de Açúcar Mascavo	Couros em cabelo	Solas	Vaquetas	Sacas de Algodão
Glória	300	7	944	935		14
Delfim	191			2796	1347	
Olinda	256	19				
Bousas	291	4		1876		11
Curvetaes Jozé	151	4			1290	
Santíssimo Sacramento e Pillar	234	7				50
Santíssimo Sacramento e Lapa				1978		47
Santíssimo Sacramento e Conceição						
Graça Divina	68	5		2802		
São Luís Fortunado	101	8		997		116
Tejo	155	2		2009		
Prazeres	81	4	612	700	628	
Voador	88	10				
Nazaré	17	1		1237		100
Monte do Carmo	44	3		2909		46
Providência	41			4227		
São Boaventura e São Jozé			326	12391		144
São Jozé e São Boaventura				9001		
Cisne-Porto	241			3162	175	
Águia do Douro	88					

Fonte: AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10156.

Esta foi uma lista redigida em 1779 como anexo de uma carta da Junta Governativa de Pernambuco sobre a correspondência dos oficiais da Câmara de Olinda e Recife nos seus

pedidos para o fim da Companhia de Comércio. Nela, sabemos que no referido ano vieram um total de 20 navios. Em 1780, nosso levantamento registrou o total de 21 navios⁴³.

Também possuímos listas para os anos de 1787 e 1796. Para 1787, segue-se no quadro 5 abaixo:

Quadro 5: Lista de navios que saíram de Pernambuco à Lisboa entre os meses de abril e setembro de 1787 em ordem cronológica de seu registro de entrada e saída.

Da lista de 1787 feita em Lisboa	Registrados saindo de Pernambuco
Santíssima Trindade	Real Pedro
Charrua de Sua Magestade	Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição
[Nossa Senhora da] Piedade [e Senhor Jesus da Boa Hora]	Nossa Senhora da Piedade e Senhor Jesus da Boa Hora
Real Pedro	Sultana
Santos Mártires	Santo Antônio Tejo
[Santíssimo] Sacramento e Nossa Senhora da Conceição	Nossa Senhora da Esperança e Santa Rita
[Nossa] Senhora de Nazaré [e São José]	Nossa Senhora de Nazaré e São José
Tejo e Santo Antônio [Santo Antônio Tejo]	Santos Mártires
São José Macapá	São José Macapá
Patrulha	Nossa Senhora do Sacramento e Santo Antônio
[Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Carmo] Pérola do Mar	Nossa Senhora da Piedade e da Orada
Sultana	Nossa Senhora da Caridade
Caridade	Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Carmo Pérola do Mar
[Nossa Senhora da] Piedade e da Orada	Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio Princesa do Brasil
[Nossa Senhora do] Rosário [e Santo	Nossa Senhora Mãe dos Homens e São

⁴³ AHU_CU_015, Cx. 135, D. 10132; AHU_CU_015, Cx. 135, D. 10133; AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10152; AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10170; AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10186; AHU_CU_015, Cx. 137, D. 10229; AHU_CU_015, Cx. 138, D. 10255; AHU_CU_015, Cx. 138, D. 10277.

Antônio Princesa do Brasil]	José
[Jesus, Maria, José] Boa União	Jesus, Maria, José, Boa União
[Nossa Senhora da Arrábida e] São José	Águia do Douro
Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora do Socorro e São Joaquim
[Nossa Senhora do] Socorro [e São Joaquim]	Santo Antônio Cisne
Águia do Douro	Nossa Senhora da Arrábida e São José
Nossa Senhora Mãe dos Homens	Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário e Pensamento Feliz

Fonte: AHU_CU_015, Cx. 161, D. 11591, Anexo A

No quadro 5 acima, temos a lista dos navios que chegaram à Lisboa e os que partiram de Pernambuco rumo à capital do reino. Alguns nomes estão com colchetes porque a grafia entre a lista lisboense e o seu nome no registro de saída encontram-se em alguns casos reduzidos. Alguns não possuem complementos, como o navio Caridade e a Charrua de Sua Majestade, mas isto porque não conseguimos apontar com total certeza qual desses navios é um que tenha saído de Pernambuco. É comum que nos ofícios que remetem o mapa de carga mercantil encontrar-se um nome reduzido, mas no mapa da carga mercantil em si encontrar-se outro maior. Devido a confusão existente, não nos arriscamos a supor mais do aqueles casos mais explícitos. Ao todo, em 1787 foram contabilizados 21 navios saindo de Pernambuco tanto pelos ofícios do governador da capitania, Tomás José de Melo, e pelo autor anônimo da lista de Lisboa. Destes, pudemos apontar com certeza tratarem-se dos mesmos navios para 16 casos.

A nossa segunda observação sobre metodologia é a seguinte: tendo certeza sobre os quantitativos de navios que aportaram em Recife rumo à Lisboa, podemos dizer que possuímos a mesma certeza sobre suas cargas? Afinal, a maior parte de nossa documentação contempla os mapas mercantis em sua saída, não em sua chegada ao reino. Nossa resposta para esse problema metodológico é novamente respondida pela documentação: apesar de não possuímos os registros de entrada dos navios em Lisboa, possuímos documentação referente às visitas do ouro feitas durante o período, e nestas visitas era feito um inventário da carga do navio, desta forma, podemos comparar os registros feitos em Pernambuco com aqueles feitos na capital do império português, como é o caso abaixo:

Quadro 6: Comparação das cargas do navio Águia do Douro pelos registros de Pernambuco e pela visita do ouro em Lisboa em 1784.

Águia do Douro	Açúcar Branco	Açúcar Redondo	Açúcar Mascavo	Feixos ABE	Feixos AR	Caras ABE	Barris ABE	Couros em Cabelo	Solas	Vaquetas	Atanados	Algodão
Recife	107	112	22	3	2	12	34	2000	2000	350	250	50
Lisboa	241			5		50	10	2000	2000	350	250	50

Fonte: AHU_CU_015, Cx. 150, D. 10914, AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10969.

Existem algumas diferenças entre o mapa da carga mercantil de emitido em Recife e a visita do ouro em Lisboa: primeiramente, em Lisboa não houve discriminação dos tipos de açúcar, portanto, encontramos apenas a soma total de caixas de açúcar, que é idêntica a registrada em Recife. O mesmo ocorre com os feixos, não havendo discriminação, mas havendo correspondência total. A única discrepância que encontramos foi no número de caras e barris: 12 caras e 34 barris registrados em Recife, contrastando com os 50 e 10 de Lisboa respectivamente. No mais, também há correspondência dos números da courama e das sacas de algodão.

Ressaltamos também o seguinte: diferente dos mapas de carga mercantil, as visitas do ouro não possuem padronização, portanto, algumas delas informam apenas o número de caixas, outras o número de arrobas, e as mais completas informam também o preço. Outro exemplo é o que se segue abaixo:

Quadro 7: Comparação das cargas do navio Jesus, Maria, José, Boa União pelos registros de Recife e pela visita do ouro em Lisboa em 1787

Jesus, Maria, José, Boa União	Açúcar Branco	Açúcar Redondo	Açúcar Baixo	Açúcar Mascavo	Feixos ABE	Feixos AR	Caras ABE	Barris AR	Couros em Cabelo	Solas	Vaquetas	Algodão
Recife	60	213	91	31	8	10	25	2	2200	1300	4700	515
Lisboa	395				18		25	0	2200	1300	4700	515

Fonte: AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11487, AHU_CU_015, Cx. 160, D. 11525.

Como podemos ver neste quadro 7, novamente não houve discernimento entre o registro das caixas e feixos em Lisboa, mas houve em Recife. Em ambos os casos, a soma total de caixas em Recife equivale à quantidade de caixas que chegaram à Lisboa, assim como o número de feixos e caras. A discrepância existe apenas em dois barris de açúcar redondo que não foram registrados pela visita do ouro, seja por não terem sido percebidos, por terem perdido-se na viagem, ou vendidos em algum porto antes de chegarem ao reino. Para encerrarmos esta nossa segunda consideração, faremos a análise de um último caso:

Quadro 8: Comparação das cargas do navio Santa Tereza, Santo Antônio e Almas pelos registros de Recife e pela visita do ouro em Lisboa em 1795.

Santa Tereza, Santo Antônio e Almas	Açúcar Branco Fino	Açúcar Redondo	Açúcar Redondo Baixo	Açúcar Baixo	Açúcar Mascavo	Feixos ARB	Couros em Cabelo	Vaquetas	Atanados	Algodão
Recife	13	90	27	13	17	2	1570	2400	150	430
Lisboa	13	90	27	13	17	2	1570	2400	150	430
Arrobas	ABF	AR	ARB	AB	AM	Algodão				
Recife	546	4050	1296	598	799	1930 e 20 arratéis				
Lisboa	546	4050	1296	598	799	1930 e 20 arratéis				
Preços	ABF	AR	ARB	AB	AM	Couros em Cabelo	Vaquetas	Algodão		
Recife	1600	1400	1200	1000	600	1400	750	4200		
Lisboa	1600	1400	1200	1000	600	1400	750	4200		

Fonte: AHU_CU_015, Cx. 188, D. 13027, AHU_CU_015, Cx. 189, D. 13064.

Como podemos ver nestes registros de 1795, possuímos não apenas o número de caixas, mas também o número de arrobas, bem como os preços em que foram comprados em Recife. Não havendo diferenças entre o mapa de carga mercantil emitido em Recife, e a visita do ouro realizada em Lisboa, consideramos este o registro mais completo, que deve selar as contestações de leitores sobre uma possível discrepância entre o que foi registrado na capitania e o que efetivamente chegou no reino.

Com estas considerações encerradas, passemos a próxima seção, que nos debruçaremos sobre uma análise quantitativa do açúcar no período.

3.1 O AÇÚCAR NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVIII

Em abril de 1807, o navio inglês “*Margaret*” velejava nas proximidades da capitania do Rio Grande do Norte, até que o infortuito naufragou-o na imediações. O governador da capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda escreveu ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, remetendo um inventário das mercadorias apreendidas do navio submerso e, dentre elas, destacamos algumas aqui:

Quadro 9: inventário da carga do navio Margaret que naufragou na costa da capitania do Rio Grande do Norte

Barras de Ferro	665
Caldeiras de Ferro	85
Chumbo	4 arrobas e 5 libras
Peças de linho	1720
Peças de chita	278
Lenços	111
Peças de crepe	740
Camisas	386
Toalhas e Guardanapos	251
Vestidos	9
Conjuntos de louças	23

Fonte: AHU_ACL_CU_015, Cx.266, D.17799

No mesmo ano, o navio com carga mais valiosa que saiu de Pernambuco foi o São Caetano, com o seguinte inventário:

Quadro 10: carga do navio São Caetano

Gênero	Quantidade
Açúcar Branco Fino	210 arrobas
Açúcar Redondo Fino	334 arrobas
Açúcar Redondo	1488 arrobas
Açúcar Redondo Baixo	3390 arrobas
Açúcar Baixo	3056 arrobas
Açúcar Baixo Inferior	156 arrobas
Açúcar Mascavo	820 arrobas
Couros em Cabelo	2348 unidades
Solas	359 unidades
Vaquetas	2579 unidades
Algodão	8898 arrobas

Fonte: AHU_CU_ 015, Cx. 267, D. 17823.

Estes dois navios situados na primeira década do século XIX dizem muito sobre as mudanças econômicas vivenciadas no último quartel do século anterior: em menos de uma geração, situada entre 1780-1807, é visível a transformação qualitativa das mercadorias produzidas na primeira oficina do mundo. Simultaneamente, nas periferias do sistema econômico agora encabeçado pela Inglaterra, persiste o mesmo tipo de produção vigente desde os primórdios da colonização, exceto o algodão, mercadoria esta que é considerada pela historiografia atual como aquela que pode trazer alguma dinamização de volta à capitania de Pernambuco (SAMPAIO, 2014a).

Abrimos esta seção com estes dois navios contemporâneos para explicar que, apesar da Revolução Industrial ter percorrido um quarto de século neste período, ela não mudou fundamentalmente a estrutura produtiva do mundo; é um fenômeno eminentemente europeu e, mais incisivamente, inglês. O que realmente vemos nestes dois navios são os princípios das mudanças que percorrem todo o século XIX, estes são os momentos de distanciamento entre as zonas produtivas do mundo, podemos dizer que testemunhamos a origem da primeira divisão social do trabalho liderada pela indústria.

Em nosso primeiro capítulo, discutimos que nosso trabalho pertence a dois períodos: um exclusivamente nacional, que concerne ao fim da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e a chegada da família real; e o segundo, situado entre 1789-1848, no

que Eric Hobsbawm categorizou como “*era das revoluções*”, no caso, duas – a Revolução Industrial britânica que torna-se um processo econômico irreversível na década de 1780, e a Revolução Francesa. Mas é legítimo perguntar-se, quanto está nosso período de 1780-1807 atrelado ao desenvolvimento político e econômico europeu de 1789-1848? Não pretendemos dissertar sobre o atrelamento econômico ainda, pois para compreender como tais períodos estão intrincados é necessário falar da produção e comércio do algodão. Entretanto, somos capazes de relacionar as duas extensões temporais com a Revolução Francesa e a Revolução Americana – na verdade, a ausência de relação, como é descrito por Caetano Pinto de Miranda em 1805:

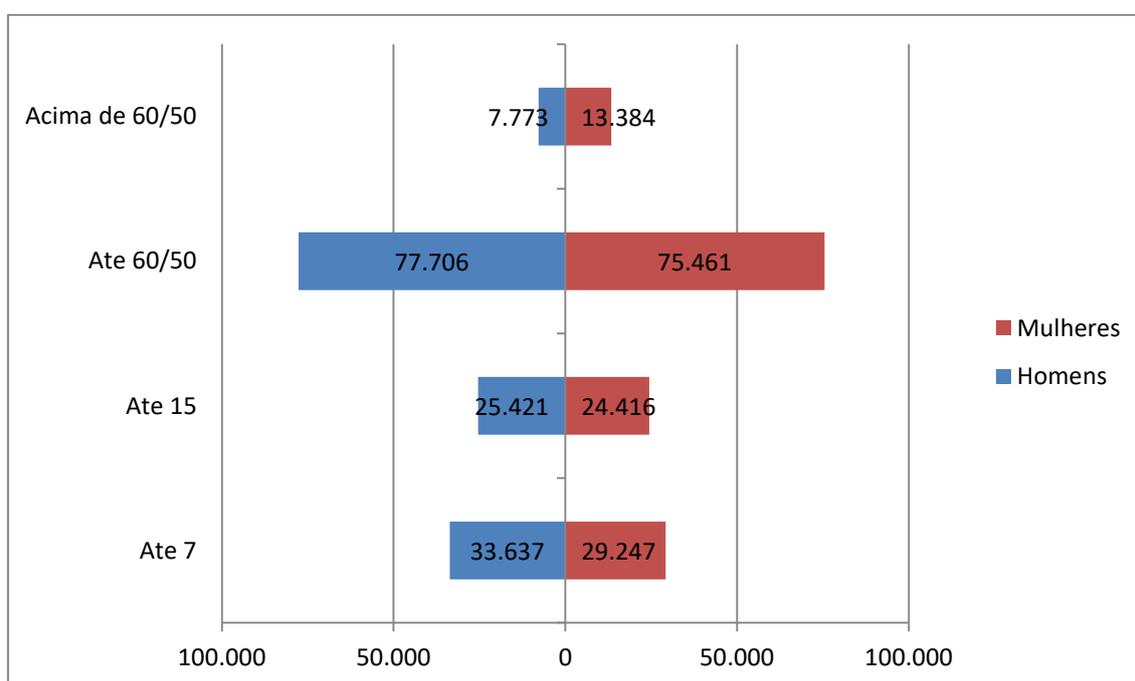
Esta capitania é habitada por vassallos fiéis que ainda se lisonjeiam com a narração do que fizeram os seus antepassados quando com as suas proprias mãos sacudiram um jugo estranho, e se restituíram ao seu legítimo soberano. Nela não (?) ideias algumas revolucionárias, e até são muito diferentes as que devem ocupar o espírito deste povo e aqui não há Washington, nem franceses, não há luzes para formar ou adotar novos sistemas, nem grande fortunas para os pôr em execução. Apenas uns ou outros que tem vindo da Europa sabem que Rousseau escreveu o seu Contrato Social, e Thomas Paine a defesa dos Direitos do Homem contra [Edmund] Burke, não passando os mais, segundo o seu estado, e por vezes, dos conhecimentos mais comuns e triviais. Lê-se a Gazeta de Lisboa, cultiva-se algodão, açúcares para o comércio externo⁴⁴.

Portanto, temos aqui o limite político do qual podemos tratar o período 1780-1807 conjugado à 1789-1848. Se não nos é possível buscar causalidades políticas entre fenômenos testemunhados no fervor político francês e americano com os da capitania de Pernambuco, podemos com toda certeza relacionar os rumos da capitania ao ritmo da industrialização inglesa, como o próprio Caetano Pinto de Miranda atesta – “*cultiva-se algodão, açúcares para o comércio externo*”. Entretanto, já mencionamos anteriormente que a Revolução Industrial é um fenômeno predominantemente europeu, portanto, as expectativas que devemos ter da rápida transformação técnica e produtiva do último quartel do século XVIII devem ser pequenas; há algum indicativo primordial à produção de algodão, açúcar, couros e outras mercadorias que nos permita compreender a ausência de um impacto que fundamentalmente rompesse com a ordem vigente? Para isso, contemplaremos a demografia da capitania.

⁴⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx.253, D.16961.

Em 1791 o governador da capitania de Pernambuco – Tomás José de Melo – remeteu ao secretário de estado da Marinha e Ultramar o mapa da população das quatro capitânicas da atual região Nordeste do Brasil – Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Abaixo encontra-se a pirâmide demográfica da capitania de Pernambuco na forma que consta em seu formato original: a divisão dos homens e mulheres em 4 classes cada, para os homens – 1 Classe (até 7 anos), Classe 2 (até 15 anos), Classe 3 (até 60), e Classe 4 (mais de 60); para as mulheres, Classe 5 (até 7 anos), Classe 6 (até 14 anos), Classe 7 (até 50), e Classe 8 (mais de 50).

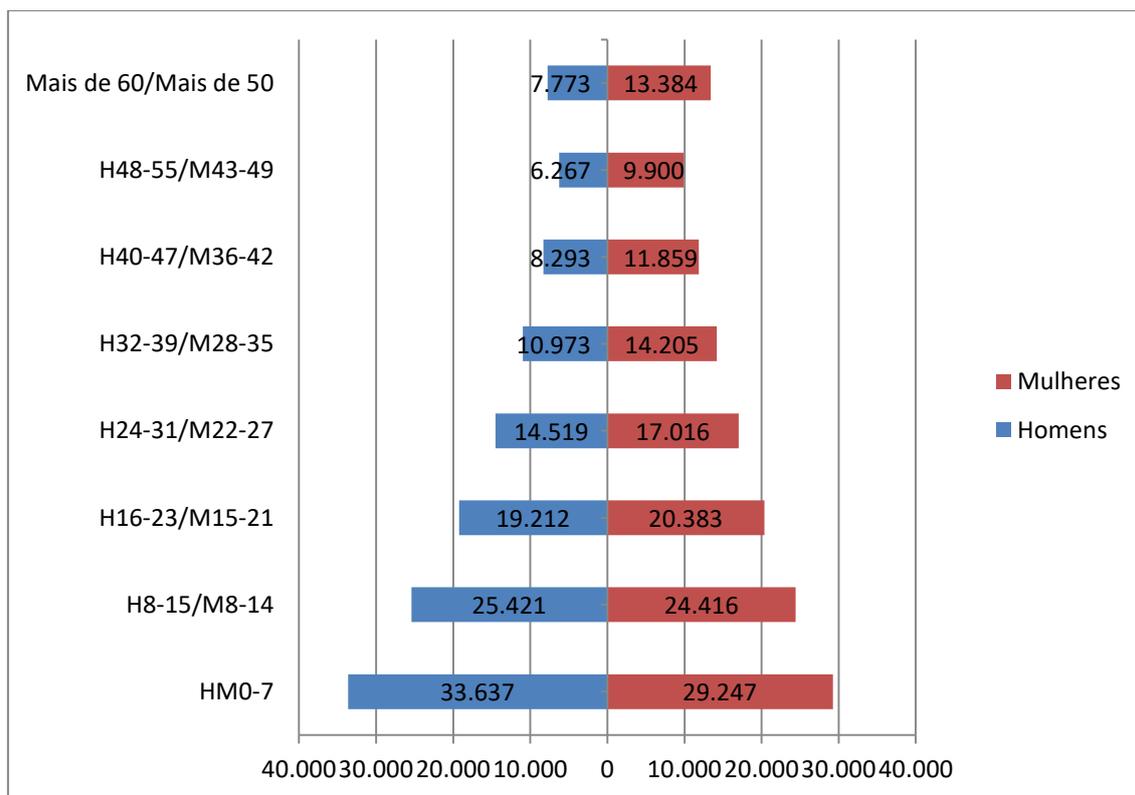
Gráfico 5: Pirâmide Demográfica da capitania Pernambuco em 1789 (Versão Original)⁴⁵



É através deste mapa demográfico que somos capazes de descobrir que a população total da capitania neste ano era de 287.045 pessoas livres. Entretanto, devido a distribuição em apenas 8 classes, 4 para cada sexo, isto é, faixas etárias, que sequer são uniformes entre si, este mesmo mapa demográfico não nos possibilita realmente compreender a demografia da capitania no período. Por esta razão, elaboramos este segundo mapa demográfico:

⁴⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 178, D. 12472. Mais informações vide Anexo VI

Gráfico 6: Pirâmide Demográfica da capitania de Pernambuco (Versão calculada)

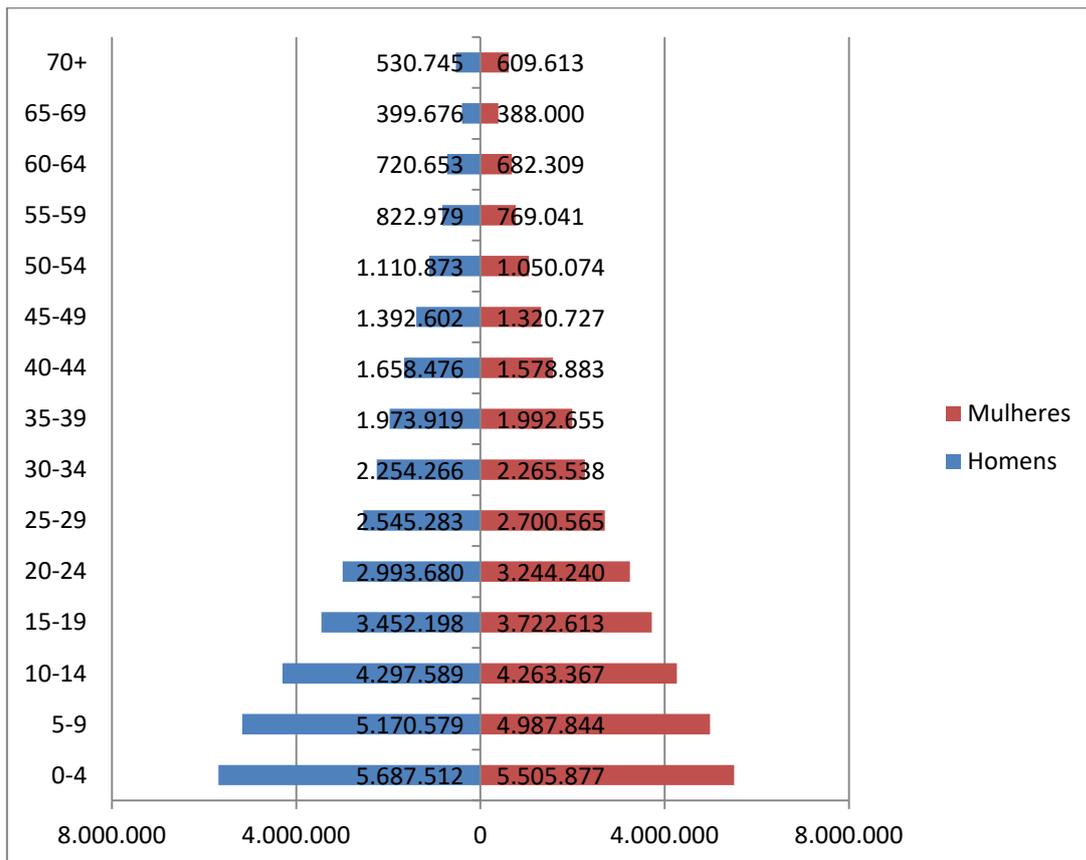


Este segundo mapa demográfico foi elaborado da seguinte forma: não dispomos de muitas divisões etárias, portanto, mantivemos intervalos uniformes entre as classes originais declaradas – Classe 2 (até 15)/Classe 6 (até 14) – até atingirmos as últimas classes – mais de 60/mais de 50. Uma vez com estes intervalos regulares, estabelecemos a queda percentual entre a Classe 1 (até 7 anos) para a Classe 2 (até 15), a Classe dos homens, que nos retornou uma taxa de aproximadamente 24,42%. Para as mulheres, realizamos o mesmo procedimento: estabelecemos a queda percentual entre a Classe 5 (até 7) e a Classe 6 (até 14), que nos retornou uma taxa aproximada de 16,51%. Uma vez com estas taxas, as repetimos para cada faixa etária uniforme, até que atingissemos as Classes 4 (mais de 60) e 8 (Mais de 50).

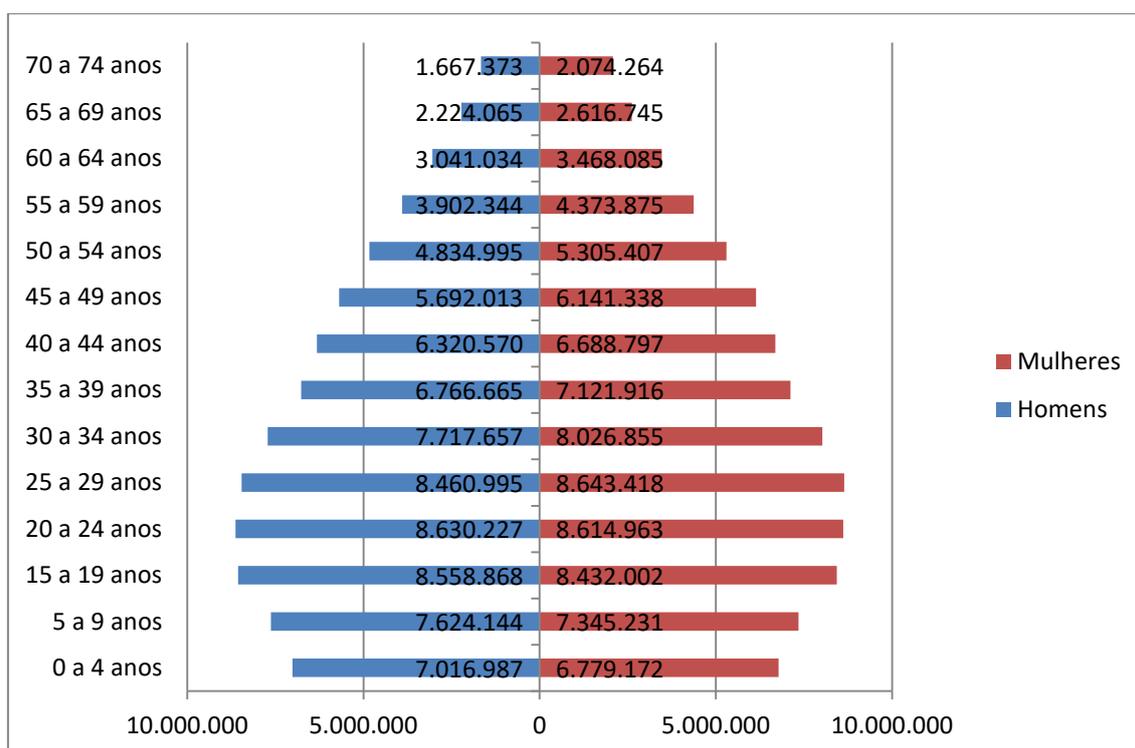
Como pode-se ver, fomos capazes de elaborar uma pirâmide demográfica mais completa que aquela fornecida por Tomás José de Melo, entretanto, ela não é desprovida de falhas metodológicas: primeiramente, assumimos que a taxa de redução entre cada faixa etária é constante, desta forma, esta se trata de uma representação linear da demografia da capitania de Pernambuco. Isto se evidencia pelo diferença da população total original e da população calculada: 287.045 para a primeira, 266.505 para a segunda. Percentualmente, a diferença entre estas duas populações é de meros 7,2%, portanto, apesar de ser uma especulação, não deixa de possuir relativa verossimilhança

Portanto, frente a estas dificuldades metodológicas, qual é a relevância da segunda pirâmide demográfica? Ela é uma pirâmide característica de sociedades pré-industriais e/ou sociedades subdesenvolvidas – uma larga base, seguida por seu encolhimento à medida que a população envelhece; a industrialização e/ou inchaço urbano historicamente reduzem esta base e alargam as seções intermediárias da pirâmide. Podemos verificar isso comparando duas pirâmides demográficas do Brasil, uma de 1960 e outra de 2010:

Gráfico 7: Pirâmide Demográfica do Brasil em 1960



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 1960.

Gráfico 8: Pirâmide demográfica do Brasil em 2010

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010.

Comparando-se as duas pirâmides demográficas brasileiras com a pirâmide demográfica da capitania de Pernambuco colonial, vemos que a correlação entre as proporções é maior entre 1789 e 1960 do que entre 1789 e 2010. Isto dá-se pela situação econômica do Brasil da década de 1960 ter uma série de características comuns ao período colonial: alta taxa de natalidade, alta taxa de mortalidade e a predominância da população rural sobre a urbana.

Entretanto, se sabemos as razões para explicar a pirâmide demográfica brasileira na década de 1960, somos capazes de fazer o mesmo para a capitania de Pernambuco? Novamente, o censo demográfico feito na gestão de Tomás José de Melo nos permite responder tais perguntas.

No ano de 1789 nasceram 9.384 pessoas na capitania de Pernambuco, enquanto que faleceram 6.948. Isto nos dá uma Taxa de Natalidade de 32, isto é, 32 nascimentos para cada 1.000 habitantes da capitania; em contraste, a Taxa de Mortalidade é de 24 a cada 1.000 habitantes. Para que possamos comparar, em 1960 a Taxa de Natalidade era 44 a cada 1.000 habitantes⁴⁶, enquanto que a Taxa de Mortalidade era 15 para 1.000⁴⁷. Em contraste, em 2010 a Taxa de Natalidade era 15,88⁴⁸, enquanto que a de Mortalidade era 6,03⁴⁹.

⁴⁶ <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP201&t=taxa-bruta-natalidade>

Por fim, o último critério para demonstrar que a demografia fornecida pelo censo de 1789 caracteriza uma sociedade pré-industrial/subdesenvolvida é a proporção entre a população urbana e rural. Entretanto, aqui é quando começamos a encontrar alguns problemas metodológicos, que resultam da mera transposição de método para um período histórico.

Para que possamos estabelecer a proporção da população urbana e rural do período colonial, precisamos objetivamente estabelecer uma definição de “cidade”. Em 1938 foi editado um decreto que estabelecia um mínimo de 1000 habitantes e 200 domicílios, e uma lei complementar do mesmo ano mudou o critério para 10000 habitantes, com 200 domicílios, e que no mínimo 10% deveriam ser eleitores (IBGE, 2017, p.37-38). Entretanto, com a Constituição de 1988, perderam-se os critérios objetivos, que passaram a ser definidos por cada Estado (LIMA, 2007). Sendo assim, não encontramos critérios objetivos na contemporaneidade para definir uma cidade e, mais que isto, a cidade colonial não possui a dimensão e complexidade da cidade moderna. Mas, de qualquer maneira, manteremos como o nosso critério norteador a presença de 10 mil habitantes para uma localidade ser considerada urbana, e explicaremos abaixo tal razão:

Quadro 11: População Urbana e Rural de Pernambuco (Urbano = 10 mil ou mais)

Cidade	População
Olinda	10570
Recife	21519
Tracunhaém	16018
Povoação da Luz (Jaboatão dos Guararapes)	13550
Santo Antônio do Cabo (Cabo de Santo Agostinho)	12637
Serinhaém	10473
Ipojuca	13637
Povoação do Una	11048
Goiana	21623
População Urbana Total	109452
População Rural Total	177593

Daqui, podemos obter então que 38,13% da população da capitania de Pernambuco era urbana, ao passo que 61,86% era rural. Entretanto, como foi assinalado, o critério aqui foi

⁴⁷ <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP261&t=taxa-bruta-mortalidade>

⁴⁸ <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-natalidade.html>

⁴⁹ <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-mortalidade.html>

arbitrário ao meramente considerar população urbana como toda aquela que ultrapassa 10 mil habitantes, mas devemos distinguir qualitativamente estas localidades, pois apesar de Recife e Goiana possuem praticamente a mesma população, não possuem a mesma relevância política e econômica, bem como o mesmo pode ser dito de Recife e Ipojuca. Infelizmente não dispomos de dados sobre densidade populacional, pois assim poderíamos compreender as extensões de tais localidades, e estabelecer qual a relevância da agricultura dentro delas. A razão para considerarmos cidade toda localidade com mais de 10 mil habitantes se dá pela seguinte razão: primeiramente, temos 9 localidades que cumprem este critério; em segundo lugar, poderíamos ter utilizado como conceito de cidade toda aquela localidade que possuísse uma Câmara Municipal, entretanto, ao invés de esclarecer mais a divisão demográfica da capitania, iríamos obscurecê-la, pois seríamos obrigados a incluir a Vila de Cimbres e a Vila de Santa Maria dos Índios, com 1.634 e 548 habitantes respectivamente, mas deixar de fora Serinhaém, Santo Antônio do Cabo, entre outras.

Como se compara a população pernambucana com a de outros espaços e tempos? Sabemos que em 1801, a Inglaterra tinha uma população absoluta de 8,9 milhões; destes, 3,1 categorizavam-se como população urbana, enquanto que 5,8 como população rural. Percentualmente, isto equivale à 34,8% e 65,2% respectivamente (LAWTON, 1973, p.196-197). Em contrapartida, o Brasil em 1960 tinha 32.004.817 habitantes urbanos, e 38.987.526 rurais, equivalendo à 45,1% e 54,9% respectivamente. Deste modo, podemos afirmar um êxodo rural precoce na sociedade colonial? Não necessariamente, especialmente se levarmos em consideração que localidades como Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Serinhaém fazem parte da Mata Sul, região que predominava o cultivo de cana de açúcar, ao passo que da Mata Norte cultivadora de algodão a única localidade que se sobressai é Goiana (MELLO, 2014). Sendo regiões predominantemente agrárias, é mais provável que esta população esteja distribuída na agricultura do que na parte urbana propriamente dita, mas como não sabemos a extensão nem densidade demográfica, não podemos afirmar com certeza. Ainda que não possamos estabelecer a real população urbana, podemos categoricamente afirmar que é uma população concentrada na zona da mata.

O que podemos dizer com certeza é: apesar da Revolução Industrial, não encontramos nenhuma mudança fundamental na demografia da capitania para afirmar a importância de seus impactos. A Taxa de Natalidade e Mortalidade são condizentes com taxas comuns àquelas de locais pré-industriais/subdesenvolvidos, a pirâmide demográfica também, bem como a proporção entre a população rural e urbana. Portanto, apesar das mudanças

encontradas na esfera da circulação e produção no Pernambuco colonial, temos que ter estas mudanças em perspectiva à dimensão da capitania. Do mesmo modo que não há rupturas demográficas radicais, não há rupturas econômicas de mesma magnitude. Isto se verifica quando levamos em consideração que o processo de fabricação do açúcar do final do século XIX não drasticamente diferente daquele do início do século (PRADO JR, 2008). Em suma, o processo era o que se segue:

Antes de marcar as caixas, é necessário falar de várias castas de açúcar, que separadamente se encaixam, porque também nesta droga há sua nobreza, há casta vil, há mistura. Há primeiramente açúcar branco e açúcar mascavado: o branco toma este nome da cor que tem, e muito se louva e estima no açúcar, mais admirável, por quanto se lhe comunica do barro. O mascavado de cor parda é o que se tira do fundo das formas, a que chamam de Pés ou Cabuchos. Do branco, há fino, há redondo e há baixo, e todos estes são açúcares machos. O fino é mais alvo, mais fechado e de maior peso: e tal é ordinariamente a primeira parte, que chamam de Cara da Forma. O redondo é algum tanto menos alvo e menos fechado, e tal é comumente o da segunda parte da Forma, e digo comumente, porque não é esta regra infalível, podendo acontecer que a cara de algumas formas seja menos alva e menos fechada que a segunda parte de outra forma. O baixo é ainda menos alvo e quasitrigueiro na cor: e ainda que seja bem fechado e forte, contudo, por ter menos alvura, chama-se baixo, ou inferior.

Além destas três castas de branco, há outro, que chamam branco batido, feito do mel, que escorreu das formas do macho na casa de purgar, cozido e batido outra vez: e sai as vezes tão alvo e forte como o macho. E assim como há mascavado macho, que é o pé das formas do branco macho, assim há mascavado batido, que é o pé das formas do branco batido. O que pinga das formas do macho, quando se purga, chama-se mel, e o que escorre do batido branco chama-se remel. Do mel uns fazem aguardente, destilando-o: outros tornam a cozer, para fazerem batidos: e outros vendem a panelas que o destilam ou cozem, e o mesmo digo do remel (ANTONIL, 1711, p.91-92).

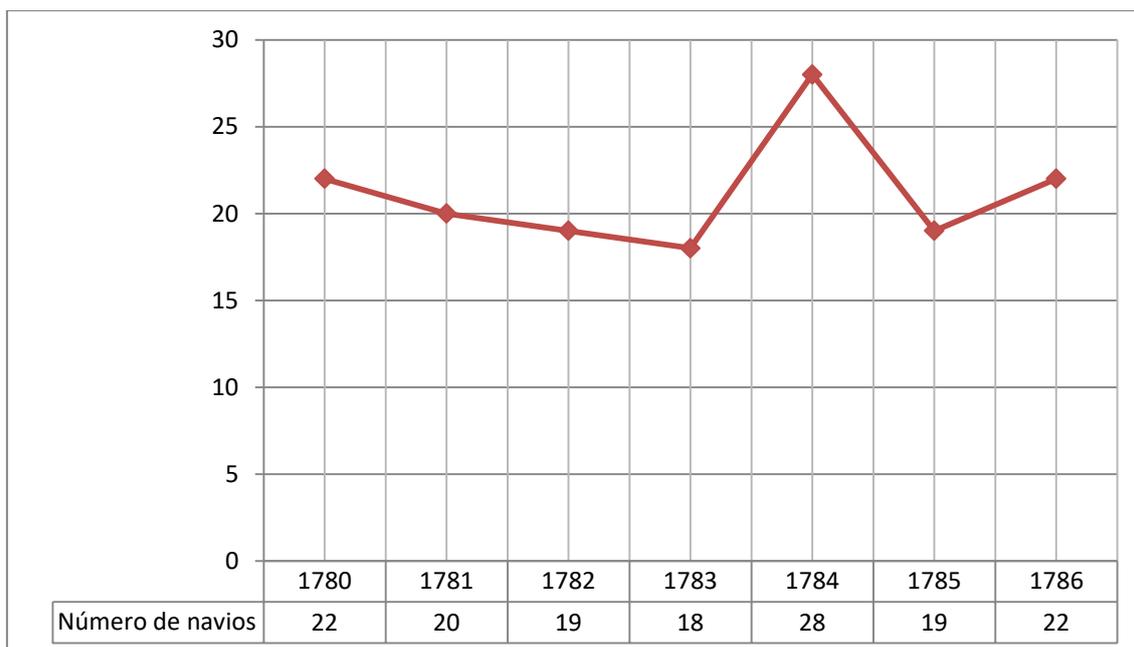
Ao descrever em 1711 os tipos de açúcar, Antonil descreve subsequentemente seu processo de fabricação de forma indireta. Quando transitamos para os navios da décadas de 1780-1800, percebemos que não há distinção fundamental entre os tipos de açúcar do início e do final do século. Mais que isso, Stuart Schwartz (2014b) ressaltou que o Brasil especializou-se na produção de açúcar branco desde os primórdios da colonização, portanto, podemos estender ainda mais esta tipologia de Antonil para o próprio século XVI, o que nos dá três séculos de produção homogênea da mesma mercadoria. A intenção de produzir açúcar no Brasil remonta à 1516, quando D. Manuel ordenou a distribuição de machados, enxadas e

ferramentas para pessoas capazes de povoar o Brasil e de dar princípio a um engenho de açúcar (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.53-54).

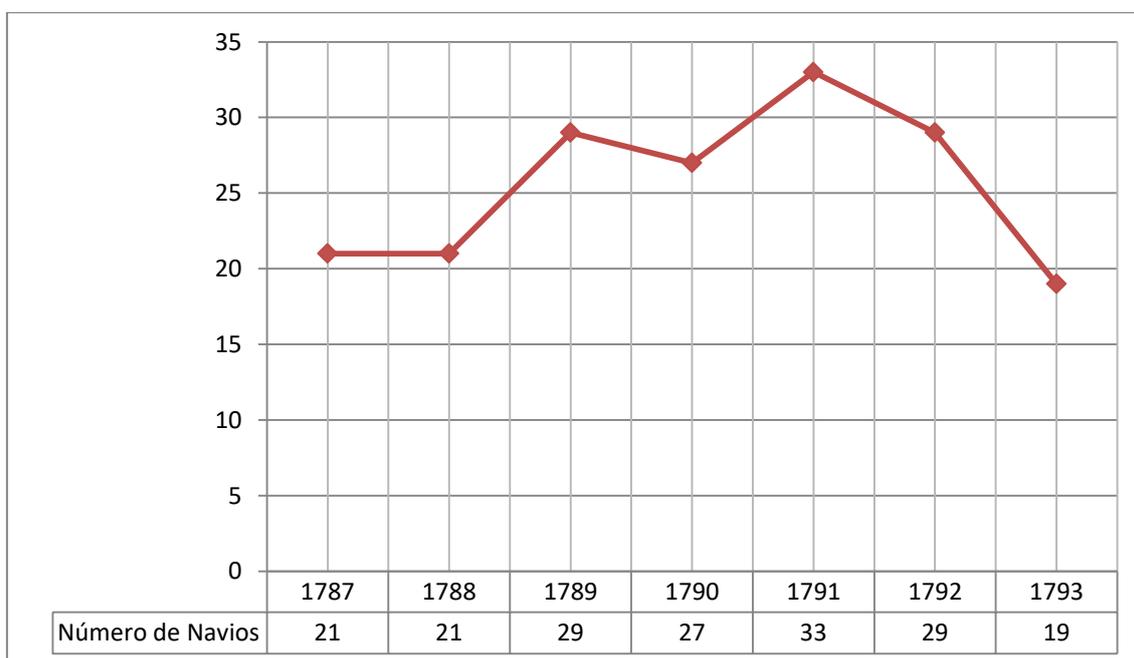
Este tipo de produção ultrapassa o próprio período colonial e chega até o século XX: em São Paulo, no ano de 1903 o açúcar com maior demanda pela população pobre era o açúcar redondo, devido ao seu baixo preço. O hábito de consumo do açúcar branco, que era também um açúcar seco, era dos grandes centros urbanos. Para as demais regiões do país predominava o consumo dos açúcares úmidos (MEIRA, 2012). O açúcar mascavado, em contrapartida, é um tipo de mercadoria que não é completamente refinado, e isto é feito deliberadamente. O intuito disto é que seu processo de refinamento seja completado na Europa para então ser revendido (MILLER, 1997).

Sobre os demais tipos de açúcar, não se dispõe de muitas informações, exceto que todos são oriundos do mesmo processo de produção. Desta forma, abriremos esta seção com uma análise geral das oscilações de arrobas produzidos durante o período abordado.

Mas, antes de abordamos primeiramente a circulação de açúcar, veremos a circulação de nosso período de maneira geral. Como ele se estende de 1780 até 1808, achamos conveniente dividi-lo em quatro períodos homogêneos de sete anos cada, denominados períodos hepta-anuais. Devemos manter em consideração que os períodos hepta-anuais não correspondem as conjunturas econômicas identificadas, pois elas serão abordadas ao fim de nossas considerações individuais, quando tivermos uma noção abrangente da economia. Sendo assim, antes de falar do açúcar, veremos os dois primeiro períodos hepta-anuais restritos aos números de navios que passaram pela Capitania de Pernambuco.

Gráfico 9: 1-PHA: Número de navios que saíram de Pernambuco entre 1780-1786

Fonte: Vide Anexo A

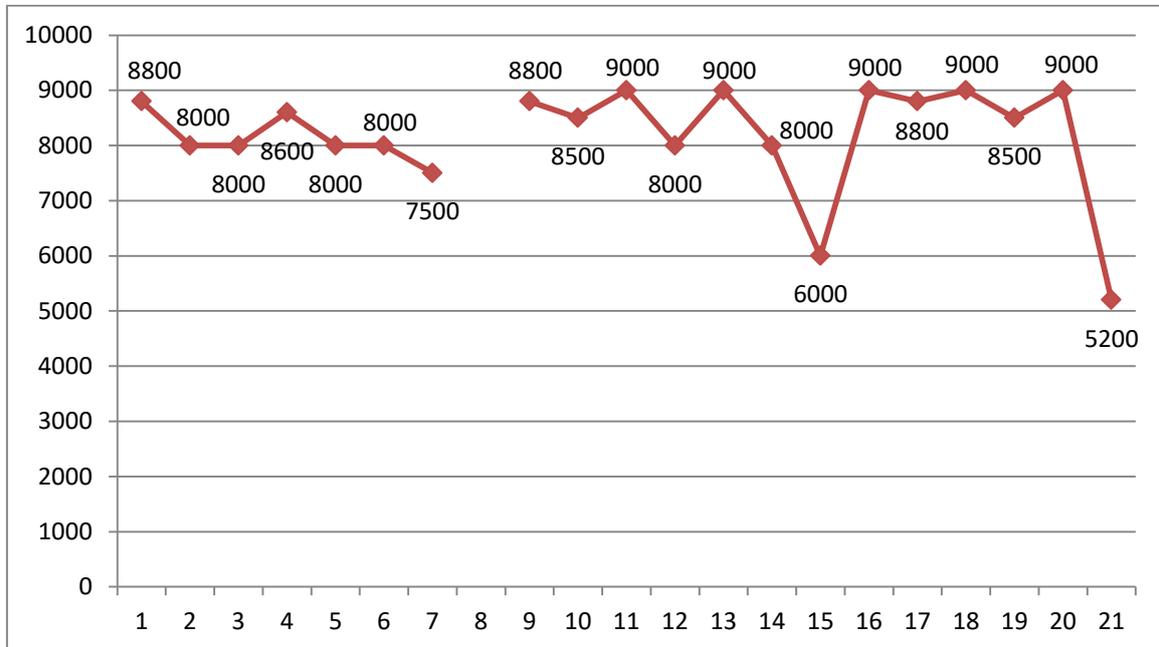
Gráfico 10: 2-PHA: Número de navios que saíram de Pernambuco entre 1787-1793

Fonte: Vide Anexo B

Como podemos ver nestes dois primeiros períodos hepta-aneais, o número de navios permanece relativamente estagnado. Se de 1780 até 1788 temos um número quase constante de navios que vieram por ano a capitania, este quantitativo só se altera na virada da última década do século XIX. Faremos brevemente um salto da navegação para o algodão para explicar esse aumento abrupto que testemunhamos a partir de 1789, caso contrário, não

encontraremos respostas observando apenas a navegação e o açúcar, que é o que propomos a analisar. Abaixo temos um gráfico que demonstra a oscilação dos preços do algodão em Pernambuco no ano de 1788, ano anterior ao aumento brusco de navios de 1789:

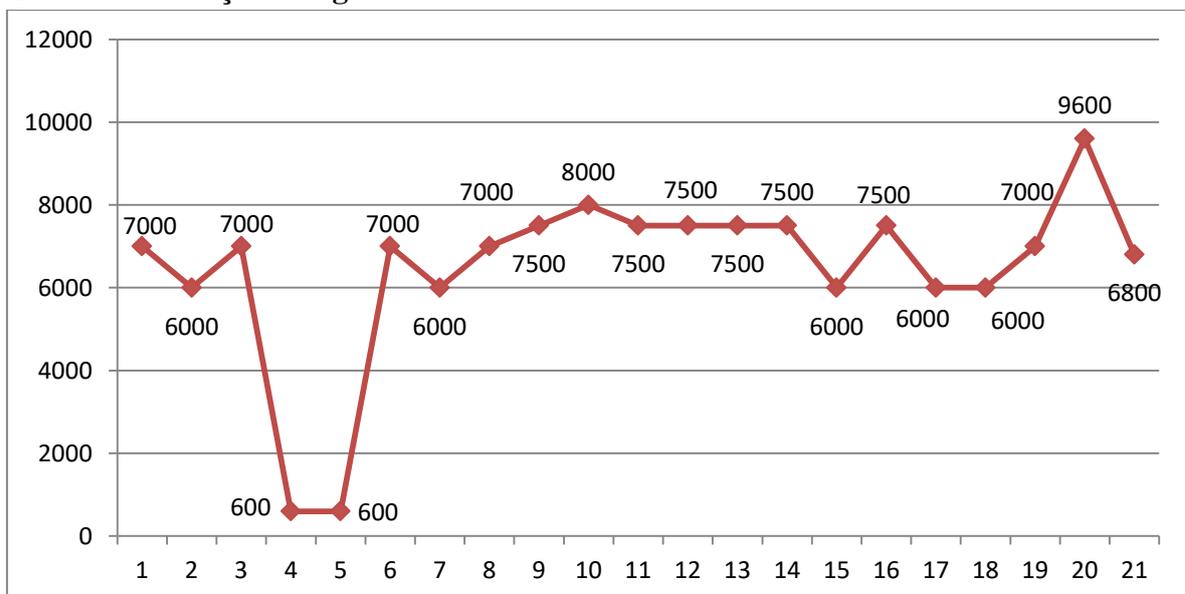
Gráfico 11: Preço do Algodão em Recife em 1788.



Fonte: Vide Anexo B

Estes preços tornam-se mais relevante quando o comparamos com o do ano anterior:

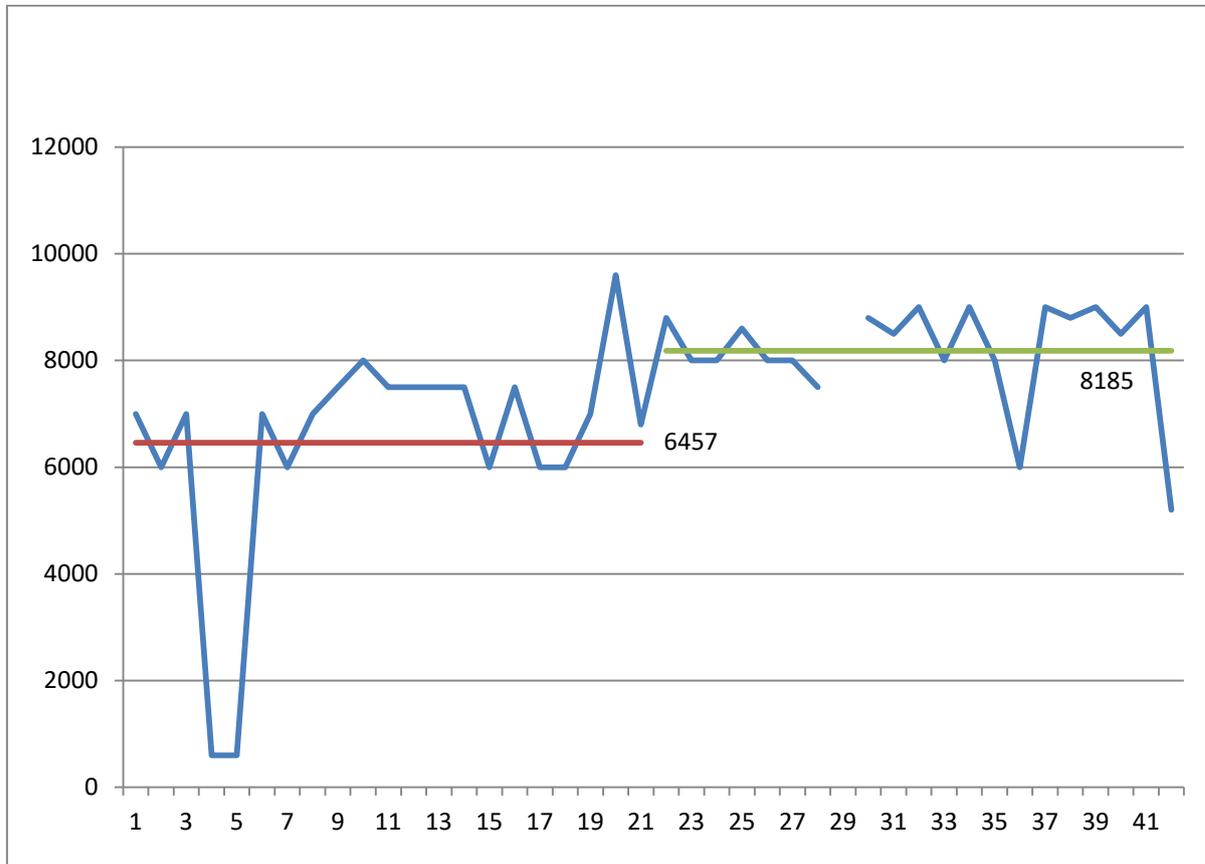
Gráfico 12: Preço do Algodão em 1787



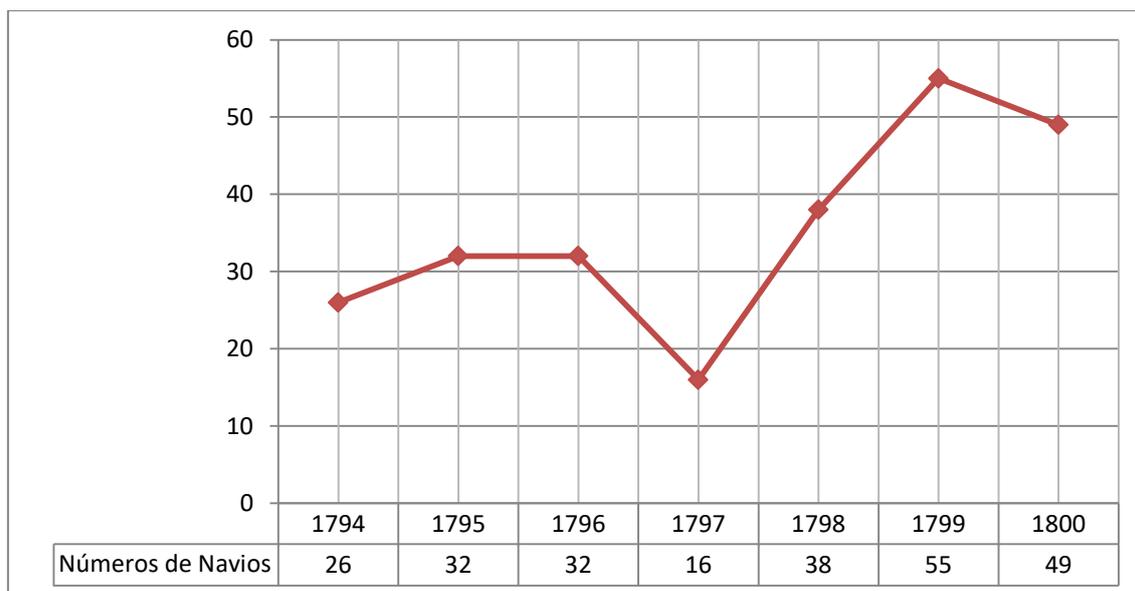
Fonte: Vide Anexo B

Quando colocamos os dois anos em sequência em conjunto com seus preços médios anuais, é que somos capazes então de entender o aumento brusco de navios na última década do século XIX:

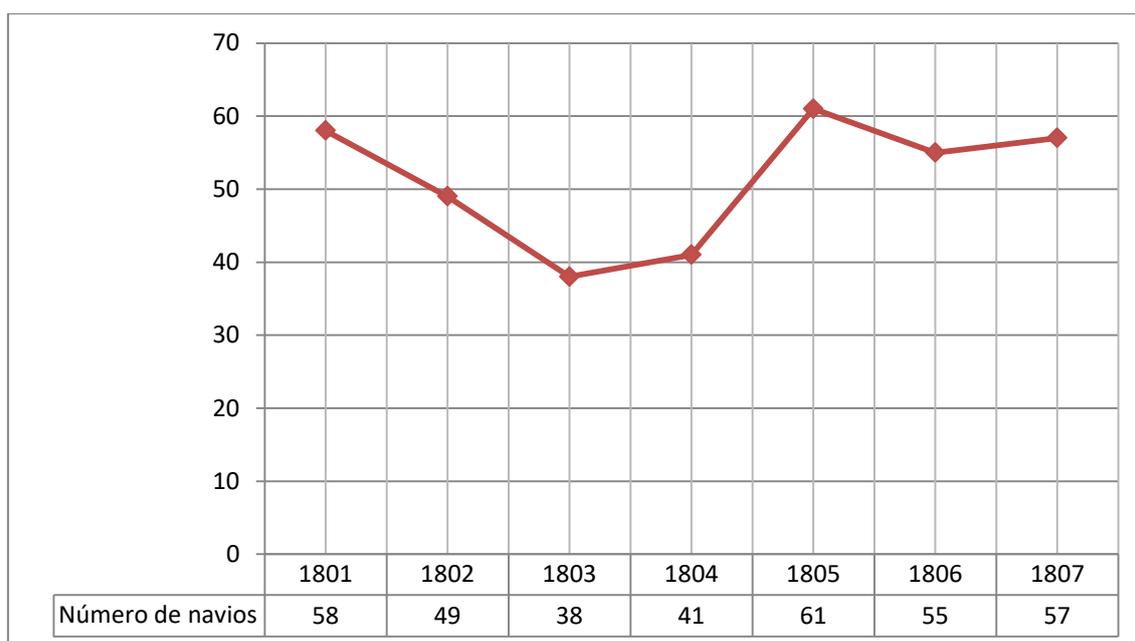
Gráfico 13: Preços do algodão em 1787-1788 e suas respectivas médias



Ao levarmos em consideração que houve tanto um incremento geral no preço do arroba do algodão nos últimos anos da década de 1780, incremento este que pode ser melhor entendido no salto de 6457 réis médios para 8185 réis no ano seguinte, entendemos assim como que de um ano para o outro os navios de particulares passaram a aportar com maior frequência em Recife. Esta tendência verifica-se nos outros dois períodos hepta- anuais? Verifiquemos os gráficos:

Gráfico 14: 3-PHA: Número de navios que saíram de Pernambuco entre 1794-1800

Fonte: Vide Anexo C

Gráfico 15: 4-PHA: Número de navios que saíram de Pernambuco entre 1801-1807

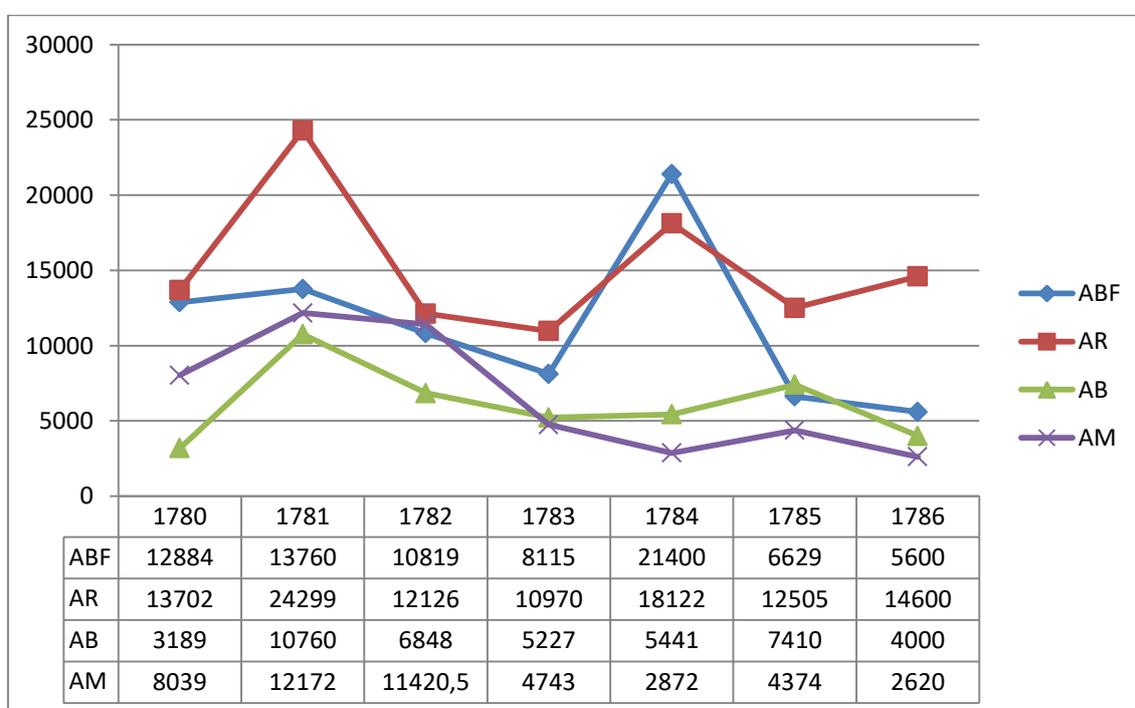
Fonte: Vide Anexo D

Como podemos ver nos dois gráficos dos últimos dois períodos hepta-anaís, salvo alguns anos excepcionais como 1797 e 1803, o crescimento do número de navios que aportaram em Pernambuco é constante durante todo o último quartel do século XVIII e até o fim da primeira década do século XIX. Se fomos no primeiro caso capazes de explicar o aumento brusco de navios de 1789, não somos capazes de fazer o mesmo para 1799, pois não há nada qualitativamente diferente em 1798 que tenha causado este salto de 38 para 55

navios. Em verdade, a média de preços de 1798 é menor que a média de preços de 1788: enquanto que no segundo foi de 8185 réis por arroba, em 1798 foi de 5943 réis por arroba. Apesar da diferença do preço no intervalo de dez anos, isto não mudou o fato que a demanda do mesmo continuou a crescer, bem como o número de navios.

Qual a relevância de insistirmos tanto no número de navios? Isto se dá que toda forma de apreensão da produção, em nosso caso, parte primeiramente da apreensão da circulação, entretanto, que apesar do aumento constante de navios durante o período de 1780-1808, não há correspondência de aumento constante da produção de mercadorias, exceto o algodão; o que verifica-se é um aumento circunstancial em alguns anos. O que verificamos de fato é sua melhor distribuição entre os navios que aportam, como podemos ver abaixo:

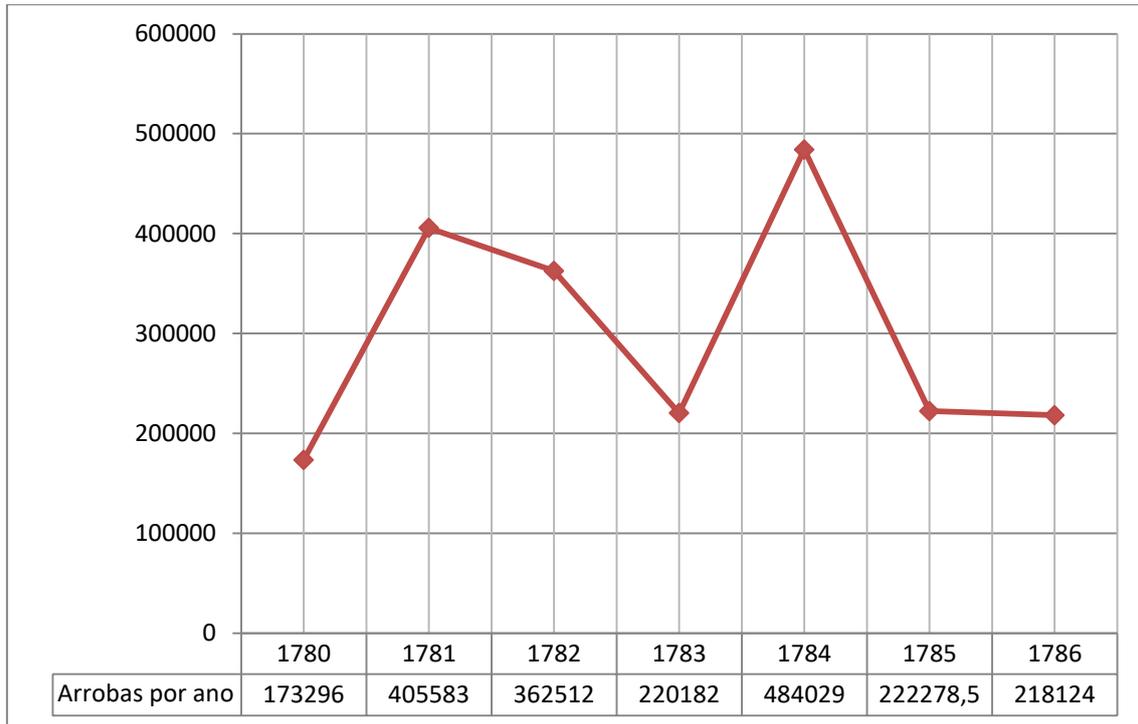
Gráfico 16: Maiores cargas de açúcar em cada ano do primeiro período hepta-anual



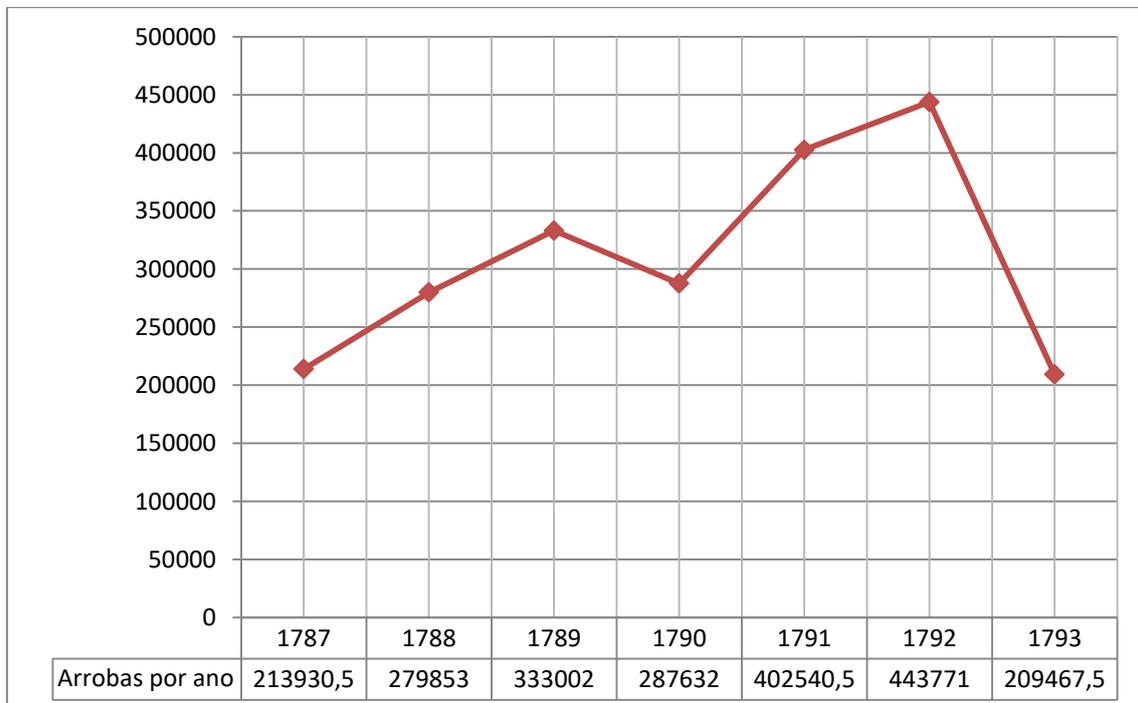
Fonte: Vide Anexo A

Frente ao maior número de navios, podemos ver que as maiores quantidades de açúcar carregadas tendem a serem menores que as do ano anterior e, salvo o ano de 1784, esta é uma tendência que verificamos no primeiro período hepta-anual.

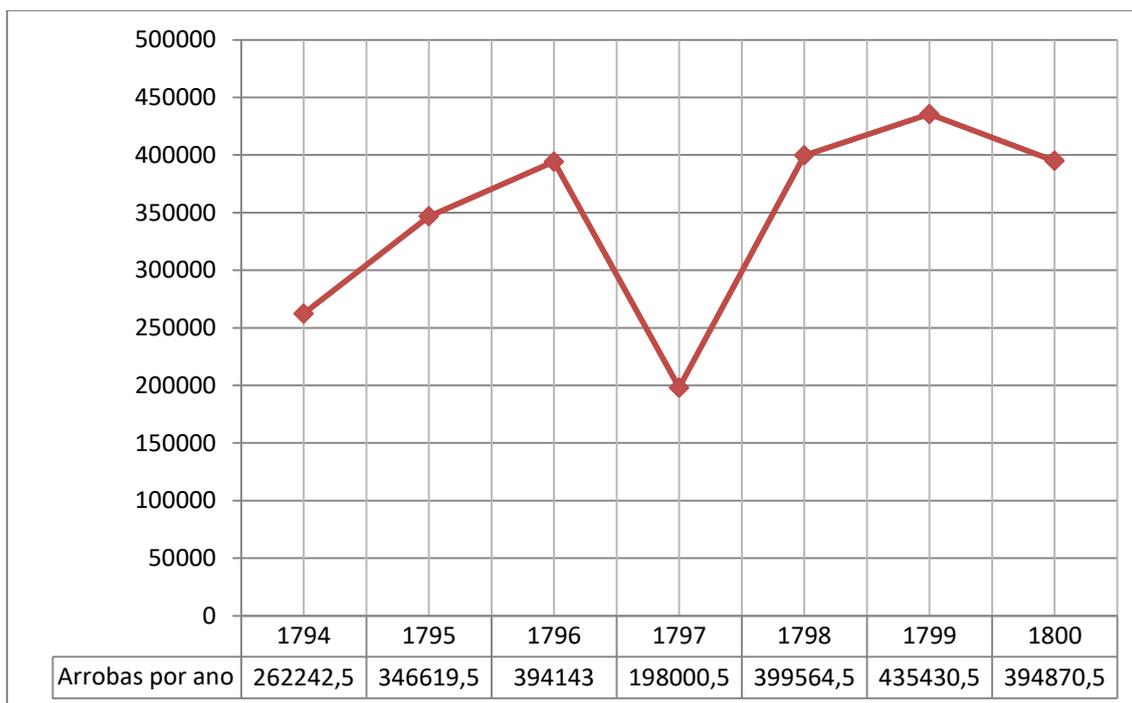
Mas, uma melhor distribuição das cargas de açúcar e o aumento de navios não nos esclarece a produção de açúcar dos respectivos anos de cada período hepta-anual, primeiramente descreveremos as produções brutas, para então abordar estas produções de maneira discriminada.

Gráfico 17: Total de açúcar exportado no 1-PHA em arrobas

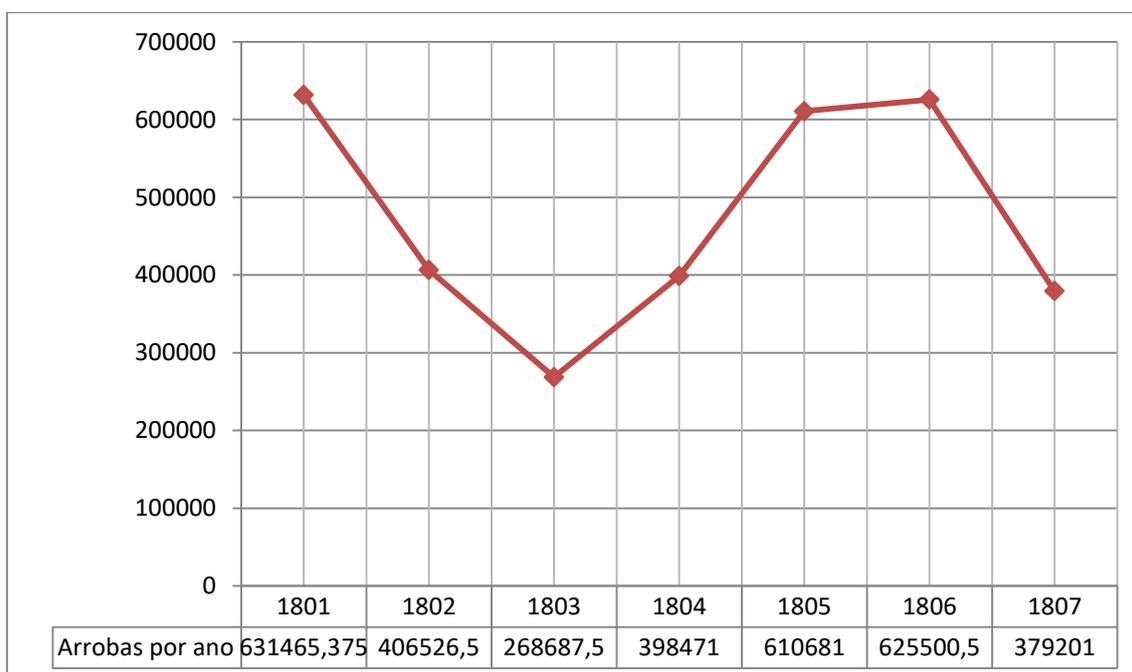
Fonte: Vide Anexo A

Gráfico 18: Total de açúcar exportado no 2-PHA em arrobas

Fonte: Vide Anexo B

Gráfico 19: Total de açúcar exportado no 3-PHA em arrobas

Fonte: Vide Anexo C

Gráfico 20: Total de açúcar exportado no 4-PHA em arrobas

Fonte: Vide Anexo D

Acima temos os 4 gráficos que representam a exportação total de arrobas de açúcar no período de 1780-1807. Se estabelecermos o ano inicial como o ano base que, coincidentemente, é também o ano da menor produção de açúcar, teremos então que o ano de 1801, aquele com maior produção de açúcar corresponde a aproximadamente 364% da

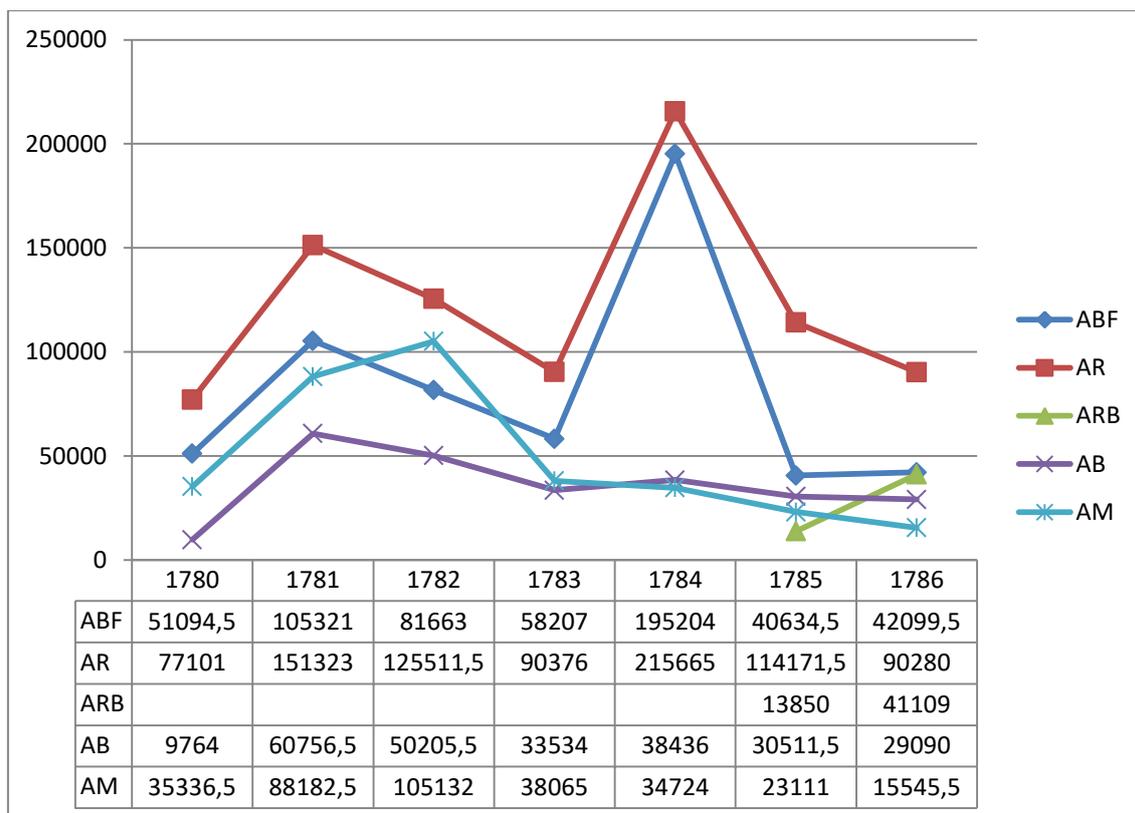
produção de 1780. Dauril Alden alega que as últimas duas décadas do século XVIII constituem um renascimento agrícola do Brasil Colonial (ALDEN, 1984); confrontando-se estes dados brutos não podemos deixar de concordar com o historiador americano, pois entre 1780 e 1807, é visível o incremento na produção, ainda que ele apenas se torne mais sensível no último período hepta-anual, visto que nos outros a produção tende a rondar os 200 mil arrobas como mínimo e 400 mil como máximo. Entretanto, também devemos assinalar algumas características do período que não são comumente discutidas.

Primeiramente, observando exclusivamente a exportação bruta de açúcar, não podemos deixar de reparar que tanto para o 1-PHA e 2-PHA, o total exportado no primeiro ano do período hepta-anual possui mínima discrepância percentual quando comparado ao ano final do mesmo período. Para o 1-PHA temos a produção bruta de 1780 em 173296 arrobas, enquanto que em 1786 ela é de 218124 – a discrepância entre os dois é de aproximadamente 25%. Quando comparamos com o 2-PHA, esta diferença é ainda menor: a produção de 1787 foi 213931, enquanto que a de 1793 foi 209468 – a diferença entre o ano inicial e final nesse caso é 3%.

Para o 3-PHA, esta relação é inexistente – a diferença percentual é de aproximadamente 50%. Aparentemente, ela também não existe para o 4-PHA, entretanto, se estendermos o intervalo em apenas 1 ano, isto é, entre o último do 3-PHA e o último do 4-PHA – 1800 e 1807 respectivamente –, veremos que novamente existe uma similaridade: em 1800 a produção foi de 394871, ao passo que em 1807 foi 379201, uma diferença percentual de apenas 4%.

Como já dissemos anteriormente, não pretendemos analisar as causas dessas correlações, mas meramente destacá-las. Para que realmente possamos compreender isto, teríamos de dissertar excessivamente sobre o algodão, e não é oportuno neste momento nos distanciarmos de nossa análise exclusiva do açúcar.

O limite de uma análise estrita sobre as quantidades totais de açúcar exportadas é que não possuímos as suas discriminações, desta forma, não podemos acompanhar as oscilações na produção das diversas qualidades do ouro branco, tais como o açúcar branco fino ou o açúcar mascavo, portanto, agora que temos em mente a produção total no decorrer destes anos, passemos a uma descrição mais minuciosa.

Gráfico 21: Discriminação dos Açúcares Exportados no 1-PHA

Fonte: Vide Anexo A

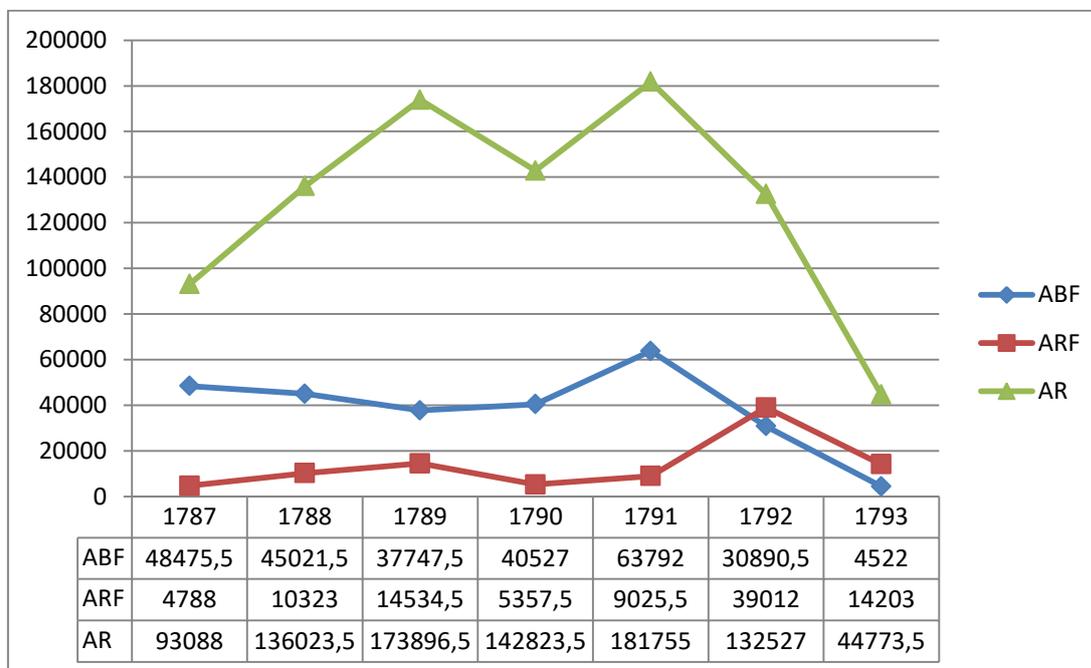
Como podemos ver, no 1-PHA, existe uma predominância do açúcar branco fino e do açúcar redondo, seguidos logo atrás pelo açúcar baixo e mascavo. A partir de 1785, os navios passam a contabilizar um novo tipo de açúcar: o redondo baixo. Desconhecemos a origem deste açúcar, mas sabemos que no fim do 3-PHA, a Mesa de Inspeção reúne-se para distinguir entre o açúcar branco baixo e o açúcar mascavo, pois problemas na inspeção levavam a avaliação de qualidade dúbia⁵⁰ Não encontramos registros que possam verificar a origem desta distinção, portanto, não podemos afirmar com certeza se se trata de uma nova categorização imposta pela Mesa de Inspeção, ou a fabricação de um novo gênero de açúcar, mas na ausência de tal confirmação, tendemos a crer que é uma nova categorização, não uma nova produção. É certo, entretanto, que a partir de 1785 as remessas do açúcar redondo baixo tornam-se constantes anualmente, e todo mapa de carga mercantil passa a ter um espaço dedicado para ele.

A partir de 1787, outra variedade de açúcar passa também a ser destacada: o açúcar redondo fino. Desta forma, para que não tenhamos um excesso de dados por gráfico que possivelmente nos comprometa uma leitura, dividiremos os seguintes períodos hepta-anuais

⁵⁰ AHU_CU_015, Cx.215, D. 14583.

no que concerne ao açúcar em duas leituras distintas – a leitura dos açúcares finos, isto é, o branco fino, redondo fino e redondo⁵¹; e a leitura dos açúcares baixos – o redondo baixo, o branco baixo, o baixo inferior, este último presente a partir do 4-PHA, e o açúcar mascavo.

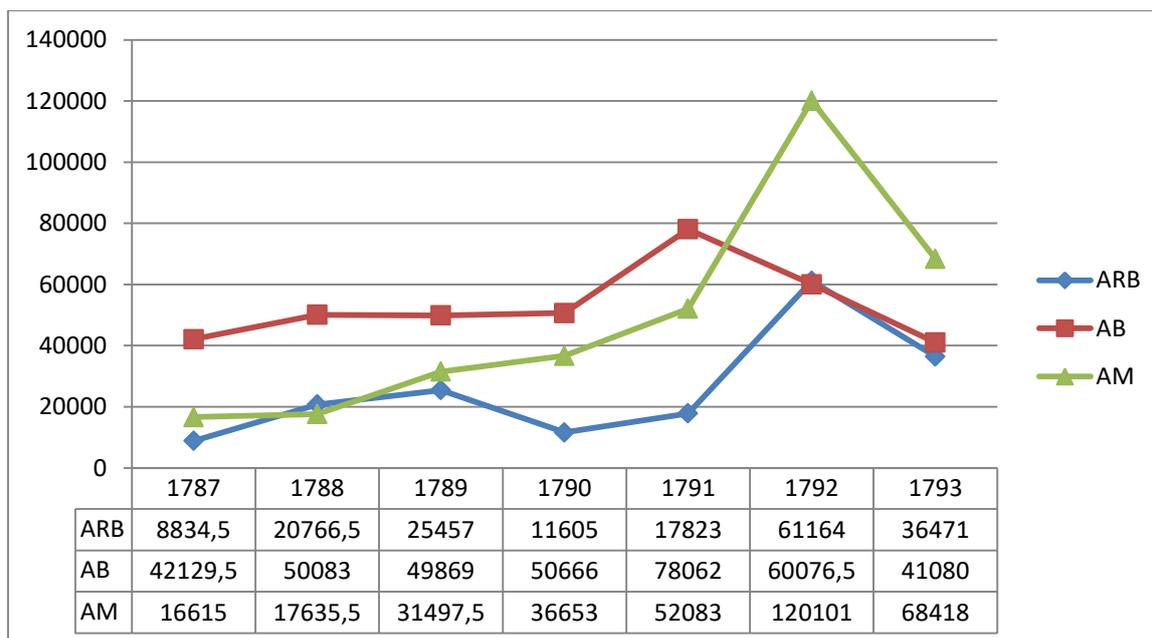
Gráfico 22: Discriminação dos açúcares finos no 2-PHA



Fonte: Vide Anexo B

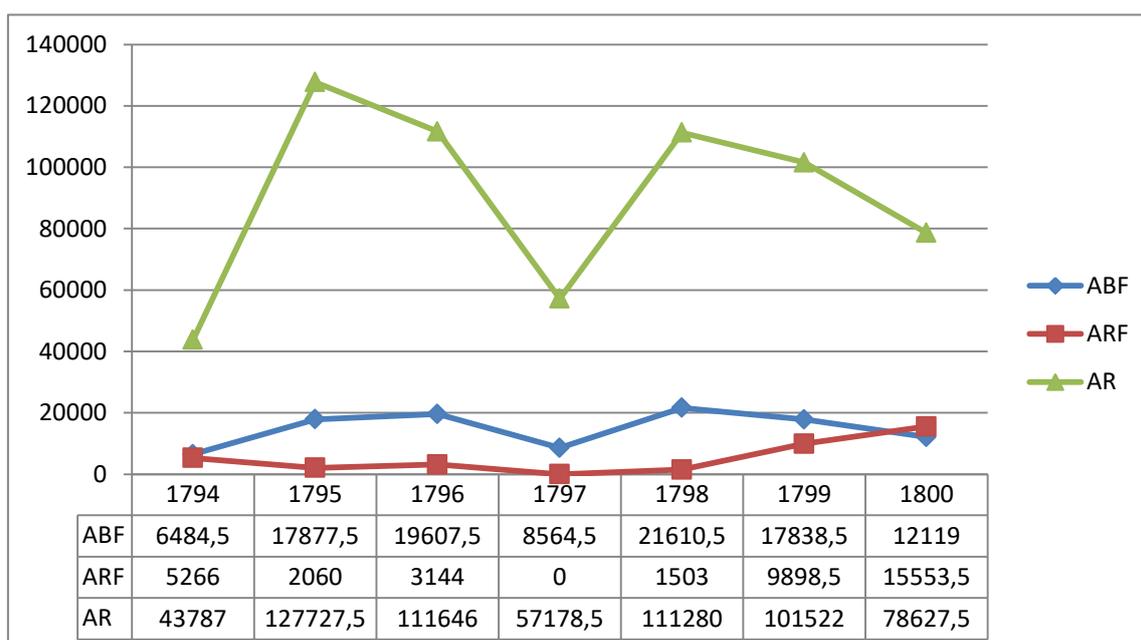
A observação dos açúcares finos no 2-PHA nos leva as seguintes observações: ao passo que as quantidades de açúcar redondo cresceram até 1791, o mesmo não pode ser dito sobre o açúcar branco fino e o açúcar redondo fino, em verdade, sua produção permaneceu estagnada para retrair a partir de 1791. Apesar do largo espaço ocupado pelo açúcar redondo, a média do 2-PHA não difere drasticamente da média do 1-PHA: no primeiro período, ela foi de 123489,7, enquanto que no segundo foi de 129269,6. Destacamos anteriormente que ao fim de cada período hepta-anual, as quantidades totais do ano inicial e ano final do período tendem a serem similares, mas, apesar da semelhança nos valores totais, o mesmo não se verifica quando discriminamos os açúcares, de modo que não ocorre o mesmo processo de forma mecânica.

⁵¹ Sabemos que o açúcar redondo não se trata de um açúcar fino, entretanto, os três açúcares que compõem a tríade de nossa análise são aqueles que seu preço é maior que 1000 réis por arroba, portanto, apesar de não ser fino, o açúcar redondo pode ser enquadrado conjuntamente com o redondo fino e o branco fino.

Gráfico 23: Discriminação dos açúcares baixos no 2-PHA

Fonte: Vide Anexo B

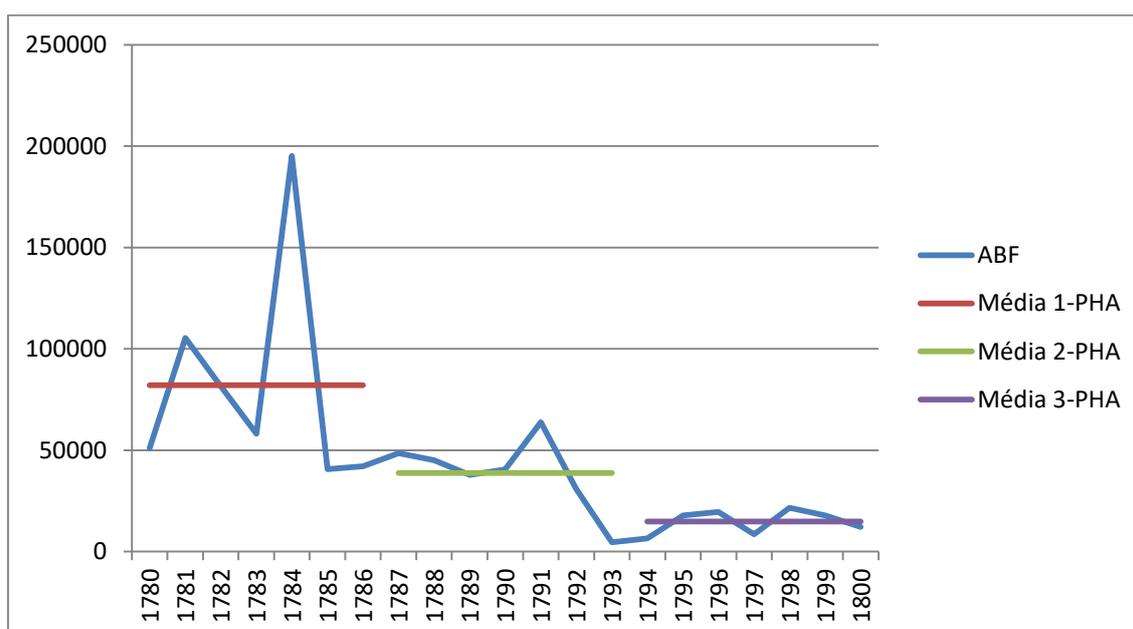
Ao observarmos os açúcares baixos e contrastá-los com os açúcares finos, somos capazes de perceber o seguinte processo: todas as três qualidades permanecem estagnadas até 1791, para terem um súbito crescimento em 1792, acompanhados de uma queda brusca em 1793. Com esta observação, somos levados a supor uma razão de grandezas inversas: maiores quantidades dos açúcares baixos implicam menores quantidades de açúcares finos; dissertaremos sobre isso em maiores detalhes no final deste capítulo.

Gráfico 24: Discriminação dos açúcares finos no 3-PHA

Fonte: Vide Anexo C

No 3-PHA, os arrobas produzidos dos açúcares finos permanecem estagnados na transição de 1793-1794, com uma rápida recuperação em 1795, mas não para todos os três açúcares, apenas o açúcar redondo. A produção de arrobas do açúcar branco fino e redondo fino permanece estagnada, mal ultrapassando 20 mil arrobas anuais. Aqui, ainda que consideremos que o açúcar redondo fino é apenas uma análise qualitativa distinta realizada pela Mesa de Inspeção do açúcar branco fino, não mudará muito o panorama deste período, pois apenas nos anos finais de 1799 e 1800 que a produção dos dois açúcares em conjunto aproxima-se de sua menor produção no 1-PHA. Para que compreendamos esta queda, vejamos um gráfico que acompanha toda a produção do ABF ao longo dos três períodos abordados:

Gráfico 25: Análise quantitativa do açúcar branco fino nos três primeiros períodos hepta-aneais e suas médias



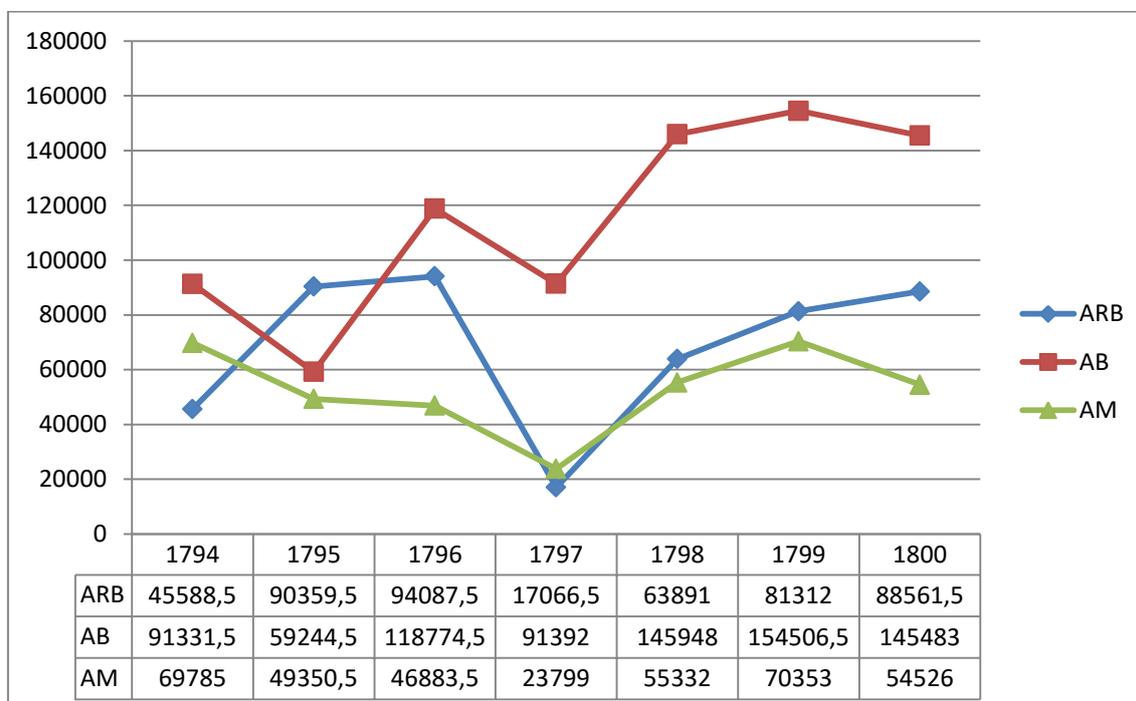
Fonte: Vide Anexos A, B e C

Como podemos ver, apesar de alguns picos isolados em 1784 e 1791, uma visão prolongada do açúcar branco fino nos mostra que sua quantidade total de arrobas apenas decresceu durante todo o período e, conseqüentemente, suas médias – 82031 arrobas para o 1-PHA; 38710 para o segundo; 14871 para o terceiro.

Voltando-se para a análise dos açúcares finos no 3-PHA, novamente percebemos a predominância do açúcar redondo, entretanto, sua produção também tende a cair, fato verificado pela maior produção anual ser em 1795 – 127727,5 arrobas, que é maior que a média do 1-PHA, mas menor que a do 2-PHA. É seguro dizer então que em um ritmo menor,

a produção do açúcar redondo também tende a cair, apesar de não ser tão brusca como do açúcar branco fino, o mais bem avaliado.

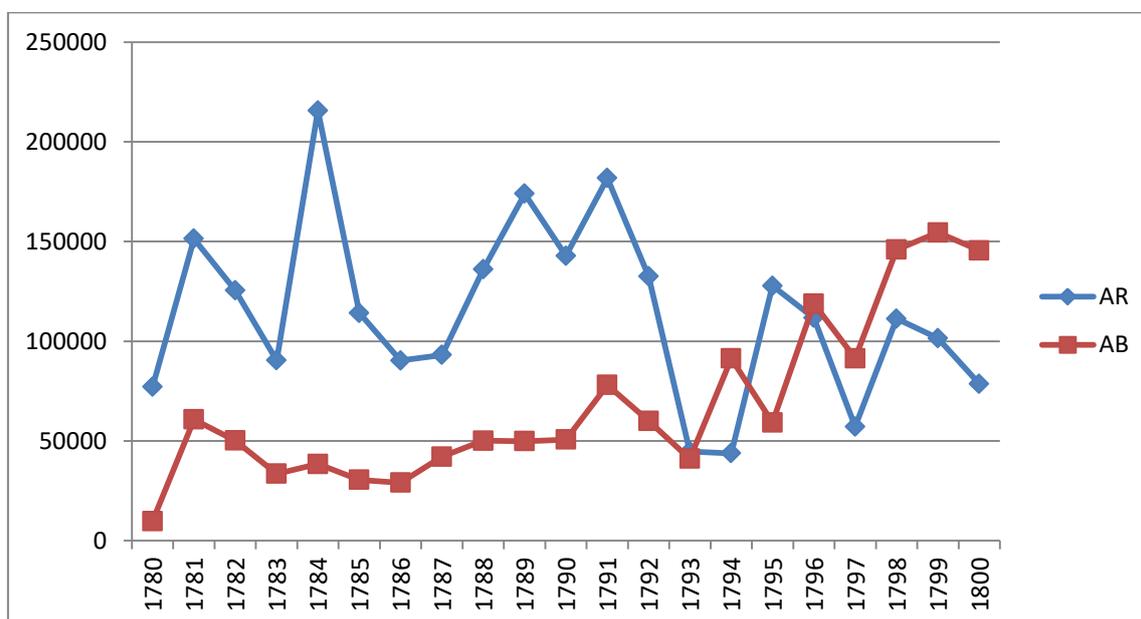
Gráfico 26: Discriminação dos açúcares baixos no 3-PHA



Fonte: Vide Anexo C

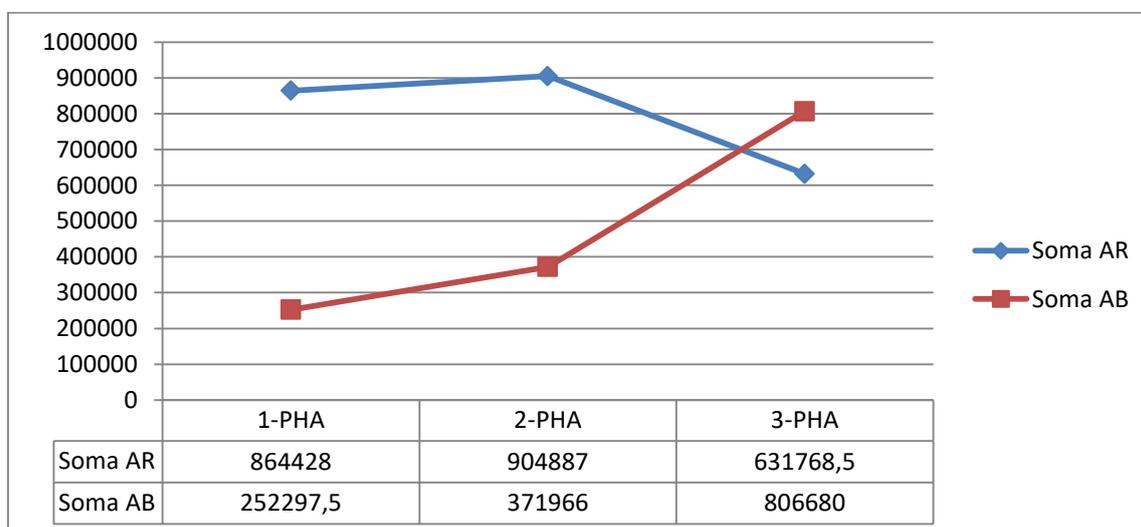
Contemplando-se os açúcares baixos, vemos o processo contrário que encontramos nos açúcares finos: enquanto que todos os açúcares finos tendem a estagnação ou redução de suas quantidades totais, os açúcares baixos tendem a crescer, apesar das eventuais quedas nas produções em alguns anos isolados, como 1797. Em verdade, é neste período que o açúcar branco baixo supera o açúcar redondo como o predominante nas exportações, como podemos ver abaixo:

Gráfico 27: Oscilações do açúcar redondo e açúcar branco baixo nos três primeiros períodos hepta- anuais



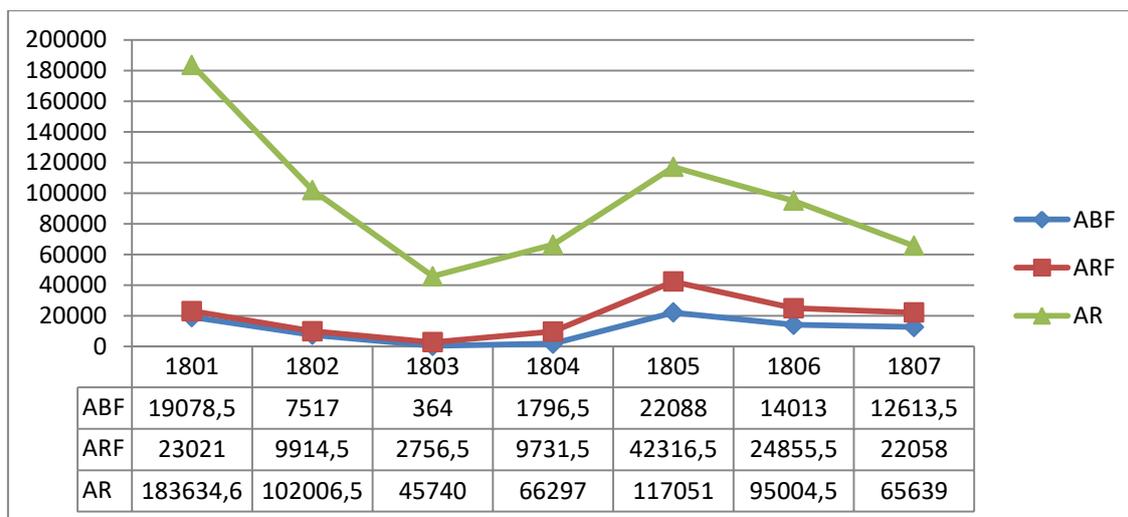
Fonte: Vide Anexos A, B e C

Gráfico 28: Somas totais de açúcar redondo e açúcar branco baixo por período hepta- anual



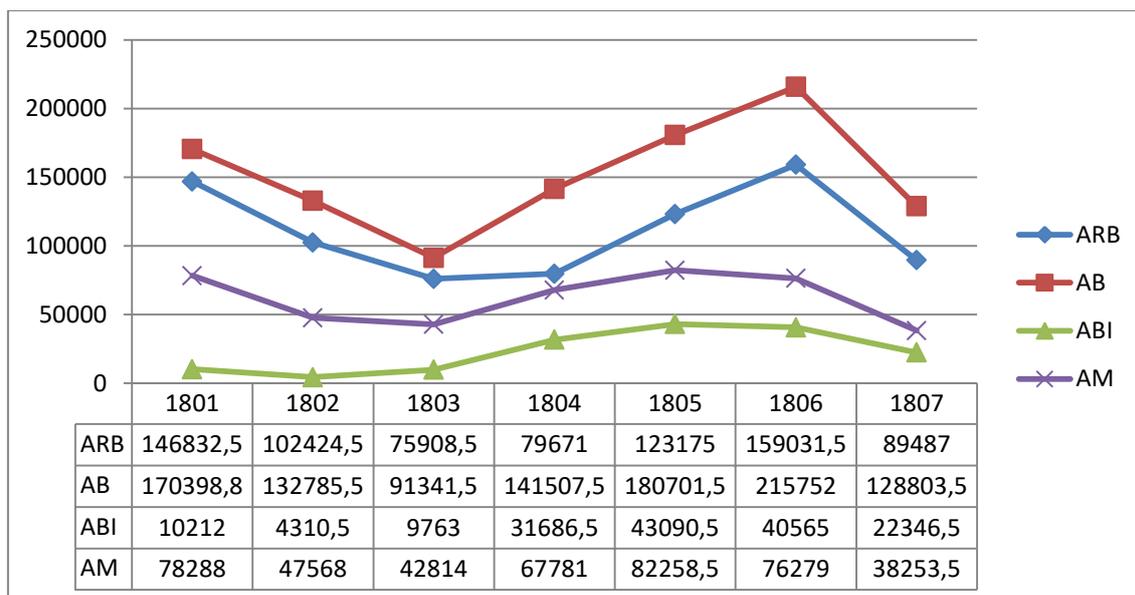
Fonte: Vide Anexos A, B e C

Podemos afirmar sem dúvidas que os anos finais do 2-PHA e 3-PHA são aqueles que ocorrem a maior parte das transformações na produção de açúcar: se desde 1785 assistimos a queda do mais nobre açúcar, os açúcares finos deixam de compor a maior parcela do total no final do período hepta- anual seguinte, culminando na supremacia dos açúcares baixos no 3-PHA, com sua maior quantidade residindo no açúcar branco baixo.

Gráfico 29: Discriminação dos açúcares finos no 4-PHA

Fonte: Vide Anexo D

No 4-PHA, assistimos um pico da produção do açúcar redondo em 1801, em verdade, o segundo maior da sua história com 183634,6 arrobas, atrás apenas de sua produção em 1784 de 215665 arrobas. O açúcar branco fino, em contrapartida, permanece estagnado e inexpressivo, situando-se entre 10 mil e 20 mil arrobas. Também neste período assistimos sua menor produção em todos os 27 anos abordados: 364 arrobas em 1803. O açúcar redondo fino possui um leve incremento nos anos finais do período, mas em conjunto sua expressividade é similar àquela do açúcar branco fino. Novamente, se assumirmos que o açúcar branco fino e redondo fino são o mesmo açúcar, diferindo apenas em sua qualidade atribuída pela mesa, não teremos nenhuma ruptura com o seu histórico, que não torna a passar dos 40 mil arrobas anuais.

Gráfico 30: Discriminação dos açúcares baixos no 4-PHA

Fonte: Vide Anexo D

O 4-PHA em verdade se assemelha como uma reprise do 3-PHA: o açúcar branco baixo mantêm-se como aquele de maior produção, acompanhado logo atrás pelo açúcar redondo baixo. É também neste período que testemunhamos a criação de uma nova qualidade de açúcar pela Mesa de Inspeção: o açúcar branco inferior; sua presença no gráfico acima deve-se mais pela sua presença constante na exportação do que realmente sua expressão econômica, pois apenas em 1805 sua quantia total ultrapassa os 40 mil arrobas, equiparando-se as menores produções do açúcar branco fino do 1-PHA.

Com isto, encerramos o panorama quantitativo dos 27 anos de nosso período. Nossa intenção era meramente expôr e descrever as oscilações na produção de açúcar e deixá-la de maneira visual numa série de gráficos acompanhados de seus quadros respectivos. Desta forma, destacamos a queda da produção do açúcar branco fino e redondo e a ascensão do açúcar branco baixo, mas não descrevemos as razões que se deram para tal. Bem como não explicamos por que em 1801 se rompe uma tendência constante de que a produção de açúcar dificilmente excede os 400 mil arrobas, para neste ano em particular saltar para 631465 arrobas, e quantia similar se repetir em 1805 com 610681 arrobas, e em 1806 com 625501. Para explicar a estas alterações bruscas em um intervalo menor que sete anos, teremos de recorrer a outras duas análises: do preço do açúcar e das quantias e preços do melaço exportado, mas que faremos em nossa última seção, quando possuímos todos os dados referentes a todas as produções.

Dito isto, seguiremos para uma análise dos couros, que apesar de não ser tão rica e complexa como a do açúcar, não deve ser ofuscada pela sua grandeza.

3.2 O COURO NO OCASO DO SÉCULO XVIII

Antes de abirmos uma seção em maiores detalhes sobre a produção de couros na capitania de Pernambuco, faremos a seguinte observação: existem atualmente dois trabalhos que versam sobre este mesmo tema, sendo eles o de Alex Silva de Moura – “*O beneficiamento do couro e seus agentes na capitania de Pernambuco (1710-1760)*”; e o de Tiago Silva Medeiros – “*“O sertão vai para o Além-Mar”: a relação centro-periferia e as fábricas de couro em Pernambuco no setecentos*”. Estes dois trabalhos possuem três formas de relação ao nosso: a primeira é de contribuição, em que ambos apresentam as origens da produção de couros na capitania, bem como dissertam sobre as etimologias utilizadas que iremos em breve abordar. A segunda relação é discrepância periódica e temporal – Alex Silva de Moura dedica-se até 1760, enquanto nosso trabalho tem início apenas em 1780, portanto, ao invés de um possível choque, é possível ver uma continuação, inclusive complementando pedaços que o autor lamenta, como a ausência de preços e melhores dados quantitativos disponíveis. Para Tiago Silva Medeiros, o mesmo alega que sua obra dedica-se a analisar a produção de couros no sertão no decorrer do século XVIII como um todo, sem ser demasiadamente incisivo em uma única década (MEDEIROS, 2009, p.13). Portanto, da mesma forma que nossos trabalhos estão distanciados temporalmente, pois nosso foco são os últimos 20 anos do mesmo século, há também uma relação de contribuição de Tiago Silva Medeiros, em que o mesmo fez o mesmo tipo de análise dos navios saídos da capitania de Pernambuco, e analisou suas cargas, por um lado, isto nos permitiu um ponto de comparação sobre nosso próprio trabalho em relação à documentação, por outro, e aqui entramos na nossa terceira forma de relação, que é o conflito – se a utilização da mesma documentação possibilitou a comparação entre nossos registros e os do historiador potiguar, verificamos que o mesmo cometeu uma série de infortúnios metodológicos que prejudicaram fortemente sua análise, mas adentraremos nisto no devido momento. Também em conjunto com isso, tanto Alex Silva de Moura como Tiago Silva Medeiros procuram ressaltar as conexões econômicas com o sertão (MEDEIROS, 2009, p.98) (MOURA, 2014, p.11); o que ambos tentam destacar é a maior dinamização econômica do sertão, especialmente o pernambucano, na contraposição às teses de Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Expomos no capítulo anterior nossa concordância com estas teses, mas frente a incapacidade de irmos contra as evidências apresentadas pela

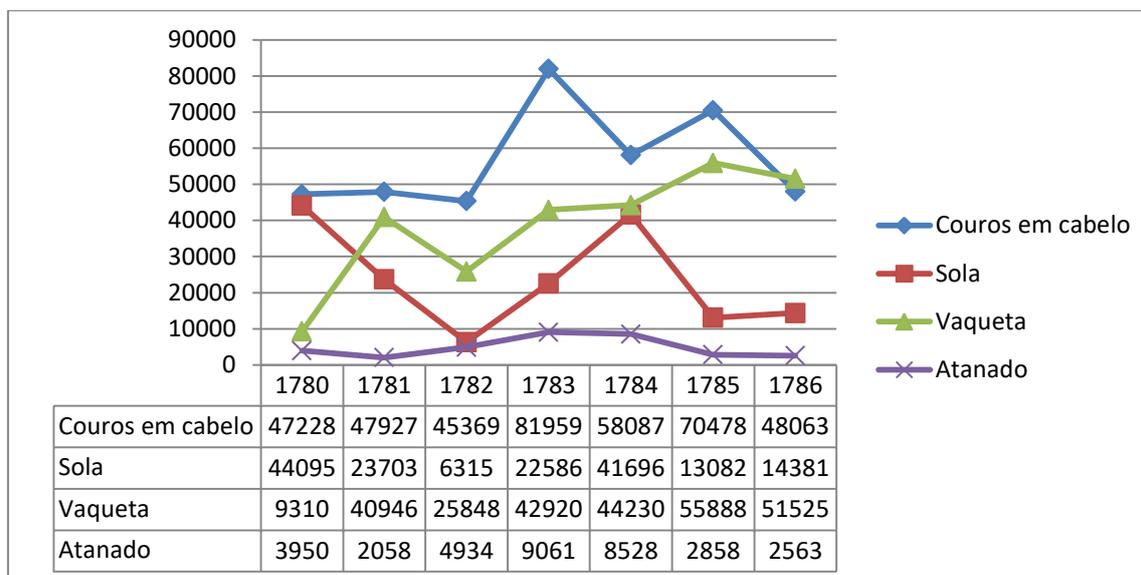
documentação, ao invés de declararmos a morte destas interpretações como a historiografia contemporânea as faz, devemos ser nós mesmos dialéticos e rever estas produções sob o próprio prisma do materialismo histórico, algo que faremos em nossa última seção de análise. Feita esta introdução, passemos então ao nosso estudo dos couros.

Dito isto, tanto Alex Silva de Moura e Tiago Silva Medeiros realizam um estudo pormenorizado das diversas qualidades de couros encontradas no Estado do Brasil, particularmente em Pernambuco, entretanto, uma comparação entre o nosso período e o deles pode nos levar a induzir que se algumas destas produções tinham montante significativo, nos interlúdios que separam a metade do século XVIII para seu último quartel, tais montantes desapareceram. De fato, são enumerados os couros atanados, as solas, as vaquetas, a courama, os couros salgados, couros em cabelo, cordovão, couros surrados e couro da moscóvia – “*a possibilidade de artigos é muito vasta*” (MOURA, 2014, p.60). Entretanto, contrastando este cenário com o nosso, não podemos deixar de ver um empobrecimento qualitativo, pois, de fato, são encontrados apenas quatro tipos diferentes de couros em nosso período: couros em cabelo, solas, vaquetas e atanados; ou seja, mais da metade dos enunciados não foi encontrado.

Sendo assim, do que se consiste esses quatro tipos de couros? Primeiramente, o couro em cabelo é um tipo de couro que imita a camurça, e no momento do curtimento os pelos não são retirados (MOURA, 2014, p.59), a principal destinação do couro em cabelo era para a confecção de roupas para climas frios (MEDEIROS, 2009, p.16).

As solas são tiras de couro feitas a partir dos atanados, estes por sua vez eram preparados com casca de alguma árvore, no caso do Brasil, com casca do mangue. Tal tratamento garantia que os poros do couro fechassem e ao mesmo tempo fosse maleável (MOURA, 2014, p.59). Tiago Medeiros ressalta que as solas eram feitas no sertão, ao passo que os atanados eram feitos em fábricas de Recife (MEDEIROS, 2009, p.16). Por fim, a vaqueta – nenhum dos dois dedica muita informação aos couros vaquetas, exceto que eram de baixa qualidade, utilizado para fazer forros, mas em alguns casos bolsas e sapatos (MOURA, 2014, p.58; MEDEIROS, 2009, p.16).

Sendo essas as qualidades diferentes de couros encontradas em nossa documentação, e estando elas descritas pormenorizadamente, passemos à análise de suas quantidades no nosso período. Novamente, para que possamos fazer uma abordagem mais simplificada, priorizaremos os períodos hepta-anuais, para então reunir suas informações.

Gráfico 31: Discriminação dos couros no 1-PHA

Fonte: vide Anexo A

Iniciando nossa série no ocaso da Companhia Geral de Comércio, podemos dizer que vemos uma boa distribuição entre as quatro qualidades de couros. O único destaque que podemos dar são aos couros em cabelo, que em todos os anos, salvo 1786, correspondem à maior quantidade exportada. Apesar de não ser o nosso período, é possível fazer uma comparação entre a nossa série e os dados utilizados por Alex Silva de Moura, visto que o mesmo abordou os couros exportados para Portugal no ano de 1759:

Quadro 12: Remessa de Couros para a Cidade de Lisboa e Porto pela frota de Pernambuco no ano de 1759

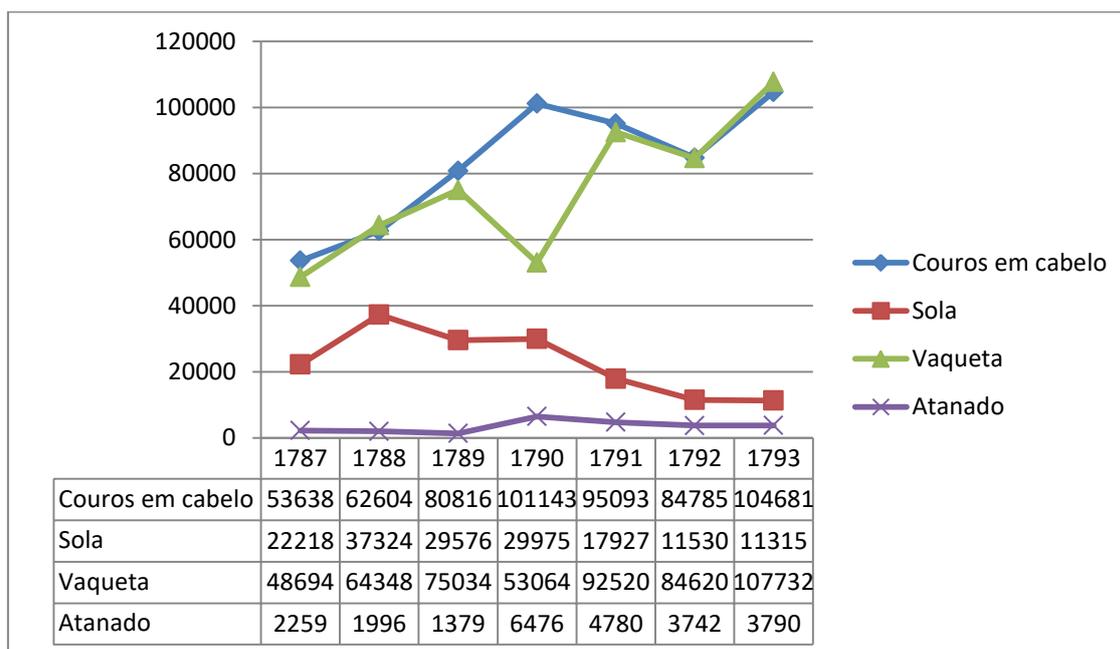
Destinos	Meios de Sola	%	Couro em cabelo	%	Atanados	%	Totais por ano	%
Lisboa	133834	53%	90638	35,8%	28019	11,09%	252491	100%
Porto	33667	80,4%	5611	13,4%	2549	6,09%	41827	100%
Total Geral	167501	56,9%	96249	32,7%	30568	10,3%	294318	100%

Fonte: MOURA, 2014, p.68

Entre o nosso período e a frota de Pernambuco de 1759 existem duas décadas que os separam, entretanto, mesmo em um espaço tão curto, é visível a diferença: primeiramente, não foram exportados para Portugal couros vaquetas em 1759, ao passo que em nosso período eles são o segundo maior montante no 1-PHA, e no decorrer de todo o período de 1780-1807

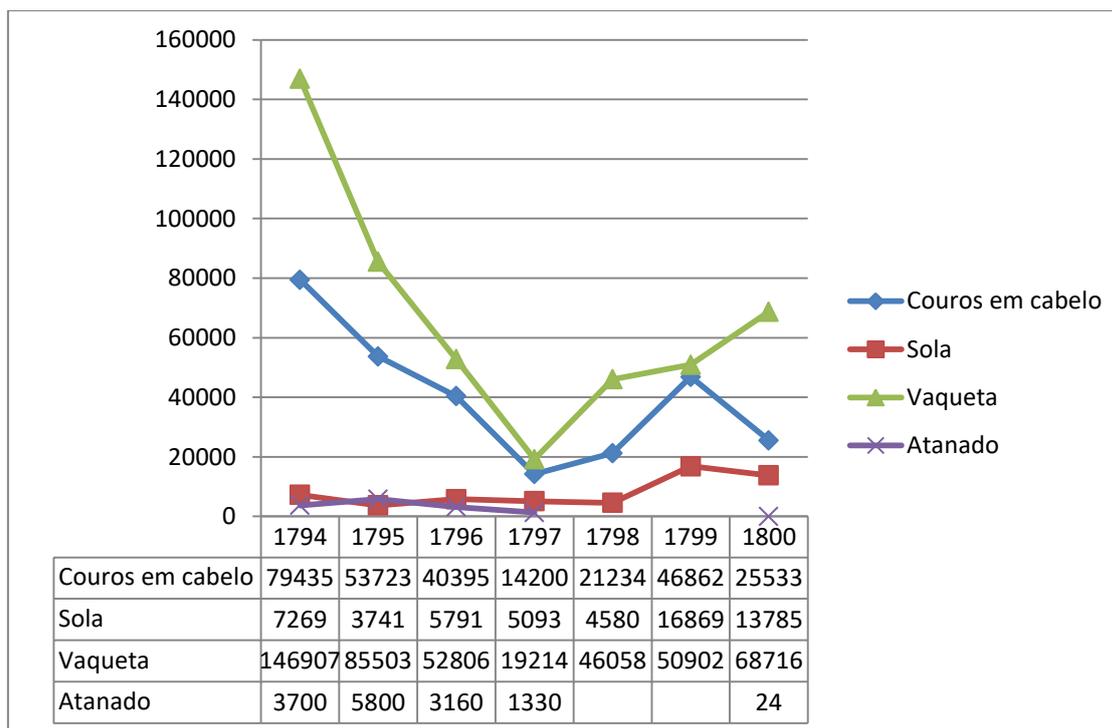
tornam-se o maior como veremos a seguir. Além disso, podemos ver que a produção dos couros em cabelo, solas e atanados em muito supera a nossa: no 1-PHA, a maior exportação de couros em cabelo foi em 1783 com 81959, enquanto que em 1759 foi de 96249. Para as solas, a diferença é ainda maior – foram exportadas 167501, enquanto que no 1-PHA sua maior exportação foi de 44095 em 1780. Por fim, os atanados também são sobrepujados – em 1759 foram exportados 30658, ao passo que seu maior número no 1-PHA é de 9061.

Gráfico 32: Discriminação dos couros no 2-PHA



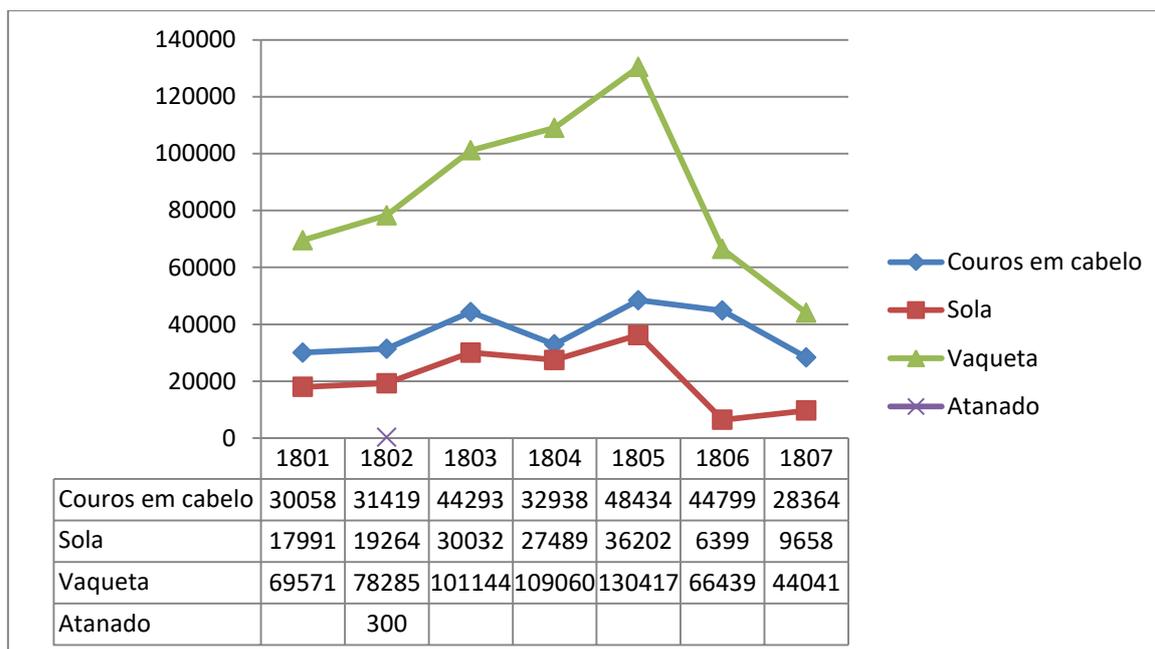
Fonte: Vide Anexo B

No 2-PHA podemos ver as primeiras mudanças sensíveis na produção de couros em contraste com o 1-PHA. Há um incremento constante na produção de couros em cabelo e de vaquetas, e assistimos desde 1787 até 1793 sua equiparação entre suas exportações, até o momento em que a produção de vaquetas se consolida como aquela de maior exportação do couro, algo que irá se refletir melhor no 3-PHA. Em contrapartida, se no 1-PHA a produção de solas oscilava entre grandes e pequenas quantias, ela tende a cair quase uniformemente durante os sete anos deste período. Quanto aos atanados, nada mudou em relação ao período anterior, mantendo sua posição estagnada.

Gráfico 33: Discriminação dos couros no 3-PHA

Fonte: Vide Anexo C

O 3-PHA é um período importante, pois como vimos anteriormente para os açúcares, é nele que assistimos a transformação da produção açucareira, em que os açúcares baixos sobrepujaram os açúcares finos, estabelecendo uma nova tendência produtiva. Quando comparamos o gráfico 31 com o gráfico 22, podemos ver um ponto em comum: a queda brusca da produção em 1797, entretanto, há uma diferença entre estes gráficos – para o gráfico 22 trata-se de uma queda brusca da quantidade total de açúcar exportado, que já é recuperada no ano de 1798; para o gráfico 29, entretanto, 1797 nada mais é que o ano mais baixo de uma série de quedas consecutivas que ocorrem desde 1794. O ano de maior produção de couros vaquetas é aquele que também dá abertura a sua decadência. Se voltarmos ao gráfico 12, veremos que o ano de 1797 é também o ano que há uma queda brusca no número de navios que aportaram na capitania, entretanto, também vemos que em 1798 esta situação já foi revertida. Portanto, nos resta a indagação – porque tanto o número de navios em 1798, bem como as quantidades de açúcar produzidos se recuperam, ao passo que os couros não? Veremos isto na seção seguinte. Por fim, a produção de atanados praticamente desaparece em 1798, e a produção de solas tem um incremento a partir de 1799, mas também não é nada de suma importância.

Gráfico 34: Discriminação dos couros no 4-PHA

Fonte: Vide Anexo D

No último período hepta-anual, vemos que claramente a produção de vaquetas superou a dos couros em cabelo. E apesar do pico em 1805, a produção do 4-PHA nunca recuperou o crescimento acelerado do 3-PHA. Podemos dizer que a produção de solas e couros em cabelo é estável, mas em conjunto com a produção dos couros vaquetas, testemunham uma queda a partir de 1805. Novamente, a produção de atanados é inexistente no 4-PHA, salvo o ano de 1802. Com isto encerramos nossa exibição de dados sobre os couros; devemos sua brevidade devido à sua simplicidade – de fato, não possui a mesma complexidade e riqueza das séries sobre o açúcar.

Nossas últimas colocações nesta seção concernem à abordagem documental, e problemas que existem em análise serial como a nossa: não fomos capazes de fazer o mesmo tipo de comparação com a seção do açúcar porque não existem estudos sobre a produção açucareira de Pernambuco *in loco*, portanto, nada temos com o que comparar nosso estudo, pois as séries mais próximas de análise açucareira situam-se no alvorecer do século XVIII; entretanto, para os couros, temos um trabalho que propôs-se a fazer o que estamos fazendo, mas não na mesma extensão.

Tiago Silva Medeiros debruçou-se sobre a mesma documentação que nos, e fez as seguintes colocações: “*ao se analisar 115 mapas de carga, o que corresponde aproximadamente ao número de viagens entre Pernambuco e Lisboa durante 1781 a 1790*” (MEDEIROS, 2009, p.63). Devemos da forma mais simples dizer isto: o historiador potiguar

está errado – em verdade, o número de navios que aportou em Pernambuco entre 1781 à 1790 é 224 de acordo com nosso levantamento, quase o dobro do alegado pelo autor.

As incongruências quantitativas ultrapassam a mera quantidade de navios, como podemos ver a seguinte:

Quadro 13: Comparativo entre as quantidades de couros levantadas no estudo de Tiago Silva Medeiros e o nosso

1781		Couros em cabelo	Sola	Vaqueta	Atanado
	Tiago Silva Medeiros	48293	21540	35603	1862
	Nosso estudo	47927	23703	40946	2058
1782		Couros em cabelo	Sola	Vaqueta	Atanado
	Tiago Silva Medeiros	42038	6315	25538	4412
	Nosso estudo	45369	6315	25848	4934
1783		Couros em cabelo	Sola	Vaqueta	Atanado
	Tiago Silva Medeiros	49490	12558	28463	4264
	Nosso estudo	81959	22586	42920	9061
1784		Couros em cabelo	Sola	Vaqueta	Atanado
	Tiago Silva Medeiros	20538	10136	12576	2356
	Nosso estudo	58087	41696	44230	8528

1785		Couros em cabelo	Sola	Vaqueta	Atanado
	Tiago Silva Medeiros	41917	5856	21968	1316
	Nosso estudo	70478	13082	55888	2858
1786		Couros em cabelo	Sola	Vaqueta	Atanado
	Tiago Silva Medeiros	44599	10537	40745	1886
	Nosso estudo	48063	14381	51525	2563
1787		Couros em cabelo	Sola	Vaqueta	Atanado
	Tiago Silva Medeiros	25238	14899	25210	1313
	Nosso estudo	53638	22218	48964	2259
1788		Couros em cabelo	Sola	Vaqueta	Atanado
	Tiago Silva Medeiros	31995	27488	22523	320
	Nosso estudo	62604	37324	64348	1996
1789		Couros em cabelo	Sola	Vaqueta	Atanado
	Tiago Silva Medeiros	41273	17254	26171	23,77
	Nosso estudo	80816	29576	75034	1379
1790		Couros em cabelo	Sola	Vaqueta	Atanado
	Tiago Silva	31563	5309	9826	409

	Medeiros				
	Nosso estudo	101143	29975	53064	6476

Fonte: MEDEIROS, 2009, p.66; vide Anexos A e B

No quadro 13, fazemos um comparativo entre nossos resultados e os de Tiago Silva Medeiros; as cores vermelhas significam a discrepância, ao passo que a cor verde significa convergência dos dados. Mas, a convergência é existente em apenas uma única ocasião: no número de solas de 1782; em todos os demais casos, o historiador potiguar divergiu completamente de nosso estudo, no que se caracteriza uma análise documental superficial. Talvez o caso mais abismal ocorra em 1790, em que o mesmo alega que foram exportados apenas 409 couros atanados, ao passo que o nosso resultado deu 6476. Não há nada de errado com o valor em si, mas sim em como ele é obtido, para que nosso ponto seja possível de entendimento, eis as quantias individuais exportadas de atanados em 1790: 4000, 90, 200, 300, 284, 250, 410, 533 e 409. Olhando-se estas quantias isoladas que compõem o total de 6476, vemos que é *impossível matematicamente* de quaisquer combinações suas produzirem um total de 409 no referido ano. A única combinação que pode produzir tal resultado é o próprio navio que carregou os 409 atanados – o navio Rainha dos Anjos. Desta forma, podemos dizer com certeza – a abordagem documental do historiador Tiago Silva Medeiros é superficial e não faz jus à economia do período. Com estas últimas colocações, encerramos a análise dos couros no nosso período, e partiremos para a última abordagem descritiva, que é também a mais curta – a do algodão.

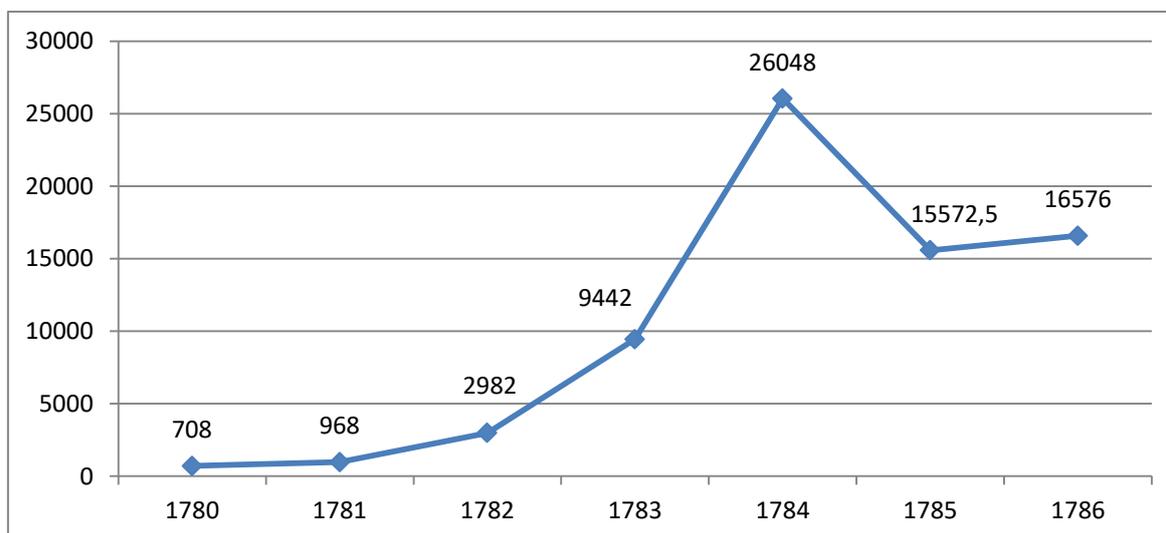
3.3 ANÁLISE DO ALGODÃO NO PERÍODO 1780-1807

No decorrer deste capítulo já abordamos o algodão em algumas ocasiões. Sua primeira aparição deu-se nas páginas iniciais deste capítulo, mostrando a relação que o arroba de algodão valia mais que a soma de todos os arrobas de açúcar junto e, mais que isso, pelo seu baixo custo de produção, seria sempre preferível pelo agricultor em detrimento da cana de açúcar. Outra de suas aparições foi para explicar o aumento brusco da navegação entre 1787 e 1788 através do incremento de seu preço.

Entretanto, não houve um espaço dedicado a descrevê-lo durante a integridade do período, que o intuito desta seção. Adiantamos que das seções deste capítulo, ele é a menor pela seguinte razão: diferente do açúcar, que possui diversas qualidades diferentes envolvidas

em relação entre si; ou do couro, que possui diversos tipos que não estão necessariamente atrelados no mesmo processo de produção, o algodão é uma única mercadoria com uma única qualidade, e com seu respectivo preço. Compreendemos que ela é por si limitada e breve, sem a riqueza de detalhes das outras. Dito isto, vamos as descrições.

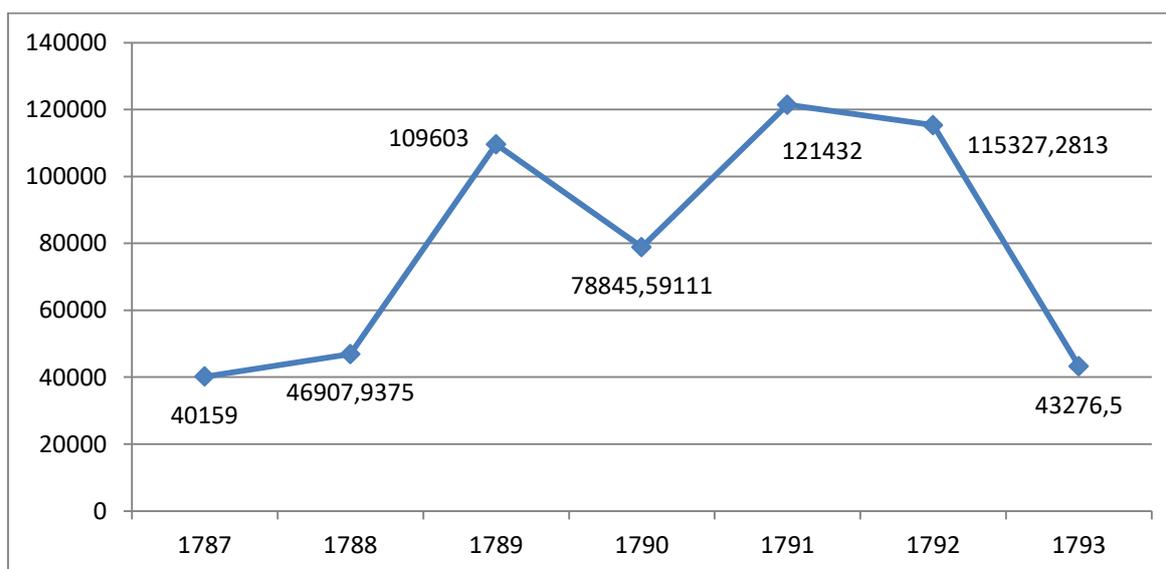
Gráfico 35: Arrobas de algodão exportados no 1-PHA



Fonte: vide Anexo A

No 1-PHA, é visível a rápida ascensão da produção do algodão. De fato, enquanto é quase inexistente em 1780 e 1781. Apesar do rápido crescimento, ele sofre uma leve queda em 1785, com pouca recuperação em 1786.

Gráfico 36: Arrobas de algodão exportados no 2-PHA

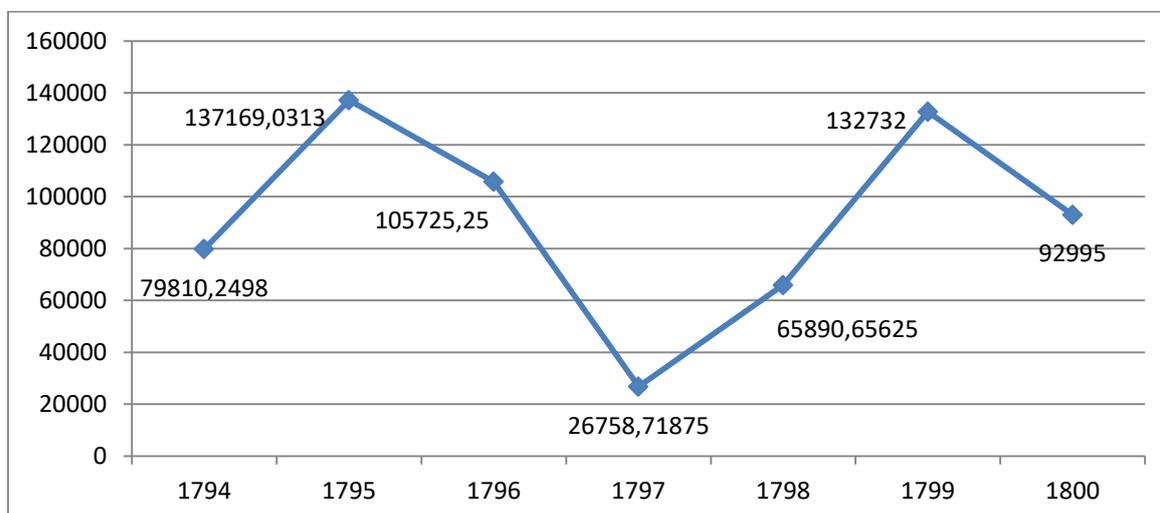


Fonte: Vide Anexo B

O 2-PHA é novamente caracterizado por crescimento, e em 1787 ocorre a recuperação da queda da produção de 1785. Salvo os anos de 1790, 1792 e 1793, temos crescimento em

todos os anos deste período, e mesmo as quedas que ocorrem tendem a ser rapidamente recuperadas, como vemos de 1790 para 1791.

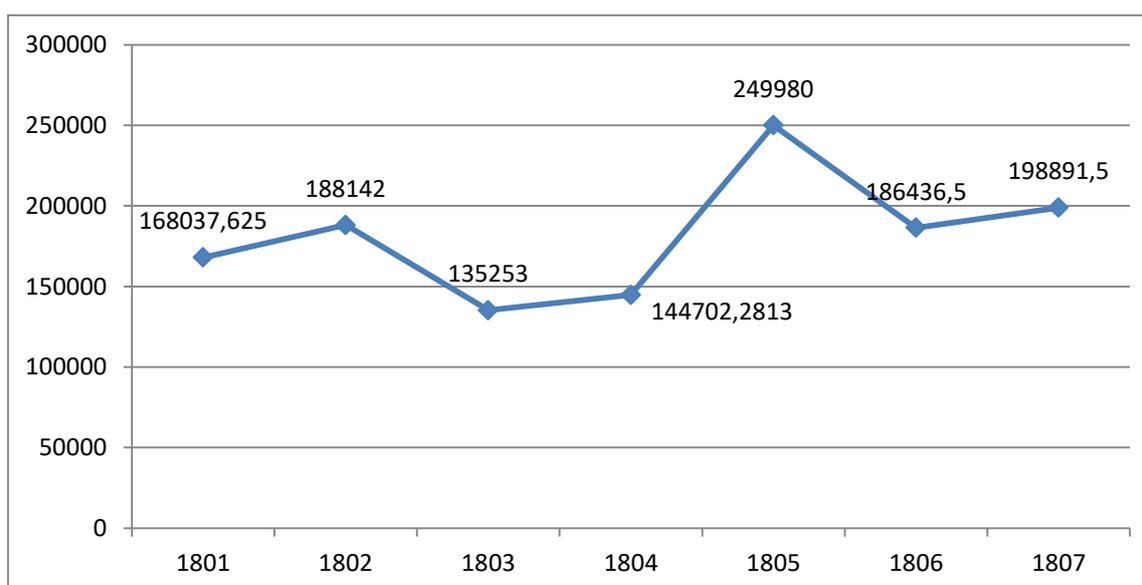
Gráfico 37: Arrobas de algodão exportado no 3-PHA



Fonte: Vide Anexo C

No 3-PHA, vemos a recuperação da queda de 1793 imediatamente em 1794, seguido de um crescimento até 1795. Curiosamente, vemos uma queda em 1797, mas já estamos cientes, como vimos na seção de açúcares e couros que houve uma retração geral da exportação neste ano devido à redução dos navios aportados na capitania. Ainda assim, foram necessários dois anos para que a produção de 1796 fosse superada, em 1799, com uma outra leve queda em 1800.

Gráfico 38: Arrobas de algodão exportado no 4-PHA



Fonte: Vide Anexo D

Por fim, no último período hepta-anual, temos um quadro constante de incremento na produção. Em verdade, em 1801 foi recuperada a queda de 1800, e salvo uma curta depressão no gráfico em 1803 e 1804, podemos ver que a produção deste período é, quando levada em conjunto, a maior de todas. É seguro dizer que quando comparamos o algodão com o açúcar, vemos que a tendência para o crescimento é onipresente, apesar das eventuais retrações testemunhadas, enquanto que o açúcar oscilava dentre as mesmas quantias mínimas e máximas, para só romper com esta dinâmica a partir de 1801. Em relação aos couros, que jamais se recuperaram integralmente da queda de 1794-1797, o algodão apresenta um crescimento ainda mais singelo, visto que não foi severamente abalado pela queda deste ano. Desta forma, encerramos todas as colocações meramente expositivas, para darmos início à parte analítica deste capítulo.

3.4 ANÁLISE DAS OSCILAÇÕES ECONÔMICAS DO PERÍODO DE 1780-1807 E A CONGRUÊNCIA COM OS MODELOS INTERPRETATIVOS

Dedicamos a mais larga porção deste capítulo para descrever a exportação na economia colonial, e foi nossa opção relegar para esta última parte a explicação de uma série de fenômenos encontrados. Esta escolha arbitrária deu-se para não causar demasiada confusão com o excesso de informações, que caso estivessem justapostas poderiam tornar nosso ponto um tanto complicado. De fato, muitas são as explicações que devemos fornecer – por que a produção de açúcar e algodão dificilmente é constante entre um ano e outro, por que ocorrem em alguns casos súbitos incrementos ou súbitas quedas; por que ocorreram duas quedas generalizadas da produção, uma em 1797 e outra em 1807; como o preço relaciona-se com estas oscilações; por que algumas mercadorias acabam suplantando outras, tais como o açúcar baixo sobrepujar o açúcar redondo, ou os couros vaquetas sobrepujarem os couros em cabelo, entre outras questões que analisaremos pormenorizadamente de agora em diante.

Mas, antes de seguirmos nestas explicações, faremos a seguinte indagação – que modelo da economia colonial devemos utilizar para compreender apropriadamente estas questões? Em suma, existem dois modelos, ainda que com variações dentro de si, seu núcleo permanece o mesmo.

O primeiro modelo é o mais antigo e também o mais criticado – muitos nomes lhe são atribuídos sem conhecer-se como tais conceitos estão realmente relacionados entre si, e independente desta atribuição ser proposital ou não por parte dos historiadores

contemporâneos, mais do que suscitar esclarecimentos, suscita confusões e deformidades. *Sentido da colonização*, Pacto Colonial, Sistema Colonial, são todos utilizados como sinônimos, apesar de alguns nada terem em comum – este é o modelo pradiano – novamente, existem variações deste mesmo modelo, notadamente Nelson Werneck Sodré e Antônio Guimarães Passos com a discussão da semifeudalidade, outra discussão também extremamente distorcida historicamente, e um terceiro modelo, sendo este o academicamente mais famoso – Antigo Sistema Colonial, de Fernando Novais.

Para um modelo ser cientificamente válido ele deve cumprir uma série de requisitos, isto é, deve ser capaz de explicar fenômenos de maneira ordenada e com uma garantia de previsibilidade. O modelo pradiano, apesar de ser reiterado atualmente especialmente sob a égide do *sentido da colonização*, não tem seu cerne nisto – o *sentido* é meramente o aspecto central norteador do modelo; o real modelo é o *Sistema Colonial* – “*Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de gêneros primários demandados nos mercados internacionais*” (PRADO JR, 1978, p.15).

Este Sistema Colonial era de agricultura extensiva, do qual não apenas a economia estruturou-se, mas do qual toda a sociedade derivou por consequência direta; desde a mão de obra até o gênero cultivado, (PRADO JR, 1976, p. 141-142). Entretanto, se este Sistema não se modificou durante os séculos, não foi por uma própria falta de iniciativa portuguesa para sua modernização, mas sim porquê tendencialmente o mesmo disperso no tempo reverteria os próprios progressos temporários originados por mudanças marginais. É pela simplicidade que se apreende a longevidade deste mesmo sistema, pois o mesmo é em última instância tanto para os portugueses como para os colonizados uma empreitada puramente financeira, e que solucionava-se em função da própria égide financeira, desconsiderando o estrutural, sendo isto materializado no incentivo a agricultura do último quartel do século XVIII. Conjuntamente a isso, a relativa liberdade de comércio oriunda do fim das Companhias Gerais de Comércio foi outro aspecto deste mesmo Sistema, mas, apesar de sutilmente progressivo, ainda insere-se na lógica de acumulação do próprio (PRADO JR, 1976, p.230), com a contradição inerente na ausência do desenvolvimento simultâneo de outras atividades necessárias (PRADO JR, 1976, p.363).

Se não desenvolveu-se indústria doméstica, isto dá-se tanto por este mesmo Sistema Colonial, que nega a existência de uma para o caráter mercadológico dos gêneros exportados,

ou não sendo este o caso, o atrofamento do Setor Secundário nascente deu-se pelo cerceamento administrativo (PRADO JR, 1976, p.224).

Mas seria um erro atribuí-la unicamente às leis e atos oficiais que não constituem senão um aspecto, e dos menos profundos, do sistema geral que presidiu à colonização do Brasil. Se a situação política e administrativa do país, simples colônia de uma metrópole ciosa de seus privilégios e de vistas muito pouco largas, constituiu óbice muito sério imposto ao desenvolvimento industrial dele, muito mais contribuiu para isto o seu regime econômico, matéria em que não teríamos aqui senão de repisar considerações já feitas acima, e que mostram os estreitos horizontes desta colônia de alguns gêneros tropicais. E tanto é assim, que, libertado embora da dominação portuguesa e de suas leis opressivas, mas não tendo reformado sensivelmente as bases em que assentava sua estrutura, o Brasil continua neste terreno a marcar passo. Se progressos houve, eles são tão particulares e de pequena monta que se perdem no conjunto da vida nacional, dominada ainda inteiramente por outras atividades (PRADO JR, 1976, p.227).

Isto é em essência o modelo pradiano de interpretação da economia colonial e, conseqüentemente, da economia brasileira até a atualidade. Daí, esfacela-se qualquer falácia historiográfica sobre tal modelo e suas possíveis confusões com *sentido da colonização* e Pacto Colonial. As críticas simplórias remetem sempre à teleologia ou anacronismo, em que Caio Prado Jr. teria transportado a economia brasileira de 1940 para o período colonial e realizado um estudo regressivo que culminasse na situação em que se encontrava o país. Entretanto, ou os historiadores falam por desconhecimento da economia brasileira contemporânea ou de má fé deliberada, pois como expomos no primeiro capítulo, o Brasil é predominantemente um país de exportação de produtos primários e está suscetível a quaisquer crises nos preços das *commodities* que exporta, sendo este justamente o ponto central da tese pradiana. É possível compreender nosso ponto de apreender a legitimidade teórica e prática de um modelo histórico? Certamente que sim.

Do que consiste o modelo de contra-argumentação ao modelo pradiano, isto é, qual é o modelo interpretativo vigente para a economia colonial? O leitor desavisado pode individualmente confundir-se ao recordar de *monarquia corporativa*, *monarquia pluricontinental*, mas é necessário lembrar que nenhum desses conceitos concerne à esfera econômica, de fato, eles são oriundos de uma distorção da tese pradiana que confundia

Sistema Colonial com Pacto Colonial, e são dedicados a expor as relações sociais entre as classes⁵² e o Estado. O que é este modelo?

A monarquia pluricontinental é entendida como o produto resultante de uma série de mediações empreendidas por diversos grupos espalhados no interior do império [...] A monarquia pluricontinental é aqui entendida de modo bastante diverso. Nela há só um reino – o reino de Portugal –, uma só aristocracia e diversas conquistas [...] o fenômeno da autonomia e do autogoverno das comunidades ocorria na formação de tal monarquia e se dava principalmente no âmbito do poder local – ou seja, das câmaras e senhorios (FRAGOSO; GOUVEA, 2010, p.17-18)

Ou seja, estes conceitos tem seu *sentido* para explicar a problemática do Estado, sendo uma maior dissecação e contraposição ao Pacto Colonial do que ao Sistema Colonial. Entretanto, não se deixa de caracterizar como um genuíno modelo histórico, afinal, as elucidções sobre as classes dominantes coloniais com o Estado e a monarquia foi bem mais elucidada do que pelos historiadores predecessores. Mas, se este modelo não concerne à economia, qual concerne?

Existem na historiografia atual dois conceitos dedicados a explicação da economia colonial, eles são – *economia do bem comum* e *economia social do dom*, sendo que o segundo é largamente menos utilizado que o primeiro. Do que ambos consistem? Neste momento, as citações diretas são preferíveis para que não se perca a essência:

Apesar de todas as diferenças econômicas e sociais entre Brasil, Angola, Málaca e Macau, as práticas e instituições presentes nas diversas partes do mare lusitano apresentavam semelhanças. Por exemplo, todas aquelas regiões presenciaram a conquista, o sistema de mērces (benesses concedidas pelo Rei por serviços prestados) e as Câmaras Municipais, velhas práticas e instituições do Antigo Regime português que foram transferidas para o Ultramar. A este conjunto de práticas, encontradas também no Rio de Janeiro, denomino de *economia do bem comum* [grifo nosso] (FRAGOSO, 2001, p.15) [...] Não obstante, o conceito de *economia do bem comum* traz em si duas outras noções. A primeira diz respeito a um mercado regulado pela política, cujo funcionamento não dependia somente da oferta-procura e dos preços dela derivados. Uma pessoa que tivesse sido nomeada para o posto de governador de Angola – detendo, com isto, a possibilidade de retirar escravos de Luanda sem pagar impostos – possuía evidentemente maiores condições de auferir lucros do que um simples traficante. O mesmo ocorria com os capitães de Málaca que, com seus monopólios comerciais concedidos pelo Estado, possuíam maiores vantagens do que os demais. Algo semelhante se dava quando um membro da ‘nobreza da terra’ do Rio

⁵² Sabemos que a historiografia atual utiliza os termos “*grupos*”, mas preferimos o termo “*classe*”

de Janeiro recebia de sua câmara o monopólio de explorar o açougue público ou a balança do açúcar. Estes privilégios possibilitavam, aos escolhidos, chances econômicas superiores a de outros negociantes de carne ou de açúcar (FRAGOSO, 2001, p.21).

Acima temos a definição de *economia do bem comum*, e logo abaixo temos a de *economia social do dom*:

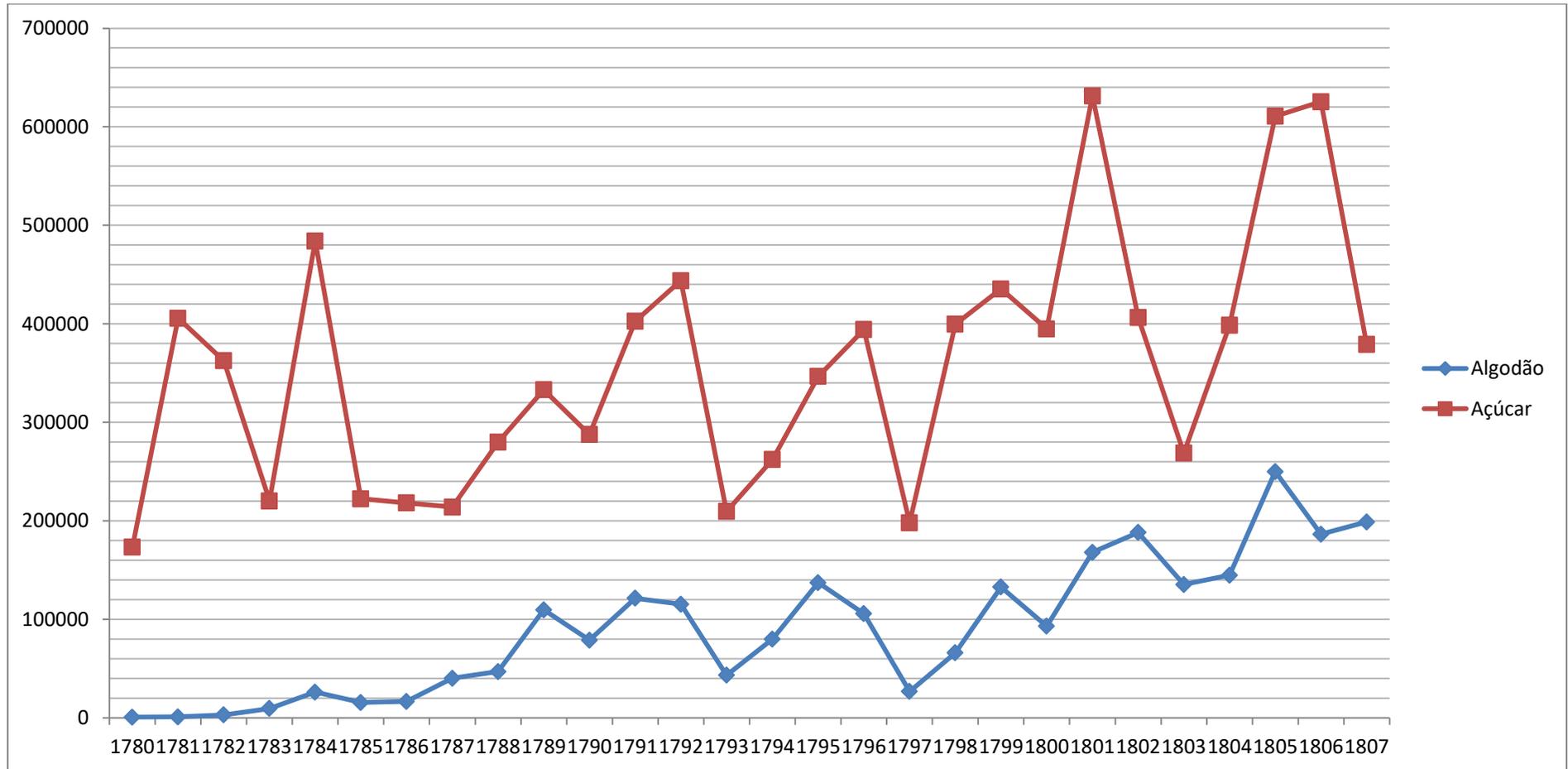
[...] tal disciplina difundida pelo catolicismo, por intermédio dos seus curas e das suas ordens religiosas, criava uma linguagem comum à monarquia pluricontinental. Assim, os municípios, com seu autogoverno e hierarquias sociais costumeiras, disseminados pelo vasto império português, implicavam a existência de histórias sociais diferentes, porém estreitamente conectadas. Na verdade, aquela disciplina social católica, na época moderna, conferia certa uniformidade à monarquia pluricontinental [...] Aquela disciplina possibilitava que a subordinação às autoridades e, especialmente, a Sua Majestade, se confundisse com amor a Deus. Com isto, ela possibilitava que o autogoverno dos municípios fosse a base da monarquia polissinodal e corporativa. A isso se juntavam as relações pessoais entre o rei e seus vassallos (entendidos como famílias), ou seja, o sentimento de pertencimento dado pela economia social do dom [...] Segundo essa moral, os serviços prestados ao rei eram devidamente remunerados e assumiam a forma de concessão de terras e até de ofícios régios. Estas relações colocavam uma monumental máquina administrativa ultramarina em movimento e criavam formas sociais de produção. Como instrumento de gestão, as mercês dadas pelo rei permitiam o preenchimento de todos os postos da administração militar e civil da coroa (FRAGOSO, 2012, p.120-121).

O que podemos apreender dos dois conceitos mais comumente utilizados para explicar a economia colonial? Seremos breves – em suma, nada tal modelo explica. Pelo contrário, tal modelo possui utilidade para uma única questão – as trajetórias particulares e seu envolvimento com o Estado, seja para enriquecimento pessoal, seja para obtenção de cargos ou terras, tudo através de um sistema de mercês. É uma contrapartida ao sistema de lógica de mercado por exemplo, ao alegar que os preços eram definidos pelo almotacé (BARBOSA; ACIOLI; ASSIS, 2006, p.95), ou pela Mesa de Inspeção (CONTI, 2016, p.14). Neste processo, procura-se ver a interferência do Estado nos preços, e assume-se que o mesmo se sobrepõe, mas como veremos adiante, ainda com a existência de tais instituições, nada impediu variações consideráveis suscitadas na produção. O que podemos extrair de tudo isto é que a proposição vigente de um modelo explicativo para a economia é que de maneira alguma se caracteriza como um genuíno modelo, mas sim um aporte conceitual para explicar

casos isolados. É a explicação de alguns fenômenos econômicos através do Estado, que por sua vez é ele mesmo sujeito as disputas entre as classes.

Por isto, preferimos o modelo pradiano do que o 'modelo' atual para explicar nossa documentação. E deste momento em diante, é isto que faremos. Vamos iniciar nossas considerações com algo que o modelo atual definitivamente não é capaz de explicar, mas que é somente perceptível quando temos lado a lado a produção do açúcar e do algodão durante todo nosso período:

Gráfico 39: Exportações totais de açúcar e algodão no período de 1780-1807



O gráfico acima trata-se da justaposição dos gráficos 15-18 e 33-36. Nele, temos as oscilações totais de produção de açúcar e algodão durante todo o período abordado. Quando em nossa seção sobre o açúcar insistimos que os totais exportados nos anos iniciais e finais de cada período hepta-anual queríamos chamar atenção para que não é este apenas um padrão, é em verdade uma característica estrutural da produção neste período.

Acompanhemos o ritmo do gráfico, levando em consideração que somente a partir de 1789 as quantidades de algodão tornam-se consideráveis. Entre 1787-1789, temos um incremento da produção açucareira e algodoeira, para uma queda sutil em 1790, com recuperação em 1791. Em 1793 assistimos outra queda simultânea da produção de ambas as *commodities*, entretanto, apesar destas oscilações, o açúcar não tende a romper totais exportados, meramente recuperar uma quantia já existente previamente, situação que já assinalamos apenas se rompe em 1801. O algodão, em contrapartida, apesar dos anos de queda, toda sua recuperação é também seguida de um incremento, demonstrando que sua oferta, apesar das oscilações, sempre aumentou.

Vemos novos incrementos na produção no período 1794-1796, para a queda brusca de 1797 que mencionamos anteriormente. Em 1798, o açúcar recupera a queda testemunhada no ano anterior, ao passo que o algodão toma 2 anos, recuperando apenas 1799; não é nada que mude nossa interpretação fundamentalmente, apenas que é algo que devemos levar em consideração quando formos comparar a produção do algodão e do açúcar em breve.

Vemos outra queda sutil em 1800 para as duas produções, entretanto, em 1801 assistimos o salto produtivo que destacamos no açúcar, e o mesmo ocorre com o algodão. Para o açúcar, entre 1800 e 1801, o diferencial percentual é de 59%; para o algodão é de 80%. Em 1802, há novamente uma queda conjunta das duas *commodities*, com ambas recuperando-se em 1805. Em 1806 e 1807, assistimos a estagnação e queda das duas produções, e como encerramos nosso período neste ano.

Nossa descrição meramente apresenta aquilo que está visível aos olhos neste gráfico – que as quantidades exportadas possuem as mesmas oscilações de ascensão e queda, entretanto, é legítimo se perguntar – dizemos as quantidades exportadas, não as quantidades produzidas, mas se o caso fosse que existisse uma profunda discrepância entre o que foi exportado e o que foi produzido, veríamos estas discrepâncias, pois não haveria como elas manterem as mesmas oscilações, o que nos leva a induzir que a integridade da produção fosse destinada ao mercado externo; como falamos no primeiro capítulo, toda mercadoria transita entre seu *valor de uso* e seu *valor de troca*, nenhum uso possui o açúcar e o algodão sem ser

comercializado, seu único *valor de uso* para seu produtor é a busca da efetivação de seu *valor de troca*.

Qual a razão para que essas oscilações ocorram desta maneira? Aqui, faremos uma crítica ao nosso próprio trabalho. Fomos forçados neste capítulo a iniciar pela circulação, não pela produção, e reconhecemos que isto trata-se de uma posição marxista revisionista ao – em termos leigos – colocar o carro na frente dos bois. Entretanto, agora que fizemos toda a trajetória da circulação – personificada aqui no número de navios aportados – e da produção – a quantidade exportada, que também estabelecemos deve ser quantitativamente indistinta da quantidade produzida, podemos voltar e visualizar como a circulação *não impacta* na produção.

Quadro 14: Número de navios aportados na capitania de Pernambuco anualmente e as respectivas quantidades exportadas de açúcar, algodão e suas médias

	Navios por ano	Algodão	Açúcar	Média Algodão/Navio	Média Açúcar/Navio
1780	22	708	173296	32,18182	7877,091
1781	20	968	405583	48,4	20279,15
1782	19	2982	362512	156,9474	19079,58
1783	18	9442	220182	524,5556	12232,33
1784	28	26048	484029	930,2857	17286,75
1785	19	15572,5	222278,5	819,6053	11698,87
1786	22	16576	218124	753,4545	9914,727
1787	21	40159	213930,5	1912,333	10187,17
1788	21	46907,94	279853	2233,711	13326,33
1789	29	109603	333002	3779,414	11482,83
1790	27	78845,59	287632	2920,207	10653,04
1791	33	121432	402540,5	3679,758	12198,2
1792	29	115327,3	443771	3976,803	15302,45
1793	19	43276,5	209467,5	2277,711	11024,61
1794	26	79810,25	262242,5	3069,625	10086,25
1795	32	137169	346619,5	4286,532	10831,86
1796	32	105725,3	394143	3303,914	12316,97
1797	16	26758,72	198000,5	1672,42	12375,03
1798	38	65890,66	399564,5	1733,965	10514,86
1799	55	132732	435430,5	2413,309	7916,918
1800	49	92995	394870,5	1897,857	8058,582
1801	58	168037,6	631465,4	2897,2	10887,33
1802	49	188142	406526,5	3839,633	8296,459
1803	38	135253	268687,5	3559,289	7070,724
1804	41	144702,3	398471	3529,324	9718,805
1805	61	249980	610681	4098,033	10011,16

1806	55	186436,5	625500,5	3389,755	11372,74
1807	57	198891,5	379201	3489,325	6652,649

Com este quadro, podemos ver que existe independência entre o que circula e o que é efetivamente produzido. O desaviso poderia nos levar a crer que o número baixo de navios em 1793, 1797, 1800 ou 1803 foi responsável pelo pouco exportável. De fato, a circulação retroalimenta na quantidade exportada, pois podemos ver que as médias de fato oscilam com o número de navios, mas vemos o processo contrário – que o incremento de navios não significa o incremento da produção – isso pode ser destacado em vários anos: 1787 e 1788, que tiveram o mesmo número de navios, mas quantidades de açúcar e algodão exportado distintas, o que reflete-se em suas médias por navio. O mesmo tipo de raciocínio segue-se para anos como 1795 e 1796, e para anos não consecutivos como 1783 e 1797, como e pode ser expandido para outros como 1807, 1799, 1805. Noutras palavras, temos que reenfatar a máxima – não é a circulação que determina a produção, mas o processo contrário.

Portanto, por que dizemos que o ‘modelo’ econômico atual, que em verdade é modelo nenhum, não é capaz de explicar o que fizemos acima? Porque erguendo-se primordialmente sobre as relações sociais, assume-se as relações sociais como aquelas que produzem a economia de forma linear, e não o processo metabólico de interação entre a sociedade e a natureza, noutras palavras e de maneira simplificada – verificamos que a produção das *commodities* é atrelada primeiramente ao clima do que à qualquer relação social que remeta *economia do bem comum* ou *economia social do dom*, isto é, estes conceitos não explicam isto.

Mas soa como um óbvio ululante, isto é, uma verdade explícita (MORTARI, 2001) que seja o clima e não as relações sociais que determinem a primeira instância da produção, especialmente na agricultura. Entretanto, remeter a esta questão óbvia nos é fundamental, porque o modelo econômico vigente não nos dá espaço para explicar este tipo de fenômeno visto acima, ou seja, é um modelo idealista – dissociado do real para esta função. Qual conhecimento, o qual modelo é capaz de explicar isso? Provavelmente a geografia na sua relação entre geografia humana e física, entretanto, é de ressaltar que este tipo de geografia não consiste em um desenvolvimento da própria geografia, mas de fora dela e que foi importado da Economia Política: o materialismo histórico.

Em verdade, é o materialismo histórico a primeira forma de apreensão do real que leva em consideração que as relações sociais não existem separadas da natureza, mas, pelo

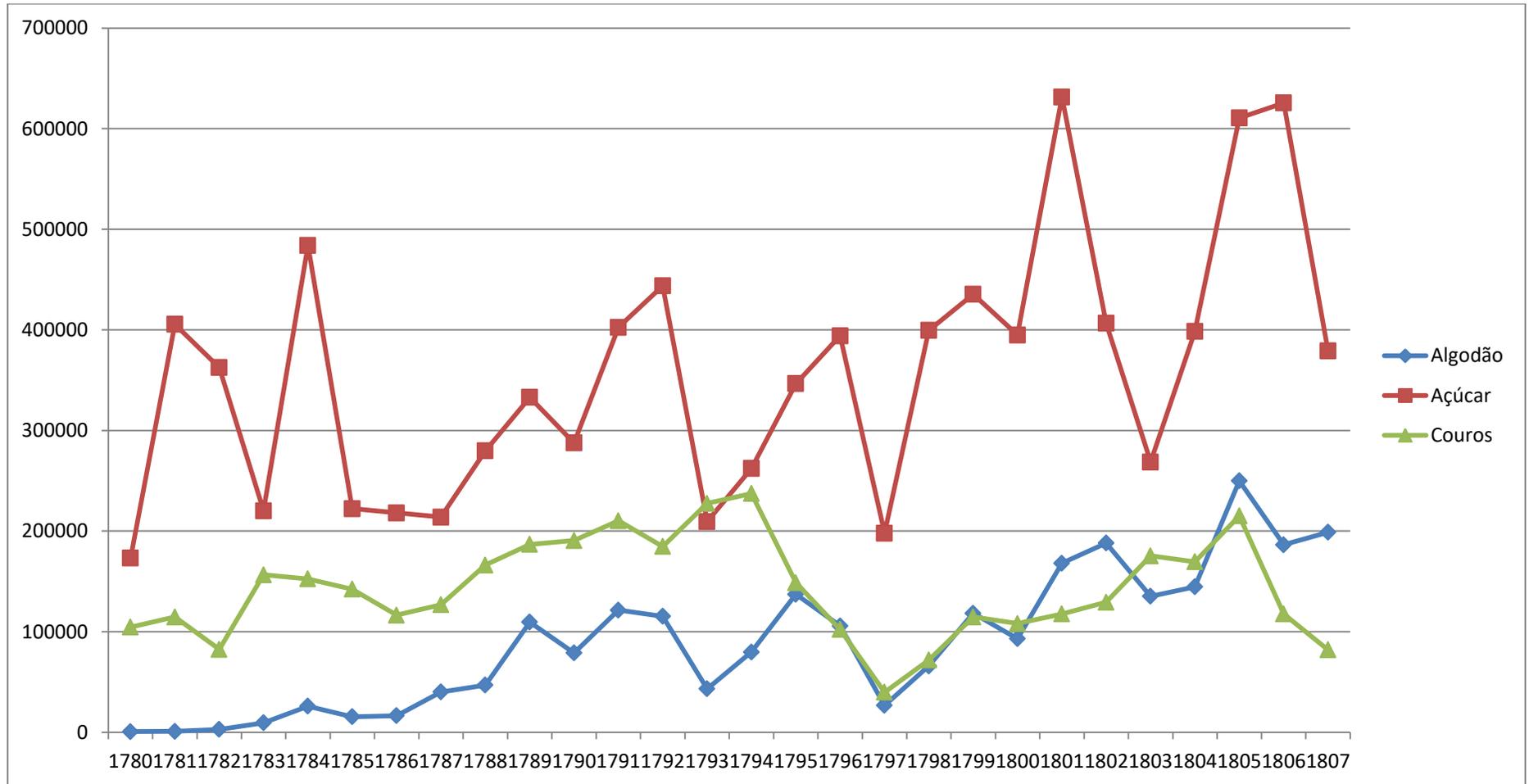
contrário, que toda forma de produção social está situada dentro dos limites que o próprio mundo material garante (MARX, 1932; ENGELS, 2015).

O materialismo histórico é capaz de explicar também o que se segue: podemos ver em nosso gráfico que apesar de seguirem o mesmo movimento, o açúcar sofre a queda da produção um ano após o algodão 1792, 1796 e 1806, e aqui entramos nas suas considerações sobre forças produtivas, que são aquelas capazes de explicar porque em alguns anos, como exceção, o algodão sofre quedas, ao passo que o açúcar não – o que são as forças produtivas? É toda forma de *capital constante* que aumente a produtividade do *capital variável* (ENGELS, 1970). Que querem dizer estes dois últimos? Capital variável é o capital humano utilizado na produção de uma mercadoria, ao passo que o capital constante é todo aquele capital de um custo fixo que incremente a produtividade do capital variável.

A produção de açúcar possui maior produtividade porque envolve maiores quantidades de *capital constante* que a produção do algodão. Quais são as provas disto? Descrevemos elas no primeiro capítulo – um engenho de tração animal produzia entre 25 a 37 arrobas, totalizando no máximo meia tonelada por dia, enquanto um engenho com moinho d'água podia produzir entre 50 e 75 arrobas, totalizando até uma tonelada diária (SCHWARTZ, 2014b, p.355). Tanto a tração animal como o moinho d'água são formas de *capital constante*, e independente de qual destes fosse predominante no período de 1780-1807, sabemos que o nível de produtividade de um engenho é substancialmente maior que o de uma fazenda de algodão, o que explica porque o açúcar testemunha quedas menores, ou sequer as testemunha em alguns casos isolados. Entretanto, também serve para explicar porque quando ocorrem as quedas, elas são mais sensíveis que as do algodão, como em 1785, 1790, 1793 e 1803. Por ser o açúcar o produto final e não a matéria prima, a ausência de matéria prima levará a uma queda mais brusca na quantidade do produto final, algo que não se verifica no algodão, pois ele mesmo é a matéria prima para os têxteis.

A questão do materialismo histórico e das forças produtivas é ainda mais visível quando utilizamos o mesmo gráfico, mas acrescentamos as produções totais de couro.

Gráfico 40: Exportações totais de açúcar, algodão e couros no período 1780-1807



Como podemos ver no gráfico 40, ao passo que a produção do açúcar e do algodão possuem o mesmo movimento a cada ano, o movimento da produção de couros é totalmente distinto. Salvo os anos de 1795-1799 e de 1805-1807, não há similaridades entre os gráficos das duas *commodities* agrícolas e do produto ‘manufaturado’. Apesar do gado estar sujeito as mesmas condições naturais que a cana de açúcar e o algodão, sua produção não é afetada, porque a relação material de produção do couro não depende de uma matéria prima sujeita as intempéries climáticas com a mesma intensidade. Desta forma, apreendemos que o couro é também explicado pelo materialismo histórico, não sendo uma mercadoria com quantias produzidas de forma tão volátil. O que nos resta explicar para o couro é porque sua reprodução nunca recuperou-se após 1797, ao passo que o algodão e açúcar sim. Devemos ressaltar que o gráfico 38 possui um problema de elaboração – os açúcares e algodão estão registrados em arrobas, mas os couros em unidades: isto se dá pelo próprio processo de avaliação das mercadorias durante sua venda, portanto, não temos como inferir o real peso dos couros que foi exportado. O único momento que somos capazes de analisar as três mercadorias principais através do mesmo denominador é quando o fazemos pelos réis, algo que será feito no próximo capítulo.

O ano de 1797 é apenas o ápice em que uma circunstância econômica já vinha ocorrendo; neste ano ocorreu a aliança da coroa espanhola com a francesa, e devido a essa notícia, que de acordo com Tomás José de Melo excitou a Europa, também excitou a América, ao prepararem-se para a possibilidade de uma invasão franco-espanhola no Estado do Brasil⁵³. É dessa ameaça causada pelo alvoroço político europeu, das guerras revolucionárias francesas, que entendemos a queda de 1797 em si, mas não explica por que o couro já vinha em decadência alguns anos antes, isto é apenas respondido em 1798. Em um ofício deste ano, Tomás José de Melo escreveu para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as medidas tomadas para elevar a exportação dos gêneros locais para o reino; neste ofício, o governador destaca que chuvas e inundações nos anos anteriores desfizeram as salinas naturais e artificiais que garantiam o curtimento do couro, desta forma, menos gado estava sendo morto⁵⁴. Com isto em mente, voltemos ao gráfico – o ofício relata uma série de chuvas nos anos anteriores – 1798 é o ano que a produção do açúcar volta ao nível de 1796, e o algodão tem recuperação similar. Desconsiderando-se a queda abrupta de 1797 devido à uma seca, vemos que o couro começa a

⁵³ AHU_CU_015, Cx. 197, D. 13509.

⁵⁴ AHU_CU_015, Cx. 199, D. 13653.

reduzir seu crescimento entre 1793 e 1794, para de 1794 até 1797 assistir uma queda contínua. Em contraste, de 1793 até 1796 tanto a produção do açúcar como do algodão possuem incrementos anuais. A questão remanescente é – por que a produção de couros não recuperou-se após 1797? Devido à destruição das salinas, tornou-se necessário importar sal português para manter a produção; frente a este alto custo com pouco retorno financeiro, vemos porque a produção jamais recuperou o patamar de outrora.

Desta forma, vemos que nestes anos o crescimento do algodão e do açúcar implicou na retração da produção de couros, e quando levamos em consideração que somente a produção dos couros de 1805 se aproxima da produção de 1794, que dificilmente ela cresceu durante o intervalo de dez anos, o algodão e o açúcar experimentaram crescimento constante salvo em 1800 e 1803. Não se trata de um processo linear, que incrementos na produção de algodão e açúcar devido à melhor pluviosidade de cada ano corresponda inevitavelmente à retração da produção de couros, pois como podemos ver, antes de 1793 o couro parece ter uma dinâmica própria, não associada com as oscilações das duas *commodities agrícolas*. Reiteramos que não é a produção de açúcar e algodão que impacta na produção de couros, mas sim as condições que ensejam o crescimento dos primeiros em certas circunstâncias ocasionaram o declínio do segundo.

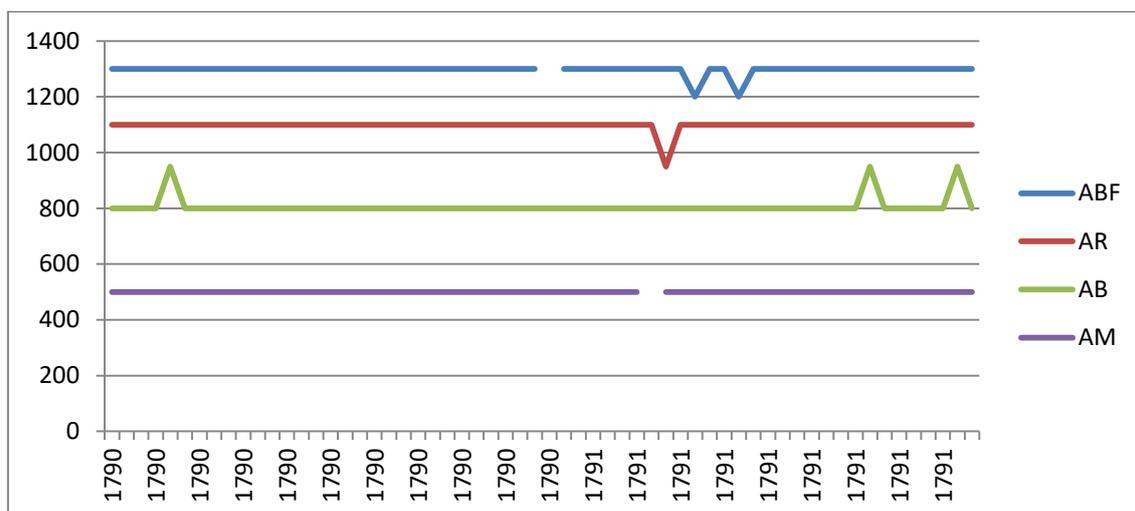
Com isto, ressaltamos nosso ponto – a supremacia do materialismo histórico para compreender este tipo de fenômeno, ao passo que o modelo vigente não o faz. Entretanto, se meramente alegamos que a produção econômica não é capaz de libertar-se por integral das condições naturais que a circundam, há outras contribuições do materialismo histórico que merecem ser abordadas e nossa documentação também possibilita responder.

No primeiro capítulo, citamos a polêmica alegada por Antônio Carlos Jucá de Sampaio sobre a economia colonial não reger-se por – 1) preço; 2) relações de mercado. Utilizamos dados do final do século XVII e meados do século XVIII para contra-argumentar o autor, e faremos tal crítica novamente nesta seção, mas com evidência ainda mais contundente.

Primeiramente, quais são os anos que temos conhecimento de um crescimento na produção considerável? Para o açúcar, tais anos são 1784, 1791, 1798, 1801, 1804 e 1805; entretanto, nem todos estes anos devem ser encarados da mesma forma – a alta da produção de 1784 deve ser atribuído à questões climáticas e a inexistência de uma produção significativa de algodão, noutras palavras, a capacidade produtiva da capitania estava distribuída em apenas duas mercadorias para exportação – açúcar e couros. 1791 é outro ano

que podemos a princípio, é passível de ser atribuído ao clima, não a um aumento do preço, como mostra o gráfico abaixo

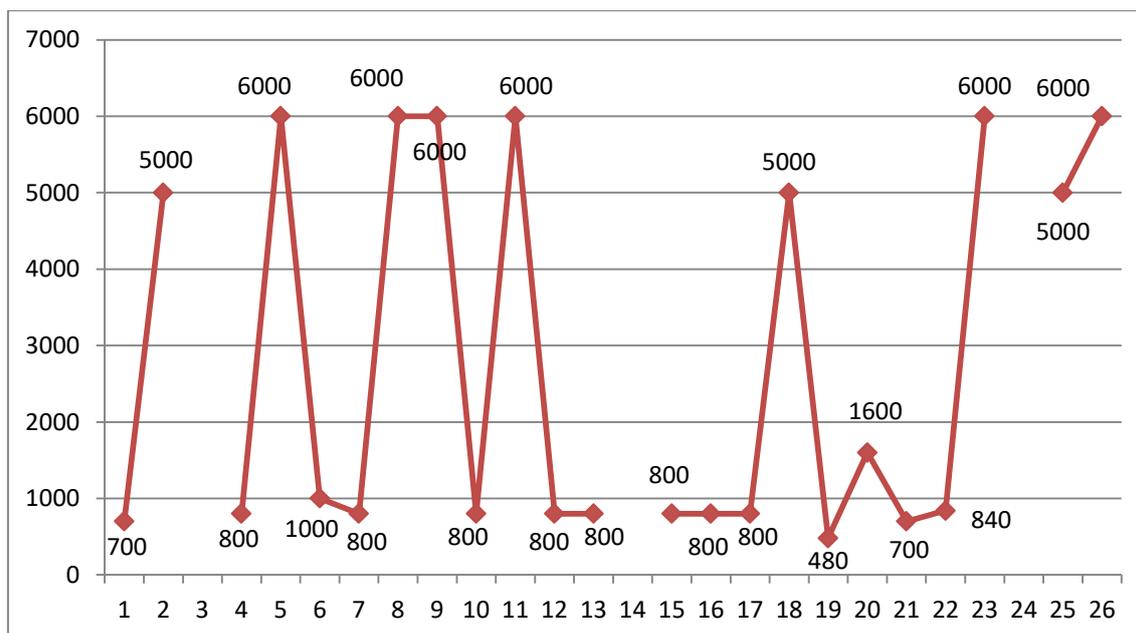
Gráfico 41: Preço do açúcar branco fino, redondo, baixo e mascavo em 1790-1791



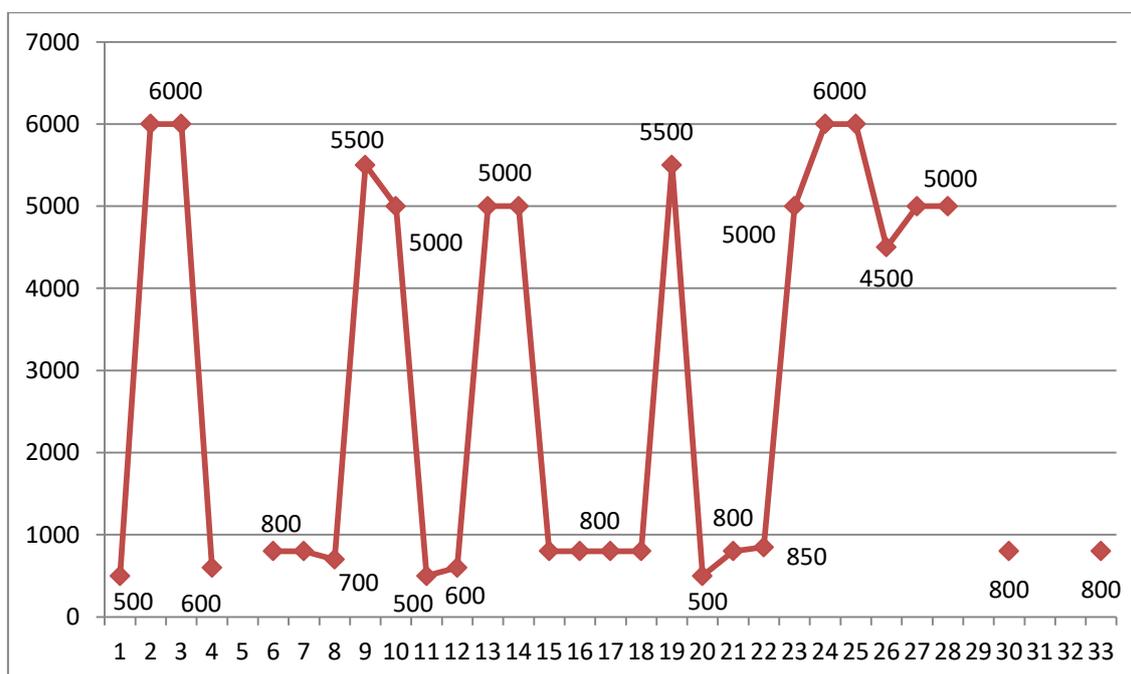
Fonte: Vide Anexo B

O gráfico 39 mostra os preços de quatro açúcares para os anos de 1790 e 1791, e como podemos ver, o preço é constante naquilo que a Mesa de Inspeção o mantinha: 1300 para o açúcar branco fino, 1100 para o redondo, 800 para o branco baixo e 500 para o mascavo (CONTI, 2016, p.53). Portanto, é possível dizer que o incremento do açúcar no ano de 1791 foi meramente atribuído às condições climáticas e negar o papel do preço? Não exatamente.

Durante nossa seção sobre o açúcar, mencionamos o processo de fabricação do açúcar com uma citação de Antonil – naquela citação, vimos que era *impossível* fabricar um único tipo de açúcar; a produção de um tipo implica necessariamente a produção de outros, bem como de um produto residual, que apesar de ofuscado, não deve ser menosprezado – o melaço. Foi o melaço responsável pelo incremento da produção de 1791? Vejamos os gráficos 40 e 41

Gráfico 42: Preço do melaço em 1790 nos navios que saíram de Pernambuco

Fonte: Vide Anexo B

Gráfico 43: Preço do Melaço em 1791 nos navios que saíram de Pernambuco

Fonte: Vide Anexo B

A primeira pergunta que devemos responder é – por que há tamanha oscilação do preço do melaço, isto é, como é possível que ele passe de 850 réis para 5000 no mesmo ano, apenas em cargas de diferentes navios? A resposta para isso encontra-se na forma que o melaço era vendido – existem duas formas: ambas dependem do conhecimento que o melaço

era carregado em barris que transportavam entre 4 a 10 almúdes. Os cálculos do preço tomavam em conta se o barril estava sendo vendido por unidade ou pelos almúdes que continha – preços baixos do melaço como 500, 600 e 800 réis eram vendas em função do número de almúdes que o barril continha, ao passo que os preços de 5000 e 6000 réis tomavam em consideração o barril por unidade, não quantos almúdes continha. Vemos que em 1790-1791, há uma transição das vendas do melaço em função do almúde para o melaço em função do barril, e destes anos em diante torna-se a segunda forma de venda a forma predominante. Portanto, mesmo o açúcar não tendo sofrido mudança no seu preço, a mudança do preço no melaço desencadeou o aumento de sua produção de forma vertiginosa. Entretanto, se esta argumentação ainda não é suficiente, iremos partir para o caso único em todo nosso período – o ano de 1801.

Gráfico 44: preço do melação em 1800-1801 calculado em função do barril

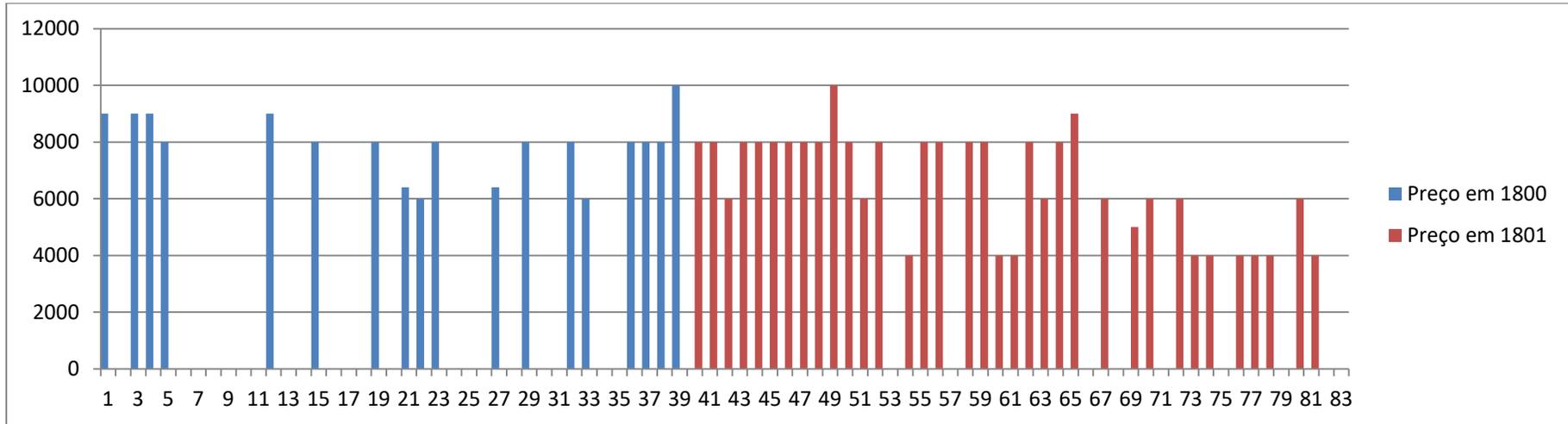
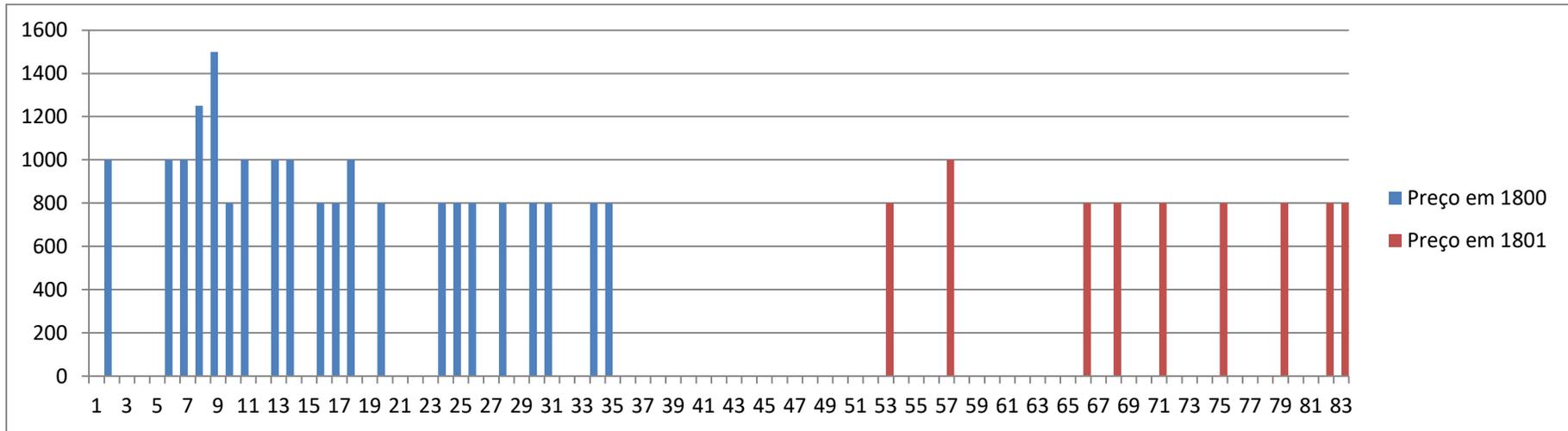


Gráfico 45: preço do melaço em 1800-1801 calculado em função do almúde



Fonte: Vide Anexo B e C

Devido ao excesso de dados, esta representação gráfica precisa vir acompanhada de um quadro, caso contrário, a representação desprovida de seu conteúdo torna-se redundante:

Quadro 15: Preços do Melaço em 1800 e 1801 nos navios que saíram de Pernambuco

Ano	Preço	Ano	Preço	Ano	Preço	Ano	Preço
1800	9000	1800	8000	1801		1801	
1800	1000	1800	800	1801	4000	1801	
1800	9000	1800		1801	4000	1801	4000
1800		1800	800	1801	8000	1801	800
1800		1800		1801	6000	1801	800
1800	9000	1800	8000	1801	8000		
1800	8000	1800		1801	9000		
1800	1000	1800	6000	1801	800		
1800	1000	1800	800	1801			
1800	1250	1800		1801	6000		
1800		1800	800	1801	800		
1800	1500	1800	8000	1801	5000		
1800		1800	8000	1801	6000		
1800		1800	8000	1801	800		
1800	800	1800	10000	1801	6000		
1800		1801	8000	1801	500		
1800	1000	1801	8000	1801			
1800		1801	6000	1801			
1800	9000	1801	8000	1801	4000		
1800	1000	1801	8000	1801			
1800	1000	1801	8000	1801			
1800	8000	1801	8000	1801			
1800	800	1801	8000	1801			
1800	800	1801	8000	1801	4000		
1800	1000	1801	10000	1801	800		
1800	8000	1801	8000	1801	4000		
1800	800	1801	6000	1801			
1800	6400	1801	8000	1801			
1800	6000	1801	800	1801	4000		
1800	8000	1801	4000	1801			
1800	800	1801	8000	1801	4000		
1800	800	1801	8000	1801			
1800	800	1801	1000	1801	800		
1800	6400	1801	8000	1801	6000		
1800	800	1801	8000	1801			

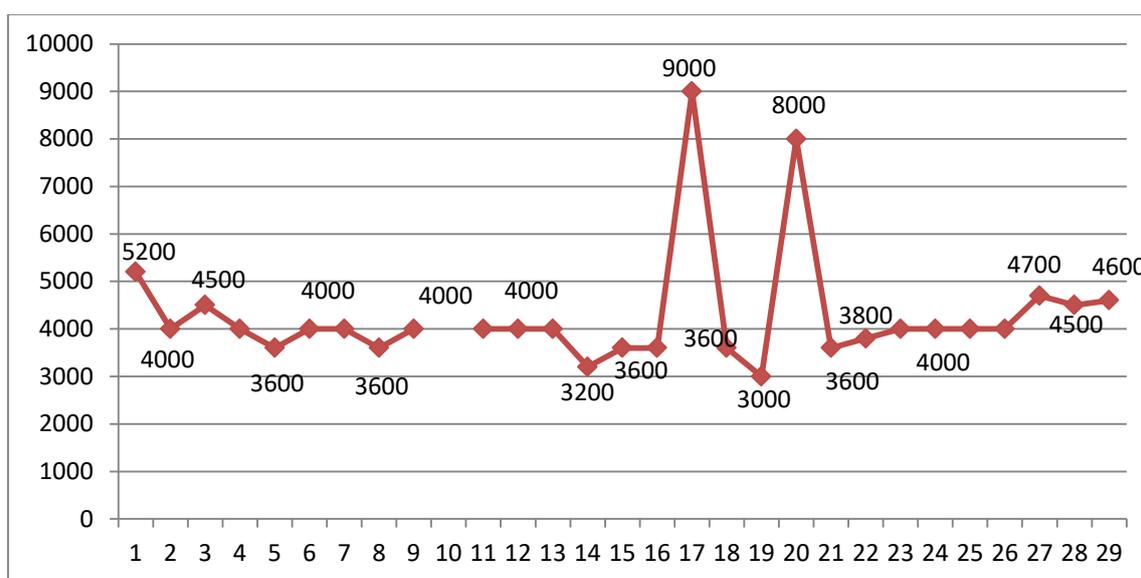
Quando contemplamos que a venda por almúde torna-se cada vez mais rarefeita, e a venda por barril a suplanta, e quando destacamos que o preço médio de 1800 foi 4157 réis, ao

passo que em 1801 foi de 5286, compreendemos porque em apenas um ano a produção total de açúcar sofre um salto não visto durante todo o período.

Quanto ao algodão? Destacamos na seção que falamos sobre navegação como o preço ascendeu entre 1787 e 1788, e o primeiro grande incremento desta produção foi justamente no ano de 1789, portanto, voltemos as duas polêmicas – a produção colonial reage aos preços e, conseqüentemente, está sujeita a relações características de uma economia de mercado? Sem dúvidas. O que verificamos é que a preponderância da produção visando o *valor de troca*, portanto, é uma economia guiada para este valor, e que está ciente do funcionamento do próprio mercado para aproveitar-se dele apropriadamente.

Mas, aqui, entraremos em um possível impasse: se esta é uma economia que reage ao preço, conseqüentemente, quedas dele devem incentivar à redução da produção. Verificamos isto? Esta situação é mais complexa do que aparenta. Vejamos o gráfico 43 do preço do algodão, e um gráfico paradoxal do preço do açúcar.

Gráfico 46: Preço do algodão em 1789 nos navios que saíram de Pernambuco



Fonte: Vide Anexo B

No ano de 1789, houve uma queda brusca do preço do algodão, e a sua média anual de foi de 4289 réis por arroba, se voltarmos ao gráfico 11, veremos que a média caiu de 8185. Voltando-se ao gráfico 34, veremos que a produção de algodão em 1790 – como um reflexo da queda dos preços de 1789 – foi de 78845 arrobas, ao passo que a produção de 1789 foi de 109603 arrobas; trata-se de uma queda considerável, de preço e produção, mas quando contemplamos o gráfico 43 com o de número 37, veremos que não foi uma queda da produção do algodão, mas uma queda conjunta do algodão e do açúcar. Portanto, devemos atribuir esta queda à redução do preço ou aos problemas climáticos? Uma interpretação simplória seria

dizer que trata-se de uma mescla de ambos e encerrar nisto. Mas possuímos capacidade de ir além.

A epígrafe que abrimos este capítulo relata que a produção do algodão era preferível devido ao seu baixo custo, e nas páginas seguintes foi ressaltado que nem mesmo a união de um arroba de açúcar branco fino, redondo, baixo e mascavo seria capaz de superar o preço base do algodão de 4000. Portanto, apesar de tratar-se de uma queda, a queda do preço *não* estimulou a queda da produção, não porque este é um mercado que não responde a preços, mas porquê não houve prejuízo na produção da mercadoria, mas sim uma redução da taxa de lucro. Em contrapartida, há casos que mesmo ocorrendo um incremento do preço, não se verifica o aumento da produção. Veremos isto no gráfico abaixo.

Gráfico 47: Preço dos açúcares finos nos anos 1805-1807 nos navios que saíram de Pernambuco

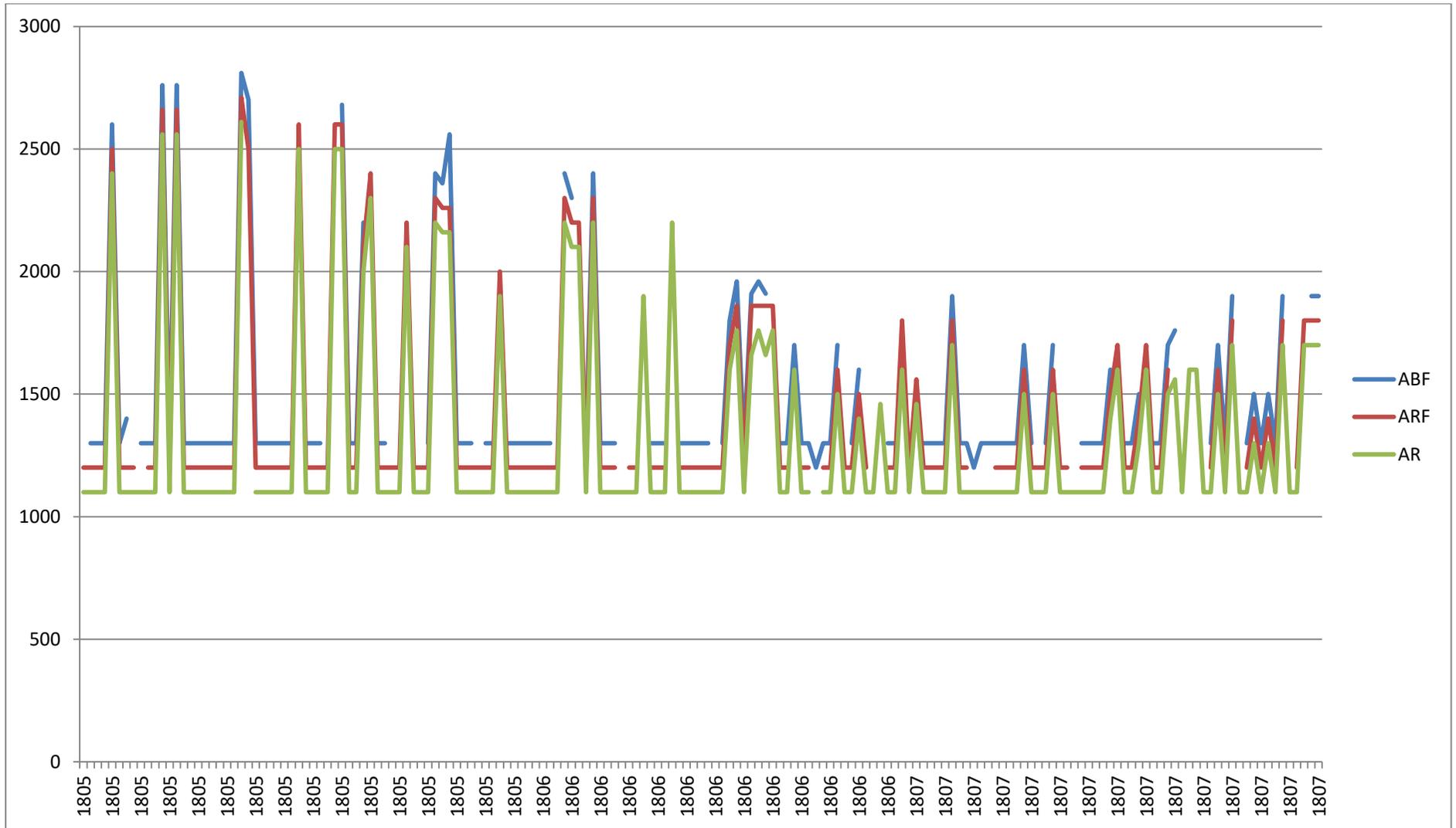
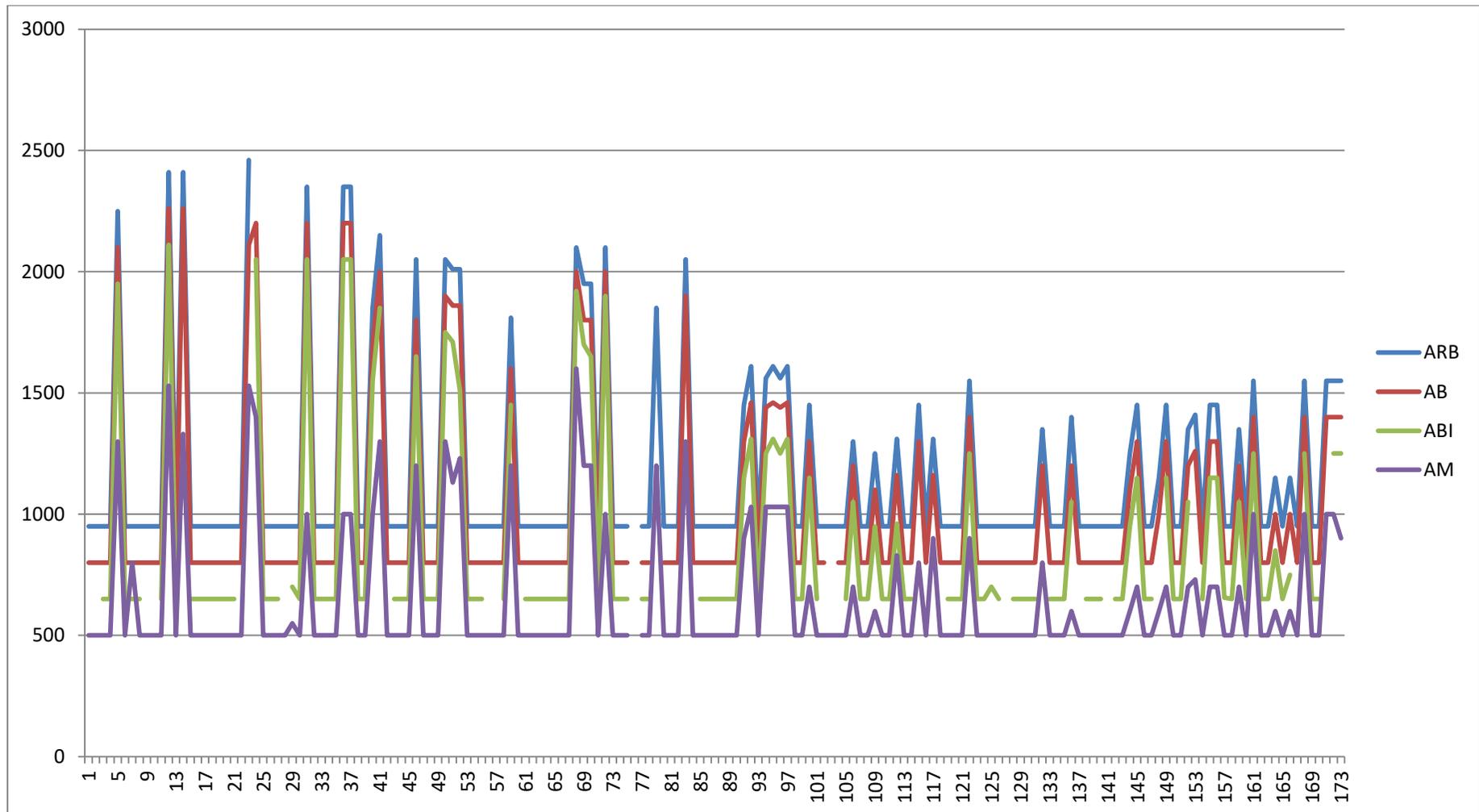


Gráfico 48: Preço dos açúcares baixos nos anos 1805-1807 que saíram da capitania de Pernambuco



Fonte: Vide Anexo F

Nestes dois gráficos acima, contemplamos o aumento dos preços de todos os açúcares nos anos 1805-1807. Tal aumento não se deu por razões econômicas, mas pelas guerras napoleônicas, em que devido aos bloqueios marítimos europeus, os preços e fretes dispararam⁵⁵. Quando comparamos estes preços com as produções de açúcares nos mesmos anos, vemos que em 1805 a produção recuperava-se da queda de 1803, mas 1806 ela permanece estagnada para ter uma queda em 1807. Noutras palavras, este incremento de preço não significou o aumento da produção. Ao invés disto contradizer a lógica que mantemos como nossa – que a produção colonial pautava-se pelo preço e por relações de mercado, isto serve apenas para reiterá-la, na medida que a navegação durante as guerras diretamente afeta a taxa de lucro

Infelizmente, nada sabemos sobre os valores dos fretes nestes anos, mas isto não nos impossibilita a especulação – em 1799, o navio Santo Antônio Tejo aportou em Recife, e seu mapa de carga mercantil é *singular*, pois é o *único* em todo nosso período que nos dá valores para os fretes de cada mercadoria

Quadro 16: Preços e fretes no navio Santo Antônio Tejo

	Frete	Preço	Percentual Frete-Preço
Açúcar Branco Fino	600	1300	46,15385%
Algodão	1600	6800	23,52941%
Couros em Cabelo	500	1600	31,25%
Vaqueta	160	800	20%

Fonte: AHU_ACL_CU_015, Cx.207, D.14107.

Este navio é de suma importância, pois é o único que nos permite ter um vislumbre sobre os custos da circulação de mercadorias, sendo aquele único que dispomos para extrapolar, podemos compreender por que não ocorreu o incremento da produção nos anos 1805-1807 – estamos em 1799, e os fretes consomem desde 1/5 até quase 1/2 do preço da mercadoria; o aumento do preço nas circunstâncias destes anos também implicaria um aumento dos fretes, e devemos supor que nestas mesmas condições esta proporções do frete para o preço manteve-se *ou*, o que é mais provável, tenha sido ressaltada. Podemos então compreender porque entre 1805-1807 há uma queda da produção das três mercadorias. Novamente, as relações de mercado e a questão do preço tomam as rédeas da produção, algo característico de economias que produzem para *valores de troca*.

⁵⁵ AHU_CU_015, Cx. 267, D. 17828.

Até o presente momento, explicamos porque o algodão e açúcar seguem as mesmas oscilações produtivas, porque os couros não as seguem, porque a quantidade exportada é, provavelmente, de diferença pífia da quantidade produzida, porque os súbitos incrementos na produção de algodão e açúcar são característicos de uma economia produtora de mercadorias – uma economia que produz para *valores de troca*, nos resta explicar o último fenômeno: por que ocorreu o ocaso da produção dos açúcares finos, para a predominância dos açúcares baixos? E o mesmo para os couros, isto é, a queda dos couros em cabelo para ascensão dos couros vaquetas?

Em nossos anexos, temos os preços dos açúcares e dos couros. Para nos poupar expor diversas séries desnecessárias, sabemos que existia uma hierarquia dos preços dos açúcares e couros. Para os açúcares, a ordem de grandeza era – ABF > ARF > AR > ARB > AB > ABI > AM, sendo o preço de cada mercadoria 1300, 1200, 1100, 950, 800, 650 e 500 respectivamente. Para os couros, temos CeC > Sola > Vaqueta, com os preços individuais situando-se entre 1200-2000, 800-1200, 640-800 réis respectivamente. Como já atestamos anteriormente, estamos em uma economia pautada na produção de *valores de troca*, portanto, *por que a produção dos açúcares finos e dos couros em cabelo caiu, mas a dos açúcares baixos e das vaquetas aumentaram?* Deixamos esta questão para o final, pois ela requeria toda a corroboração de nossas interpretações sobre a economia colonial para poder ser realizada.

Voltemos aos fretes – infelizmente, o navio Santo Antônio Tejo nada nos diz sobre os fretes dos demais açúcares, meramente sobre o açúcar branco fino. Entretanto, sabemos que 46% do valor deste açúcar residia no frete. Quando levamos em consideração que acima disto, por cada arroba de açúcar branco eram cobrados outros 60 réis (CARRARA, 2009, p.229), vemos que 50% do valor do açúcar representado no preço era composto pelo frete. Deixemos o açúcar por um lado e vejamos os couros – os couros em cabelo tinham 31,25% do seu valor como frete, ao passo que os couros vaquetas meros 20%. Portanto, levando-se estes números em consideração, podemos entender que apesar do baixo preço dos couros vaquetas, ocorreu a transição para sua produção – a própria dinâmica de circulação do capitalismo levou à otimização da produção pela taxa de lucro, apesar da distinção do preço.

Voltemos aos açúcares – nada sabemos sobre os fretes dos demais açúcares, mas podemos supor que estes fretes fossem relativos ao tipo de açúcar transportado, desta forma, é plausível que um açúcar de menor preço possibilite maior taxa de lucro do que o açúcar branco fino. Além disto, como Antonil descreve, todos os açúcares são oriundos do mesmo processo produtivo – destacamos isso para compreender o aumento de sua produção no ano

de 1801, mas vamos reiterar para compreender como os açúcares baixos sobrepujaram os finos – Antonil também ressalta que nem toda forma de açúcar produz inevitavelmente os açúcares brancos fino, redondo e baixo, mas sempre produzem mascavo e melaço. Somos levados a supor o que se segue – não apenas toda forma não produz todos os açúcares, mas durante o processo de fabricação do açúcar existe controle por parte dos agentes econômicos sobre qual tipo de açúcar deseja-se produzir; e tal mudança da produção podia dever-se a duas lógicas inerentes a produção e circulação que já ressaltamos – quanto à circulação, a questão do frete; quanto à produção, que o próprio Antonil ressalta isto – “*Além destas três castas de branco, há outro, que chamam branco batido, feito do mel, que escorreu das formas do macho na casa de purgar, cozido e batido outra vez: e sai as vezes tão alvo e forte como o macho*” (ANTONIL, 1711, p.91-92), portanto, somos induzidos a dizer que a produção dos açúcares finos pode requerer mais de uma passagem pelas formas e, sendo este o caso, priorizaria-se a produção dos açúcares baixos, menos intensivos neste processo de fabricação. Caso contrário, há alguma outra forma de explicar que o açúcar branco fino passou do mais importante em 1780 para quase inexistente em 1807?

Com isto, voltemos ao título desde capítulo – “*o giro do comércio será sempre o mesmo*”. As palavras de Tomás José de Melo escondem detrás de sua simplicidade a densidade das relações econômicas pautadas pela produção de *valores de troca*. Portanto, não existe citação mais apropriada que esta para finalizar este capítulo e abrir o próximo, em que abordaremos as iminentes contradições entre *valor de troca* e *valor de uso* na economia colonial, que por sua vez explicam a questão do subdesenvolvimento econômico nacional, e como elas desembocam no tema tabu entre historiadores – a luta de classes:

O preço dos gêneros alimentícios aumentou quase continuamente, enquanto o preço dos objetos manufaturados e de luxo baixou quase continuamente. Tome-se a própria indústria agrícola: o preço dos objetos mais indispensáveis, como o trigo, a carne etc., aumentou, enquanto o preço do algodão, o do açúcar, o do café etc. caíram continuamente, reduzidos numa proporção surpreendente. [...] Atualmente, é mais fácil produzir o superflúo que o necessário. Finalmente, em diversas épocas históricas, as relações recíprocas dos preços não são apenas diferentes, mas opostas. Durante toda a Idade Média, os produtos agrícolas eram relativamente mais baratos que os manufaturados; na época moderna, eles se encontram em razão inversa. A utilidade dos produtos agrícolas diminuiu desde a Idade Média?
O uso dos produtos é determinado pelas condições sociais em que se encontram os consumidores, e essas condições repousam sobre o antagonismo das classes [grifo nosso].

O algodão, as batatas e a aguardente são produtos de uso muito corrente. As batatas provocaram a escrófula; o algodão eliminou em larga medida o linho e a lã, embora a lã e o linho tenham mais utilidade em muitos casos [...] a aguardente impôs-se à cerveja e ao vinho [...] Durante um século, os governos lutaram inutilmente contra o ópio europeu; a economia prevaleceu e ditou ordens ao consumo.

Por que, então, o algodão, a batata e a aguardente são as pedras angulares da sociedade burguesa? [grifo nosso] Porque, para produzi-los, é necessário menos trabalho e, conseqüentemente, eles são mais baratos. Por que o mínimo de preço determina o máximo de consumo? Por acaso seria em função da utilidade absoluta desses produtos, de sua utilidade intrínseca, de sua utilidade na medida em que correspondem melhor às necessidades do operário como homem, e não do homem como operário? Não. É porque, numa sociedade fundada na *miséria* [grifo original], os produtos mais *miseráveis* [grifo original] têm a prerrogativa fatal de servir ao uso da maioria (MARX, 2017/1847, p.67-68).

4 PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS VALORES NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

O preço dos gêneros alimentícios aumentou quase continuamente, enquanto o preço dos objetos manufaturados e de luxo baixou quase continuamente. Tome-se a própria indústria agrícola: o preço dos objetos mais indispensáveis, como o trigo, a carne etc., aumentou, enquanto o preço do algodão, o do açúcar, o do café etc. caíram continuamente, reduzidos numa proporção surpreendente. [...] Atualmente, é mais fácil produzir o superflúo que o necessário. Finalmente, em diversas épocas históricas, as relações recíprocas dos preços não são apenas diferentes, mas opostas. Durante toda a Idade Média, os produtos agrícolas eram relativamente mais baratos que os manufaturados; na época moderna, eles se encontram em razão inversa. A utilidade dos produtos agrícolas diminuiu desde a Idade Média?

O uso dos produtos é determinado pelas condições sociais em que se encontram os consumidores, e essas condições repousam sobre o antagonismo das classes [grifo nosso].

O algodão, as batatas e a aguardente são produtos de uso muito corrente. As batatas provocaram a escrôfula; o algodão eliminou em larga medida o linho e a lã, embora a lã e o linho tenham mais utilidade em muitos casos [...] a aguardente impôs-se à cerveja e ao vinho [...] Durante um século, os governos lutaram inutilmente contra o ópio europeu; a economia prevaleceu e ditou ordens ao consumo.

*Por que, então, o algodão, a batata e a aguardente são as pedras angulares da sociedade burguesa? [grifo nosso] Porque, para produzi-los, é necessário menos trabalho e, conseqüentemente, eles são mais baratos. Por que o mínimo de preço determina o máximo de consumo? Por acaso seria em função da utilidade absoluta desses produtos, de sua utilidade intrínseca, de sua utilidade na medida em que correspondem melhor às necessidades do operário como homem, e não do homem como operário? Não. É porque, numa sociedade fundada na *miséria* [grifo original], os produtos mais *miseráveis* [grifo original] têm a prerrogativa fatal de servir ao uso da maioria (MARX, 2017/1847, p.67-68).*

Finalizamos o capítulo anterior com esta citação, e iniciaremos este sob ela. Sua presença é necessária devido ao número de menções que faremos nas páginas seguintes, e para poupar o constante retorno à outra parte deste trabalho, se faz oportuna encontrar-se aqui.

Em nosso primeiro capítulo, destacamos uma série de questões – o ceticismo da historiografia para com a teoria; a contradição imanente entre o estudo do passado estar dissociado do presente devido ao problema do anacronismo e a aplicabilidade do marxismo para o período colonial.

Se a primeira questão é estritamente pertencente ao primeiro capítulo e nada concerne ao restante do trabalho exceto em suas conclusões, não podemos dizer o mesmo sobre a segunda e terceira questão, ainda que ambas também não possuam o mesmo tipo de presença durante todo o trabalho. Em verdade, a questão mais importante deste estudo é a terceira, seguida pela segunda, encerrando-se na primeira. Como é a terceira questão aquela de maior importância? Pois, devido ao nosso esforço de provar a validade do marxismo para o período colonial, foi necessário provar em primeiro lugar – a historicidade dos conceitos centrais do marxismo – *valor e luta de classes*; em segundo lugar, como estes conceitos encontram-se em tal período.

No primeiro capítulo, nossos esforços foram mais ensaísticos em comprovar tal relevância conceitual – pois estávamos demonstrando relações *lato sensu* de um período que estende-se 200 anos antes do início do nosso. Apenas em nosso segundo capítulo respondemos a questão central – era a produção colonial uma produção de *valores de troca* ou de *valores de uso*? Nisto, determinamos que não apenas a produção do açúcar, couro e algodão sujeitam-se ao *valor de troca*, também determinamos que – i) a quantidade exportada é de diferença insignificante da quantidade produzida; ii) a predominância de uma das premissas do materialismo histórico para compreender as oscilações de produção.

Com todo um capítulo dedicado à resposta da questão do *valor de troca*, podemos voltar ao nosso primeiro capítulo – dois são os conceitos centrais do marxismo: *valor e luta de classes*, levando-se em consideração que o *valor* subdivide-se entre *valor de troca* e *valor de uso*. Respondemos a pergunta sobre o *valor de troca*, portanto, nos resta saber, o que há de *valor de uso* no mesmo período e, mais que isso, como podemos passar da antinomia destes dois valores para chegar à *luta de classes* sem que sejamos idealistas?

Elucidar de um ponto de vista material como se opera uma luta de classes neste período explica porque o Brasil não foi capaz de fazer o salto da produção de *commodities* primárias para produtos de maior valor agregado (GALA, 2019). Mantivemos esta questão ausente do trabalho para que viesse à tona apenas quando fosse oportuno: as décadas de 1880-1890 foram as últimas que um país foi capaz de adentrar no centro do capitalismo, tendo tal caso sido verificado pelo Japão pós-Revolução Meiji, e que as décadas de 1970-1990 foram as últimas que um país não central foi capaz de equiparar-se tecnologicamente com os países centrais (LOSURDO, 2004) o nosso período é também chave – as décadas de 1780-1810 são as últimas que uma região não industrial do mundo poderiam fazer a transição para a industrialização, como destacaremos na última seção deste capítulo; são nelas que os

processos de separação entre a importação de produtos de maior valor agregado, de produção dos meios de produção, de exportação de *commodities*, etc., sendo tais processos efetuados apenas devido à política situada em uma conjuntura econômica circunstancial. A formação do imperialismo japonês no último quartel do século XIX e da atual equiparação tecnológica entre a China e os EUA são dois exemplos da ruptura bem sucedida – a produção dos *valores de troca* foi comandada pelo Estado como um instrumento da classe dominante destes países; entretanto, quando voltamos ao Brasil e ao Pernambuco colonial é que seremos capazes de perceber porque isso não ocorreu e, mais que isto, nunca foi possível.

Como forneceremos estas respostas? Através de um estudo minucioso da *circulação de valores* e, através desta, compreender o funcionamento da produção condicionado por um mercado capitalista em constante expansão com crescimento vertiginoso da produtividade.

Vamos dissecar a epígrafe deste capítulo em duas partes, de modo que possamos compreendê-la adequadamente e fazer a transição necessária: a citação de Karl Marx pode ser recortada em dois momentos distintos – o i) disserta sobre como o *valor de uso* foi sendo suplantado pelo *valor de troca*, que já destacamos ser uma característica imanente da produção de mercadorias. O ii) segundo momento é quando descreve as “*pedras angulares da sociedade burguesa*” (MARX, 2017/1847, p.67-68), em que é de fato consumado a produção dos *valores de troca* sob os resquícios da produção de *valores de uso*, ainda que a segunda jamais desapareça.

Tais considerações serão iniciadas sob a égide da produção e exportação de goma – sua produção enquanto demonstração concreta da contradição imanente das mercadorias, e sua circulação como comprovação da transição das produções de *valores de uso* para os *valores de troca*, algo que foi apenas aludido de maneira ensaística no primeiro capítulo a ser comprovado neste terceiro.

Subsequentemente, após comprovarmos esta constatação básica, podemos relacionar a segunda parte da citação de Karl Marx com nosso trabalho – onde analisaremos a circulação de *valores de troca*, o tipo de especialização econômica que isso suscitou. Por fim, tal especialização culminou em uma série de problemas econômicos que seremos capazes de discutir com dados das finanças de importação da capitania de Pernambuco e o caso da Ferraria Real – ou a solução final sobre porque economicamente não houve transição de mercadorias de baixo *valor agregado* para a formação de uma indústria local, sem que tenhamos que recorrer à falácia atribuída à Caio Prado Jr. que o verdadeiro sabotador da industrialização colonial brasileira foi a metrópole, e não as circunstâncias econômicas

distintas que possibilitaram que a Inglaterra disparasse e não qualquer outro espaço do mundo.

4.1 PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GOMA: CASO DE VALOR DE TROCA E VALOR DE USO

Quando cheguei a esta capitania, estava ela desprovida de todo o necessário alimento: entrava na Praça muito pouca farinha; nos açougues não havia carne fresca; e a salgada dos sertões também não se achava⁵⁶.

Em carta de 1788, Tomás José de Melo escreveu ao então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro sobre as providências que tomou para produção e distribuição da farinha de mandioca, carne fresca e salgada na capitania de Pernambuco. Para a farinha de mandioca, as descrições de suas ações resumem-se a “*quanto a farinha, passei as Ordens necessárias para se plantar, porque me constou que aquela falta procedia de não se cultivar o indispensável alimento*⁵⁷”; entretanto, para as carnes, o mesmo destaca que a razão dela não ser encontrada nos açougues da cidade devia-se que seus produtores no Mossoró e Assú preferiam escoar a produção pelos portos, pois “*É tão grande a ambição dos proprietários daquelas fazendas do dito Mossoró e Assú, que deixam na maior necessidade os seus habitantes [...]; e matam, salgam e navegam todo o gado que criam, sendo o mais forte dos motivos porque assim obram, irem vender a carne na Capitania da Bahia, a onde não paga subsídio algum*⁵⁸”.

No ano seguinte, aparentemente as medidas tomadas por Tomás José de Melo surtiram efeito, pois, de acordo com o mesmo:

Por efeito das ordens que passei às Câmaras para promoverem a Agricultura da farinha de mandioca, vinha ela concorrendo a Praça com alguma abundância⁵⁹.

Entretanto, ainda na mesma carta, Tomás José de Melo relata problemas:

Porém chegando a este porto os navios do comércio a carregar os efeitos da presente safra, e entrando a comprar, levantou imediatamente, e o povo principiou a experimentar falta⁶⁰.

⁵⁶ AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11704.

⁵⁷ AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11704.

⁵⁸ AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11704.

⁵⁹ AHU_CU_015, Cx. 168, D. 11877.

⁶⁰ AHU_CU_015, Cx. 168, D. 11877..

Alguns anos após tais acontecimentos, em 1796, a Câmara Municipal de Olinda escreve à Rainha D. Maria I sobre a carência de farinha na capitania, bem como seus altos preços de venda devido a substituição do plantio da mandioca pelo algodão⁶¹. No capítulo anterior, analisamos como a produção de algodão cresceu vertiginosamente a partir de 1782, e que apesar das quedas abruptas de produção em 1793 e 1797, seu crescimento foi contínuo.

Com esta documentação, e os dados analisados do capítulo anterior somos capazes de inferir as seguintes conclusões – a carência de farinha de mandioca relatada por Tomás José de Melo em 1788 e as reclamações da Câmara Municipal de Olinda em 1796 não são fenômenos isolados; muito pelo contrário, podemos dizer que apesar dos atores diferentes, as causas são as mesmas – que sequer com uma década do *boom* algodoeiro, sua produção entrava em conflito com a de outros gêneros. Em brevidade, isto nos permite reafirmar o que lançamos meramente como conjectura no primeiro capítulo – do inevitável choque de produção de *valores de troca* e *valores de uso* entre os gêneros de maior rendimento e aqueles de subsistência, mas antes que voltemos a analisar isso, traremos mais dados a nossa argumentação do que a mera retórica das cartas do então governador da capitania.

A primeira delimitação que devemos realizar é – o que é a goma? A literatura da historiografia colonial costuma trabalhar o principal gênero alimentício da colônia como ‘*farinha de mandioca*’, entretanto, em todo nosso período de 27 anos, nunca foi encontrada menção à farinha de mandioca em quaisquer dos mapas de carga. Entretanto, as remessas de goma sempre foram constantes. Dentro de tais mapas, a goma sempre foi caracterizada como uma fazenda seca, isto é, gêneros predominantemente alimentícios, mas, a comprovação que a goma se trata, no fundo, de um gênero alimentício, provavelmente a farinha de mandioca, vem novamente dos mapas de carga.

Dentre os mapas de carga, alguns descrevem além da carga total que o navio transporta, também discrimina qual carga pertence a quem: ao rei, ao oficialato do navio ou a tripulação. Nos casos que há o registro da carga que pertence a tripulação, é comum encontrar: feixos ou caras de açúcar, aguardente, melão e goma. Sabemos que os três primeiros se destinam ao consumo dos tripulantes durante o período de viagem transatlântica, portanto, podemos inferir que a goma se trate de um gênero também para consumo no navio sendo, portanto, um gênero alimentício^{62,63}.

⁶¹ AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13277.

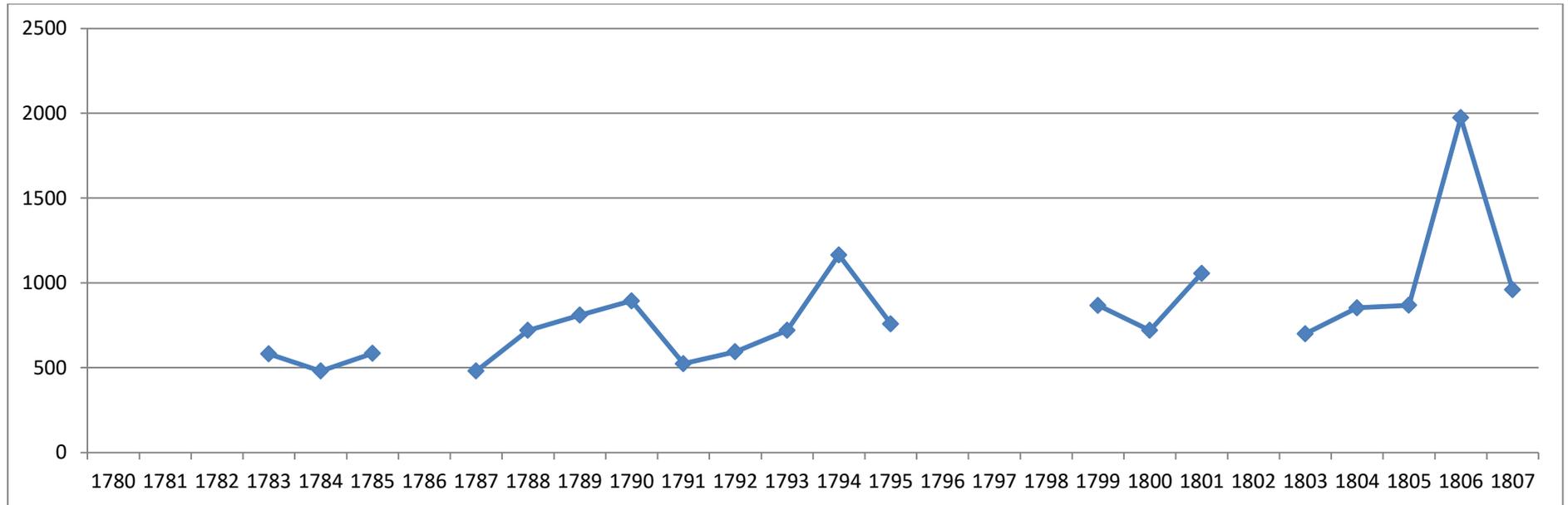
⁶² AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12637.

⁶³ AHU_CU_015, Cx. 182, D. 12653.

Da mesma forma que possuímos conhecimento sobre as exportações de açúcar, couros e algodão, também possuímos ciência das remessas de goma para Lisboa, entretanto, com algumas distinções – a primeira distinção é que a goma *não* era uma mercadoria comum de ser exportada para o Reino devido a sua relevância local, como também as quantidades exportadas não possuem relação com o total que foi produzido, ainda que sejamos capazes de perceber distinções entre anos em que as safras foram maiores, portanto, o excedente exportado também é maior. A segunda distinção concerne sob os *valores e quantidades* exportadas – são completamente negligenciáveis em seus totais brutos, o que nos leva também a criticar historiadores que apresentam demasiada ênfase na produção local como um agente dinamizador. Em verdade, percentualmente, as exportações de goma *nunca* atingiram 1% do valor total exportado para fora da capitania – a ocasião que a goma ocupou maior quantia percentual das exportações foi em 1783, durante o primeiro ano do *boom* algodoeiro, em que correspondeu à 0,63%. Deste ano em diante, a relevância da goma apenas caiu, atingindo a menor importância em 1792, sendo míseros 0,000885% das exportações.

Mas, isto não quer dizer o gênero não tem sua própria dinâmica nem relevância para nosso estudo; em verdade, é de importância fundamental para explicar a contradição que a tanto fazemos referência. A epígrafe de nosso capítulo foi dividida em dois trechos, sendo o primeiro dedicado a analisar os preços: nela, é dito que os preços dos gêneros alimentícios aumentou continuamente, ao passo que o dos manufaturados caiu. Não podemos dizer que durante nosso estudo o preço de mercadoria como o açúcar e couro variaram consideravelmente num período de quase 30 anos, mas isto pode ser atribuído a duas questões não excludentes – i) a primeira é de que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir tais mercadorias não alterou-se neste intervalo de tempo; e a ii) segunda, que a ação da Mesa de Inspeção nos dificulta perceber onde está o limite entre o preço definido no processo de circulação e o preço como aquele determinado pelo Estado. Poderíamos adentrar mais nesta problemática, mas não o faremos, pois não é de nosso interesse. Por fim, apesar do algodão ter uma grande variação de preços durante o período, este é um caso particular dos ciclos de expansão do capitalismo em que o preço de uma mercadoria se dissocia de seu valor real, portanto, o tempo de trabalho socialmente necessário para o algodão nunca mudou, mas sua alta demanda sim.

O mesmo pode ser dito da goma? Deixaremos tais dados falarem por nós:

Gráfico 49: Preço médio da goma entre 1780-1807

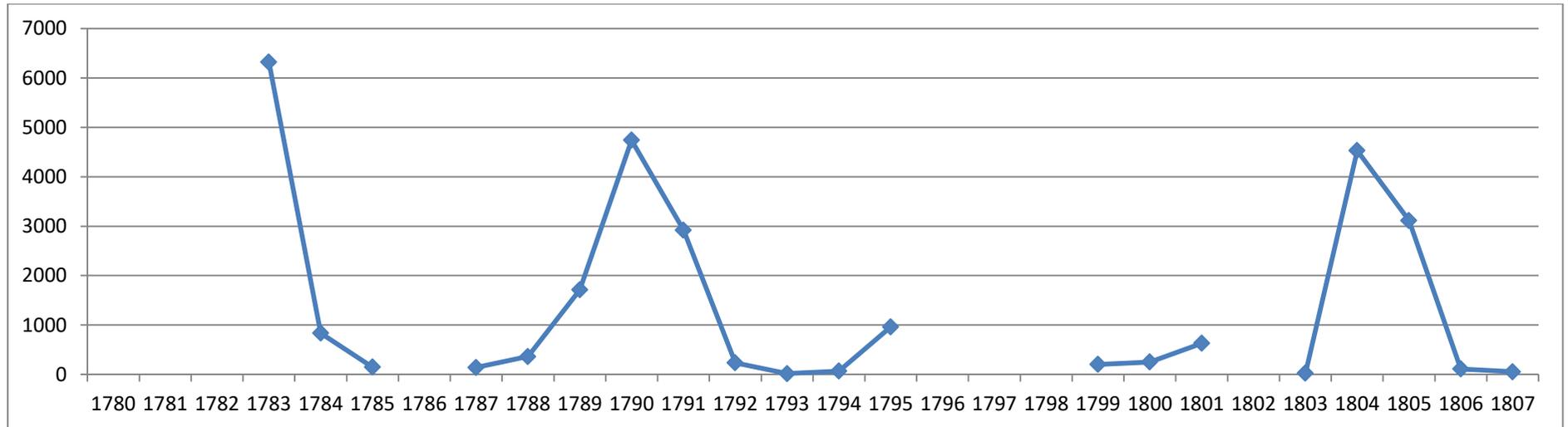
Fonte: vide anexos A-D.

Quadro 17: Preço médio da goma entre 1780-1807

Ano	Preço	Ano	Preço	Ano	Preço	Ano	Preço
1780		1794	1165	1787	480	1801	1056,25
1781		1795	758	1788	720	1802	
1782		1796		1789	809,2308	1803	700
1783	581,3333	1797		1790	893,3333	1804	852,5
1784	480	1798		1791	523,3333	1805	868
1785	584	1799	866,6667	1792	593,3333	1806	1973,333
1786		1800	720	1793	720	1807	960

Existe um encontro entre as reclamações dos camarários de Olinda e o processo descrito por Karl Marx. Em um intervalo de 30 anos, o preço da goma cresceu 65%. Entretanto, uma crítica pode ser realizada – tais preços são os preços de exportação, não os preços de circulação no mercado interno. E isto é verdade, mas é necessário lembrar que o encarecimento dos preços de exportação deste período dá-se em função do frete, como descrevemos no capítulo anterior. Portanto, é plausível supor que a proporção entre o preço de exportação e o preço de circulação fosse relativamente constante, de maneira que a alta do preço de exportação em determinado ano viesse em decorrência da alta do preço de circulação local, como descrito pela Câmara de Olinda. Nosso ponto ainda permanece, e desta vez respaldado de forma empírica – que durante 30 anos o preço do principal gênero alimentício da capitania encareceu continuamente, reafirmando mais uma vez a relevância do materialismo histórico que viemos ressaltando.

Dito isto, passemos a examinar as exportações de goma:

Gráfico 50: Exportações de goma entre 1780-1807 em arrobas

Fonte: Vide anexos A-D

Quadro 18: Exportações de goma entre 1780-1807 em arrobas

Ano	Arrobas	Ano	Arrobas	Ano	Arrobas	Ano	Arrobas
1780		1787	142	1794	70	1801	630,3438
1781		1788	364	1795	963,5313	1802	
1782		1789	1712	1796		1803	25
1783	6319	1790	4738	1797		1804	4529
1784	836	1791	2921	1798		1805	3115
1785	150	1792	237,4375	1799	205	1806	113
1786		1793	18	1800	252	1807	54

Atráves do Gráfico 47 e do Quadro 18 podemos compreender que a exportação de goma nunca possui números relevantes, mas mesmo a insignificância destes números nos permite inferir algumas considerações sobre o funcionamento da dinâmica econômica do período. Já abordamos o preço, portanto, o que nos resta abordar é a produção. Se as cartas de Tomás José de Melo e da Câmara de Olinda apresentam o lado qualitativo da contradição posta entre os *valores*, aqui podemos atingir o lado quantitativa.

No capítulo anterior, no Gráfico 37, analisamos como a produção de açúcar e algodão estão relacionadas, mas que não interferem em si mesma. Se a produção dos dois principais gêneros mercantis da capitania não se afetam, o mesmo não pode ser dito deles para este caso: determinamos que entre 1787-1789, 1794-1796 e em 1801 vemos os crescimentos vertiginosos de ambas as produções, ao passo que em outros anos estas produções mantêm-se no mesmo nível, ou tendem a cair, sendo nossas considerações que isto se deu por condições climáticas distintas de cada ano. Com isto em mente, passemos a analisar o Gráfico 47.

A exportação de goma tem três picos: 1783, 1790 e 1804. Após tais picos, a queda da exportação é abrupta no decorrer de 1-3 anos, podendo desaparecer completamente como em 1786 e 1796-1798. Voltemos as nossas comparações com o Gráfico 37 – em 1783, a produção de açúcar sofreu uma queda abrupta para ter uma explosão em 1784; em 1790, tanto a produção do algodão como do açúcar tiveram uma queda, ainda que não muito acentuada, mas a goma testemunha seu segundo maior pico; e em 1804, a produção de açúcar e algodão recuperam-se da queda brusca de 1803; e de 1803 para 1804, a produção de goma experimenta seu terceiro maior pico.

Que conclusões podemos tirar destes fenômenos? Que tanto as produções de açúcar e algodão são contraditórias para com a produção de goma; em verdade, podemos encontrar o seguinte padrão – anos de queda da produção de açúcar e algodão suscitam altas da produção de goma, ao passo que os anos de alta dos primeiros suscitam quedas do segundo.

Com isso, podemos encerrar a primeira parte de nossa epígrafe – a utilidade dos gêneros alimentícios nunca reduziu, mas sua relevância de um ponto de vista econômico sim, e como se trata de uma sociedade estruturada em função da produção e circulação de *valores de troca*, mesmo a pouca disponibilidade de informações nos possibilita vislumbrar em maiores detalhes este problema. Voltaremos novamente a este tema na última seção deste capítulo, em que discutiremos como esta contradição resulta na *luta de classes*, mas que para antes dela ocorrer, necessitamos falar sobre a circulação de *todos* os valores produzidos na capitania no período.

4.2 A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS VALORES DE TROCA: PROBLEMAS DA ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA

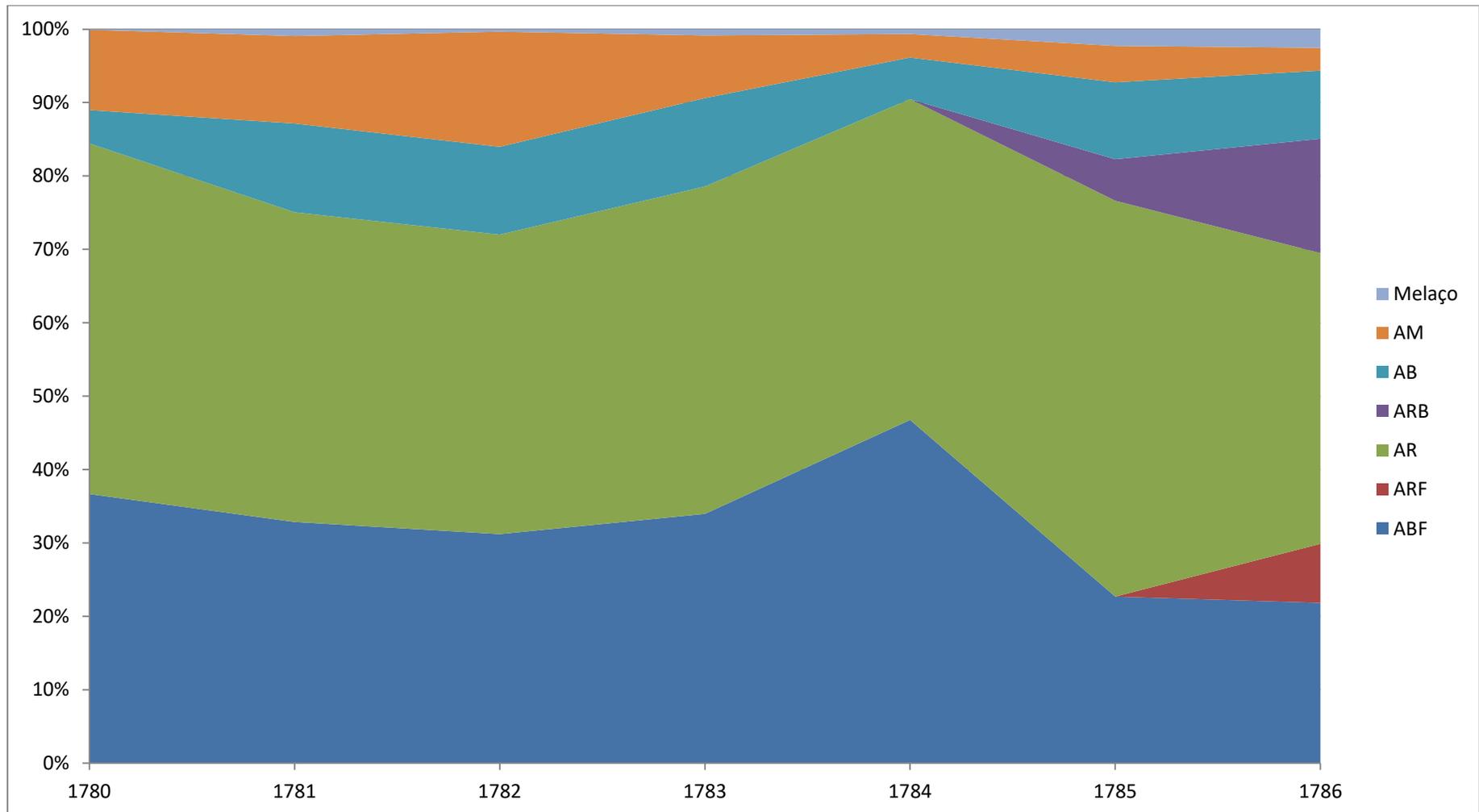
Aqui analisaremos a produção dos *valores de troca* na capitania de Pernambuco. Em larga medida, tal análise será similar as considerações feitas no decorrer do segundo capítulo devido à origem dos dados ser a mesma. Entretanto, como no nosso capítulo anterior nosso intuito era determinar o tipo de produção que se enseja, aqui já estamos cientes disso – nosso intuito agora é culminar na *luta de classes* e na *especialização econômica*, mas para compreender isto, é mais relevante o conhecimento da produção dos *valores* do que o conhecimento da produção das mercadorias *per se*.

Primeiramente, descreveremos os *valores* distintos em dois eixos de mercadorias: açúcares e couros, depois, cada eixo em contraste com outro, para enfim abordarmos os *valores líquidos e brutos*.

4.2.1 Produção dos valores dos açúcares e couros

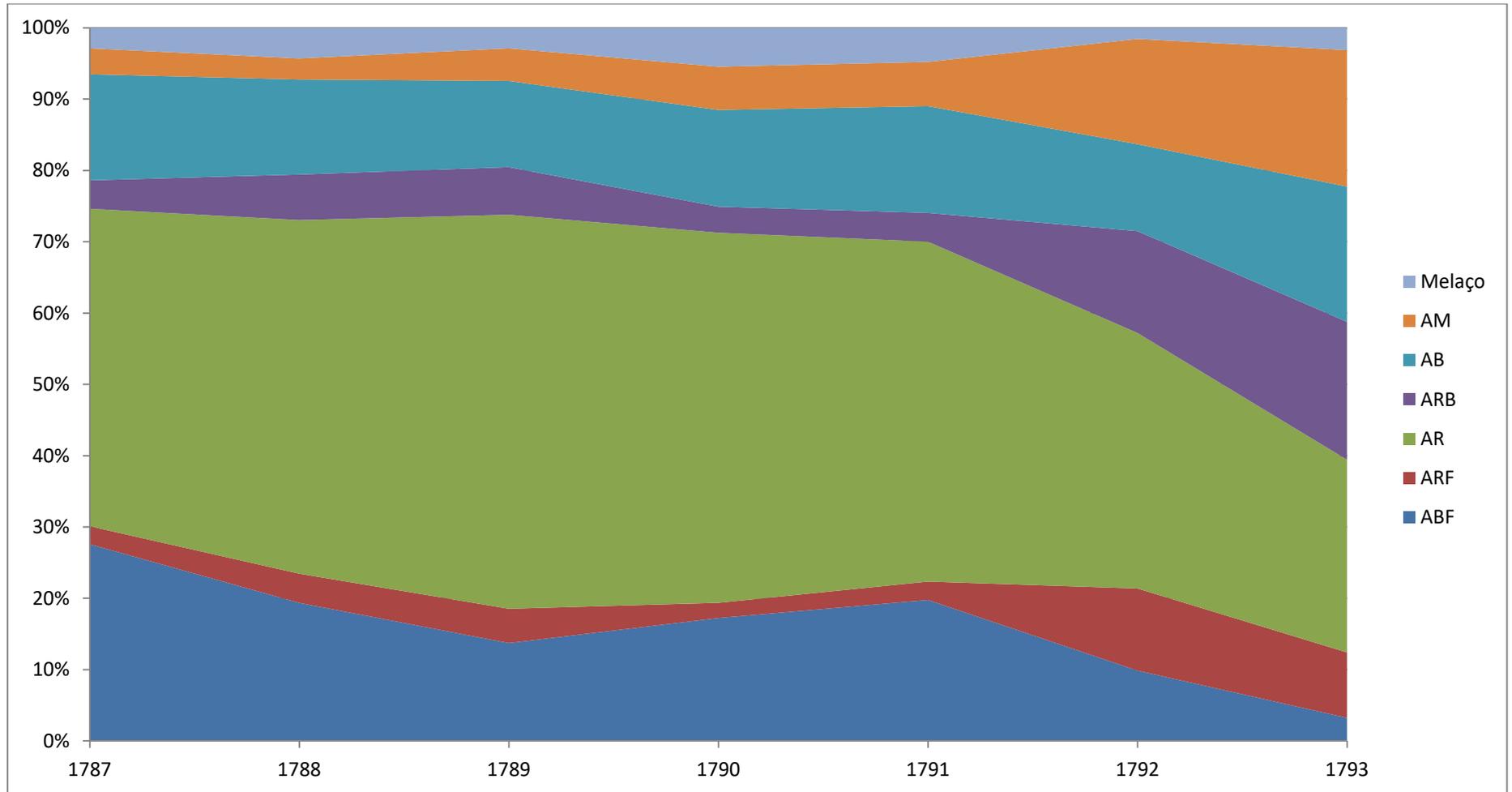
Nesta seção, seguiremos a mesma determinação dos períodos hepta- anuais que trabalhamos anteriormente. Não manteremos a subdivisão entre açúcares finos e baixos, pois para uma discussão dos valores feita separadamente faz perder a perspectiva geral, mas de agora em diante, incluíremos o melaço em conjunto devido a relevância que atribuímos a ele para a recuperação da produção açucareira após 1800; graficamente escolhemos a representação percentual dos valores individuais, acompanhada por um quadro que nos dá os valores totais em contrapartida, isto nos perceberá ver as modificações dos valores de melhor maneira.

Gráfico 51: Produção de valores de açúcares no 1-PHA



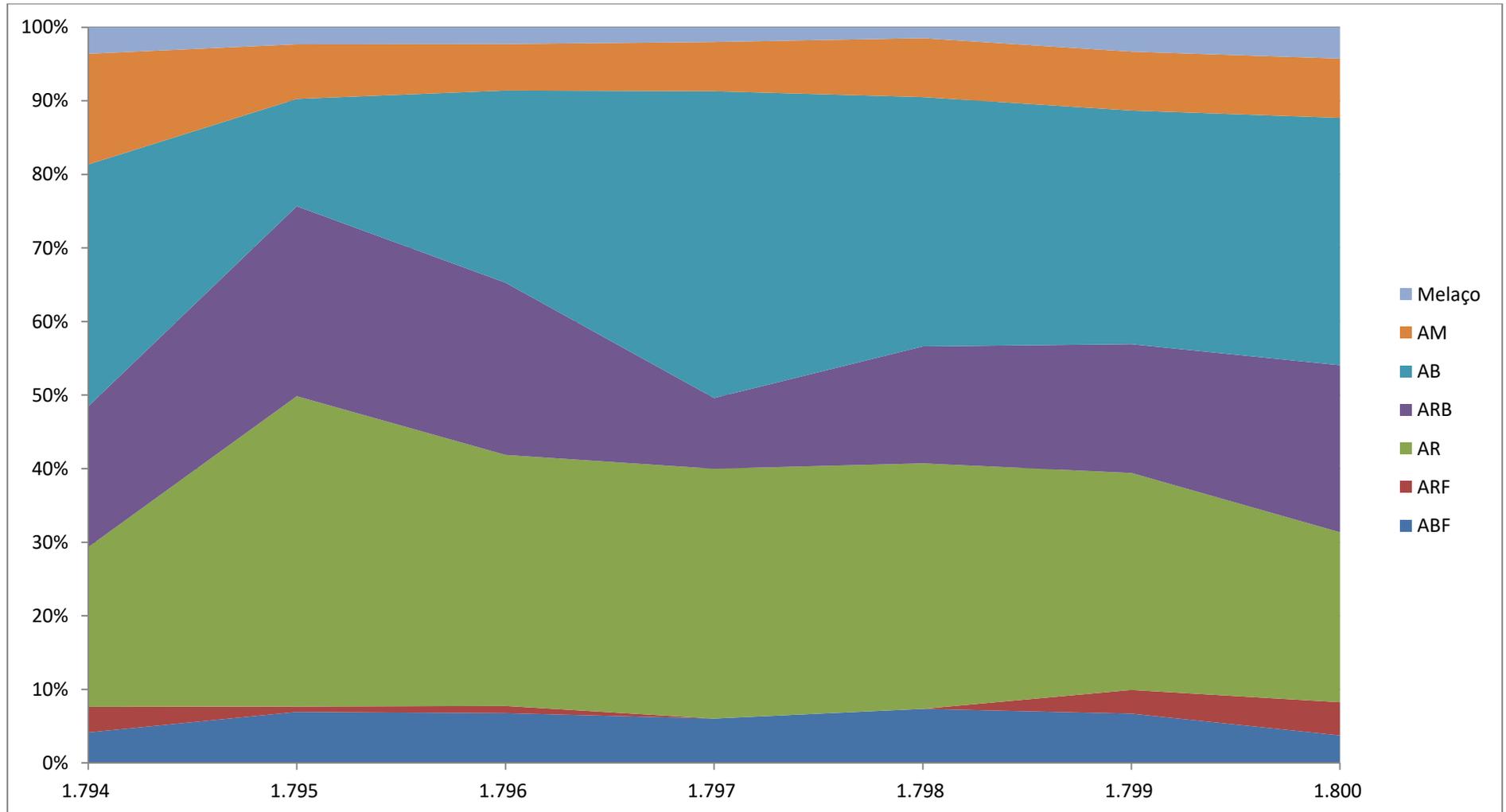
Fonte: Vide Anexo A

Gráfico 52: Produção de valores de açúcares no 2-PHA



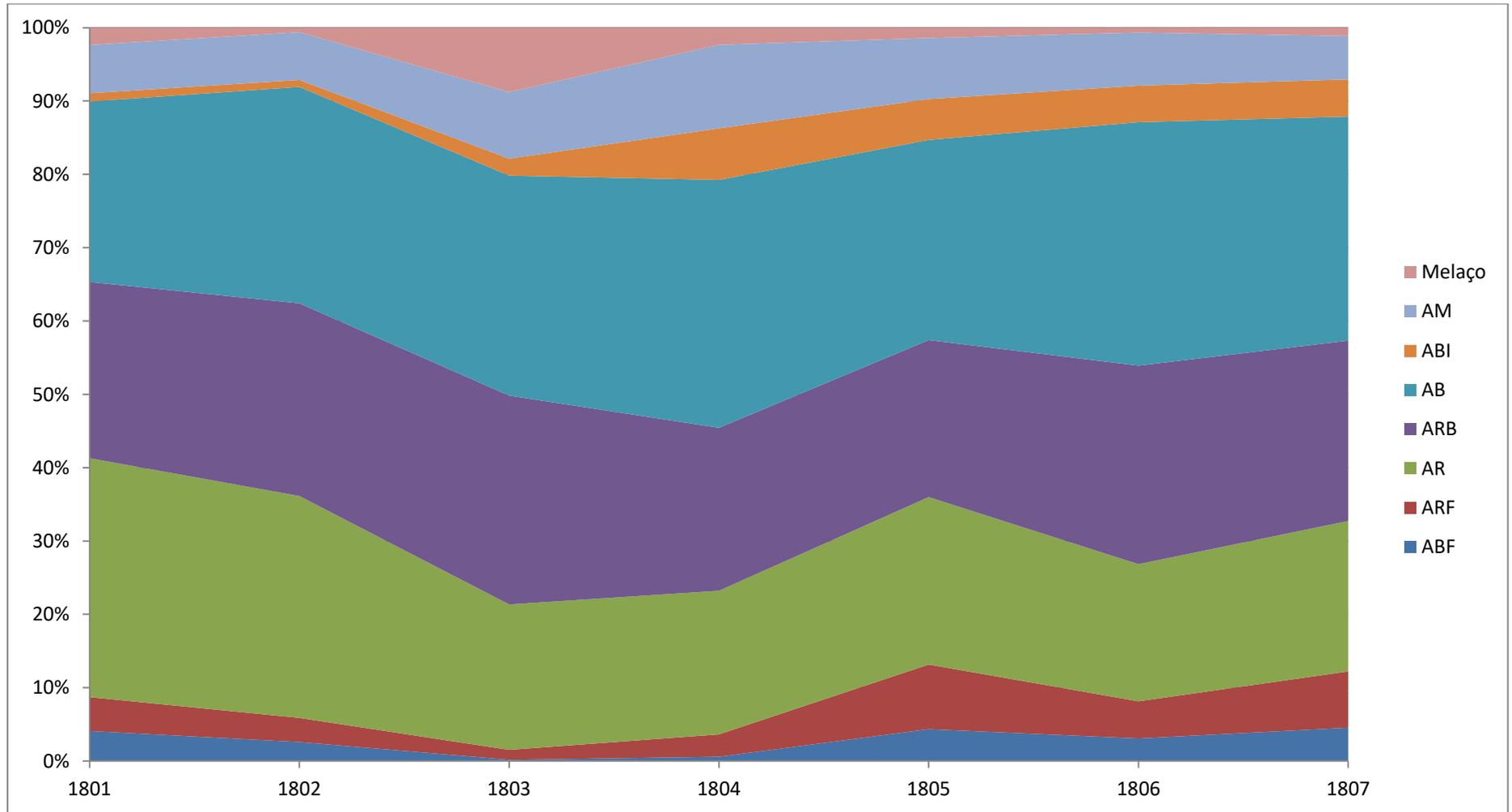
Fonte: Vide anexo B

Gráfico 53: Produção de valores de açúcares no 3-PHA



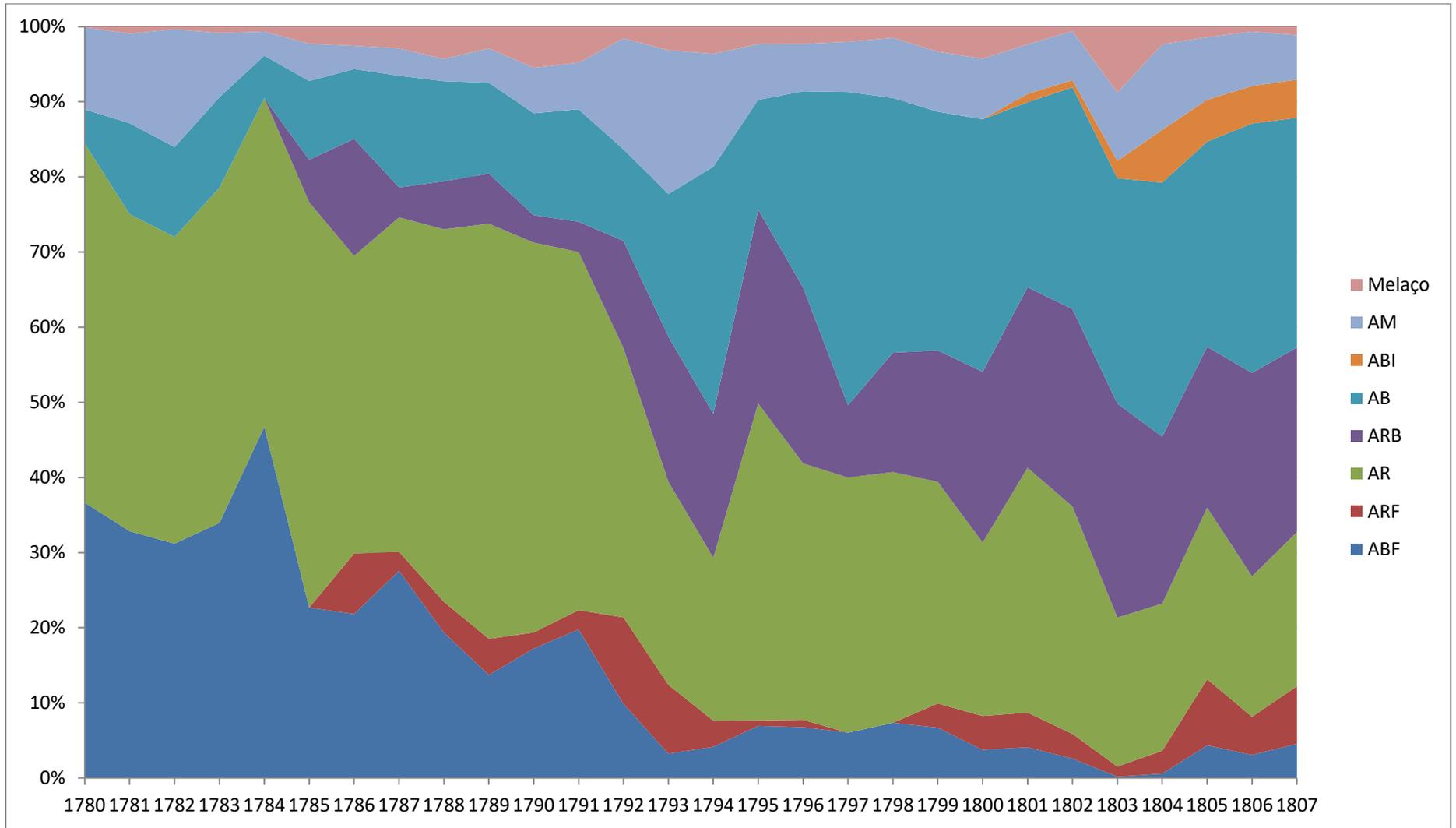
Fonte: Vide Anexo C

Gráfico 54: Produção de valores de açúcares no 4-PHA



Fonte: Vide anexo D

Gráfico 55: Produção de valores de açúcares entre 1780-1807



Quadro 19: Produção de valores de açúcares no 1-PHA

	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786
ABF	71.003.100	141.260.370	106.597.780	75.669.100	253.765.200	52.824.850	54.729.350
ARF							20.168.400
AR	92.521.200	181.449.150	139.439.790	99.413.600	237.231.500	125.588.650	99.308.000
ARB						13.157.500	39.053.550
AB	8.787.600	51960.040	40.852.960	26.827.200	30.748.800	24.409.200	23.272.000
AM	21.201.900	51231.235	53.611.460	19.032.500	17.362.000	11.555.500	7.772.750
Melaço	152.000	4.042.780	1.160.000	1.900.800	3.608.000	5.308.000	6.383.200

Quadro 20: Produção de valores de açúcares no 2-PHA

	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
ABF	63.018.150	58.513.610	49.771.350	52.076.900	82.929.600	40.157.650	6.849.500
ARF	5.746.000	12.387.600	17.441.400	6.429.000	10.830.600	46.814.400	19.347.600
AR	101.680.150	149.900.810	200.397.750	156.775.850	199.930.500	145.779.700	57.040.450
ARB	9.109.425	19.313.700	24.184.150	11.024.750	16.931.850	58.105.800	40.824.950
AB	33.956.650	40.272.100	43.857.825	40.967.350	62.751.400	49.576.350	40.025.950
AM	8.307.500	8.929.350	16.595.280	18.326.500	26.041.500	60.050.500	40.408.700
Melaço	6.613.800	13.019.800	10.474.440	16.519.600	20.114.750	6.406.800	6.621.800

Quadro 21: Produção de valores de açúcares no 3-PHA

	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800
ABF	10.713.750	23.463.130	26.148.830	11.455.780	25.860.450	25.168.650	16.507.850
ARF	8.991.200	2.472.000	3.772.800			12.056.400	19.831.200
AR	55.996.600	142.558.570	131.760.120	64.431.660	117.314.800	110.645.700	101.678.400
ARB	49.389.075	87.248.385	90.384.825	18.236.105	55.854.030	65.650.150	99.960.125
AB	84.874.675	49.313.020	100.858.290	79.121.190	119.143.720	119.120.000	147.961.500
AM	38.841.300	25.097.155	24.404.630	12.695.060	28.153.750	30.040.000	35.477.700
Melaço	9.327.800	7.856.123	8.837.700	3.819.200	5.262.400	12.463.200	18.791.600

Quadro 22: Produção de valores de açúcares no 4-PHA

	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
ABF	27.114.600	10.066.800	473.200	2.421.900	31.294.245	20.807.880	18.433.750
ARF	30.530.850	12.779.800	3.519.700	12.700.350	63.310.530	34.210.860	31.048.400
AR	215.451.098	117.561.650	51.946.800	81.553.400	164.144.180	126.220.790	83.087.420
ARB	158.951.485	102.074.625	74.594.775	92.523.675	153.922.910	182.759.420	99.565.590
AB	162.749.430	114.630.000	78.580.000	140.726.400	196.209.710	224.098.420	123.689.300
ABI	7.435.380	3.716.725	6.059.200	29.274.425	40.061.355	33.694.760	20.580.775
AM	43.574.935	25.312.300	23.769.600	47.431.200	59.838.220	48.889.330	23.954.550
Melaço	15.625.800	2.374.800	23.034.200	9.751.800	10.170.100	4.493.000	4.606.300

Quadro 23: Valores percentuais de cada açúcar em relação ao total exportado por ano, 1780-1807

	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
%ABF	36,66	32,86	31,20	33,96	46,76	22,69	21,83	27,59	19,35	13,72	17,24	19,77	9,87	3,24
%ARF							8,05	2,52	4,10	4,81	2,13	2,58	11,51	9,16
%AR	47,77	42,20	40,81	44,61	43,71	53,94	39,61	44,51	49,58	55,25	51,89	47,66	35,83	27,02
%ARB						5,65	15,58	3,99	6,39	6,67	3,65	4,04	14,28	19,34
%AB	4,54	12,09	11,96	12,04	5,67	10,48	9,28	14,87	13,32	12,09	13,56	14,96	12,18	18,96
%ABI														
%AM	10,95	11,92	15,69	8,54	3,20	4,96	3,10	3,64	2,95	4,58	6,07	6,21	14,76	19,14
%Melaço	0,08	0,94	0,34	0,85	0,66	2,28	2,55	2,90	4,31	2,89	5,47	4,79	1,57	3,14
	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
%ABF	4,15	6,94	6,77	6,04	7,36	6,71	3,75	4,10	2,59	0,18	0,58	4,35	3,08	4,55
%ARF	3,48	0,73	0,98			3,21	4,50	4,62	3,29	1,34	3,05	8,81	5,07	7,67
%AR	21,69	42,18	34,12	33,95	33,37	29,49	23,10	32,57	30,26	19,83	19,59	22,83	18,69	20,52
%ARB	19,13	25,81	23,41	9,61	15,89	17,50	22,71	24,03	26,27	28,47	22,22	21,41	27,07	24,59
%AB	32,88	14,59	26,12	41,70	33,89	31,75	33,61	24,61	29,50	29,99	33,80	27,29	33,19	30,54
%ABI								1,12	0,96	2,31	7,03	5,57	4,99	5,08

%AM	15,05	7,43	6,32	6,69	8,01	8,01	8,06	6,59	6,52	9,07	11,39	8,32	7,24	5,92
%Melaço	3,61	2,32	2,29	2,01	1,50	3,32	4,27	2,36	0,61	8,79	2,34	1,41	0,67	1,14

Quadro 24: Valores percentuais de cada açúcar em relação ao bruto exportado, 1780-1807

	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
%ABF	29,48	25,97	22,53	26,44	40,33	18,28	19,30	22,66	16,09	11,34	14,09	15,85	6,96	2,16
%ARF								2,24	3,69	4,36	1,86	2,24	8,79	6,78
%AR	44,49	37,31	34,62	41,05	44,56	51,36	41,39	43,51	48,61	52,22	49,65	45,15	29,86	21,37
%ARB						6,23	18,85	4,13	7,42	7,64	4,03	4,43	13,78	17,41
%AB	5,63	14,98	13,85	15,23	7,94	13,73	13,34	19,69	17,90	14,98	17,61	19,39	13,54	19,61
%ABI														
%AM	20,39	21,74	29,00	17,29	7,17	10,40	7,13	7,77	6,30	9,46	12,74	12,94	27,06	32,66
	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
%ABF	2,47	5,16	4,97	4,33	5,41	4,10	3,07	3,02	1,85	0,14	0,45	3,62	2,24	3,33
%ARF	2,01	0,59	0,80	0,00	0,38	2,27	3,94	3,65	2,44	1,03	2,44	6,93	3,97	5,82
%AR	16,70	36,85	28,33	28,88	27,85	23,32	19,91	29,08	25,09	17,02	16,64	19,17	15,19	17,31
%ARB	17,38	26,07	23,87	8,62	15,99	18,67	22,43	23,25	25,20	28,25	19,99	20,17	25,42	23,60
%AB	34,83	17,09	30,13	46,16	36,53	35,48	36,84	26,98	32,66	34,00	35,51	29,59	34,49	33,97
%ABI								1,62	1,06	3,63	7,95	7,06	6,49	5,89
%AM	26,61	14,24	11,90	12,02	13,85	16,16	13,81	12,40	11,70	15,93	17,01	13,47	12,19	10,09

Na série de gráficos acima (48-53), temos a representação percentual do valor exportado de cada açúcar acompanhada dos quadros 19-22 com seus valores absolutos para comparação, sendo o Quadro 23 a representação percentual de cada açúcar por ano. Através do cruzamento destes dados com os do capítulo anterior, podemos compreender melhor o fenômeno açucareiro neste período, mas já deixando posto que nossas considerações serão menores neste momento, pois parte dos movimentos verificados aqui já foram atestados, e para não nos repetir sem necessidade, apenas os mencionaremos quando for o caso.

No 1-PHA temos um movimento similar ao que analisamos no segundo capítulo – a predominância absoluta dos açúcares finos; sendo em 1780 mais de 80% das exportações compostas somente pelo Açúcar Branco Fino e Açúcar Redondo, atingindo sua máxima histórica em 1784, em que ambos corresponderam a 90,47%. Não é necessário dissertar sobre os demais açúcares neste período, pois como é evidenciado, sua relevância é completamente secundária.

A partir de 1785, inicia-se o processo de abandono da produção dos açúcares finos que abordamos no capítulo anterior, e isto também reflete no valor exportado. As quantidades brutas de Açúcar Branco Fino exportado caem de 29% em 1780 para 19% em 1786, e 2% em 1793. Seria de se supor que por ser o Açúcar Branco Fino o de maior preço – em média 1300 réis, a relevância percentual de seu valor não sofreria queda igualmente tão abrupta, mas isto não se verifica – em 1786, seu percentual equivale a 21%, enquanto que em 1793 a 3%; são diferenças insignificantes.

Mesmo processo ocorre com o Açúcar Redondo; percentualmente, entre 1780 e 1791, sempre ocupou 40% dos valores exportados entre os açúcares, para cair abruptamente de 1792 em diante. Isto foi aquilo que descrevemos ao abordar os Gráficos 25 e 26, na transição do 2-PHA para o 3-PHA, em que os açúcares finos ao longo de 15 anos perdem a relevância para serem sobrepujados pelos açúcares baixos. Sendo esta nossa análise diretamente atrelada aos fenômenos já abordados, não existe muito a acrescentar, e como podemos ver através dos Quadros 23 e 24, as diferenças percentuais sempre acompanham-se devido a sua direta relação.

A partir de 1792, os açúcares baixos correspondem a 54% da produção total, mas 41% do valor total exportado. Isto se dá pela grande diferença dos preços – o Açúcar Redondo Baixo era avaliado em 950, o Açúcar Baixo em 800 e o Mascavo em 500, portanto, apesar de já serem a maioria absoluta produzida, somente no ano seguinte de 1793 que seu valor conjunto corresponde a 57% do total, mas as quantias produzidas a 69%.

Após 1794, o Açúcar Redondo Baixo confortavelmente reside na casa dos 20% a 30% do valor total. O Açúcar Redondo, salvo 1795, ocupa 30 a 40% do valor total, sem apresentar nenhuma oscilação peculiar quando comparado em conjunto com os demais açúcares. Quanto ao resto do espectro açucareiro, o Açúcar Branco Fino jamais recuperou seus níveis antes de 1791, nunca correspondendo a mais que 6% do valor total. O Açúcar Redondo, apesar de não ter o mesmo destino, se durante o 1-PHA e 2-PHA correspondia a mais de 40% dos valores, ao longo do 3-PHA ainda preenchia 30% do valor, enquanto que no 4-PHA testemunha mais uma queda, correspondendo a aproximadamente 20% dos valores durante o período.

O Açúcar Redondo Fino, desde sua súbita aparição em 1786, nunca teve a mesma proeminência que os outros dois açúcares finos – em 1792, equivaleu à 11% do valor das frotas, mas após isto, oscilou entre os 3-5%, sem sair disto. Situação similar a do Açúcar Branco Inferior, que surgiu de maneira similar, mas ao seu máximo correspondeu à 7% do valor total. Por fim, o Açúcar Mascavo, o mais dinâmico de todos – ocupou até 15% dos valores, mas em média manteve-se abaixo dos 10%.

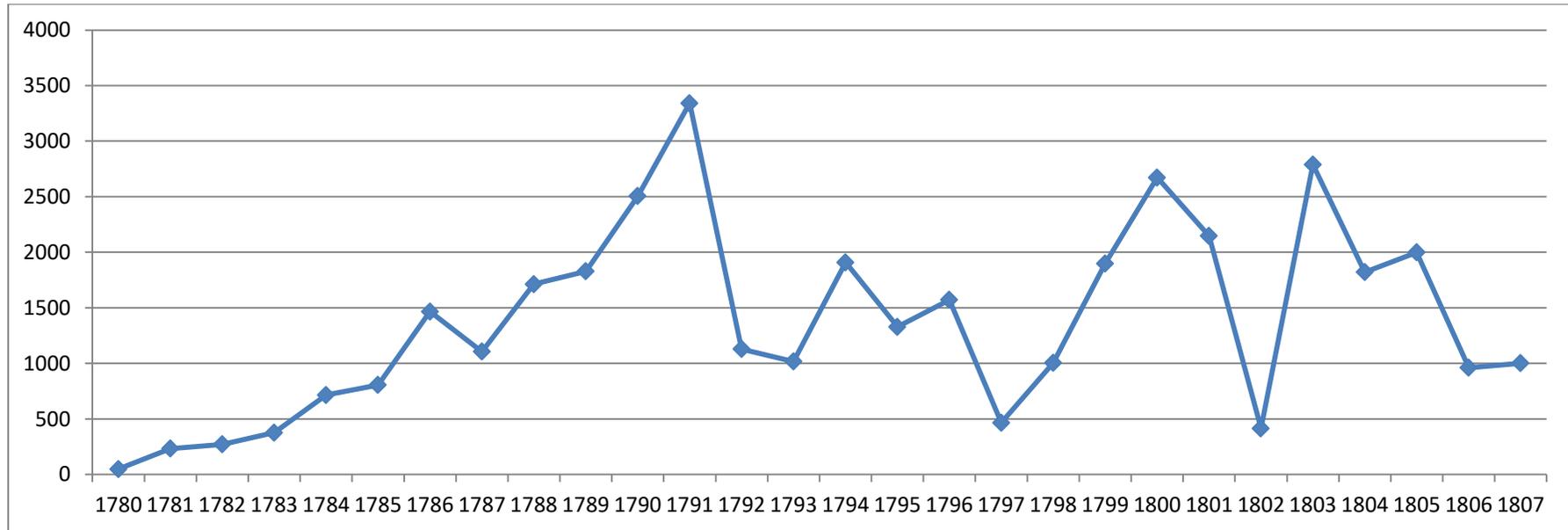
Por fim, o Melaço, que atribuímos no capítulo anterior a responsabilidade pelo aumento abrupto da produção de açúcar em 1801 – seu valor total *nunca* foi suficientemente grande para produzir qualquer receita, em verdade, rondava comumente entre 2% do valor, atingindo seu único pico em 1803, com 8% do valor total. Isto possibilita relativizar o impacto do preço do melaço na economia açucareira? Não necessariamente.

Se o valor do melaço nunca cresceu como o dos demais açúcares, o mesmo não pode ser dito da sua produção. Demonstramos que entre 1800 e 1801, o preço do melaço estava em alta e, mais que isto, vinha de sucessivas altas históricas que podemos traçar suas origens até 1790. Estas altas anuais de preço possuíram um impacto considerável na produção do melaço, mas a sua relevância percentual, seja no valor gerado, seja no total produzido, nunca se alterou substancialmente.

Isto é compreendido quando contemplamos uma série histórica de sua produção, mas antes que possamos prosseguir nela, é necessário fazer algumas considerações metodológicas. No capítulo anterior, anunciamos que ocorreu uma lenta transição do preço do melaço em função do almúde para o preço em função do barril. Esta transição não foi imediata, como podemos testemunhar nos gráficos 40, 41 e 42. A transição inicia-se em 1787, no carregamento do navio “*Nossa Senhora da Esperança e Santa Rita*”, nele, foram exportados dois barris de melaço, cada um por 6.500 réis.

Entretanto, a venda em função do barril suscita um problema de avaliar a produção do melaço – a medida que esta transição foi verificando-se, gradativamente as quantidades de almúdes transportadas não mais foram registradas, independente da venda efetuar-se pela unidade ou volume. Desta forma, se temos certeza das quantias de melaço produzidas até 1786, não podemos dizer efetivamente o mesmo de 1787 em diante.

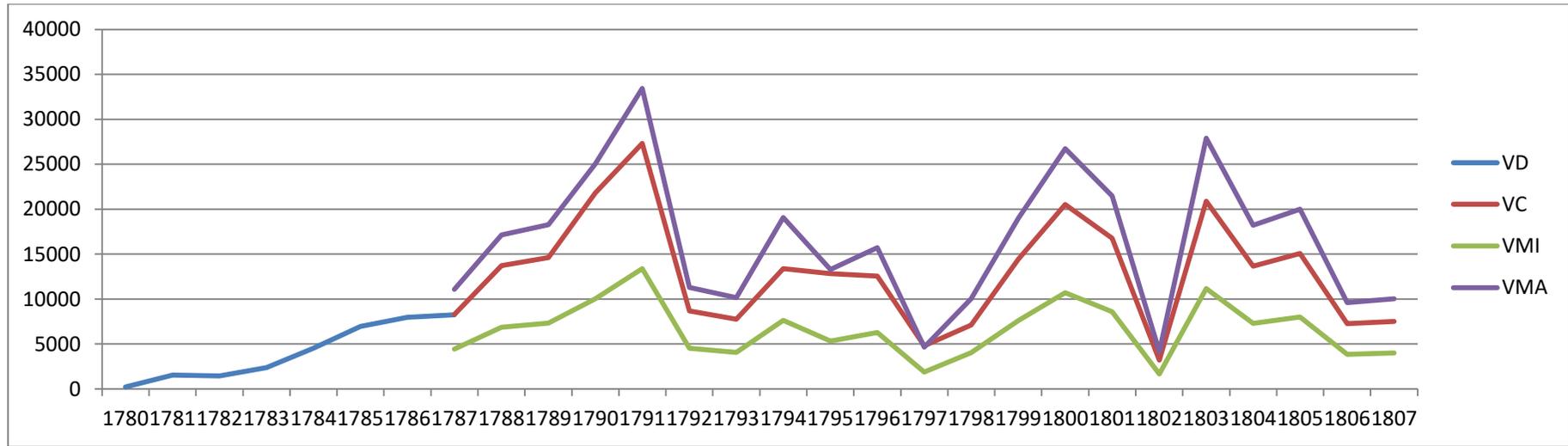
Tal impasse pode ser solucionado pelo próprio volume da documentação – tal transição foi suficientemente lenta, de modo que até 1800 aproximadamente metade dos carregamentos possuem o número de barris *e* o número de almúdes; podemos realizar uma média linear de quantos almúdes cada barril carrega, e complementar os registros de navegação que não nos disponibilizam o volume exportado. Podemos saber também as quantias *máximas* e *mínimas* exportadas, pois cada barril não possuía mais que 10 almúdes, nem menos que 4. Sendo assim, obtemos as seguintes séries:

Gráfico 56: Número de barris de melaço exportados entre 1780-1807

Fonte: Vide Anexos A-D

Quadro 25: Número de barris de melaço exportados entre 1780-1807

Ano	Barril	Ano	Barril	Ano	Barril	Ano	Barril
1780	48	1787	1106	1794	1908	1801	2146
1781	233	1788	1712	1795	1328	1802	414
1782	271	1789	1828	1796	1571	1803	2789
1783	376	1790	2505	1797	465	1804	1821
1784	715	1791	3342	1798	1004	1805	1999
1785	805	1792	1128	1799	1897	1806	960
1786	1466	1793	1016	1800	2672	1807	1001

Gráfico 57: Volume documentado, volume calculado, volume mínimo e volume máximo de almúdes de melaço exportados, 1780-1807

Fonte: Vide anexos A-D

Quadro 26: Volume documentado, volume calculado, volume mínimo e volume máximo de almúdes de melaço exportados, 1780-1807

	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
VD	198	1.537	1.450	2.376	4.510	6.935	7.979	8.251						
VC								8.266	13.704	14.595	21.817	27.309	8.680,5	7.759,1
VMI								4.424	6.848	7.312	10.020	13.368	4.512	4.064
VMA								11.060	17.120	18.280	25.050	33.420	11.280	10.160
	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
VD														
VC	13.386	12.816	12.544	4.807,3	7.105,3	14.417	20.505	16.767	3.194	20.892	13.651	15.066	7.256,9	7.509,5
VMI	7.632	5.312	6.284	1.860	4.016	7.588	10.688	8.584	1.656	11.156	7.284	7.996	3.840	4.004
VMA	19.080	13.280	15.710	4.650	10.040	18.970	26.720	21.460	4.140	27.890	18.210	19.990	9.600	10.010

As exportações de melão cresceram continuamente até 1791, mas de 1792 até 1807 suas oscilações são muito similares as do açúcar. Isso nos possibilita atestar que as mesmas condições climáticas que atuavam sobre a produção de açúcar em cada ano interferiam de maneira similar no melão, mas que *não existe* a substituição da produção de um pela do outro – a produção do melão não cresce em detrimento da produção açucareira, ou vice-versa, mas isto é uma decorrência inevitável de como ambos os derivados da cana de açúcar são produzidos.

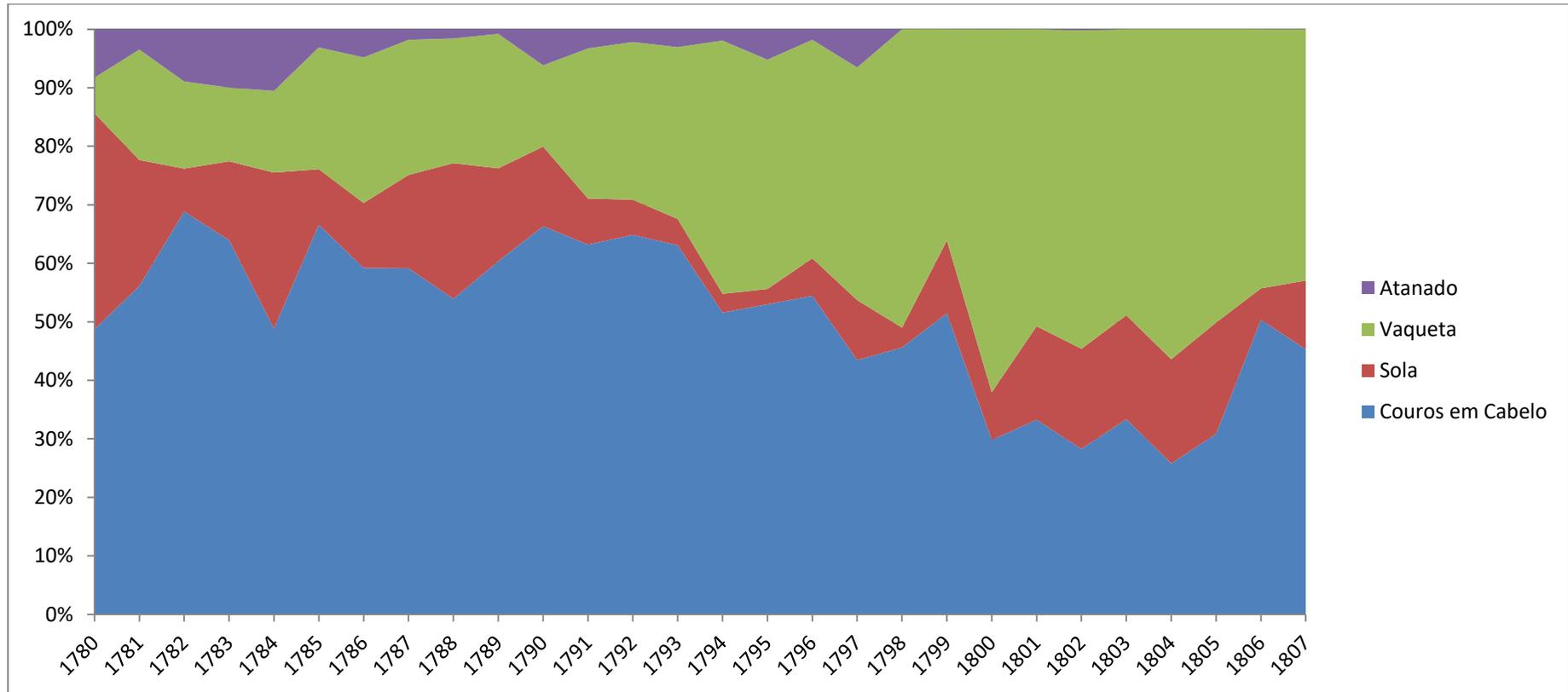
Não apenas crescem as exportações do melão após 1797, acompanhando uma alta de preços que iniciou por volta de 6.000 réis por barril em 1798, atingindo por volta de 9.000 em 1799 e culminando em 10.000 em 1800, para possuir uma retração logo em 1801. Se a indústria açucareira pareceu estagnar após 1791, seu ‘reavivamento’ após a baixa histórica de 1797 se deu pelo preço em ascensão do melão. Não podemos dizer que a possibilidade do excesso de oferta do melão ocasionou a queda da produção açucareira em em 1802-1803, como foi visto no Gráfico 38, pois o mesmo movimento de queda ocorre com o algodão. Desta forma, mesmo a queda do preço do melão após 1801, como destacado no Gráfico 42 não baixou sua taxa de lucro a ponto de ser largado, e continuou a estimular o crescimento da produção açucareira de 1804 em diante.

O que podemos afirmar é – da mesma maneira que os açúcares ‘*intensivos*’ em trabalho – os finos – foram abandonados, e com eles as maiores quantidades de valor produzido em detrimento dos açúcares baixos, mais baratos e menos custosos em tempo de trabalho, o mesmo pode ser dito para o melão: seu alto preço não é um caso de correspondência ao quanto de trabalho está materializado, mas de dissociação momentânea do preço e do seu valor real. O que verifica-se ao longo de 30 anos é – a economia açucareira foca-se na produção de mercadorias cada vez menos intensivas de trabalho – algo corroborado tanto pelas quantias exportadas, como pelas mudanças no valor produzido, e esta é a conclusão que nos possibilitará ao fim deste capítulo fazer nossas considerações finais.

Em dinâmica similar ao açúcar, os valores de couros produzidos entre 1780-1807 possuem sua dinâmica própria, mas esta dinâmica é em larga medida um reflexo do que já foi abordado no capítulo anterior, a diferença fundamental é – não fomos capazes de encontrar um denominador comum entre os couros, açúcares e algodão. Os primeiros eram exportados em função de sua unidade produzida, ocasionalmente sendo contabilizado em arratéis *exclusivamente* os couros atados; enquanto que tanto o açúcar e algodão eram registrados

por arrobas. Se esta distinção qualitativa não permitiu clarificar completamente a relevância do couro na pauta exportadora, isto fica mais visível quando o denominador comum é o *valor*.

Gráfico 58: Produção de valores do couro entre 1780-1807



Quadro 27: Valores percentuais de cada couro em relação ao bruto exportado, 1780-1807

	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
%CeC	48,73	56,10	68,85	63,95	48,82	66,58	59,21	59,14	53,93	60,34	66,33	63,19	64,86	63,08
%Sola	36,91	21,55	7,33	13,48	26,67	9,49	11,09	15,96	23,18	15,89	13,61	7,88	6,00	4,49
%Vaq	6,09	18,89	14,90	12,61	13,97	20,82	24,88	23,10	21,32	22,98	13,89	25,66	26,95	29,37
%At	8,27	3,47	8,93	9,96	10,54	3,10	4,82	1,81	1,57	0,80	6,17	3,27	2,19	3,06

	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
%CeC	51,57	52,98	54,44	43,44	45,60	51,44	29,81	33,26	28,27	33,35	25,78	30,84	50,33	45,28
%Sola	3,21	2,63	6,40	10,26	3,40	12,47	8,15	15,98	17,12	17,76	17,82	19,03	5,38	11,77
%Vaq	43,29	39,19	37,35	39,77	51,00	36,10	62,01	50,76	54,43	48,89	56,40	50,13	44,29	42,95
%At	1,93	5,20	1,81	6,53			0,03		0,18					

Quadro 28: Valores brutos de couros exportados, 1780-1807

	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786
CeC	43.013.900	79.082.300	77.127.300	139.330.300	99.209.800	120.328.300	82.159.100
Sola	32.581.500	30.380.900	8.209.500	29.361.800	54.204.800	17.156.600	15.395.300
Vaqueta	5.372.160	26.625.440	16.686.720	27.468.800	28.379.200	37.622.920	34.521.480
Atanado	7.301.250	4.890.300	10.001.700	21.710.070	21.412.800	5.610.240	6.685.600
	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
CeC	114.691.100	119.359.200	156.140.640	196.339.000	176.614.400	159.186.300	202.984.200
Sola	30.950.000	51.303.500	41.113.600	40.270.700	22.025.400	14.735.100	14.446.200
Vaqueta	44.791.440	47.193.040	59.472.460	41.125.440	71.706.600	66.152.740	94.516.440
Atanado	3.502.260	3.485.400	2.058.600	18.262.800	9.153.300	5.367.670	9.839.480
	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800
CeC	127.352.100	88.140.900	67.143.500	20.749.400	31.922.450	57.695.500	34.676.900
Sola	7.923.200	4.369.400	7.897.900	4.898.960	2.379.000	13.982.400	9.483.600
Vaqueta	106.912.000	65.204.580	46.061.600	18.994.000	35.702.800	40.487.140	72.133.800
Atanado	4.777.600	8.651.000	2.231.000	3.120.000			38.400
	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
CeC	41.508.200	36.694.300	63.956.000	48.598.500	67.756.620	62.949.400	38.296.260
Sola	19.939.900	22.221.480	34.045.700	33.596.600	41.807.100	6.722.600	9.953.600
Vaqueta	63.354.900	70.658.200	93.742.700	106.346.200	110.137.500	55.392.000	36.327.800
Atanado		240.000					

Fonte: Vide Anexos A-D.

Através do Gráfico 56 e dos Quadros 27 e 28, é reiterado o processo de abandono dos Couros em Cabelo e dos Atanados em detrimento dos couros Vaquetas. Em 1780, os Couros em Cabelo, Solas, Vaquetas e Atanados percentualmente correspondiam à 48, 36, 6 e 8% dos valores da frota respectivamente. No decorrer do período estudado, os Couros em Cabelo permaneceram a mercadoria mais relevante até 1800, quando ocorre a transição definitiva para a predominância dos couros Vaquetas. Ao contrário das Solas e Atanados, os Couros em Cabelo apenas perderam espaço na produção a partir de 1794, e em ritmo muito menos drástico quando comparados aos couros Atanados, ou até quando comparado com outras mercadorias como o Açúcar Branco Fino; e mesmo tendo sido sobrepujado em 1800 pelos couros Vaquetas, apresentou uma recuperação em 1806-1807, mas que não pudemos acompanhar em maiores detalhes porque é o fim de nosso período, como também a chegada da Família Real suscita uma série de mudanças econômicas; de fato, não foi possível catalogar as quantias produzidas e exportadas em 1808 porque *não existem* registros deste tipo neste ano.

Entretanto, similarmente ao açúcar, o que se verifica ao longo de todo o período analisado é a transição dos couros mais elaborados para os couros mais simples. Apesar do constante crescimento dos valores produzidos entre 1780-1807, como atestado pelo quadro 28, este crescimento dá-se em função do crescimento das exportações dos Couros Vaquetas, o couro de terceira avaliação, oscilando comumente entre 640-800 réis, ao passo que as Solas oscilavam entre 800-1200 e os Couros em Cabelo entre 1200-2000. Portanto, a produção de couros sofreu dinâmica similar à do açúcar, de que a estrutura produtiva ao longo de 30 anos gradativamente transitou para formas de trabalho mais simples para a produção de mercadorias.

Por fim, não analisaremos o algodão em si – não há sentido em analisar seu *valor* por ele mesmo, pois não há com o que contrastar e verificar alguma mudança. A produção do algodão foi analisada pormenorizadamente no segundo capítulo; portanto, nossa ênfase no algodão ocorre nesta seguinte seção, em que analisaremos os *valores líquidos*, *valores brutos* e a composição destes valores de acordo com cada eixo de mercadoria.

4.2.2 Valores líquidos, valores brutos e composição dos valores.

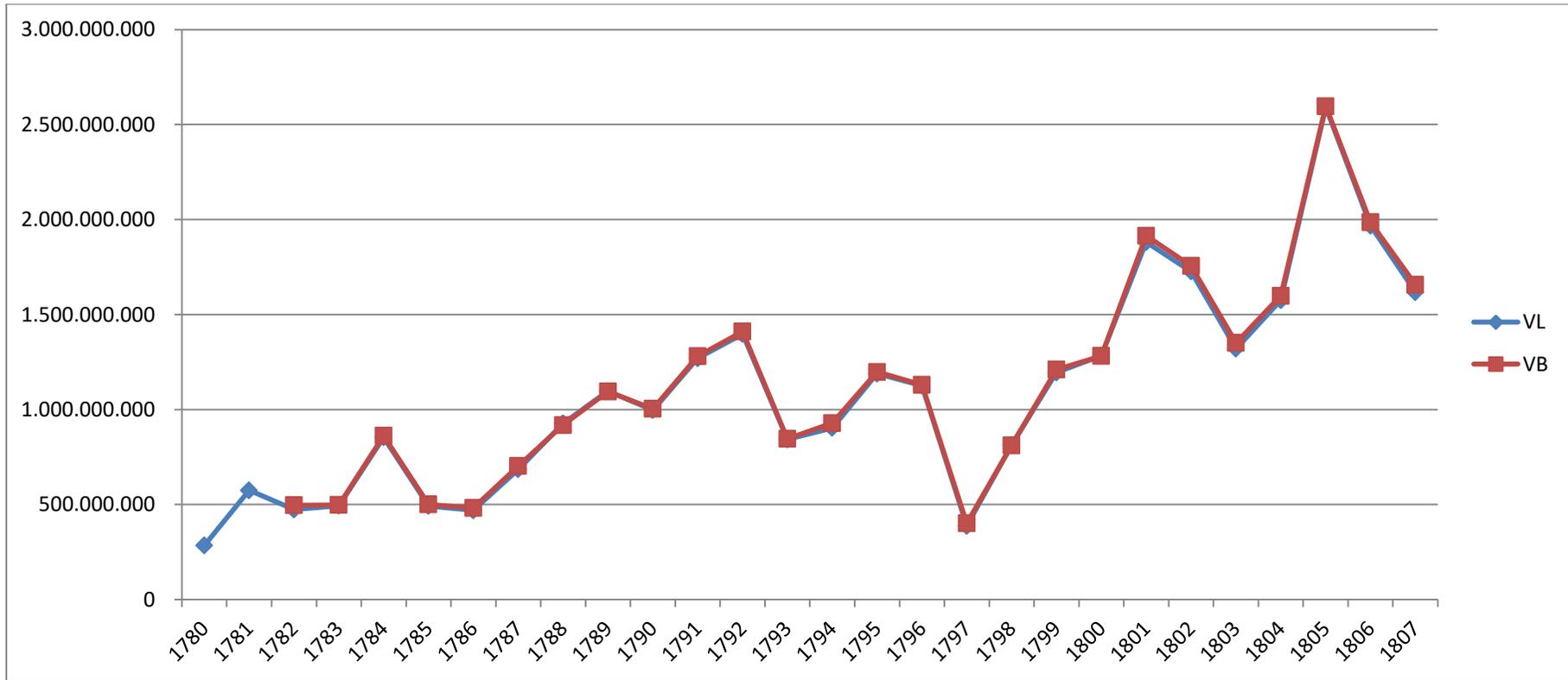
Esta seção foi anunciada constantemente durante todo este trabalho, mas só é abordada agora, pois finalmente conhecemos as produções e exportações anuais de cada mercadoria, com que intuito são produzidas, quais as oscilações que ocorreram no período, para então analisarmos aquilo que consideramos uma das partes centrais do que aqui esboçamos e que nos permitirá chegar às conclusões que encerrarão nosso raciocínio.

O que são os *valores líquidos* e *valores brutos*? Todo navio que saía da Capitania de Pernambuco acompanhava um somatório do valor em réis de todas as mercadorias. Abordamos neste trabalho apenas 4 – açúcar, couros, algodão e goma, mas existem outras mais que não vimos razão de dissertar a respeito, e após a análise dos dados entenderemos porque. Tais outras mercadorias não são necessariamente constantes, podendo aparecer apenas uma única vez, ou apenas durante um ano, para nunca mais retornarem – vidros, rolos de tabaco, arroz, feijão, aguardente, madeiras, entre outras. Também devemos considerar que todos os navios analisados partiam para Lisboa, portanto, possui-se sentido que algumas mercadorias não tivessem este destino, pois eram de maior importância em outros pedaços do Atlântico luso; caso notável disto é o tabaco, que foi comumente utilizado como moeda de troca entre os traficantes de escravos e os reinos na África (SAMPAIO, 2014a). Ainda assim, mesmo que desconheçamos toda esta esfera de mercadorias que não participa do comércio com Lisboa, este comércio é o de maior vulto e importância.

Sendo os *valores brutos* o somatório do valor de todas as mercadorias que um navio carrega, que consiste o *valor líquido*? É o valor *apenas* das mercadorias estudadas – açúcares, melão, goma, couros e algodão. Tal distinção enunciada aqui sem um por que parece arbitrária de nossa parte; esta pergunta não será respondida em sua integridade nestas considerações iniciais desta seção, mas faremos uma alusão – o Brasil colonial ganhou fama histórica de ser uma *colônia de plantation*, sendo restrito ao cultivo de poucas mercadorias de valor comercial lucrativo; tal visão atualmente é constantemente atacada por uma historiografia revisionista, mas que produziu uma série de evidências que a economia e sociedade colonial eram de fato, mais complexas do que se supunha. Entretanto, neste processo, foi politicamente necessário rasgar as conclusões e teses da geração anterior para apresentar a nova; apesar disso, a nova evidência qualitativa da sociedade colonial pode ser relativizada, se não totalmente quebrada pela evidência quantitativa que viemos analisando até o momento.

Portanto, sabendo o que são os *valores brutos* e *valores líquidos*, iniciemos suas análises.

Gráfico 59: Valores Brutos e Líquidos entre 1780-1807



Quadro 29: Valores Brutos e Líquidos entre 1780-1807

	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786
VL	284.766.610	575.166.515	474.056.590	493.609.330	853.349.780	491.921.180	469.626.830
VB			496.328.920	498.366.150	862.213.667	500.635.817	481.797.237
	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
VL	685.456.984	926.719.445	1.097.124.015	996.565.280	1.269.970.840	1.398.073.323	842.621.750
VB	702.656.574	918.951.055	1.094.833.615	1.003.948.478	1.280.807.350	1.410.885.632	846.147.561
	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800
VL	903.027.565	1.189.267.668	1.125.629.620	387.599.468	813.077.438	1.195.139.240	1.283.900.415
VB	928.924.766	1.198.167.518	1.129.930.280	401.183.366	812.142.042	1.210.433.260	1.282.377.595
	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
VL	1.881.518.347	1.726.863.580	1.320.367.675	1.575.783.706	2.591.421.730	1.967.699.440	1.618.207.305
VB	1.915.234.770	1.755.897.530	1.350.785.469	1.598.710.987	2.596.330.555	1.986.202.195	1.657.657.430

Quadro 30: Percentual do Valor Líquido em relação ao Valor Bruto, 1780-1807

	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786
%VL/VB			95,51	99,05	98,97	98,26	97,47
	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
%VL/VB	97,55	100,85	100,21	99,26	99,15	99,09	99,58
	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800
%VL/VB	97,21	99,26	99,62	96,61	100,12	98,74	100,12
	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
%VL/VB	98,24	98,35	97,75	98,57	99,81	99,07	97,62

Fonte: Vide Anexos A-D

O gráfico 56 demonstra a exportação de valores durante o período total; possuímos um crescimento constante, acompanhado pelas quedas já vistas em momentos anteriores que não remeteremos novamente. Desde o fim da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba em 1780 até as vésperas da chegada da família real em 1808, o *valor bruto* cresceu quase 6 vezes, atingindo o pico em 1805, quando valia 9 vezes ao exportado no ano inicial da série.

Mas o fundamental do Gráfico 57 não é acompanhar a evolução dos valores exportados, visto que os movimentos correspondem as oscilações do açúcar e algodão. Incluímos duas variáveis – o *Valor Bruto* (VB) e o *Valor Líquido* (VL). Entretanto, em momento nenhum há distinção acentuada entre as duas; pelo contrário, estão sobrepostas durante a integridade do período. São indistintas entre si quando representadas graficamente, por isto o Gráfico 57 *necessita*, mais que todos os outros, do Quadro 30, que trata da relação percentual entre o Valor Líquido e o Valor Bruto.

No Quadro 30 é que compreendemos o por que das duas variáveis sobrepostem-se – o *Valor Líquido é o Valor Bruto*; ainda que consideremos que existem diferenças entre ambos, sendo a maior em 1782, quando o Valor Líquido correspondeu a 95,51% do Valor Bruto, são diferenças irrisórias no contexto de toda uma pauta exportadora. Em verdade, houve anos que os erros de cálculo na avaliação das mercadorias foi tamanho que o *Valor Líquido foi capaz de superar o Valor Bruto*, sendo tais anos os de 1788, 1789, 1798 e 1800.

Portanto, voltemos a ‘arbitrariedade’ de se atribuir ao Valor Líquido as mercadorias de presença constante nos navios – notadamente, açúcares, couros e algodão – não se trata meramente de uma representação histórica que foi construída sobre o período colonial; é o período colonial.

Não existe a arbitrariedade de se supor que o Valor Líquido foram as mercadorias abordadas neste trabalho – todos os tipos de açúcares, couros, goma, melão e algodão. Mas podemos estender ainda mais estas colocações – se desconsiderarmos a goma de mandioca como integrante do Valor Líquido, obtemos o seguinte:

Quadro 31: Valor Percentual dos açúcares, melaços, couros e algodão em relação ao Valor Líquido

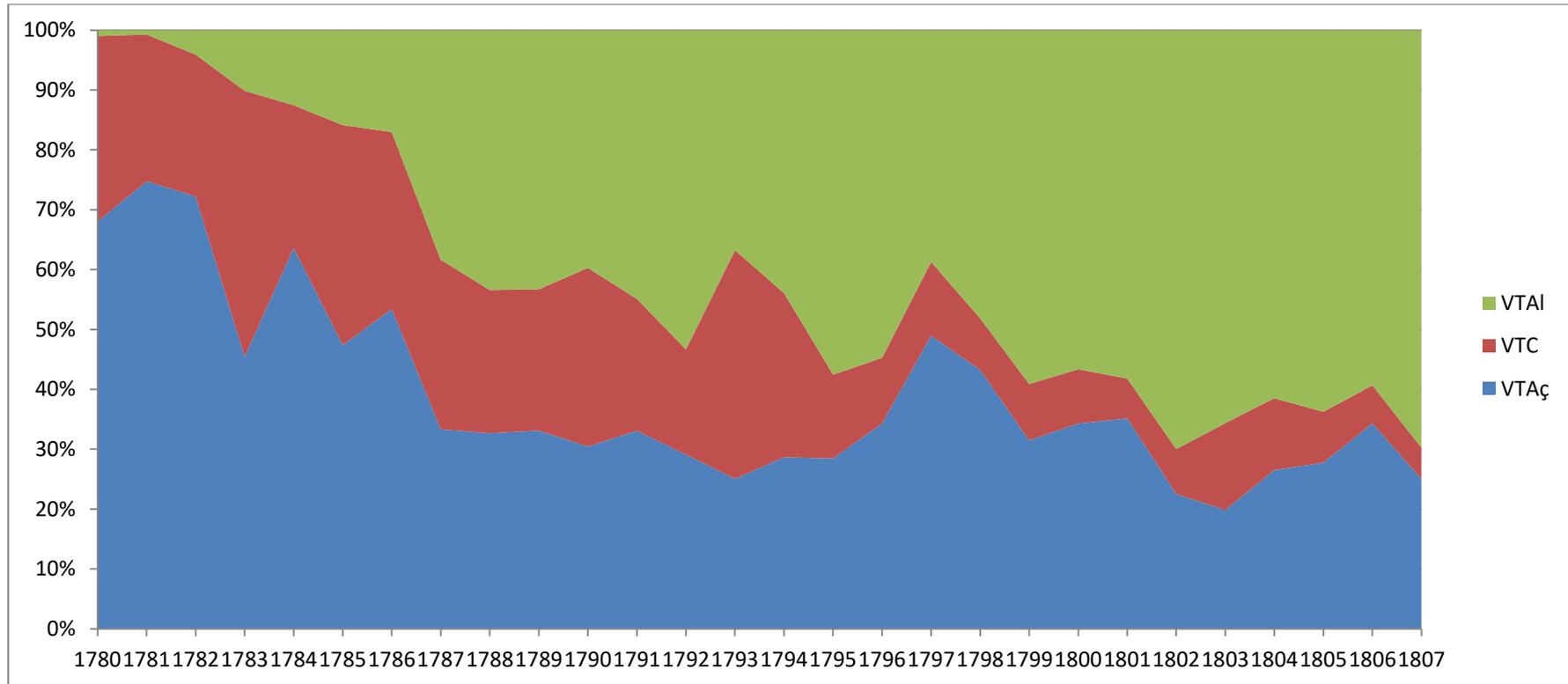
	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786
%AçCAI/VL	100	100	99,79	99,36	99,95	99,92	99,94
	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
%AçCAI/VL	99,99	99,85	99,86	99,58	99,86	99,99	100
	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800
%AçCAI/VL	99,75	99,88	100	100	100	99,72	99,99
	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
%AçCAI/VL	99,97	100	100	99,67	99,93	99,99	100

Fonte: Vide Anexos A-D

Se desconsiderarmos *apenas* a goma de mandioca, mas mantivermos o melaço como um produto residual da produção de açúcar, não existe diferença no panorama da pauta exportadora – as três mercadorias principais permanecem sendo o *valor líquido*, que por sua vez *é o valor bruto*.

O que é possível concluir disto? Da irrelevância absoluta das demais mercadorias – mencionamos a existência de outras; ainda que algumas sejam de presença constante em todos os anos – como a aguardente e as madeiras de construção, elas *já* contribuiriam para mudar o panorama geral já estabelecido pelas três mercadorias predominantes. Agora que sabemos dos valores totais exportados, e como o *valor líquido é o valor bruto*, podemos dissecar estes e analisar quais suas composições ao longo de 30 anos.

Gráfico 60: Composição percentual do valor exportado – açúcar, melação, couros e algodão, 1780-1807



Quadro 32: Valores totais exportados dos açúcares, couros e algodão, 1780-1807

	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786
VTAç	193.665.800	429.943.575	341.661.990	222.843.200	542.715.500	232.843.700	250.687.250
VTC	88.268.810	140.978.940	112.025.220	217.870.970	203.206.600	180.718.060	138.761.480
VTAI	2.832.000	4.244.000	19.352.400	49.745.000	107.026.400	77.971.400	79.900.600
	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
VTAç	228.431.675	302.336.970	362.722.195	302.119.950	419.530.200	406.891.200	211.118.950
VTC	193.934.800	221.341.140	258.785.300	295.997.940	279.499.700	245.441.810	321.786.320
VTAI	263.022.349	401.674.075	474.072.600	394.265.110	569.213.700	745.615.938	309.704.000
	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800
VTAç	258.134.400	338.008.383	386.167.195	189.758.995	351.589.150	375.144.100	440.208.375
VTC	246.964.900	166.365.880	123.334.000	47.762.360	70.004.250	112.165.040	116.332.700
VTAI	395.674.205	683.459.550	616.128.425	150.078.113	391.484.038	704.438.700	727.167.700
	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
VTAç	661.433.578	388.516.700	261.977.475	416.383.150	718.951.250	675.174.460	404.966.085
VTC	124.803.000	129.813.980	191.744.400	188.541.300	219.701.220	125.064.000	84.577.660
VTAI	1.094.795.684	1.208.532.900	866.629.400	965.679.256	1.651.017.340	1.167.244.340	1.128.603.400

Quadro 33: Valores percentuais de cada mercadoria entre 1780-1807

	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786
%VTAç	68,01	74,75	72,23	45,15	63,60	47,36	53,40
%VTC	31,00	24,51	23,68	44,14	23,81	36,76	29,56
%VTAI	0,99	0,74	4,09	10,08	12,54	15,86	17,02
	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793
%VTAç	33,31	32,63	32,99	30,40	33,08	29,11	25,05
%VTC	28,28	23,89	23,54	29,78	22,04	17,56	38,19
%VTAI	38,35	43,35	43,12	39,67	44,88	53,34	36,75
	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800
%VTAç	28,64	28,46	34,31	48,96	43,23	31,47	34,29

%VTC	27,40	14,01	10,96	12,32	8,61	9,41	9,06
%VTAI	43,90	57,54	54,74	38,72	48,14	59,10	56,65
	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
%VTAç	35,15	22,50	19,84	26,42	27,74	34,31	25,03
%VTC	6,63	7,52	14,52	11,96	8,48	6,36	5,23
%VTAI	58,19	69,98	65,64	61,28	63,71	59,32	69,74

Fonte: Vide Anexos A-D

Através do Gráfico 57 e dos Quadros 32 e 33, possuímos o somatório dos valores dos açúcares e couros junto com os valores do algodão. Se demonstramos que o *Valor Líquido* é composto exclusivamente por estas três mercadorias, e que ele também é o *Valor Bruto*, podemos então compreender de onde tais valores vieram – em síntese, no decorrer de 30 anos, os açúcares caíram de 68% das exportações para 25%; os couros de 31% para 5%, enquanto que o algodão cresceu de 0,99% para 69%.

É notável que foram necessários apenas oito anos para os valores do algodão superarem os do açúcar em 1787. Em menos de uma década, a pauta exportadora alterou-se drasticamente. Entretanto, isto não significa que houve o abandono destas mercadorias em detrimento do algodão – o açúcar em 1787 correspondeu a 228.431.675 réis, ao passo que no início da série este valor era de 193.665.800; e de 1800 em diante assiste-se seu crescimento vertiginoso.

Os couros também não possuem cenário muito similar – nos anos iniciais e finais da série, 1780 e 1807, foram exportados 88.268.810 e 84.577.660 respectivamente. E também durante todo o período, até 1794 as exportações de couros crescem constantemente, para no mesmo período ressaltar que a cheia dissolve as salinas naturais e artificiais que possibilitavam essa indústria. De 1794 em diante o couro testemunha quedas sucessivas, mas com tardia recuperação no último período hepta-anual, em 1803.

Desta forma, sabemos que houve o crescimento conjunto das três mercadorias. Em momento algum se verifica que o *boom* algodoeiro suscitou a redução da produção de açúcar ou de couros; mas também não pode ser dito que a produção de um ocasionou o crescimento da produção do outro. As exportações algodoeiras e açúcareiras crescem por demandas distintas, e o único fator comum que determina suas quantias produzidas é o clima de cada ano, apesar disso, sabemos que ambos impactaram na produção de goma, como nos referimos anteriormente.

Portanto, o período de 1780-1807 é, de fato, um período de *boom* econômico da economia local. Em contrapartida, sabemos que este *boom* é majoritariamente um *boom* algodoeiro, não açúcareiro. Isto suscita que da mesma forma que o fluxo de capitais para dentro da capitania cresceu neste período, tornou-se demasiadamente dependente da produção de uma única mercadoria; após 1798, todas as exportações de algodão correspondiam a mais de 50% do valor exportado, tendo as maiores quantias em 1802 e 1807 com 69,98 e 69,74% respectivamente.

São, supostamente, 30 anos de crescimento ininterrupto, salvo algumas quedas pontuais. Mas recordemos o que foi abordado até o momento – nos açúcares, a produção dos açúcares finos perdeu relevância para ser suplantada pelos açúcares baixos, isto é, aqueles de menor trabalho; o mesmo aconteceu com os couros. Como não existem distintas qualidades de algodão – pelo menos não existem quando avaliadas para exportação – vê-se que não apenas é uma expansão da pauta primária constantemente por quase três décadas, mas que esta expansão apoia-se nos produtos de menor *valor*; de menor tempo necessário para serem produzidas.

Mas, resta-nos a seguinte questão – são 30 anos de *boom* econômico, com entradas de capital cada vez maiores. Para onde este capital seguiu? Até agora, analisamos meramente a *receita* produzida, mas não os custos, e são neles que se revelarão os verdadeiros limites desse ciclo econômico, e como as contradições entre o *valor de uso* e *valor de troca* revelam-se quando analisadas a integridade da economia colonial.

Em 17 de abril de 1798, Tomás José de Melo escreve à Rodrigo de Sousa Coutinho sobre as medidas que tomou para o envio dos mapas das populações, exportação e importação da capitania de Pernambuco. Uma ordem real de 21 de outubro de 1797 havia estabelecido que anualmente deveriam ser remetidos para o reino tais mapas⁶⁴. Entretanto, somente a partir de 1801 encontramos esta documentação, e restrita aos mapas de importação e exportação que vão até 1806.

Tais mapas compreendem as mercadorias que entraram na capitania, seus destinos de origem e seus valores. Também relatam os valores e quantias exportadas de cada mercadoria, bem como um balanço geral da Fazenda ao fim de cada ano.

⁶⁴ AHU_CU_015, Cx. 201, D. 13763.

Quadro 34: Valores importados para a capitania de Pernambuco, 1801-1806

	1801	1802	1803	1804	1805	1806
Fazendas Secas	580.996.802	734.283.225	671.628.190	559.563.345	827.888.480	764.963.070
Molhados	51.062.662	73.957.995	87.336.000	54.363.477	57.937.610	36.604.440
Mantimentos	92.912.910	66.655.075		23.743.669	33.953.550	53.784.790
Ferragens, quinquilharias e drogas	124.169.286	30.407.515		33.136.345	20.993.580	29.910.650
Ferragens			31.681.575			
Víveres			55.746.905			
Louças e Vidros			7.829.740			
Drogas de botica			3.081.050			
Pólvora e Munição			9.768.000			
Quinquilharias			12.813.875			
Soma da Importação	849.141.660	905.303.810	879.885.335	672.806.769	940.773.420	885.262.950
Duplo do Valor	1.698.283.320	1.810.607.620	1.759.770.670	1.343.613.338	1.881.546.840	1.770.525.900
Escravos da África					570.000.000	340.410.000
Víveres das capitanias meridionais						20.000
Carne do Brasil					117.891.600	44.240.000
Total do Valor Importado	1.698.283.320	1.900.000.000	1.759.770.670	1.343.613.338	2.609.438.440	2.155.195.900

Fonte: AHU_CU_ 015, Cx. 232, D. 15638, AHU_CU_015, Cx. 241, D. 16193, AHU_CU_ 015, Cx. 247, D. 16595, AHU_CU_ 015, Cx. 257, D. 17268, AHU_CU_ 015, Cx. 259, D. 17380, AHU_CU_ 015, Cx. 267, D. 17828.

No quadro 34, possui-se os mapas de importação que compreendem 1801-1806. Diferente dos mapas de carga dos navios, tais mapas não são padronizados, portanto, são permeados de inconsistências que temos de esclarecer antes de poder continuar. Primeiramente, o ano de 1803 não possui valores importados para mantimentos, mas sim de víveres, algo que nenhum outro ano possui; é plausível supor que em verdade os víveres de 1803 sejam os mantimentos dos outros anos, mas optamos por manter a classificação original.

Apenas em 1803 as ferragens, drogas de botica e quinquilharias aparecem como mercadorias separadas, nos outros anos sendo todas reunidas sob a mesma classificação; também apenas em 1803 existe menção das importações de vidros e pólvora. A soma da importação é apenas a soma dos valores importados; entretanto, todo mapa de importação é acompanhado da descrição “*Duplo do valor do Consulado que é o verdadeiro da importação*” – isto se dá porque o cálculo da importação era realizado pelo Consulado de Lisboa, mas os preços reais a que circulavam na capitania de Pernambuco poderiam ser o dobro, triplo ou até quadruplo de seu valor original quando saíam da capital do reino. O total do valor importado, por sua vez, em alguns anos é o duplo do valor importado, noutros é acrescido e algo mais; isto ocorre, pois, além das importações do reino, também há importações de escravos da África e de carnes de outros pedaços do Brasil, entretanto, apenas 1805 e 1806 catalogaram estes dois últimos, sendo os demais apenas mencionados as quantias que chegam na capitania, mas não tendo seus valores registrados.

Compreendendo o quadro 34, passemos a sua análise. A primeira questão a reparar-se é a predominância absoluta das Fazendas Secas na composição da pauta importadora; as Fazendas Secas são gêneros alimentícios variados reunidos sob a única similaridade de serem ‘secos’; como é possível determinar que são gêneros alimentícios? Todo mapa de carga possui duas formas de categorizar as mercadorias que transporta: a primeira é o gênero da mercadoria, a segunda é o seu tipo. Por exemplo: o açúcar branco fino, redondo, baixo e mascado eram todos referidos como ‘açúcares’; os couros em cabelo, solas, vaquetas e atanados como ‘courama’; o melão e a aguardente como ‘molhados’, a categoria de ‘secos’ engloba mercadorias como arroz, farinha de pão, goma, cera e algodão⁶⁵, mais do que isto, em 1757, existe uma relação de todas as fazendas importadas para a capitania de Pernambuco, e ressaltamos aqui: amoras, azeite, alcatrão, ameixas, azeitonas, cravo, canela, cobre, chumbo, estanho, enxofre, ferro, nozes, queijos, tecidos, pratos e sedas⁶⁶. Nesta relação, todas as

⁶⁵ AHU_CU_015, Cx. 143, D. 10508, AHU_CU_015, Cx. 144, D. 10553, AHU_CU_015, Cx. 218, D. 14795.

⁶⁶ AHU_CU_015, Cx. 90, D. 7221.

fazendas importadas são tanto produtos manufaturados, mas há ainda uma enorme quantidade de produtos primários e alimentícios não produzidos localmente.

Quadro 35: Valor percentual das Fazendas Secas em relação ao total importado, 1801-1806

1801	1802	1803	1804	1805	1806
68,42	81,11	76,33	83,17	88,00	86,41

O Quadro 35 demonstra que, em média, as Fazendas Secas correspondiam a 80% ou mais da pauta importadora, chegando a quase 90% em 1805. Os ‘molhados’ eram vinhos e outras bebidas; e desconhecemos o que sejam os mantimentos.

Contemplando-se as importações da capitania, vê-se que ela não é fundamentalmente diferente da pauta exportadora quando as analisamos sob a seguinte ótica – no centro, são duas trocas de pautas primárias, que caracterizam uma sociedade pré-industrial. O verdadeiro problema que concerne a importação reside no total dos valores importados – são consideravelmente grandes. Nos propomos a analisar para onde circularam os capitais que adentraram Pernambuco no ciclo algodoeiro, e para compreender isso, teremos de dissertar algo que aqui nomearemos “*Problema do Déficit*”.

Acompanhado de cada mapa de importação e exportação, também encontra-se um balanço das finanças do referido ano. No Quadro 36 abaixo podemos ver este balanço em maiores detalhes:

Quadro 36: Balanço das Finanças de exportação e importação da capitania de Pernambuco, 1801-1807

	Exportação	Importação	Balanço Anual	Déficit Total	Déficit Parcial
1801	1.632.872.458	-1.698.283.320	-65.410.862	-571.176.217	-171.437.615
1802	1.813.893.550	-1.900.000.000	-86.106.450		
1803	1.415.282.875	-1.759.770.670	-344.487.795		
1804	1.723.619.300	-1.343.613.338	380.005.962		
1805	2.534.267.330	-2.609.438.440	-75.171.110		
1806	2.174.928.540	-2.155.195.900	19.732.640		

Através do Quadro 36, visualizamos o balanço financeiro da importação e exportação entre 1801-1806, e constatamos que existe uma predominância do *déficit*, sendo ele acumulado ao longo de seis anos, resultando em -571.176.217 réis negativos. Entretanto, aqui devemos realizar uma segunda constatação – *o cálculo do déficit está errado*.

Como é possível afirmar isso? Porque os mapas de exportação realizam dois erros de cálculo fundamentais que alteram consideravelmente o resultado final. O primeiro destes erros é – ao registrar alguma mercadoria, tendo como exemplo “*Barris de Mel*”, o registro é

acompanhado de um preço fixo seguido do valor total. Vejamos o Quadro 37 para compreender:

Quadro 37: Exportações comparadas de Melaço – Mapas de Carga e Mapa de exportação, 1801-1807

	Barris	Preço	VMapE	VMapC	Diferença
1801	1.957	10.000	19.570.000	15.625.800	-3.944.200
1802	403	10.000	4.030.000	2.374.800	-1.655.200
1803	2.783	6.000	16.698.000	23.034.200	6.336.200
1804	2.098	5.000	10.490.000	9.751.800	-738.200
1805	1.905	5.000	3.525.000	10.170.100	6.645.100
1806	885	5.000	4.425.000	4.493.000	68.000

Ao registrar a exportação em função de um preço único que não é o preço médio, obtêm-se enormes discrepâncias negativas e positivas no saldo da exportação. Alguns anos de acordo com o Mapa de Exportação exportaram muitos mais do que *o que realmente* foi exportado, como em 1801 e 1802, outros o registro é consideravelmente menor, como em 1803 e 1805. Este é o primeiro erro de cálculo que repete-se para as exportações de goma e de couros.

O segundo erro de cálculo é que os Mapas de Exportação contabilizam algo que *não é* exportação – as remessas de madeira para o Reino. Desde a década de 1770, quase todos os navios que saíam da capitania de Pernambuco eram acompanhados de um carregamento de madeira, usualmente destinada ao Arsenal Real da Marinha; entretanto, tal carregamento não se dava por particulares, mas sob ordem régia, sendo custeado pela Real Fazenda; desta forma, contabiliza-se uma mercadoria positivamente, quando em verdade ela constituía um ônus na pauta exportadora. Desta forma podemos prosseguir de duas maneiras para resolver o *Problema do Déficit* – desconsiderar as exportações de madeira do valor exportado no mapa de exportação; ou trabalhar com os nossos valores brutos e realizar a contabilidade em função deles. Demonstraremos ambos abaixo:

Quadro 38: Balanço das finanças de exportação e importação da capitania de Pernambuco, valor dos mapas de exportação corrigido, 1801-1806

	Exportação	Importação	Balanço Anual	Déficit Total	Déficit Parcial
1801	1.596.507.458	-1.698.283.320	-101.775.862	-714.181.717	-306.853.115
1802	1.781.506.350	-1.900.000.000	-118.493.650		
1803	1.380.933.575	-1.759.770.670	-378.837.095		
1804	1.749.451.900	-1.343.613.338	405.838.562		
1805	2.494.363.330	-2.609.438.440	-115.075.110		

1806	2.156.685.940	-2.155.195.900	1.490.040		
------	---------------	----------------	-----------	--	--

Quadro 39: Balanço das finanças de exportação e importação da capitania de Pernambuco, valor bruto, 1801-1806

	Exportação	Importação	Balanço Anual	Déficit Total	Déficit Parcial
1801	1.915.234.770	-1.698.283.320	216.951.450	-735.189.261	-263.140.162
1802	1.755.897.530	-1.900.000.000	-144.102.470		
1803	1.350.785.469	-1.759.770.670	-408.985.201		
1804	1.598.710.987	-1.343.613.338	255.097.649		
1805	2.596.330.555	-2.609.438.440	-13.107.885		
1806	1.986.202.195	-2.155.195.900	-168.993.705		

Os Quadros 38 e 39 representam os dois outros cálculos possíveis para o *Problema do Déficit* – no primeiro, subtraímos do valor exportado nos mapas de exportação as madeiras, mantendo apenas os açúcares, couros, algodão, goma e melação; no segundo, utilizamos nossos próprios *valores brutos* analisados anteriormente. Consideramos o cálculo do Quadro 39 o mais exato para responder o problema lançado, como também para explicar os destinos da acumulação de capital que supostamente ocorreria com o *boom* econômico do período analisado.

A verdade exposta é clara – apesar do *boom* econômico, *não ocorreram acumulações de capital*. Esta é uma afirmação incisiva; especialmente feita com o limite de dados de importação que dos 27 anos abordados, nos permite dizer algo com meros 6. Entretanto, estes 6 anos são suficientes para demonstrar que o capital produzido era consumido no próprio sustento da capitania. Independente do cálculo utilizado, em todos possui-se *déficit* – -171.437.615 réis nos cálculos originais dos mapas de exportação, -306.853.115 para os mapas de exportação corrigidos e -263.140.162 para o cálculo com os *valores brutos*. Portanto, o *boom* econômico não suscitou acumulação de capitais, pelo contrário, o que testemunhamos é o crescimento do endividamento social da capitania, e quando levamos em consideração que 80% ou mais das importações são de gêneros alimentícios, compreendemos que este processo entra novamente nas contradições descritas anteriormente com a goma – apenas que numa escala maior: a produção dos *valores de troca* destrói as produções dos *valores de uso*, mas esta produção colonial tornou a colônia refém de si mesma, que não é capaz de produzir um superávit com seus gêneros, mas também não é capaz de retornar a produção de *valores de uso*.

4.3 A ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA E A LUTA DE CLASSES

Ao longo deste capítulo, discutimos os valores produzidos e circulados na capitania de Pernambuco partindo da conclusão de nosso capítulo anterior de que é, de fato, uma produção pautada em *valores de troca*. Ressaltamos a importância desse tipo de produção através dos problemas da exportação de goma e, mais que isso, como há o crescimento do *déficit* da capitania, *déficit* este composto quase inteiramente da importação de gêneros alimentícios.

Este capítulo foi aberto com uma epígrafe de Karl Marx – subdividimos ela em duas partes, uma sobre os *valores de uso* que já foi abordado, e outra sobre as *pedras angulares da sociedade burguesa*. Mas até o momento, nada dissemos sobre isto – porque falar deste segundo trecho seria necessário compreender toda a economia da capitania, não meramente o aumento do preço de uma única mercadoria. O que nos resta para concluir nossa linha de raciocínio é – como a produção colonial *inevitavelmente* enseja especialização econômica, e como esta especialização econômica é, em última instância, uma forma de luta de classes – “*O uso dos produtos é determinado pelas condições sociais em que se encontram os consumidores, e essas condições repousam sobre o antagonismo das classes*” (MARX, 2017/1847, p.67-68). O historiador de ofício moderno não aceita palavras como “*inevitável*”, pois lhe foi inculcado que tal linguagem remete à teleologia, mas discordamos – a inevitabilidade de um processo pode se dar por circunstâncias materiais que apresentam-se durante um intervalo de tempo, e nosso objetivo é demonstrar estas circunstâncias e inevitabilidades estavam presentes já em 1780 até o fim de nosso período.

Ressaltamos inúmeras vezes a transição que ocorreu durante os 27 anos estudados – que as mercadorias de maior *valor*, conseqüentemente, as de maior tempo de trabalho materializado, foram gradativamente desaparecendo em função das mercadorias mais baratas, contenedoras de menor tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. No capítulo 2, atrelamos que este processo se deu pelo encarecimento dos fretes das mercadorias mais bem avaliadas, frete este custeado pelos produtores das mercadorias. Tendo de arcar com um custo que anteriormente era responsável por um comerciante, podemos supor este processo social longo, em que os açúcares finos de 1300, 1100 réis o arroba, deram espaço para os de 800 e 500. O mesmo pode ser dito para os couros.

Isto é um raciocínio estritamente econômico – e dentro da atual ordem argumentativa para estudos de conflitos econômicos deste tipo, reduz-se tudo para conflitos entre grupos,

neste caso, comerciantes e produtores. Mas aqui podemos ressaltar o que se segue – o conflito de grupo é, inevitavelmente, um conflito de classe.

Rememoremos a definição *marxista-leninista* de classe:

Classes são grandes grupos de pessoas diferindo entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social determinado historicamente, pela sua relação (na maioria dos casos fixa e formulada em lei) para com os meios de produção, pela sua função na organização social do trabalho e, consequentemente, pelas dimensões da distribuição da riqueza social que eles dispõem e o modo de adquiri-la. Classes são grupos de pessoas que um pode se apropriar do trabalho de outro de acordo com os diferentes locais que eles ocupam em um sistema definido de economia social⁶⁷ (LENIN, 1919).

Compreendendo a classe desta forma objetiva, a responsabilidade do custeamento do frete⁶⁸ é um exemplo de luta de classes – que ela seja intra-classe ou extra-classe, como Domenico Losurdo procura expandir o conteúdo do conceito com nova terminologia (LOSURDO, 2015). A produção e circulação dos bens coloniais é uma apropriação do *valor* produzido pelo trabalho escravo e do lavrador, entretanto, quando grupos – *classes* – dominantes de produtores locais e comerciantes reinóis confrontam-se pelo custeio da travessia do Atlântico, estão em verdade conflitando-se pela apropriação do produto social produzido. Demonstramos que o frete do açúcar somado aos impostos pagos poderia atingir 50% ou mais do preço do arroba, reduzindo consideravelmente o lucro de uma das partes. Para que compreendamos o real impacto do frete, iremos analisar novamente o navio Santo Antônio Tejo em duas de suas passagens pela capitania de Pernambuco – uma em 1799, outra em 1800.

Em 1799, o Santo Antônio Tejo saiu da capitania de Pernambuco e em seu mapa de carga estavam descritos os valores individuais de cada frete – entretanto, também foi contabilizado o frete total da viagem. No ano de 1800, o navio retorna a capitania e, novamente, seu frete é contabilizado; mas desta vez, apenas foi registrado o frete total, não

⁶⁷ Classes are large groups of people differing from each other by the place they occupy in a historically determined system of social production, by their relation (in most cases fixed and formulated in law) to the means of production, by their role in the social organisation of labour, and, consequently, by the dimensions of the share of social wealth of which they dispose and the mode of acquiring it. Classes are groups of people one of which can appropriate the labour of another owing to the different places they occupy in a definite system of social economy (LENIN, 1919).

⁶⁸ AHU_CU_015, Cx. 133, D.10009.

parcial de cada mercadoria. Mesmo com esse contratempo, somos capazes de ver o quão o frete impacta no valor de uma frota.

Em 1799, o Santo Antônio Tejo saiu com um *valor bruto* de 79.697.600 réis; mas este valor está contabilizado erroneamente, pois foram somados junto ao valor das mercadorias o valor do próprio navio e o valor do frete. Em nossos cálculos, mantemos o *valor bruto* original por questão de fidelidade à documentação, mas para nossa problematização atual, iremos dissecá-lo. Desconsiderando-se o valor do navio e do frete, o *valor bruto* real foi de 47.745.500 réis, e o custo do frete nesta viagem foi de 17.952.100 réis, dando um saldo líquido de 29.793.400. Ao todo, o frete do Santo Antônio Tejo em 1799 correspondia a cerca de 37% de todo o valor da carga⁶⁹.

Em 1800, o Santo Antônio Tejo novamente foi contabilizado como em 1799. O *valor bruto* registrado foi de 80.041.600; mas desconsiderando-se o frete como parte do cálculo do *valor bruto*, bem como o próprio valor do navio, o Santo Antônio Tejo saiu da capitania avaliado em 48.041.600 réis, com um frete de 20.000.000. Neste cálculo, o valor real carregado pelo navio foi de 28.041.600, com o frete correspondendo a 41% de todo o valor⁷⁰.

Os impactos destes cálculos são severos – são os únicos dois navios de todos os analisados que estão acompanhados de seus fretes totais; em nossa argumentação, utilizamos os *valores brutos*, aqueles registrados oficialmente pela documentação; e os *valores líquidos*, aqueles oriundos de nossos cálculos das mercadorias principais. Entretanto, nunca tivemos acesso ao quanto os fretes eram capazes de onerar o *valor bruto* desses navios. Duas são as possibilidades – que o *valor bruto* registrado já incluísse o frete, portanto, não há diferença entre os números reais que circularam e os que foram contabilizados; ou, uma situação mais complexa, que registrou-se apenas o valor total das mercadorias, nunca o que as onerava. Isto muda drasticamente os nossos cálculos, pois, se esta proporção do valor dos fretes em relação ao *valor bruto* manteve-se constante durante os 27 anos, o que achamos improvável, mas plausível – o *Problema do Déficit* e da acumulação de capital torna-se ainda pior, pois a real receita que adentrou na capitania foi consideravelmente menor, resultando num endividamento social largamente maior. Não podemos arriscar cálculos aqui, só especulações; tudo que podemos fazer com os dados que possuímos é isto.

Dáí é possível compreender por que a responsabilidade de um simples custeamento de um frete é um exemplo de luta de classes – o frete impacta diretamente na taxa de lucro. Mas,

⁶⁹ AHU_CU_015, Cx. 207, D. 14107.

⁷⁰ AHU_CU_015, Cx. 223, D. 15109.

até o momento, isto meramente descreve de um lado um conflito social, de outro, problemas econômicos, e em momento algum há a conexão entre a luta de classes e a especialização econômica que permeia o Brasil colonial, mas é chegada a hora desta análise agora.

Determinamos que as produções se ensejam para seus *valores de troca*, e esta produção causou problemas no abastecimento da capitania, como vimos no caso da goma. Mas entramos aqui na contradição que inevitavelmente determina porque a produção colonial não é capaz de fazer uma transição das *commodities* que produz para os gêneros de *valor de uso* – o endividamento social força que o gênero a ser produzido seja o próprio gênero do *valor de troca*; açúcar em um período, algodão em outro – são as *commodities* aquelas requisitadas pelos credores reinóis e locais; são as *commodities* aquelas com alto valor que é capaz de em alguns anos produzir *superávits*, ainda que não sejam grandes ou constantes, como o quadro 39 demonstra em 1801 e 1804. A solução para um problema econômico que se apresenta não é mudar a estrutura produtiva, mas sim reiterá-la cada vez mais para cumprir com dívidas ou manter uma taxa de lucro baixa para seus produtores, portanto, compreendemos aqui o *inevitável* da produção colonial ser capaz apenas de ensejar a produção de outros gêneros rentáveis, mas não de gêneros de subsistência, que culmina em uma importação composta em mais de 80% de outros produtos alimentícios. A especialização econômica cria uma forma de luta de classes, e esta luta de classes reitera ainda mais a especialização econômica existente.

Há outras formas de luta de classe? Sem dúvidas. A primeira delas é o crescimento das exportações durante todo o período. Sabemos que o melão teve um aumento de seu preço na década de 1790 que suscitou o *boom* açucareiro de 1800 e 1801. Por que o melão teve demanda tão alta? Pelo desenvolvimento da Revolução Industrial inglesa, que requisitava cada vez maiores quantias do produto residual para que os proletários ingleses tomassem com seu chá e obtivessem maiores rendimentos na jornada de trabalho – novamente, a produção do melão existia para garantir a produção dos *valores de troca* da indústria têxtil inglesa, e a expansão e imposição do consumo de melão é uma forma de luta de classes em que o açúcar invade os corpos do proletariado britânico (MINTZ, 2003). Desta forma, a produção de uma simples mercadoria na capitania de Pernambuco se insere em um contexto de luta de classes internacional, responsável por reavivar o crescimento açucareiro no mesmo período. Também, a produção deste melão reitera a especialização econômica açucareira, a medida que incentiva tal produto e nenhum outro.

A última explicação para compreender porque nunca ocorreu a complexificação da estrutura econômica é tanto um problema de luta de classes como de ordem econômica. No capítulo anterior, analisamos uma carta de Caetano Pinto de Miranda; nela, o mesmo descrevia que na capitania não se conheciam os ideais da Revolução Francesa, e que se plantava açúcar e algodão. Na mesma carta, Caetano Pinto de Miranda relata algo mais de interessante:

Outra especie de revolução, que eu considero como a reação dos oprimidos contra os opressores, como ela tem de ordinário por objeto as pessoas, e não a forma do governo, facilmente se pode evitar, não sobrecarregando as colônias com novos tributos, porque já se deve considerar como um grande imposto a proibição das manufaturas, e o comércio exclusivo.⁷¹

As palavras de Caetano Pinto de Miranda são reveladoras – a proibição das manufaturas e o comércio exclusivo deveria ser considerado como um imposto. Sabemos que a Coroa suprimiu a manufatura local, impedindo-a de se desenvolver, mas cabe-nos a seguinte pergunta: era Pernambuco capaz de iniciar com as manufaturas locais um processo de industrialização? Já abordamos os problemas da especialização econômica e do *déficit* que em muito deve ter limitado a acumulação de capitais localmente. Concomitantemente, supor que a restrição as manufaturas foi a principal causa da origem do subdesenvolvimento é uma má interpretação da realidade da economia colonial, algo que o próprio Caio Prado Jr. ressalta – não foi o Pacto Colonial, mas o Sistema Colonial que impediu o desenvolvimento de uma indústria local.

Vamos partir de um exemplo local, para depois compreender uma história da industrialização *lato sensu*. Em 1788, Tomás José de Melo escreveu ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro sobre a importância de se estabelecer localmente uma Ferraria:

Na conta que nesta mesma ocasião tenho a honra de dirigir a respeitável presença de Vossa Excelência; a respeito da utilidade de se estabelecer nesta Praça uma Ferraria, dou parte a Vossa Excelência de ter aqui Sua Majestade muitos Armamentos, que pedem grandes consertos para poderem servir⁷².

Os trâmites do estabelecimento da Ferraria continuam novamente em 1790:

⁷¹ AHU_CU_015, Cx.253, D.16961.

⁷² AHU_CU_015, Cx. 166, D. 11811.

Pela conta da cópia inclusa, dirigida pela Secretaria de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos, deu parte o Governador e Capitão Geral Presidente, de ter estabelecido nesta Praça com aprovação desta Junta, uma Ferraria, aonde se ficavam consertando por conta da Real Fazenda as armas de toda a Tropa destas capitánias, e fazendo as ferragens para as carretas das peças de todas as Fortalezas, e ainda do Reino de Angola; fechaduras, ferrolhos para os Armazéns, e casas de sua majestade, e todos os diferentes ferros que são necessários para galés, caloetas e prisões dos criminosos; e que todas as vezes que houvesse pouco que fazer do Real Serviço se aceitariam obras de particulares que eles pagariam pelos seus justos preços; acrescentando-se que para ficar amis segura a utilidade daquele estabelecimento, convinha muito mandar vir dessa cidade nos navios reais, as ferramentas e materiais⁷³.

Por que estamos insistindo na criação da Ferraria Real de Pernambuco? Usualmente, ao se abordar a Revolução Industrial, os historiadores contemporâneos o fazem por uma perspectiva cultural em que abordam a mudança do conceito de tempo e da cultura, ou da transformação cultural da burguesia e do proletariado, mas esquecem que a Revolução Industrial foi, no fundo, a criação de uma indústria de meios de produção que garante a independência manufatureira do seu país de origem; isso é melhor explicado nos debates econômicos da *Novaya Ekonomiceskaya Politika* da União Soviética durante a década de 1920:

O centro da industrialização, a base para ele, é o desenvolvimento da indústria pesada (combustíveis, metais, etc.), o desenvolvimento, em última instância, da produção dos meios de produção, o desenvolvimento de nossa própria indústria de máquinas industriais. Industrialização tem a tarefa de não apenas aumentar a participação da indústria manufatureira na nossa economia nacional como um todo; tem também a tarefa, neste desenvolvimento, de garantir a independência econômica de nosso país, cercado como é pelos estados capitalista, de o salvar de se tornar um apêndice do capitalismo mundial.

Rodeado como é pelo capitalismo, a terra da ditadura do proletariado não pode ser economicamente independente se ela mesma não produz seus instrumentos e meios de produção em seu próprio país, se ela permanece presa a um nível de desenvolvimento em que mantém sua economia nacional atrelada aos países capitalistas desenvolvidos, que produzem e exportam instrumentos e meios de produção. Estar preso a esse nível seria nos colocar em sujeição ao capital mundial.

Pegue a Índia como exemplo. A Índia, como todos sabem, é uma colônia. A Índia possui indústria? Sem dúvidas ela possui. Ela está se desenvolvendo? Sim, está. Mas o tipo de indústria que se desenvolve nela não é um que produz instrumentos e meios de produção. A Índia importa seus instrumentos de produção da Grã-Bretanha. Por causa disso (entretanto, é claro, não apenas por isso), a indústria indiana é completamente subordinada

⁷³ AHU_CU_015, Cx. 174, D. 12200.

à indústria britânica. Isso é um específico método do imperialismo – desenvolve a indústria nas colônias de tal forma que a mantém atrelada ao país metropolitano, ao imperialismo⁷⁴ (STALIN, 1926).

Comparemos esta citação com o ofício da Junta da Fazenda Real da capitania de Pernambuco de 1790. De acordo com a Junta, a Ferraria real era uma instituição de funcionamento estatal, criada para realizar – *i*) manutenção do armamento das tropas; *ii*) ferragens para as fortalezas da capitania e de Angola; *iii*) fechaduras e ferrolhos para os armazéns; *iv*) ferros para as galés e prisões e *v*) pedidos de particulares quando a demanda de serviços reais não estivesse alta. Além disso, a Junta declara que para o funcionamento da Ferraria, eram necessárias as remessas de ferramentas e materiais.

Esta Ferraria, de acordo com os parâmetros da historiografia contemporânea, é um elemento para demonstrar como o ultramar luso é mais complexo do que aparenta. Mas a existência desta Ferraria não contribui para alterar o cenário econômico da capitania, nem do ultramar – primeiramente, as responsabilidades da Ferraria são específicas; seu uso é principalmente do Estado, não de terceiros; em segundo lugar, a função da Ferraria não é a produção dos meios de produção, ela mesma depende das remessas de matéria prima do Reino, bem como das ferramentas necessárias para seu funcionamento. O processo descrito é em larga medida similar ao que é analisado da economia indiana do final do século XIX e começo do século XX. A Ferraria da capitania de Pernambuco está economicamente subjugada e dependente de outra indústria para que suas atividades sejam possíveis.

Isto ainda assim não é suficiente para explicar por que economicamente Pernambuco, ou todo o Brasil Colonial, era incapaz de realizar sua própria produção de manufaturas. Em

⁷⁴ Redação original: “The centre of industrialisation, the basis for it, is the development of heavy industry (fuel, metal, etc.), the development, in the last analysis, of the production of the means of production, the development of our own machine-building industry. Industrialisation has the task not only of increasing the share of manufacturing industry in our national economy as a whole; it has also the task, within this development, of ensuring economic independence for our country, surrounded as it is by capitalist states, of safeguarding it from being converted into an appendage of world capitalism. Encircled as it is by capitalism, the land of the dictatorship of the proletariat cannot remain economically independent if it does not itself produce instruments and means of production in its own country, if it remains stuck at a level of development where it has to keep its national economy tethered to the capitalistically developed countries, which produce and export instruments and means of production. To get stuck at that level would be to put, ourselves in subjection to world capital. Take India. India, as everyone knows, is a colony. Has India an industry? It undoubtedly has. Is it developing? Yes, it is. But the kind of industry developing there is not one which produces instruments and means of production. India imports its instruments of production from Britain. Because of this (although, of course, not only because of this), India’s industry is completely subordinated to British industry. That is a specific method of imperialism—to develop industry in the colonies in such a way as to keep it tethered to the metropolitan country, to imperialism”. STALIN, Joseph. The Economic Situation of the Soviet Union and the Policy of the Party [1926]. In: <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1926/04/13.htm>. Acessado em 29 de novembro de 2017.

verdade, no período de 1780-1800, apenas dois locais do mundo eram capazes de realizar esse feito: Inglaterra e China.

Aqui, a sorte ou o fator de chance, ainda que de jeito algum a única razão, teve um papel crítico. Por volta de 1800 as regiões mais densamente populadas do Velho Mundo, incluindo China e Europa, estavam tendo dificuldades cada vez maiores para manter populações crescentes. O problema básico era que comida, fibras, combustíveis e suprimentos de construção estavam todos competindo por terra e florestas escassas. Isso era particularmente sério na China, pois o coração de seu país, que reside entre o rio Amarelo e o Yangzi, sempre havia suportado uma população relativamente densa como resultado de sua alta fertilidade; agora, entretanto se tornava cada vez mais exausta devido ao uso exagerado. Isto, combinado com o fato de que as novas terras cultivadas não eram de alta qualidade, representavam um problema crescentemente agudo. Por duas razões cruciais, a Europa – ou melhor, especificamente a Grã-Bretanha – foi capaz de quebrar essa restrição de terra arável de uma maneira que foi possível ultrapassar a China. Primeiramente, a Inglaterra descobriu largas quantidades de carvão que eram acessíveis próximas das novas indústrias, aliviando a crescente escassez de madeira, e capaz de cumprir um papel fundamental em abastecer a Revolução Industrial. Em contraste, apesar da China também possuir grandes depósitos de carvão, eles encontravam-se distantes dos principais centros populacionais, sendo o maior no nordeste, longe das indústrias têxteis e canais do Vale do Yangzi. Em segundo lugar e, muito mais importante, a colonização do Novo Mundo, especialmente do Caribe e América do Norte garantiu grandes pedaços de terra, e uma fonte massiva e barata de trabalho na forma de escravos, junto com um fluxo de comidas e matérias-primas: o crescimento precoce de Manchester, por exemplo, seria impossível sem o suprimento de algodão barato das *plantations* escravistas (JACQUES, 2012, p.32).

A Grã-Bretanha foi capaz de escapar os limites impostos pela escassez de recursos do fim do século XVIII por aproveitar-se dos recursos de suas colônias, junto com o suprimento doméstico abundante de carvão. Mas o que exatamente aconteceu com a China, que possuía nenhum destes? Provalmente existia capital necessário, especialmente visto a relativa pequena quantidade necessária envolvida no *boom* da indústria têxtil inglesa. Ainda que comerciantes chineses não tivessem o mesmo tipo de independência e status privilegiado que possuíam na Grã-Bretanha, sempre sendo subordinados à burocracia e aos senhores de terra, eles eram respeitados e usufruíam de crescente fortunas e considerável poder [...] Os mercados chineses eram não menos sofisticados que aqueles da Europa e já eram muito consolidados há muito mais tempo. Mark Elvin argumenta que a razão para a China fracassar foi o que ele denominou “armadilha do alto nível de equilíbrio”. A escassez de recursos nas regiões densamente populadas da China se tornou cada vez mais aguda: falta de madeira, combustível, fibras para roupas, animais e metais, e também falta de boas

terras aráveis [...] A pressão na terra e nos outros recursos era forçada pelo crescimento contínuo da população em uma situação de estagnação tecnológica. Não possuindo um rico império marítimo, a China não possuía nenhum meio exógeno que poderia circundar as crescentes restrições. Com o preço do trabalho caindo, margens de lucro decrescendo e mercados estáticos, não existia incentivo em investir em máquinas; mas sim em conservar recursos e capital fixo (JACQUES, 2012, p.93-94).

A citação acima descreve por que a Inglaterra foi capaz de realizar a Revolução Industrial, enquanto a China, que dispunha de capital similar, não o foi. Quando comparamos a realidade das duas economias mais avançadas de 1800 e sabemos que a população da capitania de Pernambuco em 1789 era de 287.045 pessoas livres, de acordo com o Gráfico 3, percebe-se que não apenas se trata de uma população pequena, majoritariamente agrícola, numa economia de pauta primária e escravista, incapaz de produzir a própria subsistência, possuindo sucessivos *déficits* ao importar os alimentos necessários; de baixo nível tecnológico, sem indústria local, e sem grandes volumes de capital nunca seria capaz de prosperar qualquer espécie de manufatura, nem de iniciar um processo de industrialização têxtil.

Conseqüentemente, como não seria capaz de iniciar uma indústria têxtil, seria impossível que a economia colonial fosse capaz de iniciar uma revolução industrial dentro da revolução industrial, que é o debate da *Novaya Ekonomiceskaya Politika* – a indústria têxtil foi a primeira indústria britânica, mas graças ao seu crescimento, esta mesma indústria suscitou o crescimento da indústria siderúrgica de meios de produção – tanto para o maquinário das fábricas têxteis, como para as ferrovias (HOBSBAWM, 2010). Desta forma, é que a Inglaterra iniciou sua diferenciação produtiva que nenhum outro país do mundo foi capaz de realizar quando depende exclusivamente do mercado – garantir o crescimento de uma indústria leve para consumidores em conjunto com uma indústria pesada para a expansão dessa indústria.

Concluimos este terceiro capítulo demonstrando que a economia pernambucana colonial, em conjunto com a do Brasil, era uma economia subdesenvolvida, incapaz de produzir distinto do que já produzia, e que ainda no século XXI sofre os limites impostos por este modelo de colonização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso segundo capítulo, dedicamos nossa análise a responder uma pergunta que foi deliberadamente obscurecida por uma linguagem historiográfica pequeno burguesa academicista – se as produções coloniais destinam-se para o *valor de troca* e, subsequentemente, destinam-se para o seu *preço* e sua *taxa de lucro*; tal análise teve de ser pormenorizada e excessivamente longa, para compreender que através das oscilações conjuntas das exportações de açúcar e algodão pudéssemos de fato afirmar categoricamente que este é o tipo de produção que ocorre. Não discorremos sobre a questão da mão de obra, pois consideramos isto como dado – é uma mão de obra largamente escravista, mas que coexiste com uma mão de obra livre, ainda que pequena e precarizada.

Como determinamos que a produção é para o *valor de troca*? Anualmente, as condições materiais que impactam sobre a produção do açúcar e algodão são as mesmas – o nível de precipitação, a fertilidade do solo, a produtividade constante, etc. Devido a tais fatores serem constantes, os movimentos de crescimento e retração destas duas mercadorias são *idênticos*, ainda que suas quantidades exportadas sejam largamente desproporcionais. Ressalte-se que não estamos utilizando a terminologia “*quantidade produzida*”, mas sim “*quantidade exportada*”. Isto não é sem razão.

Um dos aspectos comuns a linguagem historiográfica em sua tentativa de obscurecer a objetividade é alegar o que se segue – não é possível conhecer o que de fato produziu, pois uma larga parte da produção e circulação opera-se à margem dos registros documentais, desta forma, cria-se uma imagem de que a economia colonial está em um pedestal, podendo ser venerada, mas jamais tocada.

Em certa medida, esta alegação é verdade. De fato, nossas análises sobre a produção e exportação de goma não possuem a mesma riqueza de dados que sobre nossa análise da produção de açúcar – a produção, circulação e consumo de goma era largamente local, escapando dos registros da Alfândega; entretanto, pelo volume de importações no período, sabemos que o papel da goma é *consideravelmente extrapolado* no quanto realmente dinamiza a economia local – aqui dizemos que não dinamiza o suficiente para constituir alguma suposta “*brecha*” de acumulação de capital; é uma atividade acessória e secundária.

O mesmo pode ser dito de uma mercadoria que sequer foi citada durante todo o trabalho – a produção e exportação de tabaco. Sabemos que no século XVIII, o cultivo do tabaco existia na capitania, entretanto, nunca foi abordado em nossas séries. Por que? Pela

simples razão da relevância do tabaco ser pífia. Salvo em 1794 e 1795, *nunca existiram exportações de tabaco para o reino*. Estas exportações foram vultuosas? Igualmente não. Ao todo, nestes dois anos foram exportados 1.979 arrobas, valendo 3.118.600 réis; como se pode ver, uma quantia totalmente irrelevante.

Mas é possível ao leitor fazer uma crítica ao nosso trabalho, que responderemos em igual medida – os mapas de exportação da capitania são destinados à Lisboa, não a África, portanto, é plausível que as exportações de tabaco fossem muito maiores do que o que conhecemos. Certamente elas são, mas ressaltamos que não constituem uma linha de raciocínio que permita buscar uma fonte mágica de acumulação de capital para a capitania, pela seguinte lógica – de 27 anos, *em apenas dois* ocorreram remessas de tabaco para o reino; remessas pequenas, de valor pequeno. Algo contraditório, levando-se em consideração que neste mesmo período há uma expansão do consumo de tabaco na Europa.

Teria então todo o tabaco produzido sido exportado para a África, e os anos de 1794 e 1795 serem exceções inexplicáveis? Também discordamos. Se o tabaco fosse largamente produzido, sua presença seria notada na pauta exportadora, ainda que a maior parte da mercadoria fosse destinada ao mercado de escravos na África. Mas como verificamos apenas dois anos de exportações, supomos que a sua produção quase desapareceu do começo do século XVIII até seu fim, de modo que nosso período sequer encontra tal mercadoria sendo produzida. Processo similar se deu com os couros, quando comparamos as qualidades descritas por Tiago Silva Medeiros e Alex Silva de Moura, mas que sequer encontramos metade em nossos registros.

É, portanto, a economia colonial inacessível ao historiador? De certa forma, algumas produções são mais difíceis de compreender que outras, como a goma e o tabaco – mas quando comparamos a primeira com a larga importação de gêneros alimentícios para a capitania, vemos que sua produção nunca foi vultuosa; e no caso da segunda, sua inexistência na documentação atesta sua quase inexistência real. Portanto, joguemos esta retórica historiográfica de lado – a economia colonial é passível de considerável interpretação quando munida do materialismo histórico.

Por que, portanto, realizamos a distinção entre “*quantidade exportada*” e “*quantidade produzida*” em determinado momento? Porque seguimos as regras da historiografia – sabemos da exportação, não da produção, seguindo à risca tais regras é que fomos capazes de quebra-las dentro do próprio método historiográfico em conjunto com o materialista histórico. O mesmo movimento de oscilação, de crescimento e retração dos açúcares e do algodão atesta

que, em verdade, *as quantidades exportadas são as quantidades produzidas*. As condições materiais que garantem a produção destas mercadorias são constantes em cada ano, de modo que as oscilações na exportação são as mesmas, mas é plausível que a queda da exportação fosse conjunta para ambas mercadorias, coincidentemente durante quase 30 anos? Não. Qual a solução para este problema linguístico irrelevante e idealista? *Que as quantidades exportadas são as quantidades produzidas*; que tipo de mercadoria não tem nenhum valor de uso, apenas valor de troca, ou, noutra expressão, que seu valor de uso é seu valor de troca? Aquela mercadoria que é feita para o valor de troca, que é feita para seu preço e sua taxa de lucro.

Com uso do materialismo histórico, mas seguindo as regras impostas pela historiografia atual fomos capazes de jogar esta retórica de lado. Desta forma, fomos capazes de *apenas através da exportação* determinar que é, de fato, uma produção de *valores de troca*. Mas esta é uma explicação exclusivamente econômica, e que ainda podemos dar o benefício da dúvida, sua explicação definitiva ocorreu no terceiro capítulo, em que partimos da conclusão do segundo, e que nos leva a próxima conclusão.

O economista Paulo Gala em seu artigo “*A América Latina não conseguiu completar o salto dos produtos simples para os produtos complexos*” escreve a seguinte colocação sobre a economia latino-americana – “*Os países da América Latina são conhecidos por sua longa tradição de populismo econômico que traz em seu bojo descontroles orçamentários, inflação e ciclos de apreciação cambial. Crises no balanço de pagamentos e processos inflacionários crônicos são constantes latino-americanas*” (GALA, 2019).

Similar a Paulo Gala, o economista e ex-presidente equatoriano Rafael Correa disse o seguinte sobre a economia latino-americana:

Durante o período colonial, os domínios espanhóis do que mais tarde se denominaria América Latina tiveram um incipente desenvolvimento de sua base produtiva, mesmo que frequentemente esse avanço tenha se devido a altos graus de exploração da população indígena por meio de instituições como as mitas, as obrajes e as encomiendas. Com a independência, as novas repúblicas se integraram ao comércio internacional – naquela época denominado Império Britânico – basicamente como provedoras de matéria-prima, o que gerou a ruína da nascente manufatura local e, aos poucos, determinou a condição primário-exportadora da economia dos novos países. O Equador não fugiu a esse padrão e, desde o fim do século XIX até a segunda metade do século XX, baseou sua economia na exportação de cacau, que chegou a constituir 80% do total das exportações nacionais (CORREA, 2015, p.17).

Por fim, o título de nosso trabalho é retirado diretamente de uma carta Tomás José de Melo, uma frase aparentemente simples – “*o giro do comércio será sempre o mesmo*”. O que foi nosso terceiro capítulo? Partindo da conclusão lançada no segundo, ainda que ela estivesse incompleta, de que as produções coloniais eram produções para o valor de troca, buscamos compreender três questões, sendo que destas, a última coordena as duas primeiras – a primeira questão era do conflito com o *valor de uso*, a segunda era da especialização econômica; e a terceira era da luta de classes.

Partindo de um postulado de toda a Economia Política Clássica – que o *valor de uso* é contraditório ao *valor de troca* – como demonstramos no primeiro capítulo para refutar as críticas de que o marxismo é anacrônico – demonstramos através das *quantidades exportadas* de goma, neste caso, sendo realmente as *quantidades exportadas* e *quantidades produzidas* totalmente distintas, que ocorreu constantemente um conflito na produção – através de Karl Marx, respaldamos sua análise para o continente europeu com as nossas colocações, de que o preço dos gêneros básicos encareceu consideravelmente – o que é verdade, entre 1780 e 1807, o preço da goma subiu 65%, enquanto que o preço dos bens de *valor de troca* baixaram. Não provamos o segundo ponto, pois seria demasiado grande – como não houve mudança na produtividade e no capital constante no nosso período estudado, em termos de trabalho, todas as mercadorias possuem o mesmo valor.

A única forma de provar isto seria fazer a seguinte análise: sabendo que o dinheiro é a representação quantitativamente igual de valores de uso distintos, mas com mesmo tempo de trabalho, teríamos de observar a história do sistema monetário português, a história dos preços das mercadorias, para compreender como ao longo de duzentos anos ou mais decorrer tempo suficiente para testemunhar o início da indústria açucareira e suas transformações no capital constante pudessemos inferir como o preço do açúcar baixou. Devido ao demasiado espaço que isto ocuparia, decidimos não fazê-lo, apesar de ser completamente possível através dos dados monetários que possuímos de Roberto Simonsen e dos preços do açúcar no século XVII de uma miríade de autores, como Stuart Schwartz e Evaldo Cabral de Mello. Preferimos focar na questão da goma, que era nosso ponto central para abordar o conflito com o valor de troca.

Determinamos de forma qualitativa – através de cartas e ofícios que a produção do algodão entrou em choque com a produção de goma, algo que não é caso isolado, mas perspassa todo o período colonial e, mais que isto, demonstramos quantitativamente que os anos de alta da exportação de goma são anos de retração da produção de açúcar e algodão, reiterando algo que lançamos meramente como ensaístico e oriundo da lógica dialética

materialista do primeiro capítulo – que a expansão dos *valores de troca* diminuía a produção dos *valores de uso*, e que a retração do primeiro significava a expansão do segundo.

Esta conclusão não é nova – em verdade, já foi abordada anteriormente por Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, como também pela historiografia atual, ainda que com etimologias distintas, mas ser ressaltada com uma etimologia marxista reitera a importância do pensamento, como também é sistematizada de uma forma que não é comum de ser vista contemporaneamente.

Além de nossas considerações sobre a goma, realizamos as conclusões sobre a produção e circulação de *valores* na capitania – demonstramos como os açúcares ao final do período, em 1807, correspondiam a cerca de 30% do valor total, os couros cerca de 10% ou menos, sendo quase toda a pauta exportadora dominada pelo algodão. Verificamos uma forma específica de especialização em que o algodão, a mercadoria com menos trabalho materializado torna-se a mais demanda, gerando uma primarização dentro uma pauta já primária.

Mas, existe uma segunda primarização dentro de uma pauta primária de exportação – o desaparecimento dos açúcares finos, visto na sua produção no segundo capítulo e nos seus valores no terceiro em detrimento dos açúcares baixos e do melaço, de menor valor, com processo similar acontecendo na produção de couros. Portanto, é um período de dupla primarização: de um lado, a primarização suscitada pelo algodão, de outro, a primarização das outras mercadorias.

Este processo seria aparentemente um problema sem solução, um fenômeno econômico testemunhado, mas sem uma explicação. Mas não é este o caso – através do estudo do frete, determinamos que o frete correspondia entre 37 e 41% do valor de uma frota, e a transição de seu custeamento para os produtores desestimulou a produção de mercadorias de maior valor-trabalho, mas sim a especialização em mercadorias cujo a proporção do frete para com o preço era menor – desta forma, os produtores garantiam uma taxa de lucro maior as custas de uma pauta cada vez mais qualitativamente simples e pobre – um fenômeno característico de economias de valor de troca.

Essa primarização de uma pauta primária suscitou outra espécie de problemas, que nela devemos retornar então a citação de Paulo Gala que abrimos esta segunda conclusão – a abordagem de Paulo Gala pertence ao século XX e XXI, entretanto, há dois temas delas que já encontram-se presentes no século XVIII: a crise do balanço de pagamentos e do orçamento.

A produção dos valores de troca suprimiu a produção dos valores de uso – desta forma, foi-se necessário importar cada vez mais gêneros alimentícios inexistentes. Para não se afirmar que isto é uma forma de consumo conspícuo das elites locais, consumindo meramente mercadorias de Lisboa, temos de ressaltar que há grandes volumes de importações vindo das capitânicas meridionais e do sul. Estavam-se trocando açúcar, couros e algodão por outros produtos de primeira necessidade; mas a primarização da pauta primária forçada pelo custeamento do frete suscitou uma queda das mercadorias primárias de alto valor, ao passo que as de menor cresceram, desta forma, mais arrobas de açúcar baixo seriam necessários para suprir os valores perdidos com a queda da produção dos açúcares finos, com o mesmo processo acontecendo nos couros.

O que verifica-se no fim deste processo de desvalorização da produção de um lado, mas incremento da demanda de valores de uso do outro? O que denominamos de *problema do déficit*, em que dissecamos cálculos errôneos para chegar ao genuíno balanço financeiro da capitania, que em 1807 apresenta um problema testemunhado de maneira mais complexa no século XX. Em verdade, ao longo de 6 anos acumulou-se uma dívida de -263.140.162 réis, enquanto que todas as exportações de 1780 foram de 284.766.610 réis; podemos dizer que, grosso modo, ao longo desses 6 anos formou-se uma dívida equivalente a toda a exportação de 1780.

Este *problema do déficit* é agravado por um problema que não ficou claro na documentação – o registro dos navios contabiliza apenas o *valor bruto*, isto é, a soma total das mercadorias totais, não seu valor líquido, que nada em comum tem com o nosso, mas o valor líquido de quanto estas mercadorias estão realizando de lucro. Portanto, é possível que o *déficit* da capitania fosse consideravelmente maior que o que fomos capazes de registrar.

Isto permite-nos sedimentar uma crítica – tornou-se moda acadêmica da historiografia a busca por acumulações de capital no Brasil colonial, mas aqui temos um estudo que compara as exportações com importações, as contradições da produção colonial, e depois disso somos capazes de afirmar – *não há acumulação de capital*, pelo contrário, verificamos o crescimento do endividamento. Podemos dizer que há de fato acumulação de capital, mas que o capital que se acumula no Brasil é um capital primário, que utiliza pouquíssimos bens de capital, notadamente um – a terra. Não há complexificação da estrutura produtiva nesse processo de acumulação de capital verificado, mas sim a sua constante reiteração como uma produção de novos produtos primários que não ensejam nenhuma outra forma mais complexa de acumulação local, mas sim a sua dependência para com o mercado externo. Nossa segunda

citação não foi despropositada – se 80% das exportações do Equador eram de cacau, o Pernambuco e Brasil colonial não estavam muito distantes. Ainda que o Equador tivesse sua manufatura nascente, não verificamos isto em nosso caso, pelo contrário, os sucessivos *déficits* desencorajariam a complexificação da estrutura produtiva, mas sim sua reiteração, pois a mercadoria que também produzia o superávit já era a produzida.

Mas esta é a explicação econômica, não a explicação de classe que nos propomos a fazer – a luta pelo custeamento do frete foi uma questão de classe; o sistema de monocultura tinha como garantia ao credor a entrega de produtos primários, que por sua vez é uma forma de luta de classes que ressaltava essa estrutura econômica já especializada. Quer por uma análise estritamente econômica, mas com suas considerações sobre classe, não há capital remanescente capaz de ensejar o desenvolvimento de qualquer manufatura, que ressalta uma tese esquecida do Sistema Colonial.

Como última consideração, analisamos a fundação e funcionamento da Ferraria Real, e demonstramos através de comparação com a industrialização inglesa e soviética que a Ferraria, talvez o caso mais notável de uma manufatura local, nunca constituiria uma forma de dinamização e/ou desenvolvimento de manufaturas, mas sim de uma produção subjugada e acessória.

Por que as comparações com outras economias foram necessárias? Porque somente após a mudança de regimes políticos, de estruturas de classe, é que a economia destes países demonstrou seus problemas para uma nova ordem social; conseqüentemente, também foi apenas o Estado, sob nova direção, que foi capaz de superar os problemas que uma economia sem planejamento não é – a industrialização japonesa pós-Restauroação Meiji utilizou-se do capital britânico e francês para consolidar-se; a soviética foi forçada a desenvolver a total industrialização e planificação da economia em menos de 20 anos, que até a atualidade põe a Rússia como o país com maior indústria siderúrgica, e a chinesa a abrir partes de seu país ao mercado para obter o capital necessário, visto a inexistência de capital disponível para investimentos. A transição destas economias revela problemas que a própria economia do Brasil colonial possui, e as relaciona de forma com o passado e presente que historiadores não o fazem.

Não se trata de que estes problemas da economia contemporânea brasileira esteja presente em forma e conteúdo em um passado de 200 anos, mas que as causas dessa forma e conteúdo atual tenham suas raízes em mais de 200 anos de um modelo econômico, e que podemos também ver nesses dois séculos que passaram-se as formas encontradas para

transitar de economias primárias ou pobres para economias industriais, que inevitavelmente perpassaram a luta de classe destes países – proletários e camponeses na União Soviética e China, e senhores feudais no Japão; como também vemos as formas fracassadas de transição, que deram-se igualmente por razões econômicas e de classe: comerciantes e senhores de engenho no Brasil colonial e imperial; classe agroexportadora no Equador, entre inúmeros outros exemplos de sucesso e fracasso na história semi-recente do capitalismo.

Por que, então, este trabalho tem como seu título “*o giro do comércio será sempre o mesmo*”? Por que a produção para *valores de troca* suscita um tipo de produção, resultando em especialização econômica e uma forma de luta de classes que reitera este mesmo tipo de produção. A produção será sempre a mesma, assim como sua circulação.

Entretanto, o que foi escrito acima são aquilo que podemos chamar de *conclusões primárias*, isto é, aquelas que concernem predominantemente ao estudo do período colonial. Elas são as mais centrais a este trabalho, mas não as consideramos as mais importantes, em verdade, aqui escreveremos nossas *conclusões secundárias*, aquelas que genuinamente achamos serem contribuições que extrapolem os limites temporais do período estudado e algo possam acrescentar, e que a chamaremos “*da função de classe do historiador na sociedade contemporânea*”

Aqui, faremos a separação entre duas descrições diferentes, sendo a primeira presente durante todo o trabalho, enquanto a segunda apenas aqui: abandonamos a presença autoral como um ser do plural, que mantém uma falsa noção de proximidade entre o autor e o leitor. Aqui, há claramente minha pessoa em contraposição ao leitor.

Por que esta separação agora? Porque não há mais necessidade que o leitor acompanhe minha linha de raciocínio como se ambos compartilhassem de algo mais que não seja o ritmo das palavras que foram escritas. Aqui estão, inexoravelmente, duas ideias distintas, e quero escrevê-las como minhas, e não como em uma intersecção entre meus pensamentos, a evidência e a leitura que predomina na descrição plural de minha pessoa com quem lê.

Possuo uma relação paradoxal com Marc Bloch. Toda a historiografia brasileira contemporânea o possui como um ponto epistemológico fundamental do fazer historiográfico e, por ser eu mesmo um historiador, também faço parte deste grupo. Mas da mesma maneira que vejo Marc Bloch como uma ascendência para explicar o passado através dos problemas do presente, não posso evitar de ver que uma série de contradições da historiografia brasileira atual são oriundas dos escritos do historiador francês. Não são citações grandes, nem memoráveis, mas concepções pequenas percebidas nas entrelinhas entre as grandes. Devido a

sua natureza secundária, não se surpreende que não se dê atenção a elas: mais que isso, alguém só dará se efetivamente as estiver procurando. Sou um marxista, escrevo este texto como um, e as encontrei desta forma e não por mero acaso. Escrevi um destes exemplos no primeiro capítulo, em que Marc Bloch criticou o uso da palavra “*origem*” para explicar processos históricos.

Este pequeno exemplo serviu para demonstrar como uma palavra pode deslegitimar toda uma forma de pensamento: o caso mais notável é “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” de Friedrich Engels, que devido a mera escolha da palavra que foi depois rechaçada por Marc Bloch, acaba por deslegitimar toda uma obra em seu título. Em verdade, isto não é a causa para a deslegitimação do marxismo na academia brasileira, mas apresenta sintomas de seu começo. Por isso entramos numa contradição: quando Bloch escreveu em seu “*Apologia da História ou O ofício do historiador*” e abriu a obra com “*Papai, então me explica para que serve a história*”. Assim, um garoto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai historiador” (BLOCH, 2001, p.41) terminou por criar um problema que até hoje suscita respostas, ao meu ver insuficientes, sobre o por quê de nossa ciência e função.

Muito se fala de “*função social*” da História e do historiador. Entretanto, as respostas tendem a ser usuais: para trazer a memória do passado contra as injustiças do presente, ou algo nestas linhas que mude um pouco a retórica da frase, mas não sua essência; isto porque não é mais cientificamente aceito sob a égide do irracionalismo vigente que através da História possamos através do estudo do passado compreender as questões do presente. Entretanto, apesar dos esforços de milhares de historiadores em fazerem as memórias presentes – memórias das ditaduras, memórias da redemocratização, memórias da política, entre tanta outras – não foram capazes de cumprir com sua função social, e testemunhamos a ascensão de explícitas mentiras históricas como a associação entre comunismo e nazismo. É hora de propor uma explicação para isso: *a resposta nunca esteve errada, mas a pergunta sim.*

A pergunta – *qual a função social do historiador* é incapaz de ensejar uma resposta convincente. Por que? Porque, no fundo, esta pergunta fundamentalmente é uma contradição: se utilizamos a terminologia “*função social*”, estamos supondo que existe uma função formada dentro da sociabilidade existente dentro da sociedade vigente que realiza crítica a si mesma. Entretanto, a *sociedade* é, em última instância, um conceito formalista positivo – *o conceito de sociedade obscurece a existência do conceito de classe, pois assume diferenças*

circunstanciais e não estruturais contraditórias, desta forma, obscurece as contradições existentes nesta sociedade de classes, e insere a historiografia como a reprodutora do status quo de nossa sociabilidade. Não, a pergunta que a historiografia deve fazer não é qual a nossa função social enquanto historiadores; a real pergunta que podemos encontrar solução é: qual nossa função de classe enquanto historiadores?

Qual a diferença fundamental? A segunda pergunta insere o historiador diretamente na luta de classes moderna – mas algum cínico dirá: onde há luta de classes moderna? Na precarização do trabalho testemunhada no Brasil e no centro do capitalismo para salvar uma taxa de lucro que vem caindo há 10 anos, produto estrutural do modo de produção; no assalto dos capitalistas de Wall Street contra o petróleo sírio e venezuelano, esbarrando nas classes trabalhadoras destes países; na vitória do socialismo coreano em seu caminho para a paz na península, no que foi um dos maiores desafios que uma sociedade teve de enfrentar, caracterizando *o primeiro e único* país de terceiro mundo a equiparar-se tecnologicamente as armas do imperialismo americano e resisti-lo⁷⁵; nos esforços americanos de destruir o Estado socialista chinês e pôr fim a última grande fronteira que impeça o século americano, como diz Domenico Losurdo.

A segunda pergunta diretamente apresenta um objeto palpável que nos possibilite realizar novas perguntas e soluções. Desta forma, só existem duas alternativas neste cenário – ou o historiador está do lado da emancipação da classe trabalhadora, ou está contra ela, quer seja ativo neste segundo caso ou não. Isto independe dele efetivamente ser um reprodutor consciente da hegemonia dos grandes capitalistas; apenas a existência do fetiche da dissociação do presente para com o passado, praga que assola os estudiosos dos períodos mais remotos da história nacional e internacional, garante a reprodução do modo de produção dominante pois nenhum obstáculo é a ele.

O que foi, portanto, este trabalho? De um lado, apresentei problemas específicos da economia colonial, mas aqueles que poderiam estar interessados nisto para alterarem sua realidade jazem em túmulos de dois séculos. Por outro lado, deliberadamente defendi posturas incomuns, afirmei problemas que vão contra todo o *mainstream* acadêmico vigente, e esforcei-me por reabilitar um vocabulário esquecido não por acidente, mas por um projeto de classe dominante e por um projeto de pequena-burguesia – *valor, luta de classes, marxismo-leninismo, revisionismo, imperialismo*, entre inúmeros outros.

⁷⁵ Redigi sobre os problemas da península coreana, os caminhos e desafios atuais que a região passa em artigo intitulado “*Perigo Amarelo: história, política e economia na península coreana*”

A colônia foi, por décadas, a nossa maior fonte de explicações para os problemas contemporâneos; este projeto que me referi separou a colônia do país, de modo que o Estado do Brasil vive nos seus trópicos de séculos atrás, e que possuímos um diálogo de surdos entre o passado e presente brasileiro, diálogo este que não é real, mas produzido socialmente *dentro das contradições e interesses de classe*. Reabilitar a colônia para o presente nacional é uma necessidade *política, de classe*, pois o que mantém as mazelas sociais atuais são contradições seculares, nunca solucionadas. Mas há algo estranho – falei muito da economia colonial e pouco das classes brasileiras, mas aqui encontra-se outra chave do raciocínio – seguindo as palavras do presidente chinês Xi Jinping – apenas o socialismo é capaz de desenvolver a China⁷⁶ – a solução dos problemas de classe do Brasil *inevitavelmente terão de passar pela economia*, superando as contradições que as mantêm subjugadas ao imperialismo.

Portanto, ao fim disto, o que foi meu trabalho? Este trabalho foi *a minha função de classe enquanto historiador*, na medida do que achei que fui capaz de fazer, contra o irracionalismo, o obscurantismo, o revisionismo e as demais formas de luta de classe ideológica de uma única área da historiografia que ensobram a relação entre passado e presente.

⁷⁶ <http://www.ecns.cn/news/politics/2018-05-04/detail-ifytxtex5058929.shtml>

FONTES PRIMÁRIAS

AHU_CU_015, Cx. 23, D. 2094.
AHU_CU_015, Cx. 83, D. 6919.
AHU_CU_015, Cx. 90, D. 7221.
AHU_CU_015, Cx. 133, D. 10009.
AHU_CU_015, Cx. 135, D. 10132.
AHU_CU_015, Cx. 135, D. 10133.
AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10152.
AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10156.
AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10170.
AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10186.
AHU_CU_015, Cx. 137, D. 10196.
AHU_CU_015, Cx. 137, D. 10229.
AHU_CU_015, Cx. 138, D. 10255.
AHU_CU_015, Cx. 138, D. 10277.
AHU_CU_015, Cx. 139, D. 10303.
AHU_CU_015, Cx. 139, D. 10320.
AHU_CU_015, Cx. 139, D. 10328.
AHU_CU_015, Cx. 139, D. 10338.
AHU_CU_015, Cx. 140, D. 10355.
AHU_CU_015, Cx. 140, D. 10367.
AHU_CU_015, Cx. 140, D. 10374.
AHU_CU_015, Cx. 140, D. 10382.
AHU_CU_015, Cx. 141, D. 10397.
AHU_CU_015, Cx. 141, D. 10409.
AHU_CU_015, Cx. 142, D. 10441.
AHU_CU_015, Cx. 142, D. 10455.
AHU_CU_015, Cx. 142, D. 10471.
AHU_CU_015, Cx. 143, D. 10508.
AHU_CU_015, Cx. 143, D. 10515.
AHU_CU_015, Cx. 143, D. 10524.
AHU_CU_015, Cx. 143, D. 10531.

AHU_CU_015, Cx. 144, D. 10553.
AHU_CU_015, Cx. 144, D. 10580.
AHU_CU_015, Cx. 145, D. 10595.
AHU_CU_015, Cx. 145, D. 10615.
AHU_CU_015, Cx. 145, D. 10633.
AHU_CU_015, Cx. 146, D. 10672.
AHU_CU_015, Cx. 147, D. 10717.
AHU_CU_015, Cx. 147, D. 10728.
AHU_CU_015, Cx. 147, D. 10737.
AHU_CU_015, Cx. 147, D. 10744.
AHU_CU_015, Cx. 147, D. 10755.
AHU_CU_015, Cx. 148, D. 10766.
AHU_CU_015, Cx. 148, D. 10800.
AHU_CU_015, Cx. 148, D. 10819.
AHU_CU_015, Cx. 149, D. 10846.
AHU_CU_015, Cx. 149, D. 10869.
AHU_CU_015, Cx. 149, D. 10877.
AHU_CU_015, Cx. 150, D. 10906.
AHU_CU_015, Cx. 150, D. 10914.
AHU_CU_015, Cx. 150, D. 10924.
AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10934.
AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10944.
AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10949.
AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10966.
AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10969.
AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10983.
AHU_CU_015, Cx. 152, D. 11005.
AHU_CU_015, Cx. 152, D. 11013.
AHU_CU_015, Cx. 152, D. 11018.
AHU_CU_015, Cx. 153, D. 11034.
AHU_CU_015, Cx. 153, D. 11047.
AHU_CU_015, Cx. 153, D. 11058.
AHU_CU_015, Cx. 153, D. 11071.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11078.
AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11089.
AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11093.
AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11098.
AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11104.
AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11112.
AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11121.
AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11131.
AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11135.
AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11143.
AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11150.
AHU_CU_015, Cx. 155, D. 11176.
AHU_CU_015, Cx. 155, D. 11192.
AHU_CU_015, Cx. 155, D. 11225.
AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11238.
AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11252.
AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11259.
AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11273.
AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11280.
AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11285.
AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11306.
AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11316.
AHU_CU_015, Cx. 157, D. 11333.
AHU_CU_015, Cx. 157, D. 11342.
AHU_CU_015, Cx. 157, D. 11350.
AHU_CU_015, Cx. 157, D. 11384.
AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11434.
AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11440.
AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11448.
AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11457.
AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11463.
AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11472.
AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11487.

AHU_CU_015, Cx. 160, D. 11497.
AHU_CU_015, Cx. 160, D. 11515.
AHU_CU_015, Cx. 160, D. 11525.
AHU_CU_015, Cx. 160, D. 11537.
AHU_CU_015, Cx. 161, D. 11560.
AHU_CU_015, Cx. 161, D. 11590.
AHU_CU_015, Cx. 161, D. 11591.
AHU_CU_015, Cx. 162, D. 11619.
AHU_CU_015, Cx. 162, D. 11630.
AHU_CU_015, Cx. 162, D. 11642.
AHU_CU_015, Cx. 163, D. 11657.
AHU_CU_015, Cx. 163, D. 11680.
AHU_CU_015, Cx. 163, D. 11685.
AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11699.
AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11704.
AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11719.
AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11734.
AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11745.
AHU_CU_015, Cx. 165, D. 11767.
AHU_CU_015, Cx. 165, D. 11783.
AHU_CU_015, Cx. 166, D. 11811.
AHU_CU_015, Cx. 166, D. 11816.
AHU_CU_015, Cx. 167, D. 11860.
AHU_CU_015, Cx. 168, D. 11877.
AHU_CU_015, Cx. 168, D. 11891.
AHU_CU_015, Cx. 168, D. 11904.
AHU_CU_015, Cx. 168, D. 11908.
AHU_CU_015, Cx. 169, D. 11935.
AHU_CU_015, Cx. 169, D. 11944.
AHU_CU_015, Cx. 169, D. 11961.
AHU_CU_015, Cx. 170, D. 11970.
AHU_CU_015, Cx. 170, D. 11989.
AHU_CU_015, Cx. 170, D. 12001.

AHU_CU_015, Cx. 170, D. 12013.
AHU_CU_015, Cx. 170, D. 12022.
AHU_CU_015, Cx. 171, D. 12038.
AHU_CU_015, Cx. 171, D. 12044.
AHU_CU_015, Cx. 171, D. 12052.
AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12098.
AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12104.
AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12114.
AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12122.
AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12133.
AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12139.
AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12146.
AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12154.
AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12162.
AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12174.
AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12178.
AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12183.
AHU_CU_015, Cx. 174, D. 12195.
AHU_CU_015, Cx. 174, D. 12200.
AHU_CU_015, Cx. 174, D. 12208.
AHU_CU_015, Cx. 174, D. 12233.
AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12261.
AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12277.
AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12290.
AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12305.
AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12313.
AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12321.
AHU_CU_015, Cx. 176, D. 12332.
AHU_CU_015, Cx. 176, D. 12338.
AHU_CU_015, Cx. 176, D. 12356.
AHU_CU_015, Cx. 176, D. 12360.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12373.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12384.

AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12392.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12398.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12412.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12424.
AHU_CU_015, Cx. 178, D. 12443.
AHU_CU_015, Cx. 178, D. 12454.
AHU_CU_015, Cx. 178, D. 12477.
AHU_CU_015, Cx. 179, D. 12500.
AHU_CU_015, Cx. 179, D. 12513.
AHU_CU_015, Cx. 178, D. 12472.
AHU_CU_015, Cx. 179, D. 12524.
AHU_CU_015, Cx. 179, D. 12533.
AHU_CU_015, Cx. 179, D. 12538.
AHU_CU_015, Cx. 180, D. 12553.
AHU_CU_015, Cx. 180, D. 12559.
AHU_CU_015, Cx. 180, D. 12572.
AHU_CU_015, Cx. 180, D. 12575.
AHU_CU_015, Cx. 180, D. 12586.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12594.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12597.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12599.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12617.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12621.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12637.
AHU_CU_015, Cx. 182, D. 12653.
AHU_CU_015, Cx. 182, D. 12662.
AHU_CU_015, Cx. 182, D. 12690.
AHU_CU_015, Cx. 182, D. 12694.
AHU_CU_015, Cx. 182, D. 12705.
AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12710.
AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12719.
AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12722.
AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12733.

AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12750.
AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12760.
AHU_CU_015, Cx. 184, D. 12769.
AHU_CU_015, Cx. 184, D. 12778.
AHU_CU_015, Cx. 184, D. 12808.
AHU_CU_015, Cx. 184, D. 12812.
AHU_CU_015, Cx. 184, D. 12821.
AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12837.
AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12845.
AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12850.
AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12858.
AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12864.
AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12869.
AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12872.
AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12880.
AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12895.
AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12901.
AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12910.
AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12917.
AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12927.
AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12933.
AHU_CU_015, Cx. 187, D. 12949.
AHU_CU_015, Cx. 187, D. 12983.
AHU_CU_015, Cx. 187, D. 12992.
AHU_CU_015, Cx. 188, D. 13005.
AHU_CU_015, Cx. 188, D. 13016.
AHU_CU_015, Cx. 188, D. 13027.
AHU_CU_015, Cx. 189, D. 13047.
AHU_CU_015, Cx. 189, D. 13054.
AHU_CU_015, Cx. 189, D. 13064.
AHU_CU_015, Cx. 189, D. 13068.
AHU_CU_015, Cx. 190, D. 13115.
AHU_CU_015, Cx. 190, D. 13125.

AHU_CU_015, Cx. 190, D. 13133.
AHU_CU_015, Cx. 190, D. 13152.
AHU_CU_015, Cx. 191, D. 13163.
AHU_CU_015, Cx. 191, D. 13183.
AHU_CU_015, Cx. 191, D. 13204.
AHU_CU_015, Cx. 192, D. 13220.
AHU_CU_015, Cx. 192, D. 13226.
AHU_CU_015, Cx. 192, D. 13242.
AHU_CU_015, Cx. 192, D. 13249.
AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13258.
AHU_CU_015, Cx. 201, D. 13763.
AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13264.
AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13277.
AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13281.
AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13292.
AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13300.
AHU_CU_015, Cx. 194, D. 13314.
AHU_CU_015, Cx. 194, D. 13332.
AHU_CU_015, Cx. 194, D. 13354.
AHU_CU_015, Cx. 195, D. 13415.
AHU_CU_015, Cx. 195, D. 13430.
AHU_CU_015, Cx. 196, D. 13473.
AHU_CU_015, Cx. 196, D. 13490.
AHU_CU_015, Cx. 197, D. 13509.
AHU_CU_015, Cx. 197, D. 13553.
AHU_CU_015, Cx. 198, D. 13594.
AHU_CU_015, Cx. 198, D. 13601.
AHU_CU_015, Cx. 198, D. 13620.
AHU_CU_015, Cx. 199, D. 13639.
AHU_CU_015, Cx. 199, D. 13649.
AHU_CU_015, Cx. 199, D. 13655.
AHU_CU_015, Cx. 199, D. 13658.
AHU_CU_015, Cx. 200, D. 13707.

AHU_CU_015, Cx. 200, D. 13723.
AHU_CU_015, Cx. 201, D. 13743.
AHU_CU_015, Cx. 202, D. 13823.
AHU_CU_015, Cx. 207, D. 14107.
AHU_CU_015, Cx. 208, D. 14156.
AHU_CU_015, Cx. 212, D. 14381.
AHU_CU_015, Cx. 213, D. 14493.
AHU_CU_015, Cx. 215, D. 14583.
AHU_CU_015, Cx. 216, D. 14592.
AHU_CU_015, Cx. 217, D. 14682.
AHU_CU_015, Cx. 218, D. 14757.
AHU_CU_015, Cx. 218, D. 14795.
AHU_CU_015, Cx. 220, D. 14892.
AHU_CU_015, Cx. 222, D. 15025.
AHU_CU_015, Cx. 223, D. 15109.
AHU_CU_015, Cx. 224, D. 15140.
AHU_CU_015, Cx. 224, D. 15176.
AHU_CU_015, Cx. 225, D. 15197.
AHU_CU_015, Cx. 225, D. 15231.
AHU_CU_015, Cx. 228, D. 15437.
AHU_CU_015, Cx. 228, D. 15447.
AHU_CU_015, Cx. 229, D. 15508.
AHU_CU_015, Cx. 231, D. 15611.
AHU_CU_015, Cx. 232, D. 15638.
AHU_CU_015, Cx. 232, D. 15643.
AHU_CU_015, Cx. 232, D. 15683.
AHU_CU_015, Cx. 232, D. 15690.
AHU_CU_015, Cx. 233, D. 15705.
AHU_CU_015, Cx. 233, D. 15717.
AHU_CU_015, Cx. 233, D. 15730.
AHU_CU_015, Cx. 233, D. 15735.
AHU_CU_015, Cx. 233, D. 15754.
AHU_CU_015, Cx. 233, D. 15756.

AHU_CU_015, Cx. 234, D. 15775.
AHU_CU_015, Cx. 234, D. 15805.
AHU_CU_015, Cx. 234, D. 15831.
AHU_CU_015, Cx. 234, D. 15838.
AHU_CU_015, Cx. 234, D. 15841.
AHU_CU_015, Cx. 234, D. 15842.
AHU_CU_015, Cx. 236, D. 15886.
AHU_CU_015, Cx. 236, D. 15887.
AHU_CU_015, Cx. 236, D. 15912.
AHU_CU_015, Cx. 237, D. 15970.
AHU_CU_015, Cx. 239, D. 16025.
AHU_CU_015, Cx. 239, D. 16037.
AHU_CU_015, Cx. 239, D. 16076.
AHU_CU_015, Cx. 240, D. 16118.
AHU_CU_015, Cx. 240, D. 16131.
AHU_CU_015, Cx. 241, D. 16161.
AHU_CU_015, Cx. 241, D. 16178.
AHU_CU_015, Cx. 241, D. 16193.
AHU_CU_015, Cx. 241, D. 16196.
AHU_CU_015, Cx. 241, D. 16200.
AHU_CU_015, Cx. 242, D. 16205.
AHU_CU_015, Cx. 242, D. 16215.
AHU_CU_015, Cx. 242, D. 16241.
AHU_CU_015, Cx. 242, D. 16256.
AHU_CU_015, Cx. 243, D. 16282.
AHU_CU_015, Cx. 243, D. 16299.
AHU_CU_015, Cx. 244, D. 16338.
AHU_CU_015, Cx. 244, D. 16346.
AHU_CU_015, Cx. 244, D. 16360.
AHU_CU_015, Cx. 244, D. 16365.
AHU_CU_015, Cx. 244, D. 16391.
AHU_CU_015, Cx. 245, D. 16423.
AHU_CU_015, Cx. 245, D. 16462.

AHU_CU_015, Cx. 246, D. 16468.
AHU_CU_015, Cx. 246, D. 16521.
AHU_CU_015, Cx. 247, D. 16560.
AHU_CU_015, Cx. 247, D. 16578.
AHU_CU_015, Cx. 247, D. 16583.
AHU_CU_015, Cx. 247, D. 16595.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16608.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16613.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16626.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16643.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16644.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16655.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16659.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16663.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16664.
AHU_CU_015, Cx. 249, D. 16694.
AHU_CU_015, Cx. 249, D. 16695.
AHU_CU_015, Cx. 249, D. 16703.
AHU_CU_015, Cx. 249, D. 16720.
AHU_CU_015, Cx. 250, D. 16741.
AHU_CU_015, Cx. 250, D. 16759.
AHU_CU_015, Cx. 250, D. 16770.
AHU_CU_015, Cx. 251, D. 16806.
AHU_CU_015, Cx. 251, D. 16850.
AHU_CU_015, Cx. 252, D. 16899.
AHU_CU_015, Cx. 252, D. 16914.
AHU_CU_015, Cx. 252, D. 16929.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16949.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16957.
AHU_CU_015, Cx.253, D.16961.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16974.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16975.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16979.

AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16994.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16997.
AHU_CU_015, Cx. 254, D. 17011.
AHU_CU_015, Cx. 254, D. 17040.
AHU_CU_015, Cx. 254, D. 17047.
AHU_CU_015, Cx. 254, D. 17058.
AHU_CU_015, Cx. 255, D. 17095.
AHU_CU_015, Cx. 256, D. 17131.
AHU_CU_015, Cx. 256, D. 17159.
AHU_CU_015, Cx. 256, D. 17166.
AHU_CU_015, Cx. 256, D. 17180.
AHU_CU_015, Cx. 256, D. 17199.
AHU_CU_015, Cx. 257, D. 17215.
AHU_CU_015, Cx. 257, D. 17220.
AHU_CU_015, Cx. 257, D. 17241.
AHU_CU_015, Cx. 257, D. 17258.
AHU_CU_015, Cx. 257, D. 17268.
AHU_CU_015, Cx. 257, D. 17269.
AHU_CU_015, Cx. 258, D. 17295.
AHU_CU_015, Cx. 258, D. 17326.
AHU_CU_015, Cx. 258, D. 17341.
AHU_CU_015, Cx. 258, D. 17355.
AHU_CU_015, Cx. 259, D. 17358.
AHU_CU_015, Cx. 259, D. 17371.
AHU_CU_015, Cx. 259, D. 17373.
AHU_CU_015, Cx. 259, D. 17380.
AHU_CU_015, Cx. 259, D. 17389.
AHU_CU_015, Cx. 260, D. 17415.
AHU_CU_015, Cx. 260, D. 17428.
AHU_CU_015, Cx. 260, D. 17438.
AHU_CU_015, Cx. 260, D. 17444.
AHU_CU_015, Cx. 260, D. 17453.
AHU_CU_015, Cx. 260, D. 17466.

AHU_CU_ 015, Cx. 261, D. 17505.
AHU_CU_ 015, Cx. 261, D. 17517.
AHU_CU_ 015, Cx. 261, D. 17528.
AHU_CU_ 015, Cx. 262, D. 17559.
AHU_CU_ 015, Cx. 262, D. 17586.
AHU_CU_ 015, Cx. 263, D. 17610.
AHU_CU_ 015, Cx. 263, D. 17617.
AHU_CU_ 015, Cx. 263, D. 17631.
AHU_CU_ 015, Cx. 263, D. 17650.
AHU_CU_ 015, Cx. 263, D. 17654.
AHU_CU_ 015, Cx. 264, D. 17676.
AHU_CU_ 015, Cx. 264, D. 17690.
AHU_CU_ 015, Cx. 265, D. 17718.
AHU_CU_ 015, Cx. 265, D. 17734.
AHU_CU_ 015, Cx. 265, D. 17739.
AHU_CU_ 015, Cx. 266, D. 17760.
AHU_CU_ 015, Cx. 266, D. 17767.
AHU_CU_ 015, Cx. 266, D. 17799.
AHU_CU_ 015, Cx. 266, D. 17810.
AHU_CU_ 015, Cx. 267, D. 17823.
AHU_CU_ 015, Cx. 267, D. 17828.
AHU_CU_ 015, Cx. 267, D. 17832.
AHU_CU_ 015, Cx. 267, D. 17840.
AHU_CU_ 015, Cx. 267, D. 17851.
AHU_CU_ 015, Cx. 269, D. 17909.
AHU_CU_ 015, Cx. 270, D. 17938.

REFERÊNCIAS

ALDEN, Dauril. **Late colonial Brazil**. In: BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge History of Latin America**. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AMIR, Samin. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ANDERSON, Perry. **Considerations on Western Marxism**. 1ª ed. Londres: Verso, 1989.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil** por suas drogas, e minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar; plantar & beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, & descobrir as da prata [1711]. Em:
<<https://archive.org/details/culturaeopulenci00anto>>. Acesso em 30/03/2018.

BARBON, Nicholas If-Christ-Had-Not-Died-For-Thee-Thou-Hadst-Been-Damned. **A Discourse of Trade** [1690]. Em:
<<https://www.marxists.org/reference/subject/economics/barbon/trade.htm>>. Acesso em 26/03/2018.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almôedo de. **Fontes Repatriadas**. 1ª ed. Recife: EDUFPE, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOTTOMORE, Tom. **A Dictionary of Marxist Thought**. 2ª ed. Oxford: Blackwell, 1991.

BLÖMSTROM, Magnus; HETTNE, Björn. **Development theory in transition: the dependency debate & beyond**: third world responses. 1ª ed. Londres: Zed Books Ltd., 1984.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. Vol.1. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História e ciências sociais**. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio Forastieri da (orgs.). Nova História em perspectiva. Vol.1. 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil**. Século XVIII. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

CARVALHO, Albenzo Dias de. **O Revisionismo Albanês de Amazonas e sua crítica “demolidora” do maoísmo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Difusora Editora Gráfica, 2006.

CENSO Demográfico do IBGE, 1960.

CENSO Demográfico do IBGE, 2010.

CHANG, Ha-Joon. **Economia**: Modo de usar. 1ª ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

CONTI, Paulo Fillipy de Souza. **A casa das qualidades, pesos e preços**: a Mesa da Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco (1752-1777). [Dissertação de mestrado], UFPE, 2016.

CORREA, Rafael. **Equador: da noite neoliberal à Revolução Cidadã**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino (org.); MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 1ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

DOSTOIEVSKI, Fiodor. **Notas do Subsolo**. 1ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DRURY, Colin. **Mark Carney warns robots taking jobs could lead to rise of Marxism**. In: <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/mark-carney-marxism-automation-bank-of-england-governor-job-losses-capitalism-a8304706.html>. Acessado em 01/07/2018.

EAGLETON, Terry. **Why Marx was right**. 1ª ed. Yale: Yale University Press, 2011.

_____. **After theory**. 1ª ed. New York: Basic Books, 2003.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: a Revolução da Ciência segundno o senhor Eugen Dühring [1878]**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado [1884]**. Em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/cap09.htm>. Acesso em 15/04/2018.

_____. **Socialism: Utopian and Scientific**. Em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1880/soc-utop/index.htm>. Acesso em 15/04/2018.

ENTREVISTA de Ha Joon Chang, economista sul-coreano, com Regiane Oliveira. In: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/economia/1515177346_780498.html?%3Fid_exter_no_rsoc=FB_BR_CM. Acessado em 04/02/2018.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Introdução**. In: MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política [1859]**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (orgs). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790 – 1830**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no império português (séculos XVI e XVII)**. In: *Dimensões*. V.13, N.1, p.14-27, 2001.

_____. **Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio.** In: História (São Paulo). V.31, N.2, p.106-145, 2012.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento.** 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Capitalism and underdevelopment in Latin America:** historical studies of Chile and Brazil. 1ª ed. New York: Monthly Review Press, 1969.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O cristão e o converso ou uma parábola genealógica no sertão de Pernambuco.** In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **Dom João V e a década de 1720:** novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas. In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. O Brasil Colonial, volume 3 (ca. 1720-1821). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GALA, Paulo. **A América Latina não conseguiu completar o salto dos produtos simples para os produtos complexos.** Em: <<http://www.paulogala.com.br/a-america-latina-nao-conseguiu-dar-o-salto-dos-produtos-simples-para-os-produtos-complexos/>>. Acesso em 21/01/2019.

GARCIA, Elisa Frühauf. **Trocas, guerras e alianças na formação da sociedade colonial.** In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). O Brasil Colonial. Vol 1. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014c.

GORENDER, Jacob. **Apresentação.** In: MARX, Karl. **O Capital** [1867]. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HARNECKER, Marta. **On Social Classes.** In: Theoretical Review. V.20.N.1.p.15-39, 1981. Em: <<https://www.marxists.org/history/erol/periodicals/theoretical-review/tr-20-2.pdf>>. Acesso em 02/04/2018.

HARVEY, David. **Para entender O capital.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERÁCLITO, de Efeso. In: KAHN, Charles H. **The art and thought of Heraclitus.** 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Viva la Revolución:** a era das utopias na América Latina. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **A Era das Revoluções.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

JACQUES, Martin. **When China Rules the World:** the end of the western world and the birth of a new global order. 1ª ed. Londres: Penguin Books, 2012.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros:** Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Colônia de povoamento e colônia de exploração**. Reflexões e questionamentos sobre um mito. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: Historiografia e ensino de história. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KELLNER, Douglas. **Western Marxism**. In: HARRINGTON, Austin (org.). **Modern Social Theory: An Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **The Development of Capitalism in Russia** [1899]. 4ª ed. Moscou: Progress Publisher, 1964. Em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1899/dcr8viii/viii8vi.htm>>. Acesso em 25/03/2018.

_____. **On the Slogan for a United States of Europe** [1915]. 1ª ed. Moscou: Progress Publisher, 1974. Em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/aug/23.htm>>. Acesso em 25/03/2018.

_____. **Imperialism: the Highest Stage of Capitalism** [1916]. 1ª ed. Moscou: Progress Publisher, 1963. Em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/ch04.htm>>. Acesso em 25/03/2018.

_____. **What the “Friends of the People” Are and How They Fight the Social-Democrats** [1894]. Em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1894/friends/06.htm>>. Acesso em 02/04/2018.

_____. **A Great Beginning** [1919]. Em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/jun/19.htm>>. Acesso em 02/04/2018.

_____. **O Estado e a Revolução** [1917]. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes**: uma história política e filosófica. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Fuga da História?**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LIMA, M. H. P. **Cidade-campo, urbano-rural: uma contribuição ao debate a partir de pequenas cidades em Minas Gerais**. [Tese de doutorado]. UFRJ, 2007.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: *Actuel Marx*, Paris, n.18, p.73-80, 1995.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. Vol 1. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Sobre a Dialética da Dependência**. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs.). Ruy Mauro Marini. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital** [1867]. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista** [1848]. 1ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2009.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política** [1859]. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Marx to J. Weydemeyer in New York**. Em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1852/letters/52_03_05-ab.htm>. Acesso em 15/04/2018.

MATTOS, Hebe. **Colonização e escravidão no Brasil – Memória e historiografia**. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol 1. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014c.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**. O paradoxo do Iluminismo. 1º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS, Tiago Silva. **“O sertão vai para o além-mar”**: a relação centro e periferia e as fábricas de couro em Pernambuco nos setecentos. [Dissertação de mestrado], UFRN, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

_____. **A Fronda dos Mazombos**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **Olinda Restaurada**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. **Frei Caneca ou a outra Independência**. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Caneca, Frei do Amor Divino*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

MILZA, Pierre. **Política interna e política externa**. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MOREIRA, Ciro. **Gradientes teóricos**: falácias de não-falácias historiográficas [Monografia de conclusão de curso]. UFPE, 2017.

_____. **Perigo Amarelo**: história, política e economia na península coreana. In: *Leste Vermelho*, V.3, N.2, p.49-86, 2017.

MORTARI, Cezar. **Introdução à lógica**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MOUFAWAD-PAUL, J. **Continuity and Rupture**. 1ª ed. Washington: Zero Books, 2016.

_____. **Class Struggle in the Terrain of Theory Again!**. Em: <<http://moufawad-paul.blogspot.com.br/2018/01/class-struggle-in-terrain-of-theory.html>>. Acesso em 23/03/2018.

MOURA, Alex Silva de. **O beneficiamento do couro e seus agentes na capitania de Pernambuco (1710-1760)**. [Dissertação de mestrado], UFPE, 2014.

PARENTI, Michael. **Blackshirts and Reds: Rational Fascism and the overthrow of Communism**. 1ª ed. São Francisco: City Lights Books, 1997.

PEDROZA, Manoela. **A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial**. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Brasil Colonial. Vol 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a.

PEDREIRA, Jorge. **A economia política do sistema colonial**. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Brasil Colonial. Vol 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a.

POZZI, Pablo. A CIA, Braudel, Foucault e Lévi-Strauss. Em: <<http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/a-cia-braudel-foucault-e-levi-strauss/03072017/>>. Acesso em 1/05/2018.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. **História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

_____. **História Econômica do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **A revolução brasileira; a questão agrária no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PUFENDORF, Samuel von. **First Book on the Duty of Man and Citizen [1673]**. Em: <<https://www.marxists.org/reference/subject/economics/pufendorf/ch14.htm>>. Acesso em 26/03/2018.

REIS, José Carlos. **História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RÉMOND, René. **Uma história presente**. In: RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCKHILL, Gabriel. **The CIA Reads French Theory: on the intellectual labor of dismantling the cultural left**. Em: <<http://thephilosophicalsalon.com/the-cia-reads-french-theory-on-the-intellectual-labor-of-dismantling-the-cultural-left/>>. Acesso em 1/05/2018.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII**. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Brasil Colonial. Vol 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a.

_____. **Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional**. In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. O Brasil colonial. Vol 2. 1ª ed: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b.

_____. **A economia do império português no período pombalino.** In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia. A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. **Sexteto pernambuco: Evaldo Cabral e a formação da consciência colonial e regional no Nordeste.** In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **O Nordeste açucareiro no Brasil colonial.** In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. O Brasil colonial. Vol 2. 1ª ed: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b.

SILVA, Joyce Helena Ferreira da. **Alterações na estrutura produtiva do Brasil e na China: um estudo comparativo das políticas industriais recentes** [Tese de Doutorado]. UFPE, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei. **A Plebe do Açúcar: A População Livre na Retomada da Jurisdição Portuguesa na Capitania de Pernambuco.** In: História. V. 28. N.1, p.215-241, 2009.

_____. **“Nas Solidões Vastas e Assustadoras”:** os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos século XVII e XVIII. [Tese de Doutorado]. UFPE, 2003.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à Economia Política.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações** [1776]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História e Materialismo Histórico no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Global, 1987.

_____. **Formação Histórica do Brasil.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **Introdução à Revolução Brasileira.** 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

SOUZA, George Félix Cabral de. **Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c.1654-c.1759).** 1ª ed. Recife: EDUFPE, 2012.

STALIN, Joseph. **Foundations of Leninism** [1924]. In: STALIN, Joseph. Works, volume 6. 1ª ed. Moscou: Foreign Publishing House, 1953. Em:

<<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1924/foundations-leninism/index.htm>>. Acesso em 24/03/2018

_____. **History of the Communist Party of the Soviet Union (Bolsheviks).** 1ª ed. Moscou: Foreign Publishing House, 1939. Em:

<<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1939/x01/index.htm>>. Acesso em 24/03/2018.

_____. **Economic problems of socialism in the USSR** [1951]. 1ª ed. Pequim: Foreign Publishing House, 1972. Em:

<<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1951/economic-problems/ch08.htm>>. Acesso em 30/03/2018.

STEUART, James. **An Inquiry into the Principles of Political Economy** [1767]. Em: <https://www.marxists.org/reference/subject/economics/steuart/book1_05.htm#ch08>. Acesso em 02/04/2018.

TROTSKY, Leon. **The History of the Russian Revolution** [1930]. Em: <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1930/hrr/ch01.htm>>. Acesso em 25/03/2018.

_____. **The Permanent Revolution** [1931]. Em: <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/tpr/pr-index.htm>>. Acesso em 25/03/2018.

WALTON, Douglas N. **Lógica informal**: manual de argumentação crítica. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

WHEEN, Francis. **O Capital de Karl Marx**: uma biografia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

WRIGHT, Paulo. **Contribuição ao aprofundamento da análise das relações de produção na agricultura brasileira**. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ANEXO A – LISTA DE DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O 1-PHA**1780:**

AHU_CU_015, Cx. 135, D. 10132.

AHU_CU_015, Cx. 135, D. 10133.

AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10152.

AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10156.

AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10170.

AHU_CU_015, Cx. 136, D. 10186.

AHU_CU_015, Cx. 137, D. 10196.

AHU_CU_015, Cx. 137, D. 10229.

AHU_CU_015, Cx. 138, D. 10255.

AHU_CU_015, Cx. 138, D. 10277.

1781:

AHU_CU_015, Cx. 139, D. 10303.

AHU_CU_015, Cx. 139, D. 10320.

AHU_CU_015, Cx. 139, D. 10328.

AHU_CU_015, Cx. 139, D. 10338.

AHU_CU_015, Cx. 140, D. 10355.

AHU_CU_015, Cx. 140, D. 10367.

AHU_CU_015, Cx. 140, D. 10374.

AHU_CU_015, Cx. 140, D. 10382.

AHU_CU_015, Cx. 141, D. 10397.

AHU_CU_015, Cx. 141, D. 10409.

AHU_CU_015, Cx. 142, D. 10441.

AHU_CU_015, Cx. 142, D. 10455.

AHU_CU_015, Cx. 142, D. 10471.

1782:

AHU_CU_015, Cx. 143, D. 10508.

AHU_CU_015, Cx. 143, D. 10515.

AHU_CU_015, Cx. 143, D. 10524.

AHU_CU_015, Cx. 143, D. 10531.

AHU_CU_015, Cx. 144, D. 10553.

AHU_CU_015, Cx. 144, D. 10580.

AHU_CU_015, Cx. 145, D. 10595.

AHU_CU_015, Cx. 145, D. 10615.

AHU_CU_015, Cx. 145, D. 10633.

AHU_CU_015, Cx. 146, D. 10672.

1783:

AHU_CU_015, Cx. 147, D. 10717.

AHU_CU_015, Cx. 147, D. 10728.

AHU_CU_015, Cx. 147, D. 10737.

AHU_CU_015, Cx. 147, D. 10744.

AHU_CU_015, Cx. 147, D. 10755.

AHU_CU_015, Cx. 148, D. 10766.

AHU_CU_015, Cx. 148, D. 10800.

AHU_CU_015, Cx. 148, D. 10819.

AHU_CU_015, Cx. 149, D. 10846.

AHU_CU_015, Cx. 149, D. 10869.

AHU_CU_015, Cx. 149, D. 10877.

1784:

AHU_CU_015, Cx. 150, D. 10906.

AHU_CU_015, Cx. 150, D. 10914.

AHU_CU_015, Cx. 150, D. 10924.

AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10934.

AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10944.

AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10949.

AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10966.

AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10969.

AHU_CU_015, Cx. 151, D. 10983.

AHU_CU_015, Cx. 152, D. 11005.

AHU_CU_015, Cx. 152, D. 11013.

AHU_CU_015, Cx. 152, D. 11018.

AHU_CU_015, Cx. 153, D. 11034.

AHU_CU_015, Cx. 153, D. 11047.

AHU_CU_015, Cx. 153, D. 11058.

AHU_CU_015, Cx. 153, D. 11071.

1785:

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11078.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11089.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11093.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11098.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11104.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11112.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11121.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11131.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11135.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11143.

AHU_CU_015, Cx. 154, D. 11150.

AHU_CU_015, Cx. 155, D. 11176.

AHU_CU_015, Cx. 155, D. 11192.

AHU_CU_015, Cx. 155, D. 11225.

1786:

AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11238.

AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11252.

AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11259.

AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11273.

AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11280.

AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11285.

AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11306.

AHU_CU_015, Cx. 156, D. 11316.

AHU_CU_015, Cx. 157, D. 11333.

AHU_CU_015, Cx. 157, D. 11342.

AHU_CU_015, Cx. 157, D. 11350.

AHU_CU_015, Cx. 157, D. 11384.

ANEXO B – LISTA DE DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O 2-PHA**1787:**

AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11434.

AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11440.

AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11448.

AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11457.

AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11463.

AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11472.

AHU_CU_015, Cx. 159, D. 11487.

AHU_CU_015, Cx. 160, D. 11497.

AHU_CU_015, Cx. 160, D. 11515.

AHU_CU_015, Cx. 160, D. 11525.

AHU_CU_015, Cx. 160, D. 11537.

AHU_CU_015, Cx. 161, D. 11560.

AHU_CU_015, Cx. 161, D. 11590.

1788:

AHU_CU_015, Cx. 161, D. 11591.

AHU_CU_015, Cx. 162, D. 11619.

AHU_CU_015, Cx. 162, D. 11630.

AHU_CU_015, Cx. 162, D. 11642.

AHU_CU_015, Cx. 163, D. 11657.

AHU_CU_015, Cx. 163, D. 11680.

AHU_CU_015, Cx. 163, D. 11685.

AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11699.

AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11719.

AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11734.

AHU_CU_015, Cx. 164, D. 11745.

AHU_CU_015, Cx. 165, D. 11767.

AHU_CU_015, Cx. 165, D. 11783.

AHU_CU_015, Cx. 166, D. 11816.

1789:

AHU_CU_015, Cx. 167, D. 11860.

AHU_CU_015, Cx. 168, D. 11891.

AHU_CU_015, Cx. 168, D. 11904.

AHU_CU_015, Cx. 168, D. 11908.

AHU_CU_015, Cx. 169, D. 11935.

AHU_CU_015, Cx. 169, D. 11944.

AHU_CU_015, Cx. 169, D. 11961.

AHU_CU_015, Cx. 170, D. 11970.

AHU_CU_015, Cx. 170, D. 11989.

AHU_CU_015, Cx. 170, D. 12001.

AHU_CU_015, Cx. 170, D. 12013.

AHU_CU_015, Cx. 170, D. 12022.

AHU_CU_015, Cx. 171, D. 12038.

AHU_CU_015, Cx. 171, D. 12044.

AHU_CU_015, Cx. 171, D. 12052.

1790:

AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12098.

AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12104.

AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12114.

AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12122.

AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12133.

AHU_CU_015, Cx. 172, D. 12139.

AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12146.

AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12154.

AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12162.

AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12174.

AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12178.

AHU_CU_015, Cx. 173, D. 12183.

AHU_CU_015, Cx. 174, D. 12195.

AHU_CU_015, Cx. 174, D. 12208.

AHU_CU_015, Cx. 174, D. 12233.

AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12261.

AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12277.

1791:

AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12290.

AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12305.
AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12313.
AHU_CU_015, Cx. 175, D. 12321.
AHU_CU_015, Cx. 176, D. 12332.
AHU_CU_015, Cx. 176, D. 12338.
AHU_CU_015, Cx. 176, D. 12356.
AHU_CU_015, Cx. 176, D. 12360.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12373.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12384.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12392.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12398.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12412.
AHU_CU_015, Cx. 177, D. 12424.
AHU_CU_015, Cx. 178, D. 12443.
AHU_CU_015, Cx. 178, D. 12454.
AHU_CU_015, Cx. 178, D. 12477.
AHU_CU_015, Cx. 179, D. 12500.
AHU_CU_015, Cx. 179, D. 12513.

1792:

AHU_CU_015, Cx. 178, D. 12472.
AHU_CU_015, Cx. 179, D. 12524.
AHU_CU_015, Cx. 179, D. 12533.
AHU_CU_015, Cx. 179, D. 12538.
AHU_CU_015, Cx. 180, D. 12553.
AHU_CU_015, Cx. 180, D. 12559.
AHU_CU_015, Cx. 180, D. 12572.
AHU_CU_015, Cx. 180, D. 12575.
AHU_CU_015, Cx. 180, D. 12586.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12594.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12597.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12599.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12617.
AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12621.

AHU_CU_015, Cx. 181, D. 12637.

AHU_CU_015, Cx. 182, D. 12662.

1793:

AHU_CU_015, Cx. 182, D. 12690.

AHU_CU_015, Cx. 182, D. 12694.

AHU_CU_015, Cx. 182, D. 12705.

AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12710.

AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12719.

AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12722.

AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12733.

AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12750.

AHU_CU_015, Cx. 183, D. 12760.

AHU_CU_015, Cx. 184, D. 12769.

AHU_CU_015, Cx. 184, D. 12778.

AHU_CU_015, Cx. 184, D. 12808.

AHU_CU_015, Cx. 184, D. 12812.

ANEXO C – LISTA DE DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O 3-PHA**1794:**

AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12837.

AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12845.

AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12850.

AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12858.

AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12864.

AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12869.

AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12872.

AHU_CU_015, Cx. 185, D. 12880.

AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12895.

AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12901.

AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12910.

AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12917.

AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12927.

AHU_CU_015, Cx. 186, D. 12933.

AHU_CU_015, Cx. 187, D. 12949.

1795:

AHU_CU_015, Cx. 187, D. 12983.

AHU_CU_015, Cx. 187, D. 12992.

AHU_CU_015, Cx. 188, D. 13005.

AHU_CU_015, Cx. 188, D. 13016.

AHU_CU_015, Cx. 188, D. 13027.

AHU_CU_015, Cx. 189, D. 13047.

AHU_CU_015, Cx. 189, D. 13054.

AHU_CU_015, Cx. 189, D. 13064.

AHU_CU_015, Cx. 189, D. 13068.

AHU_CU_015, Cx. 190, D. 13115.

AHU_CU_015, Cx. 190, D. 13125.

AHU_CU_015, Cx. 190, D. 13133.

AHU_CU_015, Cx. 190, D. 13152.

AHU_CU_015, Cx. 191, D. 13163.

AHU_CU_015, Cx. 191, D. 13183.

1796:

AHU_CU_015, Cx. 191, D. 13204.

AHU_CU_015, Cx. 192, D. 13220.

AHU_CU_015, Cx. 192, D. 13226.

AHU_CU_015, Cx. 192, D. 13242.

AHU_CU_015, Cx. 192, D. 13249.

AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13258.

AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13264.

AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13281.

AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13292.

AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13300.

AHU_CU_015, Cx. 194, D. 13314.

AHU_CU_015, Cx. 194, D. 13332.

AHU_CU_015, Cx. 194, D. 13354.

AHU_CU_015, Cx. 195, D. 13415.

AHU_CU_015, Cx. 195, D. 13430.

1797:

AHU_CU_015, Cx. 196, D. 13473.

AHU_CU_015, Cx. 196, D. 13490.

AHU_CU_015, Cx. 197, D. 13553.

AHU_CU_015, Cx. 198, D. 13594.

AHU_CU_015, Cx. 198, D. 13601.

AHU_CU_015, Cx. 198, D. 13620.

AHU_CU_015, Cx. 199, D. 13639.

AHU_CU_015, Cx. 199, D. 13649.

1798:

AHU_CU_015, Cx. 199, D. 13655.

AHU_CU_015, Cx. 199, D. 13658.

AHU_CU_015, Cx. 200, D. 13707.

AHU_CU_015, Cx. 200, D. 13723.

AHU_CU_015, Cx. 201, D. 13743.

AHU_CU_015, Cx. 202, D. 13823.

1799:

AHU_CU_015, Cx. 207, D. 14107.

AHU_CU_015, Cx. 208, D. 14156.

1800:

AHU_CU_015, Cx. 212, D. 14381.

AHU_CU_015, Cx. 213, D. 14493.

AHU_CU_015, Cx. 216, D. 14592.

AHU_CU_015, Cx. 217, D. 14682.

AHU_CU_015, Cx. 218, D. 14757.

AHU_CU_015, Cx. 218, D. 14795.

AHU_CU_015, Cx. 220, D. 14892.

AHU_CU_015, Cx. 222, D. 15025.

ANEXO D – LISTA DE DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O 4-PHA**1801:**

AHU_CU_ 015, Cx. 223, D. 15109.

AHU_CU_ 015, Cx. 224, D. 15140.

AHU_CU_ 015, Cx. 224, D. 15176.

AHU_CU_ 015, Cx. 225, D. 15197.

AHU_CU_ 015, Cx. 225, D. 15231.

AHU_CU_ 015, Cx. 228, D. 15437.

AHU_CU_ 015, Cx. 228, D. 15447.

AHU_CU_ 015, Cx. 229, D. 15508.

1802:

AHU_CU_ 015, Cx. 231, D. 15611.

AHU_CU_ 015, Cx. 232, D. 15643.

AHU_CU_ 015, Cx. 232, D. 15683.

AHU_CU_ 015, Cx. 232, D. 15690.

AHU_CU_ 015, Cx. 233, D. 15705.

AHU_CU_ 015, Cx. 233, D. 15717.

AHU_CU_ 015, Cx. 233, D. 15730.

AHU_CU_ 015, Cx. 233, D. 15735.

AHU_CU_ 015, Cx. 233, D. 15754.

AHU_CU_ 015, Cx. 233, D. 15756.

AHU_CU_ 015, Cx. 234, D. 15775.

AHU_CU_ 015, Cx. 234, D. 15805.

AHU_CU_ 015, Cx. 234, D. 15831.

AHU_CU_ 015, Cx. 234, D. 15838.

AHU_CU_ 015, Cx. 234, D. 15841.

AHU_CU_ 015, Cx. 234, D. 15842.

AHU_CU_ 015, Cx. 236, D. 15886.

AHU_CU_ 015, Cx. 236, D. 15887.

AHU_CU_ 015, Cx. 236, D. 15912.

AHU_CU_ 015, Cx. 237, D. 15970.

AHU_CU_015, Cx. 239, D. 16025.

AHU_CU_015, Cx. 239, D. 16037.

AHU_CU_015, Cx. 239, D. 16076.

1803:

AHU_CU_015, Cx. 240, D. 16118.

AHU_CU_015, Cx. 240, D. 16131.

AHU_CU_015, Cx. 241, D. 16161.

AHU_CU_015, Cx. 241, D. 16178.

AHU_CU_015, Cx. 241, D. 16196.

AHU_CU_015, Cx. 241, D. 16200.

AHU_CU_015, Cx. 242, D. 16205.

AHU_CU_015, Cx. 242, D. 16215.

AHU_CU_015, Cx. 242, D. 16241.

AHU_CU_015, Cx. 242, D. 16256.

AHU_CU_015, Cx. 243, D. 16282.

AHU_CU_015, Cx. 243, D. 16299.

AHU_CU_015, Cx. 244, D. 16338.

AHU_CU_015, Cx. 244, D. 16346.

AHU_CU_015, Cx. 244, D. 16360.

AHU_CU_015, Cx. 244, D. 16365.

AHU_CU_015, Cx. 244, D. 16391.

AHU_CU_015, Cx. 245, D. 16423.

AHU_CU_015, Cx. 245, D. 16462.

AHU_CU_015, Cx. 246, D. 16468.

1804:

AHU_CU_015, Cx. 246, D. 16521.

AHU_CU_015, Cx. 247, D. 16560.

AHU_CU_015, Cx. 247, D. 16578.

AHU_CU_015, Cx. 247, D. 16583.

AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16608.

AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16613.

AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16626.

AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16643.

AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16644.

AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16655.

AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16659.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16663.
AHU_CU_015, Cx. 248, D. 16664.
AHU_CU_015, Cx. 249, D. 16694.
AHU_CU_015, Cx. 249, D. 16695.
AHU_CU_015, Cx. 249, D. 16703.
AHU_CU_015, Cx. 249, D. 16720.
AHU_CU_015, Cx. 250, D. 16741.
AHU_CU_015, Cx. 250, D. 16759.
AHU_CU_015, Cx. 250, D. 16770.
AHU_CU_015, Cx. 251, D. 16806.
AHU_CU_015, Cx. 251, D. 16850.

1805:

AHU_CU_015, Cx. 252, D. 16899.
AHU_CU_015, Cx. 252, D. 16914.
AHU_CU_015, Cx. 252, D. 16929.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16949.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16957.
AHU_CU_015, Cx.253, D.16961
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16974.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16975.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16979.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16994.
AHU_CU_015, Cx. 253, D. 16997.
AHU_CU_015, Cx. 254, D. 17011.
AHU_CU_015, Cx. 254, D. 17040.
AHU_CU_015, Cx. 254, D. 17047.
AHU_CU_015, Cx. 254, D. 17058.
AHU_CU_015, Cx. 255, D. 17095.
AHU_CU_015, Cx. 256, D. 17131.
AHU_CU_015, Cx. 256, D. 17159.
AHU_CU_015, Cx. 256, D. 17166.
AHU_CU_015, Cx. 256, D. 17180.

AHU_CU_ 015, Cx. 256, D. 17199.

AHU_CU_ 015, Cx. 257, D. 17215.

AHU_CU_ 015, Cx. 257, D. 17220.

AHU_CU_ 015, Cx. 257, D. 17241.

AHU_CU_ 015, Cx. 257, D. 17258.

AHU_CU_ 015, Cx. 257, D. 17269.

AHU_CU_ 015, Cx. 258, D. 17295.

1806:

AHU_CU_ 015, Cx. 258, D. 17326.

AHU_CU_ 015, Cx. 258, D. 17341.

AHU_CU_ 015, Cx. 258, D. 17355.

AHU_CU_ 015, Cx. 259, D. 17358.

AHU_CU_ 015, Cx. 259, D. 17371.

AHU_CU_ 015, Cx. 259, D. 17373.

AHU_CU_ 015, Cx. 259, D. 17389.

AHU_CU_ 015, Cx. 260, D. 17415.

AHU_CU_ 015, Cx. 260, D. 17428.

AHU_CU_ 015, Cx. 260, D. 17438.

AHU_CU_ 015, Cx. 260, D. 17444.

AHU_CU_ 015, Cx. 260, D. 17453.

AHU_CU_ 015, Cx. 260, D. 17466.

AHU_CU_ 015, Cx. 261, D. 17505.

AHU_CU_ 015, Cx. 261, D. 17517.

AHU_CU_ 015, Cx. 261, D. 17528.

AHU_CU_ 015, Cx. 262, D. 17559.

AHU_CU_ 015, Cx. 262, D. 17586.

AHU_CU_ 015, Cx. 263, D. 17610.

AHU_CU_ 015, Cx. 263, D. 17617.

AHU_CU_ 015, Cx. 263, D. 17631.

AHU_CU_ 015, Cx. 263, D. 17650.

AHU_CU_ 015, Cx. 263, D. 17654.

AHU_CU_ 015, Cx. 264, D. 17676.

AHU_CU_ 015, Cx. 264, D. 17690.

1807:

AHU_CU_015, Cx. 265, D. 17718.

AHU_CU_015, Cx. 265, D. 17734.

AHU_CU_015, Cx. 265, D. 17739.

AHU_CU_015, Cx. 266, D. 17760.

AHU_CU_015, Cx. 266, D. 17767.

AHU_CU_015, Cx.266, D.17799

AHU_CU_015, Cx. 266, D. 17810.

AHU_CU_015, Cx. 267, D. 17823.

AHU_CU_015, Cx. 267, D. 17832.

AHU_CU_015, Cx. 267, D. 17840.

AHU_CU_015, Cx. 267, D. 17851.

AHU_CU_015, Cx. 269, D. 17909.

AHU_CU_015, Cx. 270, D. 17938.

**ANEXO E – CENSO DEMOGRÁFICO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO EM
1789**

População Masculina					
	Até 7 anos	Até 15 anos	Até 60 anos	Acima de 60	Total
Sé da Cidade de Olinda	848	628	3086	158	4720
São Pedro Mártir de Olinda	133	83	305	44	565
São Pedro do Recife	585	225	2927	163	3900
Santíssimo Sacramento do Recife	1244	1075	3569	275	6163
Povoação da Várzea	471	325	1158	143	2097
São Lourenço da Mata	552	365	1945	116	2978
Santo Antônio de Tracunháem	2994	3402	3001	210	9607
Povoação da Luz	1567	1227	3855	257	6906
Santo Antônio da Mata	812	858	1670	224	3564
Santo Amaro de Jaboatão	1182	817	2284	201	4484
Povoação da Muribeca	617	582	1630	150	2979
Santo Antônio do Cabo	1526	862	3944	229	6561
Ipojuca	1183	994	4313	381	6871
Vila de Serinháem	1042	892	2478	648	5060
Povoação do Una	1458	921	3162	248	5789
São Bento de Porto Calvo	435	162	1061	151	1809
Porto Calvo	769	661	1886	163	3479
Camaragibe	160	505	1365	605	2635
Santa Luzia do Norte	781	451	1340	120	2692
Vila das Alagoas	292	503	1520	124	2439
São Miguel de Alagoas	214	222	1059	133	1628
Palmeira dos Índios	94	42	92	21	249
Vila da Atalaia	590	152	768	102	1612
Santa Ana do Campo Largo	328	212	818	72	1430
Vila do Penedo	806	423	2703	157	4089
São Francisco do Rio Grande do Sul	790	480	1700	205	3175
Vila de Santa Maria dos Índios	92	30	116	8	246
Porto da Folha	682	281	1023	45	2031
Povoação de Cabrobó	690	557	1622	65	2934
Povoação de Limoeiro	14	10	23	4	51
Nossa Senhora da Escada	96	72	177	13	358
São Miguel dos Barreiros	108	75	146	4	333
Porto Real	43	23	124	4	194
Águas Belas	177	115	289	22	603
Vila de Cimbres	230	165	397	32	824
Vila de Assunção	95	142	117	9	363
Povoação de Mirim	255	206	538	62	1061
Povoação de Poxi	401	265	853	72	1591
Povoação de Tacaratu	453	384	883	66	1786

Bom Jardim	501	960	1066	116	2643
Sertão dos Bezerras	468	270	769	61	1568
Garanhuns	300	400	800	90	1590
Pilão Arcado	355	278	926	72	1631
Maranguape	277	245	659	66	1247
Vila de Igarassu	677	636	1535	200	3048
Vila de Itamaracá	819	485	1740	500	3544
Vila de Goiana	3235	1226	6241	633	11335
Tejucupapo	520	260	1216	98	2094
Tacuara	265	281	985	46	1577
Vila da Alhandra de Índios	231	143	262	46	682
Povoação de Itambé	1180	843	1560	139	3722

População Feminina					
	Até 7 anos	Até 14 anos	Até 50 anos	Acima de 50	Total
Sé da Cidade de Olinda	911	561	3313	1065	5850
São Pedro Mártir de Olidna	138	98	343	79	658
São Pedro do Recife	523	386	2706	308	3923
Santíssimo Sacramento do Recife	953	1072	5038	470	7533
Povoação da Várzea	461	380	1232	305	2378
São Lourenço da Mata	595	445	1519	90	2649
Santo Antônio de Tracunháem	1014	2001	2989	407	6411
Povoação da Luz	1305	974	3802	563	6644
Santo Antônio da Mata	842	838	1622	220	3522
Santo Amaro de Jaboatão	1086	763	2184	405	4438
Povoação da Muribeca	589	629	1659	163	3040
Santo Antônio do Cabo	1377	851	3341	507	6076
Ipojuca	1126	826	4365	449	6766
Vila de Serinháem	1270	1704	1704	735	5413
Povoação do Una	1210	901	2886	262	5259
São Bento de Porto Calvo	348	124	1085	198	1755
Porto Calvo	773	521	1551	302	3147
Camaragibe	203	430	1501	420	2554
Santa Luzia do Norte	780	504	1229	400	2913
Vila das Alagoas	234	322	1588	281	2425
São Miguel de Alagoas	311	333	1155	306	2105
Palmeira dos Índios	73	46	91	21	231
Vila da Atalaia	379	169	792	291	1631
Santa Ana do Campo Largo	326	197	619	82	1224
Vila do Penedo	821	313	2516	214	3864
São Francisco do Rio Grande do Sul	816	400	1503	302	3021
Vila de Santa Maria dos Índios	98	32	127	31	288
Porto da Folha	628	288	990	88	1994
Povoação de Cabrobó	689	544	1362	60	2655

Povoação de Limoeiro	16	12	29	7	64
Nossa Senhora da Escada	103	70	141	37	351
São Miguel dos Barreiros	90	52	155	12	309
Porto Real	41	33	104	11	189
Águas Belas	147	72	310	40	569
Vila de Cimbres	198	140	445	77	860
Vila de Assunção	118	60	193	50	421
Povoação de Mirim	264	190	640	77	1171
Povoação de Poxi	350	247	634	156	1387
Povoação de Tacaratu	468	311	779	72	1630
Bom Jardim	655	904	2009	137	3705
Sertão dos Bezerras	387	245	724	106	1462
Garanhuns	400	900	1000	112	2412
Pilão Arcado	326	256	789	114	1485
Maranguape	252	192	684	120	1248
Vila de Igarassu	597	425	1471	293	2786
Vila de Itamaracá	773	504	1698	564	3539
Vila de Goiana	2117	1841	4611	1719	10288
Tejucupapo	401	205	1514	122	2242
Tacuara	238	234	1002	139	1613
Vila da Alhandra de Índios	272	111	317	116	816
Povoação de Itambé	1155	760	1400	279	3594

População total, nascimentos e mortes			
	Total	Nascimentos	Mortes
Sé da Cidade de Olinda	10570	187	239
São Pedro Mártir de Olinda	1223	87	32
São Pedro do Recife	7823	730	790
Santíssimo Sacramento do Recife	13696	201	156
Povoação da Várzea	4475	134	122
São Lourenço da Mata	5627	68	49
Santo Antônio de Tracunháem	16018	320	284
Povoação da Luz	13550	374	276
Santo Antônio da Mata	7086	340	154
Santo Amaro de Jaboatão	8922	165	113
Povoação da Muribeca	6019	260	251
Santo Antônio do Cabo	12637	403	578
Ipojuca	13637	336	220
Vila de Serinháem	10473	385	390
Povoação do Una	11048	303	196
São Bento de Porto Calvo	3564	155	122
Porto Calvo	6626	242	175
Camaragibe	5189	260	194
Santa Luzia do Norte	5605	222	104

Vila das Alagoas	4864	168	143
São Miguel de Alagoas	3733	109	55
Palmeira dos Índios	480	35	40
Vila da Atalaia	3243	172	72
Santa Ana do Campo Largo	2654	79	26
Vila do Penedo	7953	106	32
São Francisco do Rio Grande do Sul	6196	216	90
Vila de Santa Maria dos Índios	534	25	11
Porto da Folha	4025	112	58
Povoação de Cabrobó	5589	230	134
Povoação de Limoeiro	115	4	3
Nossa Senhora da Escada	709	24	25
São Miguel dos Barreiros	642	28	27
Porto Real	383	23	10
Águas Belas	1172	0	0
Vila de Cimbres	1684	79	25
Vila de Assunção	784	25	17
Povoação de Mirim	2232	88	78
Povoação de Poxi	2978	48	37
Povoação de Tacaratu	3416	136	43
Bom Jardim	6348	438	154
Sertão dos Bezerros	3030	170	25
Garanhuns	4002	180	60
Pilão Arcado	3116	78	45
Maranguape	2495	98	70
Vila de Igarassu	5834	290	210
Vila de Itamaracá	7083	121	105
Vila de Goiana	21623	855	610
Tejucupapo	4336	183	123
Tacuara	3190	0	103
Vila da Alhandra de Índios	1498	32	40
Povoação de Itambé	7316	60	32
Total da capitania	287045	9384	6948

1805	1300	1200	1100	950	800	650	500
1805		1200	1100	950	800	650	500
1805	1300	1200	1100	950	800	650	500
1805		2200	2100	2050	1800	1650	1200
1805		1200	1100	950	800	650	500
1805		1200	1100	950	800	650	500
1805	1300	1200	1100	950	800	650	500
1805	2400	2300	2200	2050	1900	1750	1300
1805	2360	2260	2160	2010	1860	1710	1130
1805	2560	2260	2160	2010	1860	1510	1230
1805	1300	1200	1100	950	800	650	500
1805	1300	1200	1100	950	800	650	500
1805	1300	1200	1100	950	800	650	500
1805		1200	1100	950	800		500
1805	1300	1200	1100	950	800		500
1805	1300	1200	1100	950	800	650	500
1805		2000	1900	1810	1600	1450	1200
1805	1300	1200	1100	950	800		500
1805	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806		1200	1100	950	800	650	500
1806	2400	2300	2200	2100	2000	1920	1600
1806	2300	2200	2100	1950	1800	1700	1200
1806		2200	2100	1950	1800	1650	1200
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	2400	2300	2200	2100	2000	1900	1000
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806			1100				
1806		1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806			1900	1850			1200
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800		500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806			2200	2050	1900		1300
1806	1300	1200	1100	950	800		500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500

1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806		1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1800	1700	1600	1450	1300	1150	900
1806	1960	1860	1760	1610	1460	1310	1030
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1910	1860	1660	1560	1440	1250	1030
1806	1960	1860	1760	1610	1460	1310	1030
1806	1910	1860	1660	1560	1440	1250	1030
1806		1860	1760	1610	1460	1310	1030
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1700		1600	1450	1300	1150	700
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800		500
1806	1200			950		700	500
1806	1300	1200	1100	950	800		500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1700	1600	1500	1300	1200	1050	700
1806		1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1600	1500	1400	1250	1100	950	600
1806		1200	1100	950	800	650	500
1806	1300		1100	950	800	650	500
1806			1460	1310	1160	960	830
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806	1300	1200	1100	950	800	650	500
1806		1800	1600	1450	1300		800
1806		1200	1100	950	800	650	500
1807		1560	1460	1310	1160		900
1807	1300	1200	1100	950	800		500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1900	1800	1700	1550	1400	1250	900
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1200		1100	950	800	700	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300		1100	950	800		500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500

1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1700	1600	1500	1350	1200		800
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807		1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1700	1600	1500	1400	1200	1050	600
1807		1200	1100	950	800		500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807			1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800		500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1600	1500	1400	1250	1100	950	600
1807		1700	1600	1450	1300	1150	700
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1500	1400	1300	1150	1000		600
1807		1700	1600	1450	1300	1150	700
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1700	1600	1500	1350	1200	1050	700
1807	1760		1560	1410	1260		730
1807			1100	950	800	650	500
1807			1600	1450	1300	1150	700
1807		1700	1600	1450	1300	1150	700
1807			1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1700	1600	1500	1350	1200	1050	700
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1900	1800	1700	1550	1400	1250	1000
1807			1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1500	1400	1300	1150	1000	850	600
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807	1500	1400	1300	1150	1000	750	600
1807	1300	1200	1100	950	800		500
1807	1900	1800	1700	1550	1400	1250	1000
1807			1100	950	800	650	500
1807	1300	1200	1100	950	800	650	500
1807		1800	1700	1550	1400		1000
1807	1900	1800	1700	1550	1400	1250	1000
1807	1900	1800	1700	1550	1400	1250	900